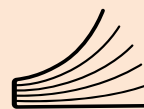


V SEMINÁRIO DE PESQUISA PROHIS

10 anos fazendo história

16 a 18 de novembro de 2022

ANAIS



EditoraUFS

São Cristóvão - SE | 2023

V SEMINÁRIO DE PESQUISA PROHIS

10 anos fazendo história

16 a 18 de novembro de 2022

ANAIS



EditoraUFS

São Cristóvão - SE | 2023

© Editora UFS, 2023.

Direitos para esta edição cedidos à Editora UFS. Qualquer parte desta publicação poderá ser utilizada e transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, desde que citada a fonte.

Obra selecionada e publicada com recursos públicos advindos do Edital 001/2021 do Programa Editorial da UFS.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

REITOR

Prof. Dr. Valter Joviano de Santana Filho

VICE-REITOR

Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

PRO-REITOR DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. Lucindo José Quintans Junior

COORDENAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Gladston Rafael de Arruda Santos

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Augusto da Silva

Prof. Dr. Fábio Maza

Prof. Dr. Bruno G. Alvaro

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias

Profa. Dra. Jacqueline Ramos

Profa. Dra. Luciene Lages

Mestrando Hiago Feitosa

Mestranda Maria da Conceição B. dos Santos Sobrinha

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Claudefranklin M. Santos

Prof. Dr. Antônio Lindvaldo

Prof. Dr. Fernando Sá

Profa. Dra. Edna M. Matos

Prof. Dr. Marcos Silva

Profa. Dra. Célia Costa Cardoso

MONITORES

Rayssa Samara Santos Valença de Sá

Ygor Fernando Dias Melo

Welton da Silva Oliveira

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em História - PROHIS/UFS

APOIO

Coordenação de Pós-Graduação – COPGD/UFS

Associação dos Docentes da UFS – ADUFS

As opiniões expressas nos resumos e textos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Salvo pela correção de problemas mais evidentes de digitação, os resumos foram editados tal como submetidos pelos autores.

ORGANIZADORAS DOS ANAIS – 10 ANOS PROHIS:

Jacqueline Ramos e Luciene Lages

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Jeane de Santana

CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S471 Seminário de Pesquisa PROHIS : 10 anos fazendo história (5. : 2022: São Cristóvão, SE)
Anais do V Seminário de Pesquisa PROHIS : 10 anos fazendo história : 16 a 18 de novembro de 2022, São Cristóvão (SE) / Programa de Pós-Graduação em História. – São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2023.
133 p.: il.

ISBN: 978-85-7822-712-8

1. História. 2. Cultura. 3. Memória. 4. Identidade social. 5. Feminismo. 6. Poder (Ciências sociais). I. Programa de Pós-Graduação em História - PROHIS/UFS. II. Título.

CDU 930.1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Augusto da Silva - 5

1. PROGRAMAÇÃO - 6

2. RESUMOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS - 7

- 2.1. **Simpósio Temático 1: Relações sociais e poder**
Coord. Profa. Msc. Bruna Morrana dos Santos - 7
- 2.2. **Simpósio Temático 2: Cultura, memória e identidade**
Coord. Profa. Msc. Mislene Vieira dos Santos - 14

3. ARTIGOS COMPLETOS - 22

- 3.1. **Simpósio Temático 1: Relações sociais e poder**
Coord. Profa. Msc. Bruna Morrana dos Santos - 23

FEMINISMO E POLÍTICA: o PCB e suas relações de poder
Alice de Andrade Pampani - 24

A IMPERATRIZ TEODORA E ANTONINA: a atuação feminina no governo de Justiniano a partir das obras de Procopio de Cesareia
Aylla Maria Alves dos Santos - 30

COMUNICAÇÃO POLÍTICA ENTRE SERGIPE, BAHIA E LISBOA: os assuntos e seus interlocutores (1619 – 1706)
Welton da Silva Oliveira - 36

- 3.2. **Simpósio Temático 2: Cultura, memória e identidade**
Coord. Profa. Msc. Mislene Vieira dos Santos - 46

A NECROFILIA NA LITERATURA: uma análise da obra Decameron
Alexandre Gomes Carvalho Santos Junior - 48

OS TRABALHADORES ANÔNIMOS E AS SUAS CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO NACIONAL
Alysson Santana Barbosa - 56

A MÁQUINA: a história da cidade de Riachuelo, através dos primeiros anos do Engenho Central
Breno Assis Albuquerque Franco - 65

PRÁTICA DO TARÔ NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: POSSIBILIDADES DE PESQUISA
José Lucas Vilas-Boas Oliveira - 71

ENTRE MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E HISTÓRIA ORAL: nas práticas dos rezadores de Poço Verde/SE
José Orlando Dos Santos Filho - 77

AS FACHADAS AZULEJARES SERGIPANAS: simbologia, memória e história
Karoline Padilha de Paulo - 82

O ZONEAMENTO DA BOEMIA ARACAJUANA NAS DÉCADAS DE 1930 A 1950 COMO CONSEQUÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO E COSMOPOLIZAÇÃO DO CENTRO DE ARACAJU
Maísa Bispo Nunes - 91

SUJEITOS E BASTIDORES DO INSUCESSO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE ARAPIRACA, ALAGOAS (2003): uma das versões.
Marcos Ponciano da Silva - 98

UM “FESTIVAL MULTI-ARTE” EM TEMPOS DE DITADURA
Mislene Vieira dos Santos - 111

4. RELATO DE EGRESSOS DO PROHIS - 122

CORAÇÃO DE ESTUDANTE: MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA
Mislene Vieira dos Santos - 123

NOTAS SOBRE O MESTRADO EM HISTÓRIA DA UFS PELAS MEMÓRIAS DE JOSEVÂNIA FONSECA, EGRESSA DA PRIMEIRA TURMA DO PROHIS (2012 -2014)
Josevânia Souza de Jesus Fonseca - 125

PROHIS/UFS (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/UFS): MEU “LUGAR SOCIAL” DE “OPERAÇÃO HISTÓRIOGRÁFICA”
Rafael Costa Prata - 130

Apresentação

O Programa de Pós-Graduação em História – PROHIS/UFS, comemorou em 2022 uma década de existência. Única referência de mestrado acadêmico stricto sensu no estado, ele se consolida como um importante espaço de desenvolvimentos da pesquisa histórica em Sergipe e estados vizinhos. Desde a sua fundação, em 2012, 159 discentes ingressaram no Programa, resultando em 104 dissertações defendidas e 46 em fase de elaboração. Investigações qualificadas não só no conhecimento da história de Sergipe, em suas mais amplas abordagens políticas, econômicas, sociais e culturais, como também de outros espaços e temporalidades históricas.

O esforço coletivo dos discentes, servidores da administração (PROHIS/POSGRAP/UFS) e docentes no ensino, na pesquisa e na divulgação da produção intelectual (publicação de artigos, livros e participação em eventos acadêmicos) foi reconhecido pela última avaliação quadrienal da CAPES (2017-2020), que elevou o conceito do Programa de “3” para “4”.

Nada mais legítimo e importante do que a celebração dessa data num evento acadêmico, aproveitando nosso V Seminário de Pesquisa com o tema “PROHIS: 10 Anos fazendo história”. Para além da confraternização com todos aqueles que fizeram parte dessa construção, o evento propiciou a reflexão sobre essa trajetória, avaliação da atual condição que nos encontramos e projeção do futuro do Programa diante dos desafios que se colocam para a pesquisa histórica no Brasil.

Os Anais que aqui publicamos é o resultado dos dois Simpósios Temáticos oferecidos no evento, correspondentes às duas linhas de pesquisas do PROHIS: ST 1 - Cultura, Memória e Identidade e ST 2 - Relações Sociais e Poder, coordenados pelas professoras Mislene Vieira dos Santos e Bruna Morrana dos Santos, respectivamente, a quem eu agradeço enormemente. Com essa ênfase, estes anais foram organizados em três blocos: o dos resumos dos trabalhos apresentados, o dos textos completos das pesquisas e o dos relatos de egressos do PROHIS (recebidos dentro do prazo acordado).

Além do espaço para apresentação das pesquisas em andamento, que contou com 24 trabalhos inscritos; houve também uma mesa redonda com os coordenadores e ex-coordenadores do PROHIS, importante momento de reflexão e balanço desses 10 anos do programa, e outra mesa redonda com seis egressos do PROHIS, com relatos da experiência e impacto social e profissional do mestrado, importante feedback para o programa. O evento organizou também um encontro dos professores do programa com o coordenador de área da Capes, Prof. Dr. Cláudio Batalha, cuja interação esclareceu questões levantadas acerca do acompanhamento e avaliação da Capes. Digno de destaque foram as duas palestras apresentadas no evento: a do Prof. Dr. Marcus Carvalho da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com o título “Tráfico e traficantes na construção do império do Brasil” e a do Prof. Dr. Cláudio Batalha da Universidade de Campinas (UNICAMP) sobre “O Panorama e desafios da pós-graduação no Brasil”. Houve, ainda, atendendo ao objetivo de divulgação acadêmica, o lançamento de livros de pesquisadores do PROHIS: *Entre sertões e representações: ensaios e estudos* (2020); *À margem da História Contemporânea em Sergipe* (2021), ambos de autoria de Antônio Fernando de Araújo Sá; *Memória histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe d’El Rei (1821)* (2022) de autoria de Wanderlei de Oliveira Menezes; e *Lentes, Memórias e Histórias: os fotógrafos Lambe-Lambes em Aracaju 1950-1990* (2021) de autoria de Cândida Oliveira.

Prof. Dr. Augusto da Silva

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História - PROHIS

PROGRAMAÇÃO

DIA	HORÁRIO		LOCAL
16/11	8h. às 12h.	Simpósio Temático 1: relações sociais e poder Coord. Profa. Msc. Bruna Morrana dos Santos	Didática 6, s. 108
		Simpósio Temático 2: Cultura, memória e identidade Coord. Profa. Msc. Mislene Vieira dos Santos	Didática 6, s. 109
	19h às 22h.	Mesa redonda com os coordenadores e ex-coordenadores do PROHIS: Prof. Dr. Augusto da Silva (Coord.) Prof. Dr. Carlos Malaquias Prof. Dr. Fábio Maza Prof. Dr. Fernando Sá Prof. Dr. Bruno Alvaro Profa. Dra. Edna Maria Matos	Auditório de Letras
17/11	8h. às 12h.	Simpósio Temático 1: relações sociais e poder Coord. Profa. Msc. Bruna Morrana dos Santos	Didática 6, s. 108
		Simpósio Temático 2: Cultura, memória e identidade Coord. Profa. Msc. Mislene Vieira dos Santos	Didática 6, s. 109
	15h às 17h.	Reunião dos docentes com o prof. Dr. Cláudio Batalha (UNICAMP)	Auditório de Letras
	19h às 22h.	Palestra do Prof. Dr. Marcus Carvalho (UFPE) Coord. Prof. Dr. Carlos Malaquias	Auditório de Letras
18/11	8h. às 12h.	Simpósio Temático 1: relações sociais e poder Coord. Profa. Msc. Bruna Morrana dos Santos	Didática 6, s. 108
		Simpósio Temático 2: Cultura, memória e identidade Coord. Profa. Msc. Mislene Vieira dos Santos	Didática 6, s. 109
	14h. às 16h.	Mesa redonda com egressos do PROHIS: Coord. Prof. Dr. Claudefranklin M. dos Santos Profa. Msc. Josevânia Souza de Jesus Fonseca Prof. Msc. Wanderlei de Oliveira Menezes Prof. Dr. Rafael Prata Profa. Msc. Mislene Vieira dos Santos Prof. Msc. Cândida Santos de Oliveira Profa. Msc. Bárbara Barbosa	Auditório de Geografia
	16h às 19h.	Café e lançamento de livros	Auditório de Geografia
	19h às 22h.	Palestra do Prof. Dr. Cláudio Batalha (UNICAMP) Coord. Prof. Dr. Augusto da Silva	Auditório de Geografia



RESUMOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS

*Simpósio Temático 1 – Relações
Sociais e Poder*

Coord. Profa. Me. Bruna Morrana dos Santos

FEMINISMO E POLÍTICA: o PCB e suas relações de poder

Alice de Andrade Pampani

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe UFS/CAPEs

Orientadora: Profa. Dra. Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)

Esta pesquisa trata das pautas feministas no seio do Partido Comunista do Brasil (PCB), no estado da Bahia, durante a década de 1940, analisando principalmente o discurso da poeta e militante pecebista Jacinta Passos. O objetivo é identificar as peculiaridades no pensamento das mulheres e analisar como elas equilibravam as pautas femininas e as pautas de classes - prerrogativa principal do Partido. Assim, concomitante a isso, investigar as relações de poder entre os homens e mulheres no PCB do estado e como as mulheres conseguiam se movimentar naquele contexto político. As fontes utilizadas nesta pesquisa são os artigos publicados por Jacinta em diversos artigos em periódicos baianos em defesa do comunismo e contra o nazifascismo, como a revista Seiva e o jornal O Momento, e documentos sobre a formação nacional e estadual do PCB.

Palavras-chave:

Mulheres; Comunismo; Política, Poder.

MASCULINIDADES EM CASTELA-LEÃO: através das cantigas de escarnio e maldizer do monarca Alfonso X (1252-1284)

Anália Vanessa Machado da Conceição

Graduada em História na Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS). Mestranda PROHIS/UFS. Integrante do Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (DHI/UFS). Email: analiavanessamachado@gmail.com . Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0282744024385515>

Orientador: Bruno Gonçalves Alvaro

Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado I da Universidade Federal de Sergipe.

Nesta comunicação pretendemos fazer uma breve reflexão sobre as masculinidades medievais e para isso utilizaremos como objeto de pesquisa *Cantigas de Escárnio e de Maldizer*, redigidas no reinado de Alfonso X, nesta documentação o monarca vai descarregar sua insatisfação com a nobreza. As Cantigas de Escarnio e de Maldizer, especialmente, acabaram sendo produções produzidas em meio as conturbadas relações do monarca Alfonso X com parcelas da nobreza castelhano-leonesa, refletindo, assim, as insatisfações políticas e militares suscitadas no decurso de seu longo reinado. A insatisfação de Alfonso com a nobreza e toda a situação turbulenta do conflito militar que enfrenta o Reino de Granada serão devidamente refletidas na essência de seus poemas de zombaria e maldição. Portanto, em uma de suas canções, Alfonso X expressou sua indignação diante dos nobres, que deveriam participar da campanha eleitoral com ele, mas não o fizeram. A masculinidade medieval é baseada no trabalho, na vida social e na comunicação interpessoal e também na guerra.

Este documento irá servir de aporte teórico para se entender as relações de poder e político-militares deste monarca, entender os tipos de masculinidade presentes na fonte, procurando observar dentro das cantigas características do homem medieval e os conflitos que regiam a coroa de Castela e Leão.

Palavras-chave:

Masculinidades; Idade Média; Alfonso X.

A IMPERATRIZ TEODORA E ANTONINA: a atuação feminina no governo de Justiniano a partir das obras de Procopio de Cesareia

Aylla Maria Alves dos Santos

Mestranda em História – PROHIS/ UFS

Orientador: Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

Bolsista CAPES

Os escritos proeminentes da Antiguidade Tardia normalmente privilegiam as ações dos homens de seu tempo, todavia, as mulheres quando mencionadas, inclinam-se a ocuparem lugares periféricos na documentação, expondo as convicções masculinas pautadas na idealização feminina e no julgamento para aquelas que confrontam esse imaginário. Perspectiva que observamos nas obras de Procópio de Cesareia, historiador do século VI responsável por muito do que sabemos a respeito das realizações e conduta do imperador Justiniano (527-565), como também de personalidades centrais da corte como sua consorte a imperatriz Teodora (527-548) e Antonina, esposa do general Belisário. Neste sentido, esse trabalho pretende apresentar direcionamentos iniciais da análise comparativa das obras *História das Guerras*, dividida em oito volumes, e *História Secreta* acerca das atuações dessas personagens femininas no governo de Justiniano e os seus desdobramentos na narrativa *procopiana*.

Palavras-chave:

Procópio de Cesareia; imperatriz Teodora; Antonina.

REVISITANDO A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA SERGIPANA

Fernanda Carolina Pereira dos Santos

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CNPQ. Orientanda pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (PPGH/UFF). Membro do grupo de pesquisa Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa (CNPQ/UFS). E-mail: nanda.carolina01@gmail.com.

Maria da Glória Santana de Almeida escreveu o primeiro esforço para compreender sistematicamente a economia sergipana, preocupando-se com o comércio interprovincial, a estrutura portuária e a importância do setor exportador para o crescimento econômico de Sergipe, entre 1823-1890. Sua análise dialogava com as principais tendências historiográficas da segunda metade do século XX e resultou na formação da noção de dependência econômica sergipana, delineada com a publicação do livro *“Sergipe: fundamentos de uma economia dependente”*, em 1984, e reformulada pela própria autora em 1993, com o livro *“Nordeste açucareiro: desafio num processo do vir-a-ser capitalista”*. O presente trabalho se propõe a tecer uma análise historiográfica sobre a noção de dependência econômica sergipana, localizando-a no debate historiográfico e em temas sensíveis da época na qual foi produzida (BLOCH, 2002; FONTANA, 1982; MALERBA, 2006). A partir desse exercício e observando conjuntamente as novas contribuições dadas pela historiografia sobre um tema muito caro na análise de Almeida: o crédito, apontamos que não há mais lugar na historiografia para a referida noção, refletindo sobre os efeitos de sua perpetuação acrítica: um entrave para a análise do funcionamento econômico sergipano.

Palavras-chave:

Economia sergipana; portos; açúcar.

“MAS QUEM VAI ACREDITAR NO MEU DEPOIMENTO?” REFLEXÕES SOBRE O ENCARCERAMENTO EM MASSA A PARTIR DO MASSACRE DO CARANDIRU

Leonardo Teles de Matos Santos

Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista PET (MEC/FNDE). E-mail: leonardo.teles.9849@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Pina Lima
(DHI/UFS)

O RAP de Cárcere é uma das tantas produções fonográficas feitas nos presídios brasileiros, que levantam diferentes questionamentos sobre o sistema prisional deste país. No âmbito das composições realizadas na Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), destaca-se a música Diário de um Detento (1997), composta pelo grupo de RAP Racionais MC's e o ex-presidiário Josemir José Fernandes Prado. A referida composição faz referência, não somente à rotina da casa de detenção supracitada, bem como nos remete ao violento massacre ocorrido em 1992. Objetiva-se analisar a letra da canção supracitada, relacionando-a ao encarceramento em massa; potencializando-a como veículo de construção de uma História Pública não institucionalizada. Utiliza-se como referencial teórico desta investigação, o conceito de encarceramento em massa, apresentado por Borges (2019) e de racismo estrutural, discutido por Almeida (2020); além da abordagem sobre o massacre e a produção de uma História Pública, promovida por Borges (2016). Destaca-se, também, o conceito de RAP, como (RE)existência pedagógica, defendido por Oliveira et al. (2020). Espera-se aprofundar as discussões tanto sobre o massacre quanto o encarceramento em massa, além de investigar a potencialidade do RAP como dispositivo de produção do conhecimento histórico.

Palavras-Chave:

RAP; História Pública; Carandiru; Sistema Prisional.

OS USOS DA HISTÓRIA MEDIEVAL PARA CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL: O MOVIMENTO AUTONOMISTA LEONES E A RAINHA URRACA I

Luísa Vilas Boas dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

Diferente dos períodos medievais, hoje em dia muitas batalhas são travadas online. Através de comentários, pontos de vista são defendidos, discursos são feitos anonimamente, dados são vazados e guerras reais são iniciadas. Sendo um palco para assuntos políticos e manifestações culturais é no cyberspaço que vemos a história ser reutilizada e recontada, e é através desse espaço que podemos observar os embates autonomistas entre leoneses e castelhanos na Espanha. Os leonesistas buscam a autonomia do território de Leão, onde seja possível desenvolver os aspectos culturais de seu povo. Esse embate que resgata fatos históricos medievais e contemporâneo, começa desde a década de 1970, e gera rixas partidárias atuais que transbordam nas redes sociais. Esta comunicação tem o intuito de apresentar um pouco sobre o movimento autonomista leonês e como a representação da rainha Urraca I na internet se torna crucial para a criação de uma identidade regional almejada pelo grupo.

Palavras-chave:

cyberspaço; autonomismo leonês; Rainha Urraca I.

“AOS TRABALHADORES DE NEÓPOLIS”: UMA FOTOGRAFIA DA SITUAÇÃO TRABALHISTA DOS OPERÁRIOS TÊXTEIS DO MUNICÍPIO DE NEÓPOLIS EM 1950

Mércia Santos Cardoso

Mestranda em História pela Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Bolsista CAPES. E-mail: mercia-cardoso@outlook.com

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maza
(PROHIS/DHI/UFS)

Em 1950, os trabalhadores da indústria têxtil do município de Neópolis, em Sergipe, enfrentaram um duro momento frente às condições de trabalho da categoria. A situação vivida pelos trabalhadores do município aparece em documento manuscrito da década de 1950, intitulado “Aos trabalhadores de Neópolis”, no qual eles colocam suas insatisfações em relação ao sistema de trabalho ao qual estavam submetidos. O documento mencionado trata-se de uma pequena parte das provas coletadas em um processo travado contra os comunistas no Estado. Nesta carta, os trabalhadores da indústria têxtil de Neópolis comunicam estarem vivendo situações como a exploração de salários, ausência de férias e trabalho não remunerado aos domingos. Uma reportagem publicada à época, escrita e assinada por Antônio L. Silva, aprofunda-se nos detalhes do embate entre os trabalhadores e os donos das fábricas. De acordo com o autor, o município em questão contava com duas fábricas de tecido: a Fábrica Passagem, cuja propriedade era da firma Peixoto Gonçalves & Cia e a Empresa Têxtil, propriedade da firma Wanderley Antunes & Cia, sendo esta última o foco da reportagem realizada. Entretanto, de acordo com Antônio Silva, embora a matéria tenha se debruçado acerca das posturas exploratórias da Empresa Têxtil, a Fábrica Passagem possuía um comportamento ainda mais grave. Assim, o objetivo do presente trabalho consiste em discutir o conflito vivido pelos trabalhadores de Neópolis e a relação deste grupo com o comunismo no estado de Sergipe na década de 1950.

Palavras-chave:

Operários têxteis; comunismo; Sergipe.

O “RESGATE DE VALORES E PRINCÍPIOS DOS MONGES GUERREIROS DO INÍCIO DAS CRUZADAS”: usos da Idade Média como dispositivos de virilidade da extrema direita brasileira

Thaís Monique Costa Moura

Mestranda em História pelo PROHIS/UFS. Bolsista CNPq-CAPES. E-mail para contato: thais_monique30@hotmail.com

A Idade Média comumente foi utilizada através do discurso por figuras políticas. Seja na forma de elogio ou de crítica, o tempo histórico sofreu tamanha revisitação que passou a ter várias versões sobre o passado – o que de fato foi e o que foi criado e romantizado ao seu entorno. No Brasil, com a ascensão da extrema direita ao poder em 2018, a prática de utilização da Idade Média foi bastante reivindicada na produção de discursos políticos. Entendemos que o uso da Idade Média se despontou, no caso brasileiro, como um dispositivo de virilidade, afim de propor discursivamente o resgate de valores e princípios que são enxergados pelo senso comum sobre o medievo. O dispositivo de virilidade seria um conjunto de elementos discursivos e não discursivos que caracterizam e controlam a produção dos discursos que atingem a subjetividade do indivíduo. Ele seria posto em prática por meio do culto ao exercício de noções como honra, força (enquanto virtude) e sacrifício através das relações de poder exercidas por instituições como Estado, Exército e a Família. Neste trabalho terei como objetivo discutir algumas demonstrações e propósitos dos resgates da Idade Média por grupos da extrema direita brasileira contemporânea.

Palavras-chave:

extrema direita; Brasil; virilidade; valores medievais.

A COMUNICAÇÃO POLÍTICA ENTRE SERGIPE BAHIA E LISBOA: os assuntos e seus interlocutores (1619 a 1706).

Welton da Silva Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva

A maior parte das correspondências (ativas e passivas) mantidas entre as capitanias portuguesas (da América, África e Índia) e o reino passavam pelo Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Negócios do Ultramar. Essa documentação encontra-se hoje custodiada pelo Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e foi disponibilizada digitalmente pelo chamado Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Usamos aqui a expressão “comunicação política” de maneira alargada para se referir a uma correspondência, cujos assuntos envolviam questões militares, judiciárias, fazendárias, dentre outras, emitidas ou recebidas por distintos agentes da administração portuguesa. Com base no corpo documental referente à capitania de Sergipe del Rei, de 1619 (ano do primeiro documento existente) até 1706 (fim do reinado de d. Pedro II), busca-se com esse Plano mapear os assuntos tratados nas correspondências e seus respectivos agentes interlocutores. Espera-se identificar a respeito dessa capitania as demandas principais que norteavam as ações de um lado e outro do Atlântico.

Palavras-chave:

comunicação política; correspondências; Sergipe Del Rei.

A NECROFILIA NA LITERATURA: uma análise da obra O Decameron

Alexandre Gomes Carvalho Santos Junior

Mestrando em História- PROHIS/UFS. Bolsista CAPES.

E-mail: alexandrejunior208@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Ramos

Pretendendo analisar a necrofilia – também chamada de tanatofilia, que significa amor, desejo ou atração pelos mortos, considerada como uma parafilia que combina Eros e Thanatos ou nekrós e philia – no Decameron e possíveis contratempos em outras narrativas literárias ocidentais, que flertam com o tema; a proposta de análise busca por definições, semelhanças, padrões e possíveis continuidades da prática, buscando por sua vez, também, explicar e compreender o porquê das mulheres quase sempre se encontrem em posição subalterna e vítima da necrofilia, dentro dessa relação de poder. Pois, como se sabe, a necrofilia, considerado tema tabu, já existia na antiguidade e ainda permanece na contemporaneidade, quando, segundo Heródoto (2006), os egípcios tomavam medidas contra a necrofilia, proibindo que os cadáveres das esposas de homens importantes, fossem entregues rapidamente aos embalsamadores, por medo de que os mesmos os violassem. No medievo, a necrofilia vai ser considerada pela Igreja Católica, como não sendo nem prostituição (“fornicação”) nem bestialidade, mas sim “poluição” com tendência à prostituição. Já na modernidade o tema toma visibilidade, quando temas considerados tabus se tornaram objeto de destaque para outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave:

Prática da necrofilia; Mulher; Relação de poder.

OS CONSTRUTORES ANÔNIMOS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ARQUITETURA ECLÉTICA ARACAJUANA (1889-1935)

Alysson Santana Barbosa – mestrando PROHIS

Orientador: Prof. Dr. Eder Donizeti da Silva

Este trabalho tem como objetivo estudar os construtores anônimos e outros trabalhadores da cidade de Aracaju que foram apagados historicamente, no período entre os anos de 1889 e 1935, evidenciando as contribuições desses prestadores de serviços para o desenvolvimento patrimonial local. Como objeto de estudo, selecionamos trabalhadores, tendo em vista a participação ativa destes na modernização estética da capital do estado sergipano, seja em prédios públicos ou privados, diversas edificações passaram pelas mãos de pedreiros, marceneiros, eletricitas, pintores, artistas plásticos, e até mesmo projetistas que colaboraram com sua mão de obra. A partir de tal recorte, intentamos descobrir os motivos pelos quais a literatura esqueceu essas pessoas, que apesar da sua grande contribuição, acabaram sendo esquecidas e/ou omissas perante a historiografia local. Adotamos como base metodológica a interdisciplinaridade, além da análise documental, partindo de periódicos que circulavam no período em questão. Diante disto, discorreremos acerca da organização dessa classe operária através de seus recursos para a melhoria das condições trabalhistas, principalmente por meio do Centro Operário Sergipano, os periódicos *O Operário* e *a Voz do Operário*, além das instituições educacionais promovidas pelo Centro e pelo Governo.

Palavras-chave:

Anonimato sergipano; trabalhador braçal; imprensa; história cultural.

RESUMOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS

***Simpósio Temático 2 – Cultura,
Memória e Identidade***

Coord. Profa. Mislene Vieira dos Santos

RIACHUELO: história de uma cidade sergipana (1889-1968)

Breno Assis Albuquerque Franco

Orientador: Prof. Dr. Eder Donizeti da Silva

A formação das cidades foi um importante ponto na construção da sociedade nos parâmetros com os quais a entendemos hoje, no Brasil, em especial, no nordeste, tem-se uma formação muito recente, no entanto se demonstra como um campo muito aberto à pesquisa. Para entender uma pequena esfera de construção cidadina é levado como objeto de análise o município de Riachuelo, no período de 1889, quando a mesma é instituída cidade até 1968, com o fechamento do Engenho Central, empresa responsável pela virada econômica na região do município. É pois, quanto cidade, que Riachuelo, tem seu desenvolvimento urbano definido no final do século XIX, através de movimentações econômicas, políticas e culturais em uma região explorada pelo seu potencial agrícola. No entanto é com a diversificação econômica que se percebe um maior desenvolvimento da cultura urbana, impulsionado por um desenvolvimento agro-industrial, continuidade de um processamento de açúcar que se dá na região ainda no início do século XX. Logo o trabalho busca entender como a diversificação econômica e tecnológica age como mecanismos de transformação na cidade de Riachuelo, buscando através de jornais, mapas e fotografias estabelecer essa relação.

Palavras-chave:

Riachuelo; desenvolvimento agro-industrial; economia.

A RETOMADA XOKÓ: território e renascimento cultural de um povo

Ianara Apolônio

Orientador: Prof. Dr. Ugo Maia (PPGA/UFS)

A presente proposta será desenvolvida na aldeia indígena Xokó, situada na Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha no Estado de Sergipe. Tem como objetivo apresentar as retomadas da Caiçara e ilha de São Pedro, realizadas entre as décadas de 1970 e 1980, como parte fundamental do processo contemporâneo de renascimento cultural dos índios Xokó, implicando em retomadas da língua, de costumes, hábitos e de elementos da organização social, a retomada territorial passa a ser um fator fundamental que marcou a vida dos Xokó e determinou o futuro dos “caboclos da Caiçara”, que a partir de então se identificariam como índios. Retomar para os Xokó é pegar algo que lhes fora roubado, é tomar para si aquilo que por direito lhes pertence e lhes fora negado. Segundo Daniela Alarcon, “as retomadas consistem em processos de recuperação pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índios”. (ALARCON, 2013, p. 23). Mas também é categoria nativa que articula, direitos, mobilização coletiva, história, ritual e cultura (ANDRADE, 2019) e dessa forma apresentaremos os processos de retomada territorial - momento que é caracterizado pela reconquista das terras da Caiçara e ilha de São Pedro – e retomada cultural, quando os “caboclos da Caiçara” passam a se identificar como índios Xokó, resgatam suas tradições, passam a praticar o toré - então proibido pelos proprietários da terra - e resgatam o Ouricuri, que também era uma prática proibida. São essas reconquistas, na forma de retomadas, que determinaram o renascer cultural dos índios Xokó.

Palavras-chave:

Xokó; Caboclos do Caiçara; território; Ouricuri.

MARIANO ANTÔNIO FERREIRA: negritude e cultura popular no teatro sergipano (1980-1995)

Hiago Feitosa da Silva

Orientador: Prof. Dr. Petrônio Domingues

O trabalho é fomentado por uma bolsa CAPES/CNPq

Mariano Antônio Ferreira foi um homem de seu tempo, extremamente engajado nas artes e cultura afro-sergipana. Seu trabalho mais notório se deu atuando pelo grupo de teatro de rua **Imbuaça**, que é hoje um dos grupos mais antigos do Brasil, desde 1977. Sua atuação no Grupo Imbuaça se dá desde os anos 80, destacando-se como um dos principais membros do grupo, tendo exercido diversas funções desde sua entrada. A intenção desse texto é: discutir o papel de Mariano Antônio Ferreira na tradução de uma cultura popular afro-sergipana por meio do teatro. Para isto, esta pesquisa se debruça a entender os elementos de negritude presentes na cultura, produzida pelos mestres populares de Sergipe e discutir as formas como Mariano aprendeu esses saberes com os mestres e transmitiu para os palcos. O foco desta pesquisa é trazer à luz a trajetória e o papel de sujeitos negros como formadores culturais em Sergipe, assim, como tensionar as questões de invisibilidade do negro na historiografia sergipana. O recorte da pesquisa é de 1980 a 1995, que marca o trabalho do ator até a sua morte.

Palavras-chave:

Mariano Antônio Ferreira, cultura popular, negritude, teatro sergipano.

A PARTICIPAÇÃO DE INDÍGENAS NA GUARDA NACIONAL: Província de Alagoas (1850-1857)

Jaiane da Silva Albuquerque Nunes

Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe-UFS

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

A participação de indígenas na área militar foi muito ampla e diversificada no processo de colonização, ocorrendo desde o seu início. No século XIX, com a promulgação da Lei de 18 de agosto de 1831, tem a criação da Guarda Nacional, corporação que tinha o objetivo de manter a ordem interna, estando organizada em todo o Império, por meio dos municípios. Como critérios para a entrada de guardas, estes deveriam ser eleitores e cidadãos, porém ela também reuniu entre seus guardas pobres livres, membros da elite imperial, além de negros e indígenas. Estes últimos estavam sob o regime de tutela, estando também impedidos de serem eleitores, por exemplo. Assim sendo, o objetivo desse trabalho é analisar a participação de indígenas na Guarda Nacional na Província de Alagoas, entre os anos de 1850-1857. Para este fim, foi analisada documentação que trata sobre a participação desses povos na corporação, tais como ofícios, relatórios e falas produzidas por autoridades do período. Como resultado, observamos que a participação dos povos indígenas na Guarda Nacional se deu de forma também diversa, seja através de recrutamento, de maneira forçada, ou por iniciativa dos próprios indígenas.

Palavras-chave:

Indígenas. Guarda Nacional. Atuação militar.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE PAU D'ARCO (2005-2021).

José Aparecido Da Silva Rocha

Mestrando em História – PROHIS – UFS. E-mail: joseas-rocha@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

O presente estudo analisa como o ensino de história na Escola Professor Luiz Alberto de Melo, contribui para a compreensão da identidade negra na comunidade quilombola de Pau D'Arco, em Arapiraca – AL. A pesquisa observa o “Projeto Construindo a Identidade Afrodescendente” (entre os anos de 2005-2021), enquanto um evento que faz parte do calendário letivo da referida escola sendo realizado nos últimos meses de cada ano. Sob esta perspectiva, questiona-se neste artigo: “poderia o ensino de história contribuir para ao reconhecimento da identidade negra?” O ensino História é visto, neste estudo como uma ferramenta de extrema importância para a valorização da identidade étnica e racial, de modo que levem os estudantes ao aprendizado sobre a história de lutas e resistência negra com a intenção de levar o estudante a compreender seu lugar nesta história. Este trabalho foi produzido com o auxílio da metodologia da pesquisa em história oral através de relatos, entrevistas, formulários e referencial teórico e bibliográfico.

Palavras-chave:

Arapiraca; Ensino de História; Identidade negra;

PRÁTICA DO TARÔ NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: possibilidades de pesquisa

José Lucas Vilas-Boas Oliveira

Mestrando do PROHIS/UFS. Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva

Durante o desenvolvimento de pesquisa de mestrado com tema voltado à prática do tarô no Brasil durante a pandemia de COVID-19, o contato com o objeto, as fontes e novas referências apresentaram diferentes possibilidades de abordagem que permitiram não só expandir e melhor delimitar o escopo da investigação em curso, como também ocasionou o surgimento de futuras possíveis linhas de pesquisa acerca do estudo histórico sobre o oráculo no Brasil. Dentre esses potenciais caminhos, há a discussão com o campo da memória pandêmica, dialogando com a História Digital e autores como Serge Noiret (2015), François Dosse (2012), Pierre Nora (1993), Jean-Pierre Rioux (1998), Anita Lucchesi e Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016); as relações de poder presentes na prática do tarô como uma estratégia de resistência às ameaças da necropolítica bolsonarista; a necessidade de desenvolvimento de uma história do tarô no Brasil, a qual ainda carece de estudos sistematizados; e o ciberespaço e a cibercultura como espaço de compartilhamento de experiências e memórias no seio de comunidades virtuais específicas que, no período de pandemia, interagiram quase que exclusivamente por meios virtuais, provocando um surgimento de possíveis fontes históricas para o entendimento do impacto do evento nos diferentes grupos sociais.

Palavras-chave:

Tarô; Pandemia; COVID-19; Espiritualidade; Ciberespaço.

ENTRE MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E HISTÓRIA ORAL: práticas dos rezadores de Poço Verde/SE

José Orlando Dos Santos Filho

Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Lages Silva
(PROHIS/UFS)

O referido artigo tem como objetivo investigar, identificar e conhecer a memória, o esquecimento, a História Oral entre as práticas dos rezadores de Poço Verde/SE. Inicialmente busco definições na bibliografia sobre memória, esquecimento e História Oral, feitas as definições proponho analisar as práticas dos rezadores de Poço Verde/SE na perspectiva se a tradição oral sofre um processo de esquecimento ou a perda total dessa cultura da religiosidade popular no contexto da modernidade. O artigo tem como principal mediação as fontes orais coletadas através de entrevistas com auxílio de som, imagem e vídeo, que estão sendo transcritas e analisadas; além da fundamentação teórica amparada por autores que estudam memória, esquecimento e história oral. Por fim, resalto que este artigo é fruto pertencente à pesquisa que se desenvolve no âmbito do programa de Pós-graduação em História (PROHIS) da Universidade Federal de Sergipe/UFS.

Palavras chave:

Memória; Esquecimento; História Oral; Prática dos rezadores; Poço Verde.

AS FACHADAS AZULEJARES SERGIPANAS: simbologia, memória e história

Karoline Padilha de Paulo, mestranda.

Orientador: Prof. Dr. Éder Donizeti da Silva

Esse trabalho tem como objetivo compreender a azulejaria de fachada como herança cultural e manifestação simbólica das passadas dinâmicas sociais de Sergipe, delimitando como recorte de estudo, seu território no final do século XIX para o início do XX, intervalo no qual essa prática ocorreu na região. Buscando, primeiramente, apreender o contexto histórico em que essa arte tomou forma, foram exploradas as condicionantes e correntes de influências que operaram no território sergipano, e que por sua vez, condicionaram seu acervo azulejar. Em seguida, foram analisadas as especificidades técnicas e artísticas da azulejaria de fachada em Sergipe, buscando expandir o conhecimento existente sobre essa arte que hoje abarca o total de quinze edificações de arquitetura civil distribuídas entre os municípios de Laranjeiras, Maruim, Estância, Lagarto e Simão Dias. Por fim, são exploradas as questões simbólicas inerentes tanto a arte azulejar, quanto ao seu emprego como prática coletiva, efetivamente a inserindo nas dinâmicas socioespaciais de poder de sua época. Para tanto, esse trabalho integrou uma extensa análise de leis, decretos, jornais antigos, inventários, fontes gráficas-fotográficas e oralidade, que por meio de técnicas comparativas e indiciárias, permitiram o registro e manutenção de parte da memória patrimonial sergipana.

Palavras-chave:

arquitetura; azulejaria; herança cultural.

PEDAGOGINGA: o RAP como questionamento sobre o ensino de história, visando à emancipação da aprendizagem e à valorização da cultura afro-brasileira

Lucas Cariri da Silva Santana

Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista PET (MEC/FNDE). E-mail: lucascariri7@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Pina Lima
(DHI/UFS)

O presente trabalho encontra-se vinculado ao campo da relação entre música e ensino de História. Nesse sentido, toma-se como objeto de estudo o RAP intitulado Pedagoginga, composto por Thiago Eliniô (2017), com o objetivo de investigar a referida produção musical, não somente como uma crítica ao ensino de História, mas como propositora de soluções. Para tanto, observa-se a seguinte metodologia: 1. Reflexão sobre as aproximações existentes entre o RAP e o conceito de “quilombismo” (TEPERMAN, 2015; NASCIMENTO, 2002); 2. Percepção da ideia de “epistemicídio” (CARNEIRO, 2005) encontrada nas “ausências temáticas” presentes na BNCC (2018) e 3. Levantamento de questionamentos sobre a presença do racismo religioso, percebido nos conteúdos que privilegiam o cristianismo como culto hegemônico na nossa História. Diante do exposto, considera-se que a referida composição levanta uma forte crítica sobre as representações simbólicas, visíveis ou invisíveis, presentes no ensino de História que, por vezes, podem gerar repulsa e indignação entre os alunos e alunas pretos (as); pois não conseguem se desvincular de um currículo eurocêntrico, que invisibiliza à produção negra e afro-brasileira, como parte integrante do conhecimento histórico.

Palavras-chave:

RAP; Ensino de História; Quilombismo; Epistemicídio.

UMA ZONA BOÊMIA NO CENTRO DE ARACAJU NA DÉCADA DE 1930 A 1950

Maísa Bispo Nunes

Cultura, Memória e Identidade.

Orientador: Prof. Dr. Eder Donizeti da Silva

A antiga Zona Boêmia de Aracaju é um conjunto de lugares localizados no Centro da capital sergipana que desenvolviam atividades em comum, constituindo-se como um circuito de estabelecimentos envolvidos em atrações relacionadas ao lazer, prazer e socialização. A presente pesquisa tem como objetivo revisitar a boemia aracajuana que existia nas décadas de 1930 a 1950, período onde se observa o auge das atividades desses estabelecimentos na capital. Os lugares que formavam a Zona Boêmia constituíam-se como locais que possuíam uma peculiar e polêmica representação perante a sociedade da época, principalmente em questões relativas a moralidade. Mais que apenas locais para prostituição e consumo de bebidas alcoólicas, a zona boêmia era utilizada como um reduto para o lazer masculino; espaços onde havia música e conversa, firmando-se como ponto de encontro de amigos, artistas e intelectuais; lugares que se constituíram como parte da memória e da identidade sociocultural da época. A pesquisa segue através do viés da história do cotidiano, explorando experiências que atravessam seu percurso.

Palavras-chaves:

Boemia; Memória; História Cultural; Cotidiano; Lugares.

SUJEITOS E BASTIDORES DO INSUCESSO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE ARAPIRACA, ALAGOAS (2003)

Marcos Ponciano da Silva

mestrando no Programa de Pós-graduação em História-UFS. Linha: Cultura, Memória e Identidade

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa

A narrativa se refere ao envio de um e-mail entre clérigos da diocese de Penedo, Alagoas. A notícia da criação da diocese chegou aos ouvidos de muitos e que não gradou às autoridades e que pede que seja feito sigilo. Mas por que essa apreensão? Não poderia essa notícia ser divulgada? A narrativa é reticente sobre essa apreensão. As reticências, ou melhor, não ditos, possivelmente nos puxam para o terreno das relações de poder. O enredo que escolhemos optar inicialmente pela identificação de quem mandou o e-mail. E antes mesmo de trilharmos possíveis respostas sobre o primeiro personagem, optamos em discutir o que seria correspondência. Abordamos como se dava a comunicação entre as pessoas antes da descoberta da imprensa e até a era da tecnologia, já no século XX. A discussão do que seja acontecimento foi outro passo que tomamos na construção deste nosso enredo. Desejamos falar sobre o termo acontecimento”. Isto nos instiga a problematizarmos o que é ele e, sobretudo, a fabricação dele. Neste sentido, vamos discutir a relação memória, silêncio e história. Optamos em dar sentido aos pequenos fiapos dessa memória fragmentada presente inicialmente nesse e-mail e espalhada nas diversas entrevistas de história oral que fizemos.

Palavras-Chave:

narrativa; relações de poder; memória

A TRAJETÓRIA “MÃE BILINA” DE LARANJEIRAS (1879-1974): “nasci pra ser a dona das colônias de Santa Bárbara”

Maria da Conceição Bezerra dos Santos Sobrinha

(Bolsista CAPES)

Orientador: Prof. Dr. Petronio Domingues

Esta comunicação se dedica a estudar a trajetória de Umbelina Araújo, “Mãe Bilina” de Laranjeiras. Primeira aloxa da Irmandade de Santa Bárbara Virgem e liderança das taieiras de Laranjeiras. Nascida em 21 de agosto de 1879, descendia de dois negros egressos do cativeiro, sendo neta de quatro africanos, dos quais herdou o seu amor e respeito pela cultura africana. Umbelina faleceu na madrugada do dia 27 de setembro de 1974, aos 95 anos de idade, cheia de arrependimentos por não ter ido conhecer a África. Mas ao longo da sua longa vida, buscou construir a sua emancipação e a da sua comunidade nagô. Ao desta comunicação, buscaremos compreender como se dera as primeiras décadas do pós-abolição na cidade de Laranjeiras-SE, por meio da trajetória de Dona Umbelina.

Palavras-chaves:

Pós-abolição; Laranjeiras-Sergipe; Nagô; Mulher Negra; Umbelina Araujo.

QUEM FOI O ASTRÓLOGO CRISTÃO-NOVO MANUEL RODRIGUES: *sentenciado pela Inquisição, acusado de praticar astrologia judiciária e de possuir livros proibidos pelo Concílio Tridentino em 1583*

Taylana Lis de Araújo Pereira

Mestre em História pelo PROHIS. Ex - bolsista da Capes

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva

21

O trabalho proposto neste resumo é resultado de uma dissertação de mestrado que trata da vida e trajetória do cristão-novo Manuel Rodrigues que foi processado no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, acusado de praticar astrologia judiciária e de possuir livros proibidos pelo Concílio Tridentino. A pesquisa é qualitativa e segue os procedimentos metodológicos da micro-história. Além de analisarmos o protagonismo do personagem no processo de construção do conhecimento, procuramos analisar outros desdobramentos relevantes que envolviam o contexto social e histórico do sujeito analisado: a perspectiva da intolerância, o racismo, a perseguição aos cristãos-novos, a luta da Inquisição Portuguesa contra as ideias e obras científicas e estrangeiras que entravam no país, a censura inquisitorial, *Index Librorum Prohibitorum*, de 1559, a nona regra do *Index* que reverberava sobre a astrologia judiciária e o catálogo de livros proibidos no Reino de Portugal de 1581. Procuramos verificar o papel que a astrologia desempenhou nas ciências, na medicina, nas navegações e na astronomia do século XVI, assim como a contribuição da cultura sefardita na propagação e consolidação desta prática em Portugal.

Palavras-chave:

Manuel Rodrigues; Inquisição; astrologia.



ARTIGOS COMPLETOS

*Simpósio Temático 1: Relações
sociais e poder*

Introdução

Seguindo a proposta da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS), os resumos submetidos foram alocados nos Simpósios Temáticos do evento, de acordo com a vinculação do pesquisador (a) às duas Linhas de Pesquisa do Programa. Dessa maneira, o ST1 recebeu comunicações que se enquadram na Linha de “Relações Sociais e Poder” e, por motivos excepcionais, este simpósio aconteceu na modalidade remota, através da plataforma Google Meet. Apesar da intercorrência, todos os participantes inscritos apresentaram as suas comunicações no dia 26 de novembro de 2022. A dinâmica do ST consistiu em, a princípio, assistir às apresentações que foram divididas em dois blocos e no final de cada um deles, abrir um espaço para realização de questionamentos.

A primeira apresentação “*Feminismo e Política: o PCB e suas relações de poder*”, foi da mestrande Alice de Andrade Pampani que, desde a graduação se concentra em analisar o discurso da poeta e militante Jacinta Passos, através de seus artigos publicados em diversos periódicos. De maneira mais ampla, Alice Pampani se propõe a investigar as relações de poder entre os homens e mulheres no PCB da Bahia, assim como enxergar a História do Brasil por meio da atuação da petebista Jacinta. Na sequência, o trabalho apresentado por Anália Vanessa Machado da Conceição, “*Masculinidades em Castela-Leão: através das cantigas de escarnio e Maldizer do Monarca Alfonso X (1252-1284)*”, suscitou uma interessante reflexão sobre as características do homem medieval, a partir do conteúdo presente nas canções de Alfonso X, “o sábio”. Ao longo da exposição, a pesquisadora deixou claro que, é importante considerar o contexto em que essas canções foram produzidas e por isso, a fonte também ajuda a elucidar as relações de poder e político-militares deste monarca.

Estudar a atuação feminina no governo de Justiniano a partir das obras do historiador do século VI Procopio de Cesareia, é o propósito da pesquisa de Aylla Maria Alves dos Santos. Em sua apresentação, a mestrande ressaltou o lugar subalterno que as mulheres ocupam na documentação originária da Antiguidade Tardia e que durante a pesquisa, está fazendo a comparação das obras de Procopio para analisar como Antonina e a imperatriz Teodora se comportavam naquele governo. Ainda no primeiro bloco, Fernanda Carolina Pereira Santos, doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e egressa do PROHIS/UFS, apresentou o texto “*Revisitando a questão da dependência econômica sergipana*”. Fruto de um longo e exaustivo trabalho com as fontes primárias, a comunicação de Fernanda Carolina representa um avanço

ao questionar os paradigmas já consagrados e solidificados há décadas na historiografia econômica sergipana. Encerrando o primeiro bloco de apresentações, tivemos a exposição de Leonardo Teles de Matos Santos, graduando em História e Bolsista PET. No âmbito da História Pública não institucionalizada, Leonardo se propõe a analisar a música “*Diário de um detento*”, do grupo Racionais Mc’s, relacionando-a ao conceito de encarceramento em massa. Além disso, o pesquisador busca investigar a potencialidade do RAP como dispositivo de produção do conhecimento histórico.

O segundo bloco iniciou com a comunicação “*Os usos da História Medieval para criação de uma identidade regional: o movimento autonomista Leonês e a Rainha Urraca I*”, de autoria de Luísa Vilas Boas dos Santos. Através de observação feita nas redes sociais, Luísa conseguiu observar os embates autonomistas entre leoneses e castelhanos na Espanha, iniciados na década de 1970. Em outro momento, a pesquisa objetiva também examinar a representação da rainha Urraca I na internet. Em seguida, Mércia Santos Cardoso explicou como utilizou-se de um documento manuscrito da década de 1950 para discutir o conflito vivido entre os trabalhadores da indústria têxtil de Neópolis (SE) e os seus patrões. Ademais, apresentou como se dava a relação deste grupo com o comunismo no Estado de Sergipe. Depois disso, Thaís Monique Costa Moura mostrou o resultado do seu estudo sobre a prática de utilização da Idade Média nos discursos de figuras políticas da extrema direita brasileira contemporânea. No final do bloco, sua apresentação estimulou uma boa discussão no grupo por se tratar de um tema bastante atual do nosso cenário político. Finalmente, Welton da Silva Oliveira, pesquisador do período colonial, reuniu a documentação do Conselho Ultramarino referente à Capitania de Sergipe del Rei de 1619 a 1706, e fez o mapeamento dos assuntos tratados nas correspondências e seus agentes interlocutores.

Como se pôde constatar nessa breve introdução, as investigações reunidas no Simpósio privilegiaram análises dos discursos e do próprio exercício do poder em suas diversas instâncias. Enriqueceu muito o simpósio o fato deste congregar pesquisas com diferentes temporalidades e espaços. Nesse contexto, tivemos trabalhos, por exemplo, que consideram também as relações de gênero no mundo medieval. Algumas pesquisas estão em estágio inicial e outras em fase de conclusão. Mas, certamente são trabalhos que se tornarão dissertações de relevância para os campos historiográficos em que se inserem.

Profa. Msc. Bruna Morrana dos Santos Cavalcante
Coordenadora do Simpósio

FEMINISMO E POLÍTICA: o PCB e suas relações de poder

Alice de Andrade Pampani¹

Introdução

Segundo Joan Scott (1995), por muitos anos a historiografia estigmatizou e banalizou a História das Mulheres, insistindo em uma ideia de centro de estudos, com o foco natural em homens brancos e heterossexuais como principais agentes da história. Scott fez uma crítica aos historiadores que se debruçaram apenas a História das Mulheres, acreditando que essa prática reforça a ideia de centralidade masculina, tratando as pesquisas sobre o feminino como algo periférico, explorado pelo capitalismo, ressaltando os aspectos socioeconômicos e ignorando suas particularidades, o que normalizava a ideia de que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino” (SCOTT, 1995, p. 75).

A mulher era responsável sempre pelos cuidados da família, dos filhos e da casa, já ao homem cabia-lhes a função de prover o sustento da família, podendo circular pelos meios políticos sem nenhuma interferência ou estranhamento. Desta maneira, este artigo visa compreender a relações de poder entre homens e mulheres dentro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e traçar uma trajetória, desde fundação em 1922, até seus diversos momentos de declínio até o golpe militar, em 1964. Assim, será possível analisar como as mulheres se comportavam em meios predominantemente masculinos e como elas se articulavam para conseguir ter mais espaço nessa sociedade.

1. O PCB Nacional e suas primeiras décadas de luta

Eric Hobsbawm em *Era dos Extremos* afirma que “a Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna” (HOBSBAWM, 1995, p.62). Segundo ele, os acontecimentos que deflagraram a Revolução Russa foram mui-

tos eficazes no sentido de mudar as estruturas da política global e inspirar revolucionários mundialmente no início do século XX. No Brasil essas ideias chegaram a todo vapor, principalmente entre os operários que se organizavam em sindicatos e reivindicavam seus direitos perante os patrões, com a realização de greves e assembleias que representassem seus direitos. Essa organização sindical se fortaleceu no país após o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, e tomou mais força na década seguinte com a proliferação das ideias libertárias de Vladimir Lenin (PRESTES, 2017).

Sobre a influência das ideias de revolução e liberdade, os movimentos anarco-sindicalistas – grupo mais importante do ponto de vista das lutas do movimento operário brasileiro – foram ganhando mais força e coragem. Fundamentalmente sobre a influência da Revolução Russa de 1917, um grupo de anarco-sindicalistas, após as diversas derrotas na virada de 1920, perceberam a necessidade da criação de um partido comunista no país que centralizasse seus interesses. Encabeçados por Astrojildo Pereira, um jornalista e escritor brasileiro, ele e outros oito companheiros decidiram criar o primeiro Partido Comunista do Brasil, em 1922, e fizeram um congresso para tomar as primeiras medidas dessa fundação.² Era um grupo reduzido, isolado, com influência limitada, mas muito heroico e combativo. Eles eram constantemente presos, mas sempre estavam em atividade, militando, participando de comícios, indo para porta de fábricas e procurando organizar os operários. Sobre a criação do PCB, Pereira descreve:

- 2 “Dos nove fundadores do PC, delegados nacionais representando os agrupamentos comunistas existentes em algumas cidades brasileiras (Distrito Federal, Niterói, São Paulo, Recife, Cruzeiro e Porto Alegre), oito eram egressos do anarcosindicalismo: o fluminense Astrojildo Pereira; o professor pernambucano Cristiano Cordeiro; o gráfico paulista João da Costa Pimenta; o sapateiro e operário da construção civil pernambucano, morador do Rio de Janeiro, José Elias da Silva; o alfaiate sergipano, também trabalhador do Rio, Joaquim Barbosa; o vassoureiro fluminense Luís Peres; o eletricitista de Cruzeiro, Minas Gerais, Hermogêneo da Silva; o barbeiro de Porto Alegre Abílio de Nequete. Somente o alfaiate espanhol Manoel Cendón não tinha origem anarquista, mas socialista”. Ver mais em: A fundação do PCB em 25 de Março de 1922. Partido Comunista Brasileiro, 2016. Disponível em: < <https://pcb.org.br/portal2/10702> >. Acesso em: 20, jun. de 2022.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES. Orientação: Célia Costa Cardoso.

As grandes greves e agitações de massa do período 1917- 1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica (...) A bancarrota do anarquismo fora total e com ela ficou encerrado um largo período da história do movimento operário brasileiro. O consequente surgimento do Partido Comunista, ao mesmo tempo que assinalava o início de um novo período era também a revelação de que as lutas precedentes haviam produzido um rápido amadurecimento político da classe operária brasileira, que assim mostrava compreender qual o papel histórico que lhe caberia à frente da revolução social e nacional em marcha (PEREIRA, 1979, p. 61).

Até a primeira metade dos anos 1920 praticamente não havia literatura comunista no país. Sem obras marxistas, o Brasil estava com um atraso cultural – fruto do domínio oligárquico e de quatro séculos de escravidão – que dificultava a organização ideológica do partido nesse início. A primeira obra marxista que se teve conhecimento foi o Manifesta Comunista traduzido por Otávio Brandão³, em 1924. Até aquele momento existiam apenas livros importados, de intelectuais que conseguiam trazer materiais do exterior e ler em outros idiomas, como o espanhol. Entretanto, algumas estratégias eram feitas para difusão, mesmo que modesta, de livros ligados ao comunismo, como a rede de colaboradores criada por Astrogildo Pereira para distribuição de livros, periódicos e folhetos, a fim de informar e direcionar os seus militantes (LACERDA, 2017).

O primeiro documento programático do PCB foi no segundo congresso em 1925, visto que no primeiro a preocupação primordial era ser aceito na Terceira Internacional, criada por Lenin em 1919, sendo reconhecido pela Comintern em 1924. No ano seguinte vai ser aprovada a sua primeira resolução política, como uma primeira orientação geral para o partido. Já nesse período a estratégia seria uma aliança do operariado, com a pequena burguesia revolucionária, ou seja, os tenentes, que na época era o grupo mais ativo contra as oligarquias. Para conseguir um avanço eliminar a dominação imperialista e do latifúndio no Brasil (VINHAS, 1982).

Até 1928 o PCB possuía uma política de caráter nacional libertador, se libertando da dominação imperialista e acabando com a dominação do latifúndio. Além dos próprios operários, comunistas e anarquistas, o PCB acabou tendo adesões de uma pequena burguesia, nesse caso, os tenentes ligados a Luís Carlos Prestes, como tratado anteriormente. Entretanto, em 1928 no 6º Congresso da Internacional Comunista, acontece uma modificação de caráter político, onde não será mais admitida alianças com a burguesia e a pequena burguesia. Segundo Prado (2019) essa decisão se deu em decorrência da derrota dos comunistas chineses na aliança que foi feita com a burguesia nacional. Prado afirma que:

Neste cenário, a IC afirmou que a China não reunia condições objetivas e subjetivas para uma revolução socialista, devendo limitar sua tática à luta por uma revolução de caráter burguês, nacionalista, antifeudal e anti-imperialista, de libertação nacional. Tal interpretação, subestimava o desenvolvimento do capitalismo chinês e das forças do proletariado, destacando que os comunistas deveriam apresentar-se como força auxiliar, ingressando no partido burguês nacional, o Kuomintang (PRADO, 2019).

Esse foi um período de bastante sectarismo do partido no Brasil, do chamado classe contra classe, sem nenhuma aliança com setores burgueses. A proposta da Internacional é que só se filiassem no partido os operários, camponeses e soldados, tornando o PCB quase uma “cópia” da Revolução Russa. Pois, como já foi dito neste artigo, o país ainda não possuía condições de avanço culturais, visto que não existia no Brasil uma pesquisa histórica sobre essa temática, logo, a tendência é que se copie modelos, principalmente um modelo extremamente forte e impressionante como o da Revolução de 1917.

Após o partido aderir a política de classe contra classe “pois o inimigo principal passava a ser o imperialismo e não o Estado agrário” (ROIO, 2013, p. 22) o PCB passará por uma séria crise, contando com a afastamento de Astrogildo Pereira, fundador e até então secretário-geral do partido. Após novas eleições em 1934, elegeu-se uma nova e conturbada direção para o partido, sendo Antônio Maciel Bonfim (Miranda) eleito para o cargo-chefe. Em outubro daquele mesmo ano o Brasil participou da Conferência dos Partidos Latino-americanos que aconteceu em Moscou. Sobre esse episódio Anita Prestes descreve como as decisões e consequências tomadas pelo PCB após esse encontro, foram diretamente influenciadas pelo atual secretário-ge-

3 Otacvio Brandão foi um dos responsáveis pela difusão das ideias comunistas no Brasil. Farmacêutico e ativista político, ajudou na criação e nos primeiros anos do PCB. Ver mais em: LACERDA, Felipe Castilho de. Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do comunismo no Brasil. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ral, o Miranda que transmitiu mensagens falaciosas sobre o país e colaborou com que a Internacional Comunista estimulasse e apoiasse os movimentos de insurreição no Brasil, desencadeado o que muitos chamam de Intentona Comunista:

Num de seus informes, Queiroz prosseguia difundindo informações fantasiosas e apreciações triunfalistas ao dizer que as massas camponesas assumiam a luta armada, os cangaceiros possuíam uma base de massas e as massas camponesas estavam dispostas a seguir Luiz Carlos Prestes (PRESTES, 2010, p. 135).

Após essa Conferência, a organização partidária volta decidida a lutar contra o fascismo. Principalmente após a criação em 1932 da Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo de caráter fascista que lutava contra os ideais comunistas. Outro grupo criado na primeira metade da década de 1930, foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL), este totalmente contrário a AIB, pois contava com diversos grupos, juntando comunistas e socialistas, o movimento operário, tenentes, associação de mulheres e estudantes. A ANL chegou a possuir cerca de 400 mil membros (PRESTES, 2005).

É importante ressaltar que a Aliança Nacional não era um partido e também não era um grupo ligado ao PCB, mesmo sofrendo grande influência dele, como afirma Anita Prestes ao considerar que os documentos da ANL são praticamente iguais aos do PCB. Os dois tinham em comum o desejo pelo poder nacional popular revolucionário, e um governo democrático e antifascista, contra o imperialismo e o latifúndio. Assim, com a efervescência dos movimentos contra o fascismo em e o aumento da popularidade dos integralistas, esses grupos acreditavam que em 1935 existia uma situação revolucionária no país, podendo haver uma tomada de poder. Infelizmente, esse levante conhecido como Intentona Comunista, foi derrotado, tendo seus líderes presos e torturados pelo governo de Getúlio Vargas.

Com o resultado dessa derrota de 1935, as prisões se enchem, a perseguição aumenta e o PCB acaba sendo em grande parte desarticulado nos anos posteriores. Seguido pelo golpe ditatorial de Vargas e a instauração do Estado Novo em 1937, que enfraquece e aumenta as perseguições aos comunistas. Em 1940 a direção nacional é toda presa, o partido fica acéfalo, com grupos espalhados pelo país. Somente em 1943 vai se organizar na chama-

da Conferência da Mantiqueira, realizada clandestinamente no interior do Rio de Janeiro. Dessa conferência algumas decisões foram tomadas como a continuação da estratégia de um partido de caráter nacional libertador, mas agora mais articulado e com mais alianças com a burguesia, contra o nazifascismo, mas sempre com a mesma concepção de uma revolução para libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio.

2. Mulheres comunistas, mulheres na política

A feminista marxista Clara Zétkin desde os primeiros anos do século XX, na Alemanha, acreditava que para a mulher se libertar seria preciso que ela combatesse o capitalismo, pois ele é responsável pela exploração feminina, e essa libertação seria uma etapa até o proletário chegar ao poder na política (ALAMBERT, 1986). Essa concepção vem desde Friedrich Engels, que em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* já disseminava a ideia de que as opressões femininas findariam com a transformação da propriedade privada em uma propriedade socialista (ENGELS, 1974).

No Brasil, as mulheres começaram a ganhar voz e participação na política nacional, na década de 1930. Em 1932 as mulheres conseguiram direito ao voto universal, através do Decreto nº 21.076, que foi estabelecido no Código Eleitoral Brasileiro, e firmado na Constituição de 1934. Nessa década também foram eleitas as duas primeiras deputadas federais do país pelo voto popular, Carlota Pereira de Queirós em 1934 e Bertha Lutz em 1936. Entretanto, um século antes a essas conquistas, já haviam mulheres lutando por mais direitos na sociedade.

Em 1832, Nísia Floresta publica *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, onde faz uma crítica as diversas opressões que as mulheres daquela época eram sujeitadas, estando as mulheres reservadas aos ambientes domésticos e aos cuidados da família, Nísia acreditava que a educação seria caminho para as mulheres se libertarem desse sistema e se tornarem resistência (CAMPOI, 2011).

Muitas brasileiras percorreram e ainda percorrem um longo caminho até conseguirem sua emancipação e lutarem por uma sociedade mais igualitária, principalmente porque pensar em igualdade em um país tão heterogêneo é uma tarefa árdua. E nas primeiras décadas do século XX, existiam vários grupos de mulheres, com interesses diversos e lutando por emancipação, cada uma em um grupo ou camada social, tornando a independência feminina uma atuação coletiva e individual de diversas mulheres.

Mesmo existindo vários grupos de mulheres, cada uma com suas lutas, este artigo se baseia nas mulheres de classe média, ligadas ao partido comunista, que entraram na política e movimentaram um lugar social masculinizado até os dias atuais. Entretanto, até elas alcançarem um patamar de visibilidade dentro da política e do PCB, elas trilharam um longo caminho. A já citada Bertha Lutz, além de ter sido eleita a segunda deputada federal do Brasil, foi líder de um dos grupos mais influentes referentes às questões femininas no país, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Fundada em 1922, se expandiu pelo Brasil, com grupos em diversos estados, e seu objetivo principal era alçar a mulher na sociedade como um sujeito político. Entretanto, a FBPF, não questionava o lugar da mulher no espaço doméstico, aceitando o papel que lhes era imposto pelos homens (SOIHET, 2013). É importante salientar, que essa organização feminina era, em sua maioria, formada por mulheres das classes mais abastadas da sociedade, o que talvez justifique o embate direto com as decisões masculinas. Além de suas reivindicações não incluírem as questões sociais e as diferenças econômicas das mulheres, como afirma Rachel Soihet:

Embora os programas da Federação sempre incluíssem reivindicações de melhora das condições de trabalho das mulheres operárias e da proteção às mulheres grávidas e crianças, seus vínculos diretos com a classe trabalhadora e com as mulheres pobres eram frágeis (SOIHET, 2013, p. 95).

O que não inviabiliza a importância deste movimento, que colaborou diretamente para o sufrágio feminino em 1932 e que contribuiu para a efervescência dos temas ligados às mulheres e a sua importância nas decisões políticas do Brasil.

Outros grupos de mulheres também surgiram, principalmente ligados aos movimentos de esquerda, como os grupos de mulheres do Partido Comunista do Brasil. As pecebistas se moviam incansavelmente em prol dos direitos das mulheres, tentando incluir em seus debates o máximo de mulheres possíveis, sejam elas de classes mais ou menos abastadas da sociedade. Uma das primeiras organizações foi a União Feminina do Brasil (UFB), fundada em 1935, que por sofrer grande repressão do governo de Getúlio Vargas, não ganhou tanta notoriedade, durando apenas alguns meses. Iracélli Alves aponta algumas das reivindicações dessas mulheres:

A organização defendeu pautas específicas para as mulheres: reivindicou a emancipação feminina; mais acesso à educação formal e que na escola tivessem a mesma formação que os homens; defendeu o fim das disparidades salariais entre os sexos, a partir do princípio do igual salário para igual trabalho e pautou a valorização do trabalho doméstico como trabalho produtivo (ALVES, 2018, p. 439).

Outra organização ligada às mulheres de esquerda foi a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), que não estava diretamente ligada ao PCB, mas havia forte participação das pecebistas em seus encontros. A criação da Federação aconteceu na Conferência Nacional Feminina, em 1949, que reunia mulheres de diversos movimentos ligados à emancipação feminina e aos direitos das mulheres na sociedade, principalmente nos espaços políticos. É importante perceber que essas organizações concediam as mulheres um protagonismo na política e em suas próprias vidas, em razão desta ser uma época que as famílias controlavam a moral das moças, entretanto, por estes serem espaços feitos por mulheres e para mulheres, a frequência delas nas reuniões não era um problema para maioria das famílias, pois para eles, aquele era apenas um lugar de sociabilidade feminina.

A criação destas organizações femininas, sejam partidárias ou não, foram importantes, pois colocaram as mulheres em um patamar mais alto, além de concedê-las um pensamento cada vez mais crítico a realidade a sua volta. E apesar de serem grupos formados por mulheres, elas desejavam se movimentar dentro da política, principalmente as pecebistas, visto que o PCB era o partido mais aberto para essas discussões durante a primeira metade do século XX no Brasil. Entretanto, é imprescindível ressaltar que os dogmas seguidos pelo partido, ou seja, as discussões e demandas da Internacional Comunista sobre as mulheres era controversa. Soihet (2013) ao discorrer sobre a mudança de perspectiva de Zuleika Alambert – militante do PCB e primeira mulher a participar do Comitê Central do partido – após compreender as opressões sofridas pelas mulheres por parte de seus próprios companheiros de luta política, em entrevista Alambert:

afirma que os soviéticos não enfrentavam as questões relativas à especificidade feminina, alegando — que a mulher participou da revolução ao lado dos homens, trabalha e estuda como eles, e que, portanto não há mais nada a reivindicar. Fato com

o qual não concordava, já que embora a mulher fosse valorizada legalmente, havia toda uma questão cultural que impedia de fato uma situação igualitária entre mulheres e homens (SOIHET, 2013, p.191).

Esse relato de Zuleika corrobora para o pensamento de que dentro das ideias do Partido Comunista Soviético não cabia, em primeiro plano, a discussão sobre o direito das mulheres, que somente seria tratado se pensasse a partir de uma perspectiva de classe em primeiro lugar. Mesmo que não fossem totalmente eficazes para resolver as diversas opressões sofridas pelas mulheres, a Internacional Comunista tentou difundir para os partidos comunistas dos demais países, as diretrizes que definiram sobre o trabalho junto às causas femininas. Daniella Lôbo afirma que no Brasil, as organizações criadas especificamente para as pautas femininas, como a UFB, já tratada neste texto “não possuíam intenção de uma incorporação maior das causas específicas das mulheres, denotando o desejo apenas de atraí-las ao movimento operário e alargar as fileiras do partido” (LÔBO, 2017, p. 51), o que ressalta a fala de Zuleika, quando discorre sobre a falta de debates profundos sobre o lugar da mulher na militância pecebista.

Rachel Soihet (2008) em seu artigo *Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?* discorre sobre as relações de dominação feminina a partir da “violência simbólica”. Segundo esta ideia, o poder parte de uma percepção que foi construída historicamente, que se difunde na sociedade de forma invisível, onde grupos criam categorias de pensamento que vão influenciar nas ações da sociedade a seguirem determinados padrões (BOURDIER, 1989). Na visão de Soihet, o machismo fabrica a imagem do opressor e a do oprimido, assim, a mulher não compreende os métodos de subordinação que está inserida, fazendo com que ela não procure superá-los, em contrapartida quando se depara com uma política ou valores conservadores, ela inclina-se a reformá-los (SOIHET, 2008). É possível observar este exemplo a partir do exemplo das mulheres comunistas, que acabam reforçando um discurso machista de que suas causas são menos importantes em detrimento das causas sociais.

[...] retomando a tese de Bourdieu, afirma que a construção da identidade feminina teria se pautado na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; o que corresponde-

ria a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal(...)29 SOIHET, R. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? In: Estudos de Sociologia, Araraquara, v.13, n.24, 2008, p. 198.

Por fim, é essencial compreender a dominação feminina e a relação entre homens e mulheres no PCB, como uma forma de violência simbólica, pois assim é possível refletir as relações de dominação culturais, históricas e sociais que foram naturalizadas e construídas ao longo de tantos anos.

Considerações finais

O PCB sempre teve uma política de incentivar a participação feminina, lutar pelos interesses das mulheres desde a sua formação na década de 1920, sendo era a única organização, antes do golpe militar em 1964, que procurava fazer atos, publicar jornais e desejar uma adesão cada vez maior das mulheres no partido. Apesar disso, o partido possuiu suas limitações por conta do machismo, além de acreditar que existiam prioridades maiores do que a das mulheres. Os espaços ofertados para as mulheres dentro da estrutura do PCB eram ínfimos comparados aos dos homens, o que mostra como até um partido de esquerda com concepções mais liberais, podem reprimir as mulheres e as colocá-las em um lugar de subjugação.

Em vista disto é possível compreender que a origem do pensamento sobre as questões femininas desde a sua origem dentro do marxismo estava subordinada a questões de classe, em primeiro lugar. Desse modo, é importante que hajam pesquisas que se afastam do conceito de inferioridade feminina baseada na biologia superficial – a mulher sendo a genitora dos filhos e o homem o provedor do lar, a exemplo da relação entre ambos os sexos nas decisões políticas do PCB, pois como Boreli (2016) conceitua houve uma construção sociocultural que perdura até os dias atuais onde há diferenças entre os papéis femininos – relativos a esfera do lar, e os masculinos – relativos a esfera pública. Esses conceitos se refletem diretamente na forma como as mulheres são vistas quando ocupam esses espaços masculinizados.

O feminismo e suas ideias propõem uma transformação estrutural na sociedade, pois a partir do momento que as mulheres conseguem equidade em relação aos homens, toda estrutura social muda. O patriarcado oprime e atinge a sociedade como um todo, criando divisões econômicas e exploração das minorias, propondo que haja um grupo mais forte que o outro, sendo isso a base das desigualdades. Dessa maneira, é importante analisar a atuação das comunistas, para que se torne possível pensar a história das mulheres a partir de suas hierarquias, suas lutas e organização nas práticas de resistência e não as colocar na historiografia somente em um local de opressão e dominação, como se elas se resumissem a seres dóceis e subordinadas.

Referências

- ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. Nobel, 1986.
- ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB e Feminismos: disputas e tensões (1930-1937). *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 25, n. 40, p. 435-452, 2018.
- BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. In: *História*, São Paulo, v.30, n.2, p. 196-213, ago/dez 2011.
- ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- LACERDA, Felipe Castilho de. *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do comunismo no Brasil*. São Paulo, 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.
- PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio Histórico e Político*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979.
- PRADO, Carlos. *A revolução chinesa e o problema das revoluções nos países ditos coloniais ou semicoloniais (1924-1927)*. *Revista Trilhas da História*, v. 8, n. 16, p. 195-210, 2019.
- PRESTES, Anita Leocadia. *A Revolução Russa (Outubro de 1917) e a fundação do Partido Comunista no Brasil*. In: JINKING, Ivana e DORIA, Kim (org.), *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. A conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe (Moscou, Outubro/1934) e os Levantes de Novembro de 1935 no Brasil. *Crítica Marxista*, v. 22, p. 132-53, 2006.
- _____. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 31, n. 1, p. 101-120, 2005.
- ROIO, Marcos Tadeu Del. Astrojildo Pereira, fundador do PCB. *Revista Praia Vermelha*, p. 19-25, 2013.
- SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 27-28
- _____. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu*. Edição 40. 2013: 169-195.
- _____. *Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?*. *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 24, 2008.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo: HAUCITEC, 1982.

A IMPERATRIZ TEODORA E ANTONINA: a atuação feminina no governo de Justiniano a partir das obras de Procopio de Cesareia

Aylla Maria Alves dos Santos ⁴

A definição de Antiguidade Tardia formulada pelo historiador Peter Brown nos anos 70, nos convida a “observar constantemente as tensões entre as mudanças e a continuidade no característico mundo que cerca o mediterrâneo” (BROWN, 1972, p.7), no momento em que as permanências do mundo clássico se integram as transformações que se seguiram, sobretudo, com o cristianismo. Neste contexto, destaca-se as ações do imperador Justiniano (527-565) – governou o que seria a parte oriental do que fora o Império Romano, posteriormente conhecida como Império Bizantino – período marcado pelas divergências cristãs, mas também pela anexação de territórios outrora dominados pelos romanos.

Os imperadores como toda a população se viam como romanos, proporcionando uma ligação com o esplendor que outrora Roma exibia, a parte ocidental do império tomado pelos “bárbaros” em 476. Todavia, contradizendo uma historiografia mais tradicional, o historiador Renato Boy observa nesse momento, não uma ruptura definitiva com o restante do império, mas uma “reorganização ou reestruturação das relações de poder político” (BOY, 2013, p.136), logo, as guerras travadas no Ocidente no período de Justiniano não seriam compreendidas como “Reconquista”, mas uma forma de rearranjo do poder político que persistem.

Sem dúvida, a obra mais célebre de Justiniano se encontra no seu labor legislativo, no qual serve como base para o Direito Civil moderno. Em decorrência das desatualizações e contradições, o imperador orchestra a harmonização e compilação do *Corpus Iuris Civilis*, auxiliado pelo jurista Triboniano. No ano de 529, ocorrera a publicação desta

compilação, chamada de *Digesto* ou *Pandectas*. No mesmo ano, também se deu a publicação dos *Institutos*, manual para estudantes de Direito, que incluía as atualizações das leis romanas. Além disso, nos anos seguintes, após a compilação do *Corpus*, publicou outras leis complementares, as *Novellae*, muitas das quais há influência de sua consorte, a imperatriz Teodora (527-548) que abordaremos mais adiante. Quando da morte de Justiniano, este já havia revisto todo o Direito Romano (RUNCIMAN, 1977, p.62-63).

No plano arquitetônico e artístico, Justiniano se empenhou na atividade construtora como propaganda do seu governo. Um dos seus grandes trunfos foi o embelezamento da cidade de Constantinopla, a capital cristã. Dedicou-se na reconstrução da Igreja Santa Sofia, considerada como o marco da arquitetura *Justiniana*, a qual o esplendor e as proporções nunca foram antes almejados (LEMERLE, 1991, p.36). Na esfera religiosa, a atuação de Justiniano é notável. Desde o reinado do seu tio Justino (518-527), trabalhou para uma reaproximação com a Igreja de Roma. Já no seu governo, as perseguições contra os hereges se intensificaram à medida que as campanhas do Ocidente operavam. No entanto, a imperatriz Teodora se mostra uma defensora da heresia monofisista⁵ até seus últimos dias.

Uma das principais fontes sobre o período de Justiniano advém das obras do historiador Procópio de Cesareia, que conta com excelentes pesquisas no âmbito nacional, voltadas principalmente para *História das Guerras*, composto por oito volumes abarcando os conflitos travados contra os Vândalos, Ostrogodos e os Persas. Em *Sobre os Edifícios*, nos deparamos com um panegírico repleto de louvores, que enaltece o trabalho construtor do imperador. Entretanto, *História Secreta*, sua obra mais intrigante e fascinante, apresenta outra faceta de personalidades já conhecidas de outras obras. Cesareia acompanhou o General Belisário em algumas das suas campanhas, o que permitiu um contato maior com a trama entorno do casamento deste com a Antonina, a qual dedica a primeira parte do seu livro. Todavia, as críticas mais incisivas serão direcionadas as figuras imperiais de Justiniano e Teodora, versando desde suas origens e características às ações administrativas que, segundo Procópio, levou à ruína romana.

4 [▮] Aluna no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-IFS), bolsista CAPES, integrante do *Dominium*.

5 Considerado desde o Quarto Concílio Ecumênico ocorrida na Calcedônia no ano de 451 como uma heresia.

Para que possamos compreender a percepção expressada por Cesareia no que diz respeito a imperatriz Teodora e Antonina, devemos compreender como o feminino era tido na Antiguidade Tardia, mais precisamente naquela região do mediterrâneo no século VI.

No que diz respeito ao feminino em Bizâncio, desde cedo as meninas eram reclusas no ambiente privado – o isolamento tendia a aumentar de acordo com sua classe –, em seus lares, os estudos eram escassos e seus ensinamentos eram voltados para os fazeres domésticos preparando-as para o matrimônio e a maternidade. Na adolescência, e muitas vezes antes disso, seus casamentos eram arranjados como forma de preservar a virgindade e por conseguinte, garantir a procriação, considerando os altos índices de mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida das mulheres. Posto isto, a única alternativa considerada “honrada” para a recusa ao casamento se encontrava nos mosteiros. O matrimônio era um sacramento que tinha como objetivo a procriação e manutenção da linhagem, sendo assim a abstinência sexual era exigida entre os cônjuges. Nesta perspectiva, a função primordial da mulher era exercer a maternidade, motivos de elogios em Bizâncio. Não obstante, a mulher por outro lado, era vista como tentadora sexual, fraca, impura em períodos menstruais e no período após o parto, sendo motivo de descrença entre os homens (TALBOT, 1998, 118-121).

As imperatrizes e demais mulheres da aristocracia eram peças importantes nos trâmites políticos, o matrimônio imperial representava alianças políticas entre as lideranças vigentes. Na tradição imperial romana, a figura da imperatriz assume destaque na propaganda da imagem da casa imperial, a partir do matrimônio e na figura da mãe, proporcionando assim estabilidade ao poder imperial com a continuidade da dinastia. Além da relevância na construção dinástica, poderia exercer de fato influência no poder imperial, na administração do seu consorte ou assumindo a regência no caso do herdeiro masculino não tenha alcançado a maior idade (MARCOS SÁNCHEZ, 1996, p.515-532). Houve casos em que a imperatriz assumiu o poder imperial, mas além de serem escassos foram durante pouco período, posto que embora ocupasse os espaços imperiais as construções dos papéis sexuais eram atuantes.

A ascensão do cristianismo no tardo-antigo possibilitou a visibilidade de grupos marginalizados. Assim, a ideia de solidariedade pregada pela Igreja

permitiu a aproximação de mulheres abastadas das ações religiosas, atuando como patronas. Esse mecenato religioso possibilitou as aristocráticas o exercício de poder e influência na esfera pública, negado em outros campos. As mulheres imperiais se sobressaíram nesse ofício, com inspirações em Helena – mãe de Constantino, o Grande (324-337) – e suas fundações na Palestina (LASALA NAVARRO, 2013, p.377-378).

Embora, os preceitos cristãos tenham alterado as condutas morais do mediterrâneo, os atos profanos ainda permeiam essa sociedade entre os menos afortunados (BROWN, 1990, p.292). Contexto em que se inseri os primeiros anos das nossas protagonistas, a imperatriz Teodora e Antonina, como veremos a seguir.

Procópio de Cesareia é a principal fonte que temos sobre as origens dessas personagens. Em *História Secreta*, sabemos que Teodora era filha de um cuidador de ursos da facção dos Verdes,⁶ após a morte do seu pai a mãe pedi para que o antigo emprego seja agora realizado pelo seu novo marido o que é negado pelos Verdes, mas suas súplicas serão atendidas pelos Azuis, a qual Teodora será defensora junto com seu futuro consorte. Na adolescência, juntamente com suas irmãs, Comitó e Anastásia, à medida que cresciam eram levadas pela mãe ao teatro, neste período associado diretamente a prostituição. Cesareia descreve com detalhes as atividades desenvolvidas por Teodora neste período, e segundo ele “permaneceu assim por muito tempo no prostíbulo entregue a este comércio contra a natureza do seu corpo” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 10-11).⁷

Nunca houve ninguém que estivesse tão prestado a todos os tipos de prazeres, posto que muitas vezes, indo a uma refeição comunitária com dez ou mais jovens que destacavam especialmente pelo seu vigor corporal e faziam seu trabalho de fornicção, se deitava ao longo da noite com todos da mesa e uma vez que todos renunciavam continuava com esta necessidade, ela ia junto aos seus servos, que

6 Os Azuis e os Verdes foram duas das quatro facções do hipódromo de Constantinopla. Em *História Secreta*, Procópio descreve o apoio oferecido pelo casal imperial as ações criminais promovidas pelos Azuis.

7 Do texto original: “Permanecía así mucho tiempo en el prostíbulo entregada a este comercio contra natura de su cuerpo” (Tradução nossa).

talvez fossem trinta, e copulava com cada um deles, sem que sua luxúria pudesse sequer ser saciada assim (PROCOPIO DE CESAREA, *Historia Secreta*. IX, 16).⁸

Depois de um relacionamento mal-sucedido, seguiu para Alexandria onde historiadores apontam para o momento de sua convenção ao monofisismo da qual foi uma fiel aliada. E antes de retornar a Bizâncio percorre todo o Oriente praticando seu ofício que, segundo Procópio “só de alguém nomear perderia para sempre a benevolência de Deus” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 28).⁹ Ao chegar na capital do império conhece Justiniano, as informações que temos sobre esse encontro são vagas, mas logo após o ocorrido Teodora ascende os degraus da sociedade até se tornar patrícia.

Mas para a infelicidade de Teodora, a imperatriz Eufêmia (518-523) – consorte do imperador Justino, tio de Justiniano – era contra essa união, não apenas por ela ser uma “ex-atriz”, mas por ser uma herege, defensora do monofisismo, enquanto a imperatriz era uma ferrenha seguidora do credo calcedônio (EVANS, 2011, p.49). Assim, com a morte de Eufêmia, Justino revoga uma lei¹⁰ que impedia um membro senatorial se casasse com uma atriz. O casamento ocorreu em 525, mesmo ano que o imperador deu ao seu sobrinho o posto de César, designando seu sucessor, e em abril de 527 Justiniano foi coroado Augusto, título que também foi concedido a Teodora e raramente era concedido as esposas dos imperadores na Antiguidade Tardia, mas que passou a ser recorrente a partir do século VI (GARLAND, 1999, p. 2). Alguns meses depois com a

morte do imperador, Justiniano e Teodora ascende ao poder. Enquanto casal imperial, Cesareia alude a ação conjunta dos consortes em *História Secreta* “já que em vida comum nunca atuaram um sem o outro” (PROCOPIO DE CESAREA, X, 13-14).¹¹ Assim, no campo religioso assumiam polos opostos, ele ortodoxo e ela monofisista, entre as facções como ambos eram dos Azuis, divergiam em suas ações: Teodora deixava que atuassem livremente contra os Verdes, enquanto Justiniano se mostrava irritado e incapaz de enfrentar sua esposa, todavia, em um segundo momento, toma as rédeas do poder e castiga os Azuis, enquanto a imperatriz se irritava com a audácia do marido. Embora Cesareia transparesça a estratégia política do casal, não devemos menosprezar os julgamentos deste frente a atuação dos cônjuges, posto que é sobre a imperatriz que sobressai sua desaprovação apontando-a como defensora de heresia e excitando ataques dos Azuis, enquanto o papel de Justiniano é justamente o combate desses crimes mesmo que de forma “disfarçada”.

Enquanto atuou como imperatriz, deixou mais do que apenas um legado para a posteridade de uma mulher que nasceu na escória da sociedade e ascendeu a púrpura imperial, também atuou diretamente nos assuntos religiosos e de Estado, sabendo se mover nos trâmites políticos o que lhe concedeu um lugar entre as imperatrizes mais notáveis do império Bizantino. Contudo, muito dos seus feitos foram realizados com o auxílio dos seus colaboradores, da qual Antonina se enquadra como a mais valiosa, mostrando lealdade em momentos críticos a imperatriz. Segundo Procópio, seu avô e pai eram cocheiros que dirigiam equipes no hipódromo de Tessalônica e em Constantinopla, sua mãe era prostituta do mundo do teatro. Percebe-se que seus antepassados se assemelham aos de Teodora isso ocorre porque neste período, o mundo da prostituição estava atrelado ao teatro e ao circo, sendo perceptível entre os laços familiares, uma vez que desenvolviam atividades nas áreas urbanas das cidades (SIGNES CODOÑER, 2000, p.147).

De acordo Cesareia, Antonina mantinha uma vida de devassidão, frequentando os feiticeiros da sua família e adquirindo conhecimento, que segundo Procópio seria usado para controlar seu futuro marido. Antes do seu casamento com Belisário já ti-

8 Do texto original: “Nunca hubo nadie que estuviera tan rendido a todo tipo de placeres, puesto que muchas veces, acudiendo a una comida comunitaria con diez o más jóvenes que destacaban especialmente por su vigor corporal y hacían su trabajo de la fornicación, yacía a lo largo la noche con todos los comensales y una vez que todos ellos renunciaban a continuar con este menester, ella iba junto a sus servidores, que tal vez eran treinta, y copulaba con cada uno de ellos, sin que su lascivia pudiera siquiera saciarse así” (Tradução nossa).

9 Do texto original: “sólo con que alguien lo nombrase perdería para siempre la benevolencia de Dios” (Tradução nossa).

10 Esta legislação está presente no *Cod. Iust.* V 4, 23, permitindo não apenas que atrizes pudessem se casar, mas para atender as necessidades de Teodora, possibilitava a anulação do passado de mulheres que ascenderam a dignidade de patrícia (SIGNES CODOÑER: 2000, p. 101-102).

11 Do texto original: “ya que en su vida en común nunca actuaron el uno sin el otro” (Tradução nossa).

nha filhos, o que era descrito com tom de desaprovação pelo autor, o qual não se conteve a afirmar que era uma adúltera desde o início do casório e só escondeu com medo de represália da imperatriz. No entanto, assim que prestou seus serviços a Teodora conseguiu contorná-la e alcançar seus interesses (PROCOPIO DE CESAREA, I, 12-14).

Em *História Secreta*, ao mencionar a personalidade da imperatriz, o historiador apresenta uma imperatriz que manipula as situações ao seu favor, de uma frieza e crueldade implacável diante dos súditos que se assemelha a descrição das suas relações teatrais, dado que “costumava tratar sempre suas companheiras de teatro com a ferocidade do escorpião, pois a inveja a dominava completamente” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 26),¹² no entanto sabemos que esse aspecto da imperatriz não se manifestou a todos do teatro, dado que alguns desses velhos amigos serão remanejados para o palácio imperial e casamentos serão arranjados por Teodora, a exemplo de Antonina. Provavelmente a imperatriz que encorajou o casamento entre Antonina e Belisário (EVANS, 2011, p.62-65).

Como também, o tom de escárnio que tratava os seus amantes, é revisitado pela imperatriz ao tratar dos assuntos do Estado, segundo nosso autor, questões importantes eram tratadas por meio de gozação tal fazia no teatro. Entretanto, em *História das Guerras*, Cesareia nos apresenta outra faceta da imperatriz, seu destaque memorável na Revolta de Nika no ano de 532,¹³ momento crítico no governo em que foi aconselhado ao imperador fugir da cidade por conta do motim, neste momento a imperatriz interveio e garantiu a permanência do seu trono.

Não, que nunca me vejam sem esta púrpura, nem estarei viva no dia em que quem se encontre comigo não me chame de soberana. E é certo que se você, imperador, deseja se salvar, não há problema: temos muitas riquezas, e ali está o mar e aqui os barcos. Considere, no entanto, se, uma vez

seguro, não será mais gratificante trocar a salvação pela morte. Quanto a mim, estou satisfeita com um antigo ditado que diz: “o império é uma bela mortalha” (PROCOPIO DE CESAREA. *Historia de las Guerras: Guerra Persas*, Libros I-II. 24, 36-38).¹⁴

No campo legislativo, observamos que uma boa parte da legislação de Justiniano estava preocupada no amparo as mulheres, algumas das *novellae* ofereceram proteção em causa de dívidas, adultério, divórcio ou dote, entretanto, nas linhas de *História Secreta* essas mudanças ocorridas na legislação por influência de Teodora se apresentam como um atentado aos direitos dos maridos.

Naquele tempo era um fato que quase todas as mulheres tinham uns costumes depravados, pois pecavam contra seus maridos com completa liberdade, sem que esta ação lhes acarretasse perigo ou dano algum, pois todas culpadas de adultério ficavam impunes. Foram em seguida junto à imperatriz e, dando a volta na situação, levaram a julgamento seus maridos iniciando um processo com acusações por fatos inexistentes (PROCOPIO DE CESAREA, *História Secreta*, XVII, 24-25).¹⁵

Em 528, com apenas um ano de reinado Teodora implementou uma ação contra os donos de bordéis e pessoas envolvidas no comércio sexual em Constantinopla que se dirigiam aos campos para a compra de filhas de pobres camponeses a fim de serem prostituídas na cidade. A imperatriz fez com que todos fossem presos e devolveu o valor referente ao que eles tinham pago pelas me-

14 Do texto original: “No, que nunca me vea yo sin esta purpura, ni este viva el día en el que quiesse encuentren conmigo no me llamen soberana. Y lo cierto es que si tu, emperador, deseas salvarte, no hay problema: que tenemos muchas riquezas, y allí está el mar y aquí los barcos. Considera, no obstante, si, una vez a salvo, no te va a resultar mas grato cambiar la salvacion por la muerte. Lo que es a mi, me satisface un antiguo dicho que hay: ‘el imperio es hermosa mortaja’ (Tradução nossa).

15 Do texto original: “Por aquel entonces era un hecho que casi todas las mujeres tenían unas costumbres depravadas, pues pecaban contra sus maridos con completa libertad, sin que esta acción les acarrease peligro o daño alguno, puesto que cuantas eran culpables de adulterio quedaban impunes. Acudían enseguida junto a la emperatriz y, dando la vuelta a la situación, llevaban a juicio a sus maridos incoando um proceso con acusaciones por hechos inexistentes” (Tradução nossa).

12 Do texto original: “acostumbraba a tratar siempre a sus compañeras del teatro con la ferocidad del escorpión, pues la envidia la dominaba completamente” (Tradução nossa).

13 Revolta popular iniciada por divergências entre as facções dos Verdes e Azuis, ganha apoio dos que pretendiam derrubar Justiniano entre outros motivos pelo aumento dos impostos, foi duramente reprimida.

ninas aos seus pais, presenteando-as com novas roupas e dinheiro, dali em diante os bordéis foram proibidos na cidade (GARLAND, 1999, p.17). No entanto, a lei que pretendia proteger as prostitutas será alvo de julgamentos por Cesareia em *História Secreta*, aludindo que estas foram obrigadas a irem a um mosteiro para que mudassem de vida, “algumas delas se jogaram à noite do alto e desse modo escaparam de uma mudança que não haviam desejado”(PROCOPIO DE CESAREA, XVII, 6),¹⁶ contudo, por meio de *Sobre os Edifícios*, sabemos de outra leitura feita pelo nosso autor dessa ação, relatando o labor interventor do casal imperial nas vidas de jovens humildes que foram obrigadas a se prostituir (EVANS, 2011, p.93).

Em 540, o general Belisário é chamado pelo imperador a retornar a Constantinopla, ele que seguia na Itália junto com sua esposa Antonina. No ano posterior, o general partiu para lutar contra os persas na fronteira oriental, enquanto sua esposa ficou na cidade. Geralmente, Antonina acompanhava seu marido nas campanhas militares, como ocorreu contra os Vândalos e os Ostrogodos, mas dessa vez a imperatriz solicita a ajuda dela para a queda de João da Capadócia. Este era o Prefeito do pretório¹⁷ e exercia muita influência sobre Justiniano, sendo sua política financeira um dos motivos da Revolta de Nika, pelo qual foi afastado durante o motim, mas no mesmo ano o imperador o reintegra ao seu cargo. A influência e um certo prestígio que João da Capadócia dispunha de Justiniano não era bem visto por Teodora, ainda mais pelo fato deste fazer pouco caso da imperatriz ao ponto de “tramar caluniando-a perante o imperador”(PROCOPIO DE CESAREA, 25, 5).¹⁸ Entretanto, a imperatriz pouco podia fazer devido a essa relação que este possuía com seu consorte, mas sabia que Capadócia não gostava de Belisário, devido as suas conquistas na Itália e sabia do ressentimento

dele pelo menosprezo que o imperador expressou pelas suas conquistas, assim tramou uma forma de se livrar do prefeito com a ajuda de Antonina, com a qual ele praticamente nunca teve muito contato uma vez que sempre acompanhava o seu conjugue (EVANS, 2011, p.148).

Em *História das Guerras*, ficamos sabendo que João da Capadócia tinha uma jovem filha de nome Eufêmia, a qual Antonina logo ficou amiga chegando a conquistar sua confiança. Logo, a convenceu que Belisário estava desgostoso do tratamento que vinha tendo de Justiniano depois de tudo que tinha feito pelo império,¹⁹ essas palavras acabaram inspirando Eufêmia a introduzir o seu pai em uma possível conspiração contra Justiniano, e era tudo o que Antonina queria. Segundo Procópio, o prefeito logo aceitou um encontro para por a trama em prática devido a uma profecia que dizia que ele ascenderia ao trono, embora não fosse isso que lhe aguardava. Justiniano ao saber do complô da sua conjugue tentou avisar João, mas sem resultado. No encontro marcado com Antonina, o general Narses e o comandante da guarda palaciana, Marcelo, estavam escondidos a mando da imperatriz e quando ouviram o suficiente para se enquadrar em traição ao tentar capturar o prefeito conseguiu fugir para um santuário. Cesareia afirma que se caso tivesse ido diretamente ao encontro do imperador, ele não teria sofrido retaliação, no entanto caiu em desgraça e foi exilado (PROCOPIO DE CESAREA, 25, 11-33).²⁰

Com a morte de Justino I, Justiniano e Teodora se mudaram para o Grande Palácio, já o palácio de Hormisdas foi cedido a imperatriz que fez de refúgio para cleros, monges e freiras monofisistas que foram expulsos de suas localidades, o palácio chegou a ter cerca de 500 clérigos fugitivos atuando como um centro de resistência monofisista, de modo que o imperador construiu uma passagem ligando os dois palácios para facilitar as visitas de Teodora (EVANS, 2011, p.109-110). Além disso, uma das atuações mais marcantes em defesa da sua fé foi a deposição do Papa Silvério (536-537), todavia,

16 Do texto original: “Algunas de ellas se arrojaron de noche desde lo alto y de este modo escaparon a un cambio que ellas no habían deseado” (Tradução nossa).

17 Título antigo do império romano que fora reformulado pelo imperador Constantino tornando-se um funcionário administrativo, com imensas responsabilidades civis, como a tributação, justiça, transporte e correio, construções públicas e comércio (EVANS, 2011, p.141).

18 Do texto original: “maquinar calumniándola ante el emperador” (Tradução nossa).

19 Belisário em 541 exibiu um currículo pomposo, com vitórias significativas contra os Vândalos e os Ostrogodos e na sedição de Nika que garantiu prestígio entre seus pares, como também riquezas que compartilhou com o império saqueadas dos vencidos.

20 Do texto original: “maquinar calumniándola ante el emperador” (Tradução nossa).

sua intenção não era essa, primeiramente ela pediu que o papa revertesse a excomunhão do antigo patriarca de Constantinopla, o que foi negado por segundo ele se tratar de um herege monofisista. Assim, Teodora decidiu a substituição do Papa enviando uma carta a Belisário com instruções para derrubar Silvério, enquanto a Antonina – que na sua estadia na Itália se mostrou uma importante aliada – confiou a administração da trama. Acusado de traição Silvério foi deposto pelo casal e o Papa Vigílio (537-555) foi posto em seu lugar, todavia para infelicidade da imperatriz as promessas de reverter a excomunhão do patriarca não são atendidas, nem qualquer apelo aos monofisistas foram acolhida pelo Papa que a imperatriz sagazmente legitimou (GARLAND, 1999, p.36-37).

Dessa maneira, pudemos observar, de forma breve, as movimentações políticas articuladas por essas duas mulheres a partir das obras de Procópio de Cesareia. Apesar da retratação *procopiana* em sua maioria fora expressas de modo depreciativo, em nenhum momento menospreza o poder que elas exibiam, mesmo que para tentar compreender a influência que exerciam em seus respectivos cônjuges, recorra a julgamentos de uso de feitiçarias e encantos. A posição aristocrática e cristã de Procópio certamente interfere na sua parcialidade ao narrar os fatos, pois nos deparamos com defensoras de hereges e de mulheres que ascenderam do mais baixo escalão da sociedade. Percebemos como isso se apresenta na obra de Cesareia, uma vez que seguem alguns padrões narrativos que foram revisitados de outros historiadores clássicos a exemplo de Tucídides, imitação que para além da forma se equipara ao exagero literário que se manifesta principalmente ao relatar sobre a juventude “promíscua” da imperatriz. Assim como, as críticas proferidas a essas mulheres da corte perpassam por um olhar aristocrático cristão característico do século VI.

Por fim, o intuito do texto foi explicar sobre as reflexões em andamento na pesquisa que vem se debruçando sobre as atuações dessas mulheres na corte de Justiniano a partir de *História Secreta* e *História das Guerras*. Entretanto, como tal percebemos que outras variantes demandam uma maior atenção como as relações estabelecidas entre as demais personalidades da corte e os pormenores das relações conjugais e extraconjugais da qual Procópio testemunhou.

Documentação Tardo-antiga

PROCOPIO DE CESAREA. *Historia de las Guerras: Guerra Persas*, Libros I-II. Introducción, traducción y notas de Francisco Antonio García Romero. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

PROCOPIO DE CESAREA. *Historia Secreta*. Introducción, traducción y notas de Juan Signes Codoñer. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

Referências

BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos. Bizâncio em foco: a historiografia produzida sobre Procópio de Cesaréia. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v.1. p.1-15.

BARROS, José D’Assunção. *História Comparada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOY, Renato Viana. *Procópio de Cesareia e as disputas entre romanos e bárbaros na Guerra Gótica: da “Queda de Roma” ao período de Justiniano*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social). Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 193p.

BROWN, Peter. Antiguidade tardia. In: VEYNE, Paul. (Org.). *História da vida privada I: do Império Romano ao ano mil*. Coleção dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

BROWN, Peter. *O Fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

EVANS, James Allan. *The Power Game in Byzantium: Antonina and the Empress Theodora*. London/New York: Continuum, 2011.

FÈVRE, Francis. *Teodora, a imperatriz de Bizâncio*. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

GARLAND, Lynda. Theodora, wife of Justinian (527–48). In: *Byzantine empresses: women and power in Byzantium, AD 527– 1204*. New York: Routledge, 1999.

KOCKA, Jürgen. Para além da comparação. *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis. v. 21, p. 279, 2014.

LASALA NAVARRO, Isabel. Imagen pública y política de la emperatriz Teodora. Un estudio a partir de la obra de Procopio de Cesarea. In: *Revista Gerión*, v. 31, p. 363-383, 2013.

LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. Tradução de Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Universidade Hoje).

MAMEDES, Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes. *Guerras Secretas: Conflitos e Negociações na Corte do Imperador Justiniano*. Dissertação de Mestrado (Programa

de Pós-Graduação em História). Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018. 306p.

MARCOS SÁNCHEZ, M^a. M. Representaciones visuales del poder en época tardoantigua: la imagen de la emperatriz. *Hispania Sacra*, vol. 48, n. 98, p. 513-540, 1996.

RUNCIMAN, Steven. *A Civilização Bizantina*. Tradução de Waltensir Dutra. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SANTOS, Aylla Maria Alves dos. *A imperatriz Teodora e caracterização feminina elaborada por Procópio de Cesareia em História Secreta*. Monografia de Graduação. (Centro de Educação e Ciências Humanas). Departamento de História (DHI), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. 58p.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: _____. *Gender and Politics of History*. New York: Columbia University Press, p. 28-50. 1999 [Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila]

SIGNES CODOÑER, Juan. Introducción. In.: PROCOPIO DE CESAREA. *Historia Secreta*. Introducción, traducción y notas de Juan Signes Codoñer. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

TALBOT, Alice-Mary. A mulher. In: CAVALLLO, Guglielmo. (Org.). *Homem Bizantino*. Tradução Maria Bragança. Portugal: Editorial Presença, 1998. p. 117-139.

COMUNICAÇÃO POLÍTICA ENTRE SERGIPE, BAHIA E LISBOA: os assuntos e seus interlocutores (1619 – 1706).

Welton da Silva Oliveira²¹

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva²²

Introdução

Esta pesquisa é fruto de um Plano de Trabalho em Iniciação Científica desenvolvido de setembro de 2021 a agosto de 2022, com bolsa COPES/PNAES/UFS, no âmbito do projeto “Governos na América portuguesa: território, economia e sociedade”. A nossa proposta é de compreender por meio da correspondência oficial trocada pelos agentes coloniais entre Lisboa, Bahia e Sergipe del Rei os desígnios da Coroa portuguesa para com uma capitania subalterna, bem como perceber as demandas dirigidas dessa própria capitania para o Governo Geral da Bahia e o reino de Portugal, principalmente após a saída dos holandeses deste solo, em 1645. Que assuntos pautavam a comunicação? É possível perceber mudanças na política portuguesa com relação a essa capitania ao longo do século XVII? Quem eram os interlocutores dessas correspondências?

Nosso primeiro documento analisado é datado de 1619, e diz respeito a descoberta das minas de prata por Belchior Dias Moreia. Embora o recorte temporal desta pesquisa seja o fim da monarquia de D. Pedro II de Portugal, em 1706, o último arquivo advindo de Sergipe e que foi endereçado a esse monarca está datado em 1705, que é uma Consulta emitida pelo Conselho Ultramarino para que seja nomeado um homem para o cargo de Escrivão da Vila de Santo Antônio das Almas de Itabaiana.

Todos os documentos que embasam nossa pesquisa foram retirados do Arquivo Histórico Ultramarino, responsável por salvaguardar os arquivos do Conselho Ultramarino, principal órgão do Estado por-

21 *Graduando em Licenciatura Plena em história pela Universidade Federal de Sergipe, e bolsista COPES por meio do Programa de iniciação científica da mesma instituição

22 ²²Professor associado do DHI/UFS e Coordenador do PROHIS/UFS

tuguês em manter a comunicação política²³ entre as colônias e a metrópole daquele reino. Atualmente essas fontes estão disponíveis digitalmente pelo projeto Resgate Barão do Rio Branco, e foi através dessa documentação oficial, produzida no seio da administração portuguesa, que encontramos possíveis respostas para nossas questões iniciais.

Metodologia

Cada correspondência deste Conselho geralmente é constituída por vários anexos, mas para a realização de nossa pesquisa cada documento e seus anexos foram contabilizados como um só arquivo. Analisando trabalhos como o de Marcelo José Gomes Loureiro (2013), Fernanda Bicalho e André Costa (2017), e com base na leitura paleográfica dos documentos referentes a Sergipe Del Rey, foi possível traçar uma tipologia de doze assuntos recorrentes, são eles: Guerra/Defesa; Fazenda/Fiscalidade; Justiça; Descaminhos; Donativos; Cargos e Mercês; Frota/Comércio/Navegação; Revoltas e insurreições; Privados; Eclesiásticos; Governança; e Minas de Pratas.

As classificações ocorreram de acordo com as informações extraídas das fontes históricas, por meio da paleografia, e quando o documento se demonstrava ilegível, utilizamos da ementa oferecida no catálogo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Após a identificação das temáticas corriqueiras, elas foram contabilizadas e posteriormente, com base no que foi colhido, houve a criação de gráficos que vão ilustrar as discrepâncias e similitudes quantitativas na recorrência de alguns temas da capitania de Sergipe Del Rey.

Corpus documental

A História do Conselho Ultramarino está ligada ao Conselho das Índias (1604-1614), que embora pareça responsável pelo centro nevrálgico do comércio de especiarias, não detinha alçada acerca do trâmite dessas mercadorias, o que o tornou de efêmera importância. O Conselho Ultramarino surgiu num período de ruptura, com o fim da União Ibérica (1580-1640), e demarcou a ascendência da dinastia dos Bragança, através da figura de D. João IV (BICALHO; COSTA, 2017, p. 139).

O novo Conselho tinha estatuto datado em 1642, e teve o início de suas atribuições em 1643, dentre elas, a principal era de manter contato com as colônias portuguesas do ultramar, que eram espalhadas pela Ásia, África e América (BICALHO; COSTA, 2017, p. 138).

É por meio dos documentos deixados pelo Conselho Ultramarino que os historiadores conseguem pesquisar as redes políticas e o funcionamento daquele império durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Como vimos, o Conselho Ultramarino foi responsável por aglutinar informações de todos os cantos do império português durante três séculos, mas até se ter noção do valor histórico e do caráter científico desses documentos, anos se passaram.

Com o fim do funcionamento dele suas pastas foram encontradas atiradas no chão do Palácio da Secretaria de Estado, “a ser corroído por traças”; depois dessas condições, se teve notícia de que eles estavam sofrendo com as intempéries do clima europeu, ora de extremo frio, ora com calor. Em tempos chuvosos, ainda, eles podiam ser molhados, uma vez que o teto estava em má condições, e permitia a água escorrer pelas frestas até os documentos, quando lotados no sótão danificado do Núcleo da Escola Naval, e como se não bastasse, quando finalmente foram para catalogação, alguns documentos e objetos foram subtraídos, por pesquisadores e um de seus catalogadores (MIRANDA, 2022).

O material que restou, deu corpo ao Arquivo Histórico Ultramarino que conhecemos hoje, que surgiu num esforço do estado Português em facilitar o acesso às fontes históricas de vários povos em um único lugar (MIRANDA, 2022).

No tocante a Sergipe, o Professor Lourival Santana Santos e a Profª Maria Thetis Nunes, com o apoio da Universidade Federal de Sergipe e do CNPQ, conseguiram se deslocar para o Arquivo Histórico Ultramarino, em 1997, para fazer uma nova catalogação e microfilmagem dos arquivos disponíveis sobre a capitania de Sergipe Del Rey.

A comunicação política

Em fins da década de 1980, as disposições dos poderes que sustentavam a trama política nas partes constituintes do império ultramarino português passaram a ser questionadas por Hespanha (1989). O entendimento de que um “Império absolutista”, extremamente rígido e detentor de todo poder, teria pouca ou nenhuma eficiência (FRAGOSO, 2019, p. 49), num contexto de domínios longínquos, no

23 Usamos aqui a expressão “comunicação política” de maneira alargada para se referir a uma correspondência, cujos assuntos envolviam questões militares, judiciárias, fazendárias, dentre outras, emitidas ou recebidas por distintos agentes da administração portuguesa.

qual demorava-se meses entre uma ordem real e sua execução (SOUZA, 2006, p. 36), acabou suscitando respostas que foram encontradas a partir de documentações que revelaram uma dinâmica de governo polissinodal e descentrista, ou seja, as decisões não passavam por um único sínodo, um único Conselho; a própria Coroa como instituição passou a ser entendida como um conglomerado de órgãos – Conselhos, secretarias, juntas, etc – e isso desembocou no questionamento da centralidade. Lisboa era encarada como o centro nevrálgico de decisões, mas dialogava com os governos gerais ou vice-reinos (BICALHO, 2010, p. 345 - 347).

Essas descobertas foram responsáveis por uma renovação historiográfica que tende a embasar as teses de que era necessário estabelecer relações de poder que não fossem rígidas o bastante, para não causar insatisfações por partes dos colonos, nem frouxas demais, ao ponto de nutrir, por omissão, um sentimento de independência em relação metrópole. Era necessário estabelecer linhas de poder equânimes²⁴ para todo império, mostrando a “benevolência” do monarca, presente nas frequentes negociações que Portugal realizava por meio dos vice-reis, que em situações não prescritas nos regimentos, sediam aos interesses dos colonos, improvisando, ou “interpretando” da melhor forma, os despachos Reais, o que era parte crucial na sustentação da administração colonial portuguesa, embora para a Coroa isso não fosse tão interessante, pois poderia revestir os Vice-Reis e Governadores-Gerais com demasiado poder (SOUZA, 2006, p. 46, 95 - 97).

Talvez para diminuir a margem dessas interpretações, a Coroa Portuguesa, a partir de 1640, passou a consolidar um movimento centralizador (SOUZA, 2006, p. 68), enfraquecendo o poder dos Vice-reis e Governadores-gerais, avocando para si a comunicação com suas colônias e o provimento para cargos régios, por meio do contato estabelecido com as câmaras e com os próprios súditos, através do Conselho Ultramarino.

Para dar corpo a um fluxo de correspondências que visasse atender as instituições coloniais, os funcionários régios e seus súditos, foram criados órgãos da Coroa que formaram a ossatura base da comunicação política ultramarina portuguesa, como as Juntas, Secretarias e o Conselho Ultramarino.

Sergipe Del Rey no mundo atlântico

Sergipe Del Rey era uma capitania subalterna do governo português. Mas o que significa isso? O professor Augusto da Silva (2021, p. 3) dá a entender que as capitanias denominadas “subalternas”, ou ainda “subordinadas”, eram aquelas que tinham seus governadores, mas eles eram submissos aos de outra capitania, no caso de Sergipe del Rey, ela era subalterna à Bahia, sede do Governo Geral desde 1547.

E mesmo em uma posição politicamente marginalizada, esta capitania não conseguiu se desvencilhar dos tentáculos da Coroa Portuguesa e dos demais fenômenos que iam se estabelecendo pela Europa, e que tinham reflexo diretamente na colônia: foi vítima da omissão causada com a guerra separatista de Portugal e Espanha; se tornou palco da guerra contra os Holandeses; teve participação na consolidação da economia colonial, sobretudo pela sua produção de bovinos; e ainda buscou se inserir no metalismo.

De grande importância para a mobilidade social, a cultura do gado era diferente da monocultura canieira, já que, segundo Schwarcz (2018, p. 64), permitia a aderência de uma camada populacional que dava margem ao trabalhador livre, o que aponta para uma pluralidade étnica dos residentes de Sergipe Del Rey, sobretudo porque, segundo Felisbello Freire (1977, p. 176), a prática do manejo bovino foi um dos principais aglutinadores populacionais dessa região.

A vida de Sergipe estava tão intrínseca a sua produção econômica, que a historiadora Maria Thetis Nunes (2006, p. 84), ao estudar a invasão holandesa nessa região, afirma que essa capitania não foi reduzida a um campo de batalha, segundo ela, o pouco da população que persistiu neste solo, tanqueu seu gado para a zona interiorana, e lá estabeleceu morada.

São vários os debates em torno da ocupação holandesa neste solo, mas a maior parte dos historiadores que se debruçam sobre esse tema, assim como Nunes (2006, p. 99), apontam que “[...] a Capitania

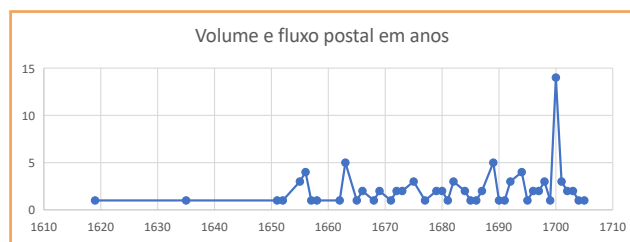
24 O termo foi escolhido para realçar a necessidade especiais que algumas colônias tinham em relação a outras, graças às posições geográficas, como bem explicitado por Laura de Mello e Souza. Enquanto nas américas os governadores e vice-rei ficavam no posto por mais tempo, nas bandas orientais daquele império isso não era possível, dada a distância demasiada entre colônia e metrópole. Existia “o risco de se reforçarem as solidariedades horizontais”.

de Sergipe Del Rei não foi marcada pelos tempos dos Flamengos”.

Sergipe Del Rey: volume e fluxo postal (1619 – 1705)

Se a afirmação da Maria Thetis Nunes (2006) estiver apontando para heranças físicas diretamente deixadas pelos invasores, de fato, poucas ou nenhuma foram suas edificações que persistiram, mas as desordens causadas aos Órgãos consultivos da Coroa portuguesa aconteceram e podem ser visualizadas no gráfico a seguir, criado a partir da análise das fontes históricas do Arquivo Ultramarino.

Gráfico 1: *Relação de Volume e fluxo postal em anos.*



Fonte: Resultado obtido de acordo com os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino referente a Sergipe.

Como podemos ver há uma lacuna presente entre o primeiro e o segundo lançamento (16 anos), e deste ao terceiro (16 anos).

São três documentos que acumulam, entre si, um período de 32 anos no qual Sergipe Del Rey possivelmente não se comunicou com a Coroa Portuguesa, entretanto, é impensável que tenha havido essa omissão. Essa lacuna pode ser explicada pelo contexto de guerra, já que desde 1598 Portugal estava lutando contra os Holandeses no Ultramar. O Centro administrativo da principal colônia de Portugal chegou a ser tomado pelos batavos, de 1624 a 1625, e se não bastasse, os invasores fixaram morada em Pernambuco desde 1630, (BOXER, 1969, p. 120 - 123) chegando às terras de Sergipe em 1637, local em que permaneceram até 1645 (THETIS, 2006, p. 83 e 96).

Depois dessa lacuna, o documento que demarca o início de uma constância no fluxo postal é o de 1651, mas como fica perceptível no gráfico, o maior pico postal que pode ser visualizado foi no ano de 1700, mas a que se deve tamanha expressividade?

Analisando a bibliografia referente a Sergipe durante o período colonial, Maria Thetis Nunes (2006, p. 281) aponta que esse foi um movimento iniciado em 1694, quando os representantes da câmara de São Cristóvão pediram a presença de um Ouvidor

Letrado, o que indica o patamar de importância que essa região passou a ter.

O pedido acabou recebendo o parecer positivo do Conselho Ultramarino e a aprovação do Rei, que concedeu a criação dos cargos de Ouvidor e Provedor, instituídos no ano de 1696. Entretanto, uma vez instalada, a ouvidoria necessitava de todo aparato para funcionar, isso implicava na criação de outros cargos régios, eram eles os de: “Corregedor, Escrivão, Tabelião, Inquiridor, Contador e Distribuidor, Meirinho da Correição, Alcaide, Carcereiro” (THETIS, 2006, p. 283 -284).

Mesmo com uma ouvidoria em sua região, Sergipe Del Rey continuou como uma capitania subalterna, uma vez que o órgão que estava sendo instalado era fruto do desdobramento da comarca da Bahia. Essa foi uma “manobra” do Governo-Geral e da Coroa portuguesa, que visavam aumentar a percepção de maior intervenção dentro da capitania que parecia persistir com práticas subversivas à ordem. Segundo a historiadora Edna Maria Matos Antônio (2012, p. 94), a instalação daquele aparato régio só se deu graças às várias adversidades que os capitães-mores vinham sofrendo e cometendo, depois do motim presenciado nessas terras em 1656.

Do aval do Conselho Ultramarino até os 1700, as nucleações populacionais de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto; Santo Antônio e Almas de Itabaiana; Santa Luzia do Itanhhy; e, por fim, de Santo Amaro das Brotas, foram elevadas à condição de Vila, portanto, também pediam o aparato régio para entrarem em funcionamento. O ano de 1700 foi justamente quando os cargos vacantes existentes desde o ano da elevação foram preenchidos, o que explica essa “emergência” e o vulto postal, que em sua maioria apresentaram interessados para ocupar os postos de Tabelião, Alcaide e Escrivão, nas vilas mencionadas.

A disputa por esses empregos, segundo Raminelli (2017, p. 373) se fazia mais competitiva porque quem o ocupasse, passava a compor a “Elite política”, uma espécie de “nobreza”, que só teria certa importância dentro da colônia, já que se comparado como os nobres do reino, eles possuíam menor grau nobiliárquico.

Ainda segundo Raminelli (2017, p. 373), possuir o aparelhamento necessário para o bom funcionamento da capitania, poderia dar margem para uma maior correspondência entre si e o ponto nevrálgico do Império português, a metrópole. O autor ain-

da explora a relação entre o grau de nobreza dos funcionários régios desses órgãos estarem diretamente relacionado com o fluxo postal com Lisboa.

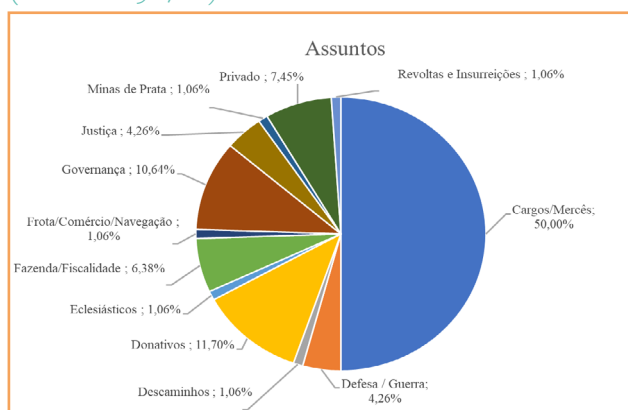
O ano de 1700, pode ser entendido como o alvorecer de Sergipe Del Rey para sua importância política dentro do contexto Ultramarino: A criação de vários Cargos em seus “interiores” pode ter aumentado seu valor simbólico, já que houve um crescimento no número da “elite política” da região, e assim pode demarcar o início de uma participação política mais ativa entre essa capitania e a Coroa Portuguesa.

Se o fluxo de correspondência das capitanias derivava de acordo com a sua importância econômica, com o instituto nobiliárquico dos agentes régios, ou ainda de acordo com os conflitos de jurisdição entre Ouvidores, corregedores, tabeliões ou demais funcionários das câmaras (RAMINELLI, 2017, p. 373), há que se pesquisar quais foram os fatos que resultaram no aparelhamento político dos “interiores” de Sergipe Del Rey, e ainda, uma prosopografia dos ouvidores dessas regiões.

Os assuntos recorrentes em Sergipe Del Rey.

O ano de 1700, além de demonstrar um fluxo postal anormal, representa um aumento em uma pauta recorrente. A fim de entender essas e os demais assuntos corriqueiros, elaboramos um gráfico responsável por ilustrar tais temáticas.

Gráfico 2: *Assuntos recorrentes em Sergipe Del Rey (século 1619-1706)*



Fonte: Resultado obtido com base nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) referente a Sergipe del Rey.

Defesa/Guerra (4,26%): Diz respeito a documentos que narram encontros ou arrolam feitos ocorridos durante a guerra contra os holandeses, dentro e/ou fora do território compreendido como Sergipe; versar também sobre a manutenção das tropas e construção de cadeias;

Fazenda/Fiscalidade (6,38%): Classificação criada para enquadrar os documentos que dizem respeito à tributação de produtos, ou até mesmo a conversão desta em virtude de alguma construção real: Aqui há consulta de quanto ganha/rende um funcionário público; pedido de pagamento de imposto; e até mesmo termo de crédito para alguns civis de Sergipe;

Justiça (4,26%): Enquadra as recorrências de pedidos de instauração de devassa, ou consulta do andamento destas;

Descaminhos (1,06%): Retrata denúncias de mau governo do capitão-mor de Sergipe;

Donativos (11,70%): Registros de doação régia para casamentos; ou para militares que foram escolhidos para servir na capitania de Sergipe, mas que não possuíam condições financeiras para o traslado de onde estavam para assumir o posto; também são presentes doações a viúvas de ex-funcionários régios dentro da capitania;

Cargos e Mercês (50,00%): esta classificação se deu aos documentos que apresentavam pedidos ao Rei, mas também versa sobre concurso para o provimento de funcionários régios, como o de Capitão-Mor, Sargento-Mor, Escrivão, tabelião, ouvidor, entre outros;

Frota/Comércio/Navegação (1,06%): relata o pedido dos moradores de Santo Amaro das Brotas pedindo permissão para que seu porto fosse utilizado com a entrada de barcos mercantis;

Revolta e insurreições (1,06%): Além de enquadrar o que a própria topologia específica, é uma forma de inserir Sergipe no contexto das revoltas coloniais;

Privados (7,45%): foram classificados os documentos que continham, em seu interior, algo relacionado à vida privada dos agentes da coroa ou dos próprios colonos; constam, neste tópico, desde pedidos para reconhecimento de fidalguia da Casa Real, a substituição temporária de agentes régios;

Eclesiásticos (1,06%): aponta pedidos dos moradores de ajuda para a edificação de paróquias;

Governança (10,64%): está ligado aos documentos que falam sobre a dinâmica governativa; versa sobre relações de serviço dos agentes da administração militar, civil e fazendária e pedidos para permanecer por mais tempo em postos de serviço temporário;

Minas de Prata (1,06%): aponta o documento que discorre acerca do possível descobrimento de minas de prata por Belchior Dias Moreira.

Cargos e Mercês

Historiadores que estudaram as informações trocadas no Conselho Ultramarino corriqueiramente se depararam com documentos que diziam respeito a pedidos diversos endereçados ao monarca. Esta pauta, em nossa pesquisa, conseguiu a marca de 50%. Exatamente metade de todas as correspondências trocadas entre Sergipe del Rey e Lisboa, de 1619 a 1705, versaram sobre pedidos de hábito de Cristo; de dispensa de cargo em favor de parente; mas também diziam respeito aos concursos para provimento de cargos régios dentro dessa capitania.

No ano de 1655, por exemplo, houve um concurso para o provimento do cargo de Tabelião do Público Judicial e notas, Escrivão dos Órfãos de Sergipe Del Rey, e dentre os três pleiteadores a tal serviço, um me chamou atenção pela persistência que ele apresenta em conseguir cargos régios nesta localidade²⁵.

Sua persistência não se dá pelo valor que este local possuía para a Coroa portuguesa, inclusive, em um de seus caminhos em busca de cargos nessa região ele foi escolhido por ser o único a apresentar folhas de serviço e “por o cargo ser de pouca consideração e a terra limitada”.²⁶

O nome desse militar e funcionário régio é Manuel de Sousa, e dentre outros motivos, ele foi escolhido para compor essa pesquisa pois com sua passagem por Sergipe sendo documentada pelo Conselho Ultramarino, nós conseguimos esmiuçar, apenas com base nessas fontes, um pouco do que seria o termo Mercê.

Nos documentos do Ultramarino referente a Sergipe del Rey, o nome de Manuel de Sousa aparece primeiramente naquele concurso de 1655, ele estava disputando o cargo com Antonio da Silva e Thome de Aguiar Daltro. Todos esses já tinham desempenhados serviços para a Coroa, serviços ligado à guerra, mas Manuel de Sousa conseguiu o dito cargo por que “[a]presenta alvará de V.mg^{de} de promessa de officio da justiça ou fazenda de que V.mg^{de} lhe fes merçe no anno de 647; tendo respeito a seus serviços feitos desde o de 638 (em

que se embarcou com o conde da torre para o Brasil) athe o de 646”²⁷

As Conquistas não eram lugares em que todos do reino gostariam de ir, e quando o faziam, iam pelas promessas de trabalhos quando chegassem a esses lugares, ou quando retornassem deles (MONTEIRO, 2005, p. 113). O Alvará concedido pelo Rei deu a Manuel de Sousa a promessa de um cargo na Fazenda ou Justiça, quando acabasse seu tempo de serviço no qual ele embarcou, e ele achou interessante desempenhar atividades em Sergipe Del Rey, para tanto, foi provido naquele posto.

Alguns autores apontam para a existência de um “comércio de mercês”, vinculado a “Economia do Dom”²⁸, formada por uma tríade “Dar, receber e restituir” (XAVIER; HESPANHA, 1993, p. 340), o que tornava os laços informais, por vezes, mais valiosos do que os formais, sendo isso responsável por perdurar num ciclo quase infinito de beneficiamento interpessoal (SOUZA, 2006, p. 48). Era, a mercê, alimentada por uma “amizade desigual”, no qual um favor era prestado e posteriormente retribuído, desta forma sempre haveria pessoas devendo e pessoas retribuindo os favores que receberam.

Trazendo para Manuel de Sousa, depois de ter sido Soldado, Alferes, de ser mandado para as conquistas, lutado contra os holandeses no mar e desempenhando outras atividades, lhe foi retribuído um Alvará de Lembrança, já mencionado. Naquele ano, como resposta pelos seus trabalhos, ele conseguiu a propriedade daquele cargo.²⁹

Era comum, naquele período, que alguém detivesse a “propriedade” de algum cargo régio, dado pelo rei, e que ele fosse hereditário (BICALHO, 2001, p. 192), mas quem assumia esses postos eram homens, e quando o “proprietário” de tal cargo não tinha filhos, ele poderia pedir uma mercê ao Rei, como fez Manuel de Sousa: No ano de 1663, através de uma portaria, foi concedido a liberação do Cargo logrado por ele em 1655. Queria com isso

25 AHU, SE, Avulso, Cx 1, d. 5. inv: 7.

26 AHU, SE, Avulso, Cx 1, d. 14/15. inv: 16.

27 AHU, SE, Avulso, Cx 1, d. 5. inv: 7.

28 Embora o termo “economia” e “mercê” estejam empregados na forma literal, eles não dizem respeito a troca de favores por valor monetário, eram aplicados sem base legal, sem nenhum documento que enfatizasse a necessidade dessas mercês –favores- serem retribuídos, era uma espécie de convenção social.

29 AHU, SE, Avulso, Cx 1, d. 5. inv: 7.

“poder renunciar o officio de que he proprietário, de tabelião e mais anexos da capitania de Sergipe de el rey em favor de hua de suas filhas para a pessoa que com ella casar, com declaração.”. Ou seja, o cargo poderia permanecer naquela família por meio de uma filha, entretanto o agraciado com essa “herdade” era seu esposo. Mas para nossa pesquisa, esse é um detalhe, o que interessa mesmo é que Manoel de Sousa, que conseguiu o tal cargo graças a presença de um Alvará de lembrança, agora estava pedindo ao rei para passar aquele cargo para seu futuro genro e ainda pediu outro alvará de lembrança, que possibilitasse seu ascensão em outro posto régio, já destacado nessa mesma correspondência: Nesta portaria do dia 10 de Janeiro, ele se adiantou, demonstrou interesse para o cargo de Sargento-mor da mesma capitania onde estava estabelecido.³⁰

No dia 16 de Janeiro de 1663, houve um concurso para o Cargo de Sargento-Mor da capitania de Sergipe Del Rey, ele foi o único a mandar folhas de Serviço, e conseguiu alcançar esse posto.³¹

Em 17 de Setembro de 1669 a saga de Manuel de Sousa parece ter chegado ao fim, pelo menos em Sergipe Del Rey. Foi nesta data que o Conselho Ultramarino revelou os pleiteadores para o cargo de Capitão-Mor desta capitania, mas ao final, com divergência dos conselheiros, ele acabou ficando, pela maioria dos votos, em segundo lugar, perdeu o posto para João Munhoz, entretanto, um dos conselheiros pedia que ele ficasse em terceiro lugar, atrás ainda de outro candidato ao cargo.³²

Podemos apontar alguns indícios que pesaram para que ele não conseguisse o posto de capitão-mor nesta capitania, mas não nos vem ao caso nesse momento. Pesquisas posteriores poderão esclarecer com maior profundidade o caminho de poder percorrido por ele nesta capitania³³, mas essa breve passagem pela vida deste homem eternizada nas fontes históricas do Arquivo Ultramarino,

perpassam bem o que nós tentamos aglutinar nesse tópico denominado “cargos e mercês”.

“Cargos” porque diz respeito a concursos para provimento de postos régios dentro da colônia, nos diversos setores; e “mercês” porque é um termo basilar, ponto nevrálgico em temáticas que abordam o chamado “antigo regime”. Os Estudos Hespanha e Xavier (1993, p. 340) revelam que era um artifício poderoso responsável por cimentar as relações sociais daquele período, “era uma forma de firmar laços, tecer lealdades, noções de pertencimento e mediar tensões. Em outras palavras, um instrumento pelo qual o rei podia não apenas remunerar, mas explicitar seu senso de justiça, seu amor aos vassalos e sua afinidade com o bom governo” (LOUREIRO, 2019, p. 6).

Manuel de Sousa estava preocupado em conseguir cargos, já que o poder de distribuir mercê era inerente, uma prerrogativa, que vinha juntamente com a investidura em alguns postos. Como já mencionado, se o poder informal das mercês era muitas vezes mais valioso do que os poderes formais, se estabelecer numa capitania como autoridade, reforçava seu poder político, militar e social.

O caso deste homem citado por nós nessa pesquisa é um exemplo do que ocorria e como ocorria dentro daquele contexto para conseguir algum cargo, hábito de cristo e demais benefícios cedidos pelo monarca a seus súditos, mas é importante saber que ele é constituinte de um grupo maior, o de pessoas que se correspondiam com a Coroa.

Os Interlocutores

Entendido minimamente a força do termo “mercê”, é importante cimentar quem eram os homens e mulheres que se utilizavam desse termo para conseguir benesses reais. Quem eram os interlocutores que se utilizaram do Conselho Ultramarino para chegar ao rei, ou mesmo, para quem o próprio rei escrevia, e em quais situações.

Dentre todos os documentos analisados, somente oito deles não tinham o rei como destinatário: destes, um está ilegível, e os outros dois não fazem menção ao seu destinatário. Dentre os cinco documentos restantes, quatro são endereçados a funcionários régios dentro da colônia (Um documento para o Vice-rei; outro para um Tabelião; um alcaide e um escrivão); o outro documento diz respeito a um pedido de uma viúva em favor do seu falecido marido: ela pede a instauração de uma devassa

30 AHU, SE, Avulso, Cx 1, d. 13. inv: 15.

31 AHU, SE, Avulso, Cx 1, d. 14/15. inv: 16.

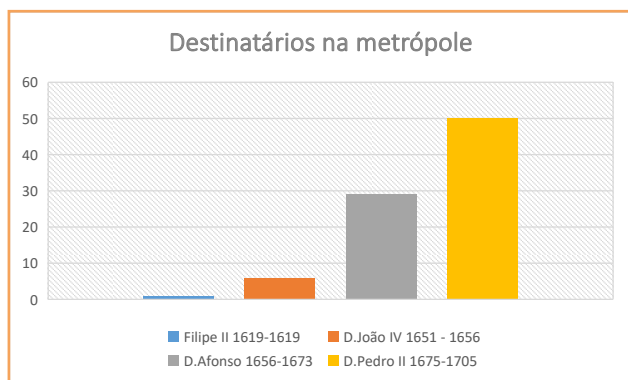
32 AHU, SE, Avulso, Cx 1, d. 26. inv: 25.

33 Seu insucesso pode estar ligado com o cuidado que a Coroa portuguesa tinha em não nutrir a perpetuação de uma única família em posição de comando, para não construir uma elite forte e indifferente com as ordens reais.

para apurar a morte de seu companheiro, documento em más condições de conservação.

Os outros 86 documentos restantes estão endereçados para os Reis que estiveram no poder de 1619 a 1706, e a distribuição dessas correspondências podem ser visualizadas no gráfico a seguir.

Gráfico 3: Gráfico de correspondências referentes à capitania de Sergipe Del Rey destinadas aos monarcas portugueses. (1619-1705).



Fonte: Elaborado pelo autor

Como o fluxo postal já foi analisado, nos importa, neste momento, entender o porquê desses reis serem o destino final de tantas correspondências. Dentre vários motivos, podemos citar o período de ruptura o qual Portugal estava passando com a deposição da dinastia filipina, em 1640, e a ascendência da casa dos Bragança como chefe da monarquia portuguesa. Esse cenário acarretou na necessidade de se restabelecer a fiabilidade da monarquia para com seus súditos. (BICALHO; COSTA, 2017, p. 139).

Ora, se temos o conhecimento de que o rei é o detentor do Dom real e possui a principal prerrogativa numa monarquia do antigo regime, a de distribuir mercês -favores-, como os súditos do além-mar podem confiar que serão atendidos pelo novo monarca?

A resposta é complexa, entretanto, de antemão podemos afirmar que houve a necessidade de reconstruir e cimentar o ideário de uma dinastia independente e capaz de governar dentro e fora do continente europeu, mostrando aos súditos que eles não ficariam desamparados, e para tanto a distância entre o reino e as conquistas precisou ser encurtada, problemática resolvida pelas correspondências do Ultramarino. (BICALHO; COSTA, 2017, p. 139).

A quantidade de correspondências endereçadas aos monarcas não é de se espantar: já que eles fo-

ram as personificações das distribuições das principais mercês que poderiam ser angariadas dentro e fora do reino, certamente todos queriam ter um canal de comunicação com ele, é justificável que mais de 93% de todas as correspondências de Sergipe del Rey o tivessem como destino final.

Mas se o rei era o principal destinatário, quem eram os remetentes?

Com base nos 94 documentos analisados, percebemos que apenas seis deles não foram escritos por oficiais régios: três são dos camarários de Sergipe no qual, no primeiro, eles pedem o auxílio do rei para a conclusão da Igreja paroquial; e no outro, de 1687, eles pedem auxílio para a conclusão da Igreja matriz; e por último, no de 1694 é quando ocorre o pedido para a “presença de um ouvidor letrado”. Os outros três documentos são de moradores desta capitania: O primeiro é de 1656, escrito pelos moradores de São Cristóvão, que relatam o motim ocorrido nesta capitania naquele ano; os outros dois documentos foram escritos por mulheres que estão em busca de justiça pelas mortes de seus maridos: A primeira é Margarida de Mendonça, viúva de Francisco de Resende Pinto; e a outra é Leonor Monteyro, viúva de Sebastião Fernandes de Sousa.³⁴

Talvez explicar que o Conselho Ultramarino tenha sido um dos responsáveis por diminuir a distância entre a Monarquia e o cotidiano nas conquistas, e depois demonstrar que apenas três documentos foram escritos por civis possa causar uma estranheza, uma controvérsia, e essa sensação pode ser estendida a um braço político presente em nossa pesquisa: as câmaras.

As câmaras do período colonial são alvo de estudos por diversos historiadores que dão amplitude a sua participação dentro da política portuguesa daquele período, afirmando que foram “instituições fundamentais na construção e na manutenção do império ultramarino português” (BICALHO, 2001, p. 191) mas se analisarmos as manifestações dos camarários de Sergipe ou São Cristóvão, veremos uma efêmera atuação, perpassada pelas fontes históricas que embasam nossa pesquisa. Desta forma, cabe-nos perguntar: seriam esses documentos responsáveis por demonstrar a totalidade da atividade política vivida em Sergipe Del Rey durante o século XVII? Se resume a esses poucos documentos, o trabalho desses camarários?

Como já mencionado anteriormente, os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino têm uma história de descaso, passa por furtos, e em relação a Sergipe, nós nos deparamos com uma documentação lacunar. Se fosse o caso de escrever uma história voltada para atuação política desta capitania, historiadores como Antoine Prost (2020, p. 56) apontariam para a necessidade de estender a quantidade de fontes históricas, para que houvesse a construção de fatos históricos sólidos. Logo, podemos afirmar que a atuação dos camarários não é abarcada completamente mediante o que expus.

Em relação a participação da sociedade civil, os mesmos questionamentos podem ser levantados, entretanto há que se enfatizar que o Conselho Ultramarino poderia ser usado pela sociedade civil, mas enquanto Órgão da Coroa, sua principal atribuição era a de fazer a comunicação entre a monarquia e os funcionários régios, já que eles funcionavam como o braço do rei nas conquistas do além-mar, eram os responsáveis por exercer os mandos régios nas longínquas localidades (CUNHA, 2005, p. 71), assim, não há estranheza ou inconsistência: na medida em que eram oficiais da Coroa, eles também eram súditos que, em muitos casos, tinham circularidade pelo reino, Ásia, África e na América Portuguesa.

Essas afirmações ficam perceptíveis quando demonstrado que os 88 documentos restantes foram escritos por pessoas que ou eram ou foram ou, ainda, estavam tentando ser oficiais régios em Sergipe del Rey, eram essas pessoas que, investido em seus cargos, faziam – ou pelo menos deveriam fazer – a representação das queixas e súplicas ao rei. No caso dos responsáveis pelos governos de capitanias, havia um contato entre eles e a Coroa, visando enfraquecer a figura de poder central dentro da Colônia, os Governadores-gerais e os Vice-reis. (SOUSA, 2006, p. 47).

Conclusão

Tentando entender as demandas de Sergipe del Rey com Lisboa, estudamos as temáticas emanadas por esta capitania e advindas da metrópole, com base nos arquivos do Conselho Ultramarino. Percebemos que a principal pauta que movimentava esta região, girava em torno do comércio de mercês, que geralmente estava ligado aos concursos para provimentos de cargos régios. Desta forma, pelo menos 50% dos 94 documentos tinham como destinatário os reis portugueses, mas quando olhamos os demais arquivos, vimos que apenas 8 cartas não os tinham

como destino final. Quem enviava para o Conselho Ultramarino eram os funcionários régios, súditos ou grupos de pessoas, e as câmaras

Com essas afirmações, certamente há quem pense que Sergipe del Rey, nos séculos XVII e XVIII servia apenas para distribuições de Cargos Régios, aparentando que Sergipe del Rey era de menor importância para a Coroa, mas é importante observarmos trabalhos consolidados que demonstram, com um maior repertório de fontes, a pujança econômica dessa capitania já foi amplamente demonstrada por Maria Thetis Nunes (2006), em todo seu Livro “história colonial I”.

Em relação à política, diversos autores apontam para a força das câmaras como fomentador da relação entre as conquistas e o reino, mas com base no que dispomos, um órgão responsável pela comunicação política, percebemos que há um problema para cimentar essa afirmativa em relação a Sergipe e a Coroa, todavia, pesquisas futuras poderão revelar uma dinâmica forte entre a política de desta capitania e a de Lisboa.

Além do que já foi apresentado, demonstramos o alvorecer político, dessa capitania, demonstrado pela instalação da Ouvidoria em sua região, responsável por fortalecer a comunicação dos “interiores” o centro local, São Cristóvão, com o regional, Bahia, e com a capital do império português, Lisboa.

Fontes documentais

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate Barão do Rio Branco;

AHU, Sergipe Avulso, Cx 1, d. 1; 2; 3; 3-A; 3-B; 4; 5; 6; 10; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 14/15; 17; 18; 19; 20; 21/22; 23; 24; 25; 26; 35; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 38; 39; 40; 41; 42; 43; 44/45; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 70; 71/72; 74/75; 76; 77; 78; 79; 80; 80-A; 81; 82; 83; 84; 85; 86; 87; 88; 80-B.

AHU, Sergipe Avulso, Cx 2, d. 1; 2; 3; 73; 4; 05 e 8; 6 e 7; 9; 10.

Referências

ANTONIO, Edna Maria Matos. *A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro-Sergipe (1750-1831)*. Cultura Acadêmica, 2012.

BICALHO, M. F; COSTA, A. O conselho Ultramarino e a emergência do secretário de Estado na comunicação política entre reino e conquistas. In: FRAGOSO, João;

MONTEIRO, Nuno. G. *Um Reino e suas Repúblicas* – civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2017.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *O antigo regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa* (séculos XVI – XVIII). – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: Conselhos, secretarias e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João;

GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das Redes: política e negociações no império português, séculos XVI – XVIII.* - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)* - São Paulo: edições 70, 1969.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do império português do Atlântico (séculos XVII). FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (org). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português* (séculos XVI a XIX). - São Paulo: Alameda 2005.

DA SILVA, A. Capitania-mor de Sergipe del Rei e governo da Ilha de Santa Catarina: estatutos, jurisdições e hierarquias. *Revista Ágora*, [S. l.], v. 32, n. 3, p. e-2021320308, 2021. DOI: 10.47456/e-2021320308. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/agora/article/view/36017>. Acesso em: 1 nov. 2022.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal, sec. XVII*. Livraria Almedina, 1994.

LOUREIRO, M. J. g. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: O Conselho Ultramarino e sua pauta: aspectos da comunicação política da monarquia pluricontinental* (1640-1668). 2019. Openedition. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/65830>. Acesso em 29/10/2022.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (org). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português* (séculos XVI a XIX). - São Paulo: Alameda 2005.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe colonial I*. 2 °ed. - São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p. 45.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia* — São Paulo: Companhia das letras, 2018. 2° ed.

PROST, Antonie. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção história e historiografia, 2). 2 ed.

SOUZA, Lauro de Mello e. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. – São Paulo: Companhia das letras, 2006.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel; HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. 1993.

Referência digital:

MIRANDA, Tiago C. P dos Reis. Núcleo do Conselho Ultramarino do AHU. – Youtube, Canal PGH-UFRPE. 2022. Disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=Owz-cuQj11q8&t=2724s> [acesso em 29/10/2022].

ARTIGOS COMPLETOS

Simpósio Temático 2 – Cultura, Memória e Identidade

Coord. Profa. Mislene Vieira dos Santos

INTRODUÇÃO

Como parte das celebrações pelos dez anos do Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) da Universidade Federal de Sergipe, ocorridas durante o V Seminário de Pesquisa, promovido entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, foi realizado o encontro de pesquisadores reunidos no Simpósio Temático *Cultura, Memória e Identidade*, referente a uma das duas Linhas de Pesquisa do Programa.

Esta Linha de Pesquisa reúne trabalhos investigativos que apoiam suas análises em torno de discussões conceituais sobre cultura e seus entrelaçamentos na construção de identidades, bem como na formação de memórias, decerto, permeadas por espaços de tensões, esquecimentos, apropriações e legitimações. A memória, entendida como fonte para a História, também é percebida enquanto fenômeno histórico, entendendo aí a construção e reconstrução coletiva a qual ela está sujeita. Assim, tão importante quanto a investigação dos usos da memória, é a análise dos usos da amnésia social. Em ambos os casos, lembrar e esquecer, está em jogo a construção de mitos identitários e universos simbólicos, onde a cultura é reelaborada em diferentes ritmos.

Dentro do Simpósio Temático, foram acolhidas propostas que viabilizaram o estudo de sujeitos históricos que, se não anônimos, foram pouco evidenciados em outras abordagens, trazendo à tona, com isso, os conflitos de narrativas e memórias na própria produção do conhecimento historiográfico. Também foram explanadas pesquisas que dão enfoque à questão patrimonial, material e imaterial, refletindo a respeito do papel dos patrimônios nas interações sociais cotidianas e dentro da própria pesquisa histórica como fonte e objeto de estudo. Além disso, o exame das interfaces entre cultura, política e poder na elaboração de diferentes representações da realidade social estiveram presentes, ampliando o olhar para a complexidade e multiplicidade das interações sociais, seus interesses, manobras de afirmação e desdobramentos ao longo do tempo e das diversas espacialidades.

O saldo do encontro foi um rico diálogo sobre as pesquisas desenvolvidas pelo PROHIS ao longo da última década, ao passo em que, olhando para o que foi produzido - ao se refletir e compartilhar

trocas sobre as diferentes investigações historiográficas - foi possível também apontar novos horizontes e direcionar caminhos para continuação, amadurecimento e ampliação das discussões.

Profa. M.Sc. Mislene Vieira dos Santos

Coordenadora do Simpósio

A NECROFILIA NA LITERATURA: uma análise da obra Decameron

Alexandre Gomes Carvalho Santos Junior ³⁵

Introdução

Influenciado por autores como Dante Alighieri, autor de *A Divina Comédia*, e Francesco Petrarca; Giovanni Boccaccio produz o *Decameron*, que traz em sua essência além de um registro de época, ensinamentos e/ou conselhos direcionados às mulheres – algo apresentado já no preâmbulo da obra – através de histórias de cunho comum ao seu cotidiano e região, utilizando de pessoas reais e também fictícias para então incrementá-las e narrá-las, sendo para muitos, a/ou umas das literaturas que rompem com a moral medieval trazendo consigo, o realismo e o erotismo, dando destaque a natureza e aos valores terrenos, sendo, para alguns estudiosos, como Doris Cavallari (2013), o primeiro livro de romance moderno. Nesse sentido, o presente texto pretende, dentro do que será esboçado, analisar a necrofilia, considerada como uma violação corporal, para além da parafilia, amor ou atração pelos mortos; assim, a análise da literatura – mesmo que de maneira breve – serve para maior e melhor entendimento da mesma, seja lá em que aspecto for; buscando por sua vez, também compreender o porquê das mulheres quase sempre serem vítimas da necrofilia, dentro das relações sociais e de poder.

Como se sabe, a necrofilia, considerada como tema tabu, já existia na antiguidade quando, segundo Heródoto (2006), os egípcios já tomavam medidas contra a necrofilia, proibindo que os cadáveres das esposas de homens importantes, fossem entregues rapidamente aos embalsamadores, por medo de que os mesmos os violassem; e no medievo, quando a necrofilia será considerada, pela Igreja Católica, como não sendo nem prostituição (“fornicação”) nem bestialidade, mas sim “poluição” com tendência à prostituição; e na modernidade, quando temas considerados tabus tomam visibilidade, tornando-se objeto de destaque em outras áreas do conhecimento, como na Psicanálise e na Literatura, onde é capturada por alguns autores

de contos clássicos, como *Romeu e Julieta* e *Bela Adormecida*, no qual incorporam uma fantasia necrófila, onde o cadáver é ressuscitado.

1. O Decameron

Também conhecido como Príncipe Galeotto, a literatura de Giovanni Boccaccio, *Decameron* ou *Decamerão* – no bom e velho português – significa, em grego, dez dias: deca = dez, e emeraí = dias; a mesma também possui uma referência a obra de Santo Ambrósio, o *Heptameron*, que conta a criação do mundo em sete dias e também com a obra de Dante, *A Divina Comédia*, que é composta por cem cantos assim como o *Decameron*, possuindo cem novelas unidas por um sistema de molduras literárias, escritas em sua maior parte, em dialeto toscano e/ou língua vulgar. A mesma é produzida entre 1348-1353, sendo composta então, por dez capítulos e cem novelas ou contos, nos quais são abordados inúmeros temas diferentes pelos principais personagens e componentes da Brigata, que são: *Pampinea*, *Elissa*, *Emília*, *Fiammetta*, *Neifile*, *Filomena*, *Lauretta*, *Dioneio*, *Panfilo* e *Filostrato*; dentre esses temas e/ou assuntos que são abordados através dos contos, estão o pecado, a astúcia, a virtude, a religião, a inteligência e outros que são, para a época, compreendidos como louváveis mas que também serviam para a sátira; característica marcante de Boccaccio.

O *Decameron* e suas histórias que ocorrem por volta dos séculos XIII e XIV, na Itália, estão de certa forma intrinsecamente ligadas a vida do autor que nasceu no ano de 1313 entre junho e julho na Península Itálica; o mesmo, que era filho de mãe desconhecida e de pai mercador, chamado de *Boccaccio di Chelino* ou *Boccaccino* – que era funcionário dos *Bardi*, os banqueiros de Florença, estava inserido com sua família, na pequena burguesia agrária de Certaldo, que pertencia ao condado de Florença, migrando – ao final do século XIII – com o objetivo de entrar para a atividade mercantil, que teve grande desenvolvimento sobre a sociedade toscana. Contudo, acredita-se que entre os anos de 1340 e 1341 Boccaccio tenha retornado a Florença devido a mudança de situação da sua família, que passava por dificuldades financeiras no contexto da guerra. Além disso, a relação entre os banqueiros florentinos e a corte de Anjou haviam se modificado, pois, mesmo antes da chegada da peste negra, em 1347, a economia da península tinha sido atingida por falências, crise essa, que estava relacionada à guerra dos Cem Anos (1337-1453), quando a Inglaterra

obteve o financiamento das companhias dos Bardi e dos Peruzzi para lutar contra a França, fazendo com que as derrotas do rei inglês, Eduardo III, fizessem com que ele suspendesse o pagamento das dívidas, levando essas companhias à falência; os Peruzzi em 1343 e os Bardi, em 1346. Já no ano de 1348, ano no qual Florença é atingida pela peste, Boccaccio dá início ao *Decameron*, provavelmente em Nápoles, obra que se empenhara até meados de 1353 aos quarenta anos, alcançando assim, com a sua obra-prima, seu apogeu na carreira literária.

O *Decameron* então, como já dito, será criado nos anos de 1348 à 1353, sendo composto para além dos dez capítulos e cem novelas, de acontecimentos e personagens que supostamente fizeram parte e influenciaram a vida de Giovanni e consequentemente o redigir da obra, como *Fiammetta*, moça que conhecerá em 1331 por quem se apaixonara, sublimando as suas experiências de amor juvenil. Esse encontro é descrito no *Filocolo* (obra que contém as inúmeras e intensas aventuras amorosas da sua primeira juventude). O *Decameron* é então iniciado, em Florença, durante a peste negra onde dez jovens – *Pampinea*, *Elissa*, *Emilia*, *Fiammetta*, *Neifile*, *Filomena*, *Lauretta*, *Dioneio*, *Panfilo* e *Filostato* – que num encontro dado pelo acaso, na Igreja de Santa Maria Novella, decidem refugiar-se, juntamente com alguns criados, para um palácio em uma região distante, nas proximidades das montanhas de Fiésole, com a intenção de se salvarem da pestilência e do caos da cidade. Então, em serena convivência, num jardim – que remete muito à filosofia de Epicuro – passam os dias entre danças, cantos e o contar de histórias, e a cada dia, fica combinado que um deles será eleito líder e/ou rei do grupo e da jornada, cabendo também ao mesmo, indicar o tema que deve ser tratado durante as narrativas. Contudo, a partir da segunda jornada, cuja rainha é *Filomena*, as novelas/contos passam a ser relacionadas a um tema específico pela rainha ou pelo rei, porém na jornada IX a rainha *Emília* determina que o tema fique livre, assim, apenas as jornadas I e IX não tem um tema determinado, onde um dos três rapazes – *Dioneo* – pode escolher livremente o tema de sua estória/novela.

A obra em si, para alguns estudiosos, está dívida e/ou agrupada em temas de acordo com o sentido poético de cada novela, outros estudos, porém, dividem o *Decameron* em temas recorrentes, a exemplo da fortuna, que constitui junto com o amor e a inteligência os temas que regem maior parte

da obra, “No *Decamerão*, a fortuna é vista como cíclica e imprevisível” (ALMEIDA, 2009, p.110). A respeito disso, é também especulado que possivelmente a base moral do *Decameron* seja a natureza, pois os próprios membros da brigata falam sobre isso, como mostra a fala de *Neifile* na oitava novela, da IV jornada, na qual ela diz:

Nobres mulheres: segundo penso, há pessoas que imaginam saber mais que as demais, quando, na verdade, sabem menos; assim, não contrariam apenas os conselhos das pessoas de bom senso, porém também acham que podem opor, à natureza das coisas, as próprias convicções. De tal presunção, já surgiram males enormes, nenhum bem, contudo, ela trouxe. De todas as coisas naturais, aquela que menos aceita conselho, e menos tolera atos contrários, é o Amor; a natureza do amor é tal, que ele prefere gastar-se por si próprio, a ser desmanchado pelo conselho de quem quer que seja (BOCCACCIO, 1971, p. 248).

Contudo, o que nos fica claro é que “Boccaccio constrói um microcosmo, refletindo no âmbito das cem novelas todos os aspectos da vida humana, em todos os níveis sociais” (BERRIEL 2013, p.11). Para além, também é perceptível que Boccaccio classifica com certa organização, as principais formas de conduta que se estabelecem na crise da doença que subverte a ordem, tanto moral quanto civil da sociedade e também anula a autoridade da lei que acaba por quebrar todas as barreiras e defesas, adentrando e dissolvendo todos os ambientes sociais, onde “os sobreviventes são vítimas do pavor e imaginação que arruinam todos os costumes e todos os hábitos” (BERRIEL 2013, p.12); não respeitando mais as diferenças; rompendo todo acúmulo ditado de maneira comum pelo pudor e pela conveniência, onde alguns escolhem a luxúria desenfreada, à bebida e os prazeres ou grupos de oração com práticas de autopunição; quando não rompem com os vínculos com este mundo já perdido, como os narradores da obra.

Outro ponto relevante é que a peste e a ameaça da morte não levam à compulsão medieval, mas levam a uma concepção completamente laica da vida, onde o sagrado, embora quase inexistente, não se preocupa com as vicissitudes humanas, como nas filosofias antigas, por exemplo, como o epicurismo ou o estoicismo. Isto é então, de forma clara, o Renascimento, caracterizado também pelo modo como a narrativa se estrutura, conduzindo à restauração da ordem em novos termos, o que a

torna também uma resposta ao caos que a peste traz para a cidade; o que fica exemplificado pela vida que é levada pela Brigata ou grupo dos narradores, voltada não apenas para o prazer mas para o prazer elevado, tornando-se uma coexistência conveniente e honesta e uma ideal forma de vida civil, estilizada e bem composta, onde as relações do grupo são bastante decorosas, apesar do elemento erótico presente em muitas das novelas.

2. A Necrofilia

Embora tenha sido apenas em 1850 que pela primeira vez a palavra necrofilia foi mencionada, pelo médico e psiquiatra belga, Joseph Guislain, a necrofilia – também chamada de tanatofilia – é uma prática existente desde a antiguidade e que tem, por definição, as palavras combinadas *Eros* e *Thanatos* ou *nekrós* e *philia*; considerada como uma parafilia, amor, desejo ou atração pelos mortos ou ainda um ato “niilista de procriação”, onde o cadáver é elevado ao nível de desejo, submetendo o *Eros* a repetição; “Repetição e aceleração, desejo de um cadáver como amante, como coisa, como ferramenta, objeto de amor sem possibilidade de reciprocidade, sem esperança de propagação” (FINBOW 2014 p, 6).

Finbow descreve a necrofilia de certa maneira poética, como uma motivação para o *Eros* ou que submete o *Eros* a repetição e que anseia e deseja um cadáver como amante; contudo e não muito distante dessa distinta definição de Finbow, existe algumas outras encontradas em diferentes manuais e dicionários que falam a respeito do termo; definindo a necrofilia como “uma obsessão e geralmente interesse erótico ou estimulação por cadáveres” (FINBOW 2014 p, 19); “fantasias ou comportamentos sexuais intensos e recorrentes que envolvem objetos, atividades ou situações incomuns” (FINBOW 2014 p, 20) ou ainda, como na 8ª edição do dicionário médico de Mosby onde a prática é descrita como “um gosto mórbido por estar com cadáveres e um desejo mórbido de ter contato sexual com um cadáver, geralmente de homens para realizar um ato sexual com uma mulher morta” (FINBOW 2014 p, 19). Contudo, essas diferentes definições trazem algumas reflexões a respeito do significado do termo; quando o retira, por exemplo, do rol das parafilias e o coloca no campo das obsessões – vista por alguns – como uma forma mais fraca de fetichismo; como no dicionário online Merriam-Webster.

Porém, ser obcecado por cadáveres não significa necessariamente que você tem ou faz sexo com ele, significa, porém, e também, que você ou qualquer outrem tem maior atenção e/ou consideração por tal, assim como os góticos usam joias de esqueleto e os mexicanos celebram o dia dos mortos. Apesar disso, a necrofilia não perde o seu caráter sexual, profano, patológico e por vezes perverso, mesmo com suas diferentes classificações e abordagens, pois, sempre será algo que envolverá o ato ou a atração por cadáveres, independentemente de quem a pratique; e apesar de bastante rara, a necrofilia – exercida geralmente por homens – já é uma prática realizada há muitos séculos em todo o mundo e assim como explanado anteriormente, sofrerá alterações em sua definição com o passar do tempo. Segundo (Heródoto 2006) a prática já é conhecida desde os tempos antigos, quando os egípcios já tomavam medidas contra a necrofilia, proibindo que os cadáveres das esposas de homens importantes, fossem entregues rapidamente aos embalsamadores, por medo de que os mesmos os violassem.

Outros lugares, momentos e artefatos também apresentam a existência da necrofilia, como na cultura moche, onde os atos de necrofilia foram retratados em cerâmica ou na lei hitita do século 16 aC até o século 13 aC, quando era claramente permitido o sexo com os mortos. A prática já existente será posteriormente considerada pela Igreja católica, durante a idade média, como não sendo nem prostituição (fornicação) nem bestialidade, mas sim “poluição” com tendência à prostituição; na Itália, por exemplo, durante o período renascentista, após a Peste Negra, a literatura estará recheada de referências sexuais, incluindo a necrofilia, como no poema *Orlando Innamorato* de Matteo Maria Boiardo, publicado pela primeira vez em 1483.

O tema, porém, vem a tomar real visibilidade com a modernidade, onde temas considerados tabus tornam-se objeto de destaque e pesquisa para outras áreas do conhecimento como a psicanálise e a literatura, por exemplo; onde será absorvida em contos clássicos como o da *Bela Adormecida*, *Romeu e Julieta* e outros como o *Dracula*. Por consequência desse maior interesse, a necrofilia é então classificada, através de estudos mais atuais e do Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM), como uma parafilia, agora identificada pelo CID10; possuindo, através do seu diagnóstico, causas e classificações; havendo, segundo (AGGRAWAL, 2009,

Apud KUMAR; RATHEE, GUPTA. 2019, p 4) quatro possíveis causas e dez classificações ou tipos, dentre os quais estão os Fantasiadores necrófilos, que fantasiam sobre necrofilia, mas não fazem sexo com o cadáver; os Necrófilos românticos, que devido ao luto permanecem apegados ao seu amante morto ou ao corpo do mesmo; os Necrófilos táteis, que excitam-se ao tocar ou acariciar um cadáver, sem necessariamente ter relações sexuais com o corpo morto; e talvez o mais grave, que são os Necrófilos exclusivos, que têm interesse exclusivo em sexo com os mortos e não podem ou conseguem se apresentar para um parceiro vivo.

A história está farta de descrições necrófilas, tanto na arte quanto na literatura e por mais difícil que seja definir a necrofilia – não à toa, há suas inúmeras classificações – é necessário maiores estudos de caso para melhor entender suas motivações e ver quais são os contextos e as preferências de um indivíduo para relacionar-se com um morto. Além disso, há outros tipos de necrófilos que estão dentro das dez classificações citadas a cima, estes que foram expostos são apenas alguns que de certa maneira se aproximam do tipo necrófilo presente no conto do *Decameron*, onde o senhor *Gentil de' Carisendi* aproveita-se da inércia e placidez do corpo de *Catalina*, para então tocá-la e acaricia-la.

3. O conto necrófilo no *Decameron*

Liderada por *Pânfilo* e contada por *Lauretta*, abordando como tema principal o elogio à magnificência, se dá início a história de *Messer Gentile de' Carisendi* ou Senhor *Gentil de Carisendi*, que chegando da cidade de Módena, retira da sepultura *Catalina* –mulher que fora dada e posta como morta e por quem o mesmo carregava grande paixão incorrespondida. Esta, porém, depois de restabelecida, dá à luz a um filho e o senhor *Gentil* a restitui – junto com seu filho – ao seu marido, *Niccoluccio Caccianimico*, em grande cerimonia com os fidalgos bolonheses, tornando-se posteriormente amigo da família.

Assim, houve em Bolonha na cidade da Lombardia, um cavaleiro muito nobre chamado *Gentil de' Carisendi*, que tinha se apaixonado por uma jovem chamada *Catalina*, que era casada com *Niccoluccio Caccianimico*. Vendo-se desesperado e não correspondido pelo amor de *Catalina*, ele viaja para a cidade de Modena, onde é nomeado podestade e *Catalina*, que estava grávida, vai para uma propriedade rural que ficava nas cercanias da cidade onde sofre um grave acidente e por estar sozinha

e sem o marido, é dada como morta pelo médico local devido a gravidade do acidente, enterrando-a em uma sepultura da igreja, nas cercanias do lugar. Sabendo do ocorrido, o senhor *Gentil* chora muito e decide então, que conseguiria um beijo de *Catalina*, mesmo estando morta. Assim, viaja sem ninguém saber e chegando ao local da sepultura – na qual estava enterrada *Catalina* – o mesmo, em prantos, entra no túmulo e deita-se ao lado do corpo o beijando inúmeras vezes; ainda não satisfeito, ao sair do túmulo, o senhor *Gentil* decide então tocar os seios de *Catalina*, pondo então suas mãos sobre os seios da mesma, percebendo, depois de um certo tempo, que seu coração ainda pulsava mesmo que de forma branda, convencendo-se de que ela – *Catalina* – estaria viva. Então, com a ajuda de um criado a tira do túmulo e, em segredo, à leva para a sua própria casa em Bolonha onde também vivia com a sua mãe.

Depois de ouvir o seu filho, a senhora com muita piedade, tenta reanimar o corpo de *Catalina* que após recobrar os sentidos, descobre – através do senhor *Gentil* – como chagara até ali; pedindo, por conseguinte, para que o mesmo a leve de volta para casa e não faça nada com ela que venha a manchar a sua honra e a do seu marido. *Gentil*, ouvindo isso a informa que a trataria como uma irmã e pede-lhe assim uma recompensa por ter salvo a sua vida; *Catalina* responde que faria o que ele desejasse desde que estivesse ao seu alcance e que fosse honesto. Sendo assim, o senhor *Gentil* pede para que ela fique em sua casa junto com sua mãe até que ele volte de Módena, para que em uma cerimônia solene, ele a devolva ao marido *Niccoluccio Caccianimico*.

Após cumprir suas funções em Módena, *Gentil* manda que seja realizado, no dia de sua chegada a Bolonha, um banquete em sua casa onde convida os nobres de Bolonha, entre eles, o senhor *Niccoluccio*. Tendo combinado tudo o que faria com *Catalina*, que agora estava com seu filho recém-nascido, o senhor *Gentil* manda que sejam servidos os pratos aos convidados e ao final do banquete os questiona dizendo:

Digamos que alguém tenha em casa um bom e fidelíssimo servidor, e que este fique gravemente doente; essa pessoa, sem esperar o fim do criado doente, manda que o ponham no meio da rua, sem lhe dispensar mais cuidados; passa um estranho, fica condoído, leva o doente para casa e com grande solicitude e gastos restitui-lhe a saúde. Eu gostaria de saber agora se o

primeiro senhor tem o direito de queixar-se ou de reclamar do segundo se este conservar o criado e usar seus serviços e não quiser devolvê-lo caso o primeiro a peça de volta (BOCCACCIO. 2013, p.621).

Os convidados se puseram a pensar e representados pelo marido de *Catalina*, respondem que o primeiro senhor não tinha nenhum direito sobre o criado; *Gentil*, contente com a resposta, principalmente pelo fato de ter sido dada pelo marido de *Catalina*, pede para os criados chamarem *Catalina*, que tinha sido vestida com roupas luxuosas. Ela, com o filho nos braços, então vai para a sala do banquete onde os convidados a observam de forma mais minuciosa, achando que seria a própria *Catalina*, caso a mesma não tivesse sido dada como morta. Após *Gentil* sair da sala, *Niccoluccio* assim como os outros, se aproximam e começaram a fazer perguntas, porém, não são respondidos pela mesma.

Tendo voltado, o senhor *Gentil* diz que ela era o criado abandonado citado no questionamento feito anteriormente e que ele, a tinha ressuscitado da morte. Em seguida, contou-lhes tudo o que havia ocorrido e manteve, conforme eles tinham respondido, que ela, agora, lhe pertencia. Enquanto todos choravam, *Gentil* levantou-se, pegou o menino e as mãos de *Catalina* e se dirigiu ao marido, *Niccoluccio*, o informando que tinha batizado a criança com o nome de *Gentil* e que sua esposa, *Catalina*, tinha vivido tão honestamente em sua casa como tinha vivido com o seu marido. Este, recebeu a mulher e o seu filho com muito afeto e com uma felicidade tanto quanto maior que a esperança de revê-los; agradecendo ao senhor *Gentil*, que agora tornara-se amigo de toda a sua família e padrinho do seu filho em meio aos elogios que todos faziam a forma de o senhor *Gentil* proceder. *Catalina* é então retorna para casa, onde é recebida com muita festa, sendo agora vista com muita admiração pelos bolonheses.

Após essa breve descrição do conto de *Messer Gentile de' Carisendi*, presente na 10ª e última jornada do *Decameron*, tomo a liberdade de trazer alguns detalhes e nuances que explicitam melhor o porquê desse conto ter um caráter necrófilo. Assim, cito alguns trechos do conto.

– Pois bem, madonna *Catalina* está morta; enquanto viveu, nunca consegui um único olhar seu; por isso, agora que não poderá defender-se, preciso roubar-lhe pelo menos um beijo, assim morta como está. [...]

Ali, abriu o tumulto; entrou em seu interior, com muito cuidado; deitou-se ao lado do corpo dela; encostou o seu rosto ao rosto da morta; e, chorando abundantes lágrimas, com muita frequência o beijou (BOCCACCIO, 1971, p. 520).

Vemos, nesse pequeno trecho que o ato do senhor *Gentil* ao repetidamente beijar o rosto da morta, já se configura como um ato necrófilo no qual o mesmo poderia facilmente se enquadrar em uma das classificações atuais da necrofilia; contudo, o desejo do senhor *Gentil* não se limita apenas a isso, ultrapassando o ponto em que se encontra, pois

quando o senhor *Gentil* resolveu sair do interior do túmulo, murmurou a si mesmo: “Diabo! Por que razão eu não a toco, já que estou aqui, e não lhe coloco a mão no seio? É verdade que já mais terei oportunidade de lhe tocar o corpo, como, afinal de contas, jamais lhe toquei”. Portanto, vencido pelo tal apetite, o Senhor *Gentil* colocou a mão no seio da mulher morta, mantendo-a ali por certo tempo; e, mantendo-a ali, teve a impressão de perceber, ainda que muito leve, que o coração dela pulsava (BOCCACCIO, 1971, p. 520).

Em continuidade, esse outro trecho reforça mais uma vez o caráter necrófilo do senhor *Gentil* para com *Catalina*; configurando mais uma vez as suas atitudes, como um ato de necrofilia, seja ao beijá-la ou toca-la. Assim, o senhor *Gentil de Carisendi* e/ou seu ato de beijar o rosto de *Catalina*, continuamente, e de tocar em seus seios enquanto a mesma ainda estava morta e/ou inerte, se configura como necrofilia pelo simples fato de *Catalina* ainda estar morta, mesmo que temporariamente e independentemente das motivações que levaram ao senhor *Gentil* a acariciar um corpo morto, sejam elas românticas ou sexuais.

A história ou conto do de *Messer Gentile de' Carisendi* a priori parece uma simples história de gentileza, bondade e magnificência do senhor *Gentil* para com *Catalina*, há não ser pelo ato realizado por *Gentil* em *Catalina*, aparentemente motivado pelo seu desejo e paixão acumulados devido a não correspondência da mesma, dando continuidade ao seu desejo mesmo estando ciente do estado de *Catalina*, como mostra as passagens do conto descritas anteriormente. Além disso, há outros pontos que podem ser percebidos através de um olhar mais atento, como as relações de poder e de troca, o amor, o próprio ato necrófilo e o fato de que, as atitudes realizadas por *Gentil* em *Catalina*, não fo-

ram consentidos pela mesma, o que abre uma série de outras discussões a respeito do conto. Contudo, vale lembrar que apesar da necrofilia ser uma prática já existente desde a antiguidade, algumas de suas definições e classificações são frutos da modernidade e por tanto também pertencente a ela, o que pode caracterizar a definição de necrofilia para o conto do *Decameron*, como algo anacrônico. Entretanto, utilizar dessa compreensão atual da necrofilia, serve como uma espécie de ferramenta; podendo enxergar através do presente, o passado ou o entendimento sobre algo do passado, assim como outros pontos que podem se enxergados no conto; o que é justificado por Marc Bloch quando se refere ao método regressivo, quando fala que “temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado (BLOCH, 2002, p. 09). O que nos permite além de analisar, perceber coisas ainda antes não vistas, seja no tempo ou no espaço, através da arte ou literatura.

4. Sexo e sexualidade no medievo

As décadas 70 e 80 do século XIX testemunharam, em particular, uma maior emissão de estudos que abordam várias perspectivas a respeito da sexualidade humana durante a Idade Média, em certa razão, devido aos estudiosos começarem a reconhecer que era legítimo estudar a sexualidade e/ou o comportamento sexual abrindo novas oportunidades para uma investigação inédita, visto que fica evidente que os registros medievais e outras fontes continham um abundante banco de informações a respeito do comportamento sexual, gerando novas interpretações de conclusões anteriores sobre a sociedade medieval e o seu funcionamento. Vários foram os estudiosos que escreveram sobre o assunto; como Iwan Bloch, a respeito da prostituição medieval; Edward Westermarck, a respeito do casamento; e Robert Briffault e outros, a respeito das mulheres; no qual produziram e incluíram considerável informação sobre a sexualidade medieval. Para além, vale ressaltar que os estudos de Foucault – sua categorização e teorização – atribuíram ou aparentemente conferiram ao estudo da sexualidade, um carácter intelectual legítimo, tornando possível que a sexualidade se tornasse objeto de investigação científica séria, encorajando e convidando outros estudiosos das humanidades, como da história, a se aventurarem abertamente sobre esse campo de estudo, tornando, por volta da década de 90, as questões de sexo e gênero um elemento básico da investigação acadêmica,

impulsionadas também pelas tentativas tanto de feministas quanto de LGBT's, de descobrirem mais a respeito de questões que lhes dizem respeito, causando um aumento de publicações que lidam com questões sexuais.

No entanto, falar sobre sexo não é necessariamente falar sobre sexualidade e isso também vale pro inverso. Contudo, quando falamos de um quase de maneira automática também falamos do outro – por mais que de forma involuntária – pois como sabemos, um assunto está ligado ao outro, mesmo que de forma superficial, sendo o sexo, talvez, o “espaço” ou um dos, onde podemos exercer ou pôr em prática a nossa sexualidade. Com isso é importante também deixar claro que esse 4º ponto do texto não tratara de maiores aprofundamentos sobre o assunto, abordando apenas um pouco das questões que envolvem a temática no intuito de incorporar não apenas o texto, mas também de embasar o leitor que entendera um pouco melhor sobre as questões que envolvem o período e contexto no qual se passa a obra, a história e o conto necrófilo, e por consequência toda a discussão trazida aqui.

Quando se fala de sexualidade no medievo, surgem uma série de visões diferentes a respeito do assunto no imaginário das pessoas; visões quase sempre estereotipadas, marcadas pelo gênero e que geralmente estão imbuídas de uma total repressão, sendo que a igreja, controlada por homens celibatários, era quem definia todos os atos e pensamentos sexuais como atos impuros. A primeira atitude repressiva, associada à igreja medieval que transitou para a cultura popular, quase que de maneira comum, está ligada à sexualidade feminina, estendida como ativa, porém pecaminosa, mas também vista como vítima passiva; diferente dos homens vistos como ativos, mas celebrados. Assim, as visões a respeito de cada gênero estavam divididas em basicamente duas; onde “o comportamento das mulheres era pecaminoso, poluente ou simplesmente irrelevante; e o dos homens estava obedecendo aos ditames da natureza” (KARRAS, 2017.p 4). Contudo, o desejo sexual tinha, a qualquer custo, que ser combatido, pois, era considerado uma ameaça para a alma e qualquer comportamento ou pensamento sexual, que seja, era considerado um pecado que exigia sérios atos de penitência, pois ameaçava a salvação humana.

Quando pensamos e refletimos sobre assuntos e histórias como essas, não podemos deixar de ima-

ginalar o período medieval como uma época com um forte impacto negativo em relação a sexualidade; todavia, em contrapartida a esta visão, estrita e devastada pelo pecado, está uma mais mundana, e talvez mais próxima da realidade hipócrita, onde sacerdotes seduziam as mulheres que lhes confessavam; os nobres mantinham suas amantes e os monges e monjas se envolviam em relações secretas. Um bom exemplo disso é 1º conto da terceira jornada do *Decameron*, que conta a história de Masetto de Lamporecchio que se faz de mudo e torna-se hortelão de um convento de mulheres, onde as mesmas, no intuito de satisfazer as suas vontades sexuais, competem entre si para dormir com ele. Essa visão é também apoiada por outros autores e histórias mais satíricos como Boccaccio, onde homens e mulheres encontram alegria na relação sexual, fazendo as coisas de maneira natural e o pecado e a reprodução não são um problema. Sendo – essas histórias – lidas e apreciadas por muitos membros da hierarquia da igreja. Contudo há uma terceira visão sobre as atitudes e práticas sexuais medievais mais séria e violenta, oriunda de uma consciência do século XXI da violência sexual contra mulheres, gays, e qualquer pessoa vulnerável que aparece em produções culturais mais neomedievais, como a série de tv *Game of Thrones*, “onde não apenas o estupro, mas também o sadismo parece ser endêmico” (KARRAS 2017, p 2.).

Todas essas visões da sexualidade medieval, baseadas ou não em leituras modernas, têm alguma verdade. Entretanto vale a pena refletir sobre as atitudes que se modificaram ao longo do tempo pois, embora tenham mudado é importante também perceber que apesar de modificadas, essas diferentes atitudes coexistiram dentro de uma mesma cultura onde os indivíduos entendiam o papel ativo e passivo, no sexo, como duas coisas muito diferentes e a relação sexual era percebida como algo que uma pessoa fazia a outra, tornando o ato sexual como uma experiência distinta para ambos os parceiros. O que também pode ser exemplificado através da linguística ou nas diferentes terminologias medievais, como observa Karras:

o sujeito do verbo francês *fou tre*, por exemplo, no francês moderno pode ser um homem, uma mulher ou um casal, mas o significado mais antigo era “penetrar” e o sujeito era sempre um homem. O mesmo acontecia geralmente com o *swiven* inglês. O *Middle English Dictionary* reconhece dois significados de *swive*, “ter

relações sexuais” e “ter relações sexuais com (uma mulher)”. Existem muitos mais exemplos do segundo, significado transitivo, e em tudo o homem é o sujeito e a mulher o objeto, um sujeito masculino. Por exemplo, no interrogatório de 1395 de um travesti prostituto masculino em Londres, o resumo de seu testemunho relatou que um certo padre “se deitou com ele [*concubuit*] como com uma mulher”, mas que ele mesmo “deitou [*concubuit*] como um homem com muitas freiras (2017, p 4).

Como se sabe, a vida sexual durante a idade média, era de certa maneira, quase que inexistente, quando a castidade e a abstinência de sexo eram vistas como compensatórias e enaltecidas para o ser humano. Contudo, a maioria dos cristãos nunca estiveram dispostos ou foram eficazes em alcançar a abstinência total de sexo e a minoria que a pretendeu banir, como monges, freiras, e padres e outros ministros, consideravam-se uma certa “elite espiritual” dentro da igreja, alegando que sua própria abstinência sexual os qualificava para guiar seus irmãos “mais fracos” pelos caminhos da piedade. Essa conduta sexual formou um elemento importante nas vidas e nos pensamentos, tanto das pessoas, como das instituições que elas criaram e assim, a vida sexual “ativa” era possível apenas aos cristãos, desde que, acontecesse numa relação definida e supervisionada através do casamento, que para além, combatia outros pecados como o da homossexualidade e bestialidade, considerados um dos piores pecados sexuais. Assim, a igreja vem desde o quarto século através de seus cânones e mecanismos concebidos para implementá-los, desempenhando um papel fundamental na exposição e também definição das normas de comportamento sexual entre os cristãos, especialmente os católicos, ortodoxos, anglicanos e luteranos; proibindo e/ou controlando as relações sexuais também em determinados dias ou épocas do ano – como aos domingos, festas religiosas e na Quaresma – sendo passível de punição caso houvesse transgressão, através de seus penitenciais; que eram manuais concebidos para orientar os confessores na administração e também manutenção das penitências, nomeando os pecados a depender dos seus inúmeros tipos.

Considerações finais

Resumidamente, os pontos apresentados ao longo do texto mostram de maneira geral como o conto de *Messer Gentil de Carisendi*, presente no *De-*

cameron, pode ser caracterizado como necrofilia, utilizando – não de maneira anacrônica – as classificações e definições atuais da necrofilia como ferramentas de investigação, juntamente com o método regressivo de Bloch para tal intento. Todavia, vale também ressaltar alguns outros pontos, como o fato de a necrofilia ser mencionada poucas vezes ao longo da história mesmo praticada desde o início dos tempos e por vezes camuflada como um ato amoroso, obtendo diferentes entendimentos ao longo da história, punida de um jeito na idade média, interpretada de outro na modernidade; o que se evidencia na literatura, com o *Decameron* e outras obras contemporâneas ou não a mesma. Outro ponto que vale evidenciar, é o em relação aos atos cometidos por *Gentil* em *Catalina*, que além de necrófilos, fogem a normalidade também por ser realizados sem o consentimento da mesma; o que se caracteriza também como uma violência ou violação do corpo e da própria *Catalina*. Entretanto, em relação a isso, no que diz respeito aos limites da e na sexualidade no medievo, a divisão ou maneira de descrever é simples, pois se limita apenas entre o que era e o que não era permitido pela igreja católica, havendo sempre suas categorias, a exemplo da prostituição, tratada como um “mal necessário”.

O amor é outro elemento que merece um certo destaque nesse contexto, pois para alguns, esse foi o motivo que levou ao senhor *Gentil* a cometer tais atos, além claro, de seus desejos não correspondidos, porém – e aqui deixo outro questionamento – o amor é motivo e ou desculpa para tais atitudes? uns diriam que sim, outros que não, a depender de que tipo de amor estivéssemos falando; todavia, a título de conclusão reafirmo que este artigo não pretendeu e nem conseguiria devido à escassez de produção a respeito da necrofilia, responder aos questionamentos que possivelmente foram provocados. Por hora, o que fica evidente é que esses limites morais e sociais, foram nitidamente ultrapassados, e ainda são, principalmente se trouxermos a discussão para a atualidade, pois como já é sabido, o ato ocorrido na história do *Decameron* não é incomum nos dias atuais, onde se apresentam acontecimentos de mesma proporção, seja a necrofilia – tipo de violação mais específica que caracteriza-se pela excitação e ou prática sexual com cadáveres onde aproveita-se sexualmente do corpo morto –, ou outros tipos de violação.

Referências

- BOCCACCIO Giovanni; *Decameron*. tradução Ivone C. Benedetti. – 1. ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de Historiador*. Tradução: André Telles – Rio de Janeiro: Ed Zahar Editor Ltda, 2002.
- BRUNDAGE, James A. e BULLOUGH, Vern L. *Manual da Sexualidade Medieval ou HANDBOOK OF MEDIEVAL SEXUALITY*. 2010.
- FINBOW Steve. *Grave Desire: A cultural história da necrofilia*. Zero Books, 2014.
- HERÓDOTO. *História*. Livro I e II. Paris: Charpentier, 1850. Traduzido por Pierre Henri Larcher, Ed. ebooks Brasil, 2006.
- História principal: A era do *Decameron*. Disponível em: https://www.brown.edu/Departments/Italian_Studies/dweb/history/. Acessado em 06.01.2023
- JONATHAN P. ROSMAN, MD; E PHILLIP J. RESNICK, MD. *Atracção Sexual a Cadáveres: Uma Revisão Psiquiátrica da Necrofilia*. Bull Am Acad. Psychiatry Law, Vol. 17, No. 2, 1989.
- KARRAS, Ruth Mazo. *Sexualidade na Europa medieval: fazendo outros*/ Routledge, Nova York, NY, 2017.
- KUMAR. P., RATHEE. S., & GUPTA. R. *Necrofilia: uma compreensão*. International Journal of Indian Psychology, (2019). p 607-616.
- UNIVESP. *Literatura Fundamental 27 - Decamerão - Doris Cavallari* – YouTube/novembro de 2013. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cqCTE_lfeOo&t=686s. Acessado em: 03 de janeiro de 2023

OS TRABALHADORES ANÔNIMOS E AS SUAS CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO NACIONAL

Alysson Santana Barbosa³⁶

Introdução

Entre as discussões a respeito da valorização do trabalhador braçal no Brasil, destaca-se que este é muitas vezes visto como mais um laborista com pouca ou nenhuma apreciação. Embora materializem símbolos que fazem parte de um processo de concretização de lembranças e/ou de acontecimentos históricos importantes como uma forma de preservar e conservar a memória coletiva de um determinado grupo social, essas pessoas não são reconhecidas pelos seus esforços e serviços prestados. Em resumo, são apenas sujeitos anônimos que a literatura brasileira por muito tempo não fez esforço para serem lembrados.

No que concerne a esse debate, iniciamos lançando mão do discurso que abrange a temática da mão de obra braçal, logo após da assinatura da Lei Áurea, fato que atingiu diretamente as questões trabalhistas, que envolvem o embranquecimento da mão de obra nacional em praticamente todos os setores, com o objetivo de identificar uma nacionalidade “pura” de tudo aquilo que era visto internacionalmente como algo desfavorável ao desenvolvimento de um país, anulando todo e qualquer traço trabalhista deixado por pessoas negras, indígenas e pobres. Nesse viés, tentaremos entender um dos inúmeros motivos pelos quais esses grupos marginalizados acabaram sendo boicotados em determinadas ocupações, sobretudo as que eram consideradas destinadas para profissionais de renome em um âmbito nacional, mais especificamente trazendo recortes de vagas de empregos publicados em periódicos no estado de São Paulo no ano de 1912.

1. A política do embranquecimento e o seu reflexo na mão de obra braçal

A manifestação da palavra “nação” vai tomando uma forma mais clara com o seu surgimento por volta do ano de 1830 no contexto político definido pelo Estado. Tal definição vai sendo reestruturada entre os anos de 1880 até meados dos anos de 1950 com um conceito que determinava a “ideia nacional” e a “questão nacional”, articulando a definição territorial e as premissas envolvendo a raça, religião e a língua, respectivamente. Em frente a esta argumentação, faz-se necessário entender esse processo histórico da invenção da nação no Brasil, no momento em que a formação do caráter nacional passa a ser substituído pela identidade nacional, já que, é neste período que irão tomar mais força “(...) as lutas de populares socialistas, a resistência de grupos tradicionais ameaçados pela modernidade capitalista e o surgimento de um estrato social ou de uma classe intermediária (...)” (CHAUÍ, 2001, p. 11-12), uma vez que a pequena burguesia já arquitetava ações diante de um temor pela proletarização, ao mesmo tempo que almejava por um aburguesamento próprio, refletindo na classe trabalhadora.

Surge então a divisão de classes sociais de maneira mais evidente num contexto que ameaçaria o que o capitalismo desejava, a ideia nacional como forma de unificar a sociedade, principalmente de maneira econômica. A busca pela identidade nacional atua em outra vertente, partindo do ponto em que marca um núcleo modelo, procurando, antes de tudo, estabelecer algumas ações que atuam de maneira interna, se baseando nos agentes externos, ou seja, toda a influência para a ideia de uma nacionalidade moderna e ideal vem através das manifestações advindas do exterior. Mesmo sendo essencial a diferença social para a formação do país, muitos se apoiavam no argumento baseado na questão econômica, mais especificamente dentro do desenvolvimento do capitalismo industrial e no acúmulo de riquezas como elemento de superioridade de brancos sobre os negros e indígenas, além de se apoiarem em qualquer influência vinda do exterior como uma modelo ideal internacionalmente implantada no território brasileiro.

Tratando-se da ideologia da identidade nacional, o negro é visto como classe social, mas de uma forma inferiorizada, classificando-o apenas como escravo e/ou sujeitos ao sistema escravocrata, enquadrado como uma instituição violenta que objetifica o ne-

36 [▣] Mestrando do Programa de Pós-graduação em História (PROHIS) pela Universidade Federal de Sergipe/UFS.

gro, sendo sua força relacionada à momentos de grandes conturbações, tomando desses homens e mulheres a capacidade de empenhar as suas consciências políticas diferentes das impostas pela burguesia no período em questão (CHAUÍ, 2001, p. 14). Dessa maneira, o europeu, mais especificamente o português, é visto como o ser munido de bravura e coragem que vai moldando o território nacional com aquilo que o convém, se colocando na posição de herói nacional. O indígena, por sua vez, é visto meramente como um símbolo do Brasil, e o negro simplesmente não aparece, sendo substituído pela escravidão. Então, não se acreditava que o indígena e o negro pudessem dar origem a uma sociedade civilizada, atribuindo essa civilização ao português ou aos abolicionistas que concediam a formação do povo brasileiro aos imigrantes europeus.

Para que pudesse prosperar a nova raça mestiça, era preciso estimular o embranquecimento da coletividade, estimulada pela imigração europeia, deixando para trás o sistema escravocrata, ao mesmo tempo em que permanecia características e heranças da escravidão, defendendo a falsa superioridade do homem branco, além de protegerem o princípio da degeneração com a presença da miscigenação para a geração de uma população referida como tipicamente brasileira. Este princípio foi formulado pela elite que se preocupava com o questionamento de como a imagem da pátria seria vista no exterior, uma vez que era formada em sua maioria por uma população não branca (AFRICA, 2019).

A utilização das influências racistas e preconceituosas europeias e estadunidenses sobre o que seria um país bem visto pelo mundo, era usado como justificativa para fortalecer a os poderes políticos da classe média, o que ao mesmo tempo manifestava afirmações de que os nativos e escravizados faziam parte de um grupo racialmente inferior. Para essa discriminação não ficar tão evidente e poder superar esse obstáculo, foi necessária uma nova formulação dessas teorias estrangeiras fazendo uso do embranquecimento como estratégia de uma:

(...) redescoberta da mesma nação, selecionar e digerir certas partes da teoria, com a evidente obliteração de outras; enfim, prever ‘um modelo racial particular’. É nesse sentido, que vale mais insistir na ‘originalidade da cópia’ do que descartá-la *a priori*; entender a singularidade de sua utilização e a relevância desse debate (SCHWARCZ, 1996, p. 89).

O embranquecimento buscou se basear no princípio que procura produzir separação da humanidade tomando como base as leis genéticas, mais conhecida como eugenismo. Na República Oligárquica, esse embranquecimento vinha acompanhado de fatores que eram primordiais para a realização do tal feito, como a entrada de imigrantes em território nacional e a conceituação de raça, direcionando seu sentido para algo biológico como justificativa de distinguir e classificar a coletividade humana. Esse tipo de argumentação foi desestruturado a partir do avanço tecnológico na primeira metade do século XX, sendo comprovada a inexistência da diferença biológica entre as pessoas que defendiam e disseminavam a ideia da divisão de raças (AFRICA, 2019).

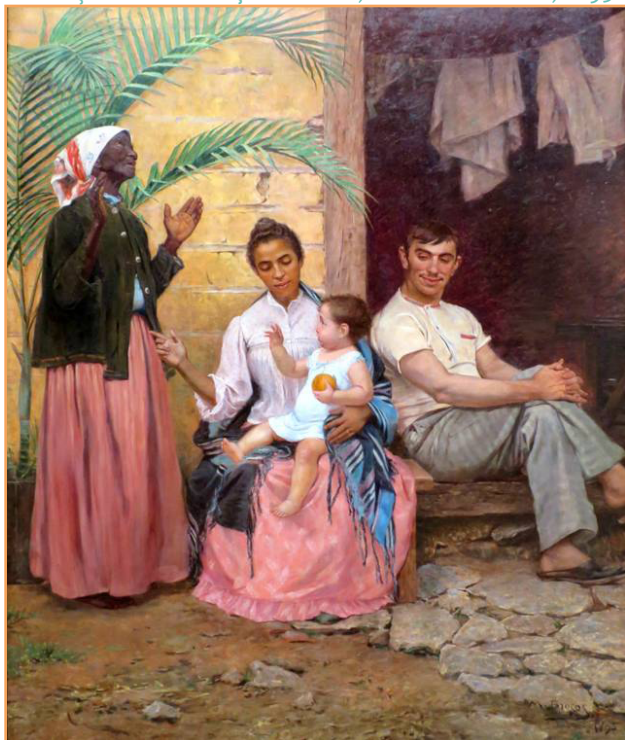
É importante mencionarmos o I Congresso Internacional das Raças de 1911, liderado pelo médico João Batista de Lacerda, realizado em Londres, ocorrido com o objetivo de analisar e debater a respeito do racionalismo, além estipular um período em que as pessoas brancas ultrapassariam quantitativamente o número de pessoas negras no território brasileiro, o que chegou a uma estimativa onde essa meta seria alcançada dentro de 100 anos. Em seu artigo intitulado como *Sur les métis au Brésil (Sobre os mestiços do Brasil, em português)*, Lacerda (1911) discursa que:

A população mista do Brasil deverá ter, pois, no intervalo de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, aumentando a cada dia mais o elemento branco desta população, acabarão, depois de certo tempo, por sufocar os elementos nos quais poderiam persistir ainda alguns traços do negro (LACERDA, 1911, p. 19, tradução nossa).

A preocupação da burguesia em resolver o “problema negro” no país, utilizando do aumento correntes imigratória europeia e o alcance dos seus objetivos através das gerações e formando uma espécie de pirâmide social, demonstra que no topo estariam os homens brancos e os europeus, e na base africanos e indígenas. Lacerda, ainda no I Congresso Internacional das Raças, faz o uso da pintura do espanhol Modesto Brocos (1895), denominada *A Redenção de Cam* (Ilustração 1), como forma de legitimar a argumentação da sua fala. Esse nome foi dado à obra tendo como referência uma passagem bíblica cristã em que Noé teria se embriagado em uma noite e logo depois teria ido dormir nu. Cam,

seu filho, ao ver aquela cena, ridiculariza Noé em frente aos outros irmãos. No outro dia, ao saber de tal feito, seu pai decide castigar seu filho em forma de maldição alegando que ele seria o servo dos servos. Nessa passagem, muitos interpretam que os descendentes de Cam teriam a pele escura e que seriam os povos africanos (BÍBLIA, 9:18-29). Esse trecho bíblico foi utilizado como uma falsa justificativa a favor da escravidão negra, argumentando que os cativos eram desejos de Deus.

Ilustração 1 - *A Redenção de Cam*, Modesto Brocos, 1895



Fonte: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>

Esse ocorrido vai ser interpretado visualmente por Modesto Brocos e a redenção seria a salvação desses descendentes de Cam por meio de sua extinção através do branqueamento. A tela dispõe de quatro personagens. Do lado esquerdo pode-se notar a figura de uma idosa negra, provavelmente uma avó que, com as mãos erguidas para cima, é idealizada como forma de agradecimento aos céus por algo. No lado direito, a presença de um homem branco, possivelmente um português, por conta das suas vestimentas e os seus chinelos de couro, olha para seu filho com admiração. Enquanto o homem dá as costas para a sua casa, a anciã dá as costas para uma palmeira como símbolo de uma batalha entre a civilização e a barbárie. Alguns detalhes dessas duas pessoas nesse quadro devem ser levados em consideração, de modo que enquanto o homem pisa em um chão pavimenta-

do, a negra, que supostamente seria a imagem de uma ex-escrava, se apresenta descalça e pisa em um solo de argila comprimida.

Ao centro da imagem, uma mãe que aparentemente já nasceu livre do sistema escravocrata, de certa forma possui traços branqueados, tendo o seu dedo indicador assinalando para frente, como representação de um apontamento para o futuro, com uma aliança, demonstrando que é uma mulher casada. Em seu colo uma criança branca de olhos claros, com cabelo loiro e liso, segurando uma laranja como referência de que ele estaria nos trópicos. Desde as pinturas do renascimento, a laranja é representada como uma forma de procriação e paraíso. O arranjo desses dois personagens centrais faz uma alusão a uma madona e ao menino Jesus, trazendo esse clima de santidade e da perfeição fruto de Deus. Em frente a essa composição, fica claro como forma de resumo o que Lacerda exprimia em Londres, uma maneira didática e visual para explicar que, em três gerações, o Brasil se tornaria uma nacionalidade branca.

Esse cenário, também traz consigo o branqueamento do trabalhador como fator de um processo de encadeamento de uma sociedade tida como civilizada, assim como a identificação de uma ferramenta de enriquecimento, associado à libertação da figura da mão de obra negra. Tomando o trabalhador braçal como personagem indispensável nas modificações dos projetos políticos, sobretudo no que diz respeito à substituição do trabalhador-escravo para o trabalhador-assalariado, o processo de implantação da mão de obra livre foi acompanhado também do trabalhador imigrante europeu. Mesmo tendo uma grande quantidade de labutadores nacionais, a utilização destes ainda era muito reduzida, sendo substituídas por mãos brancas em ocupações de funções de maior destaque e privilégios, enquanto as demais permaneciam em atividades subalternas, se pronunciando como um poder “invisível”, que só pode ser exercido por uma cumplicidade dos que estão sujeitos a esse tipo de violência, mas quando o poder passa a ser notado, evidencia-se que existe a presença de agentes dominantes e dominados.

Para reverter esse quadro, propõe-se o desapossamento dessa política, pois existe um deslocamento da esfera social como sinônimo de superioridade sobre os demais. É possível referir-se, então, aos politicamente ativos e aos politicamente passivos, definindo a ação da natureza política, assim como

em outros campos em que há quem dite a ação e os que se submetem a ela. O poder não é definido pela quantidade de capital, e sim pelo tipo de capital, podendo ser o capital econômico, social, intelectual, cultural, sociais, entre outros (BOURDIEU, 1989, p. 11). Antes de tudo, define-se o espaço social que os indivíduos ou grupo de indivíduos estão inseridos e depois as classes sociais como um conjunto de posições semelhantes, então determinado sujeito toma para si o lugar de fala em que as outras pessoas o consideram válido e o coloca em um local de destaque acreditando que este mereceu tal posição através do seu discurso.

Perante o exposto, é possível entender que as relações sociais são formadas por relações claras de poder, inclusive de dominância, a título de exemplo, pode-se mencionar as lutas de poder nos espaços sociais em que alguns indivíduos exercem mais que outros no próprio mercado de trabalho. Os padrões constituídos socialmente não são naturais, mas fazem parte de construções sociais e culturais voltadas para as vontades e o poder das classes dominantes sobre as mais carentes. Com isso, o conceito de campo é criado como um princípio de organização/classificação onde se configura uma variável do método. Os campos são ocupados por certos autores com maior centralidade, onde tem maior capacidade de revelar cada posição que determinados indivíduos ocupam, categorizando-os de forma mais ou menos importantes (BOURDIEU, 1989, p. 12).

É preciso descobrir as diferenças, sobretudo as culturais e econômicas, e, a partir de então, é possível ver os conflitos simbólicos causados pelas diferenças. Com isso, pode-se entender as relações sociais através de suas ideias, defendendo que o indivíduo interfere na sociedade e que a sociedade interfere no indivíduo, e que às vezes essas relações sociais poderiam ser fruto de uma questão de desigualdade.

2 A invisibilidade do negro no mercado de trabalho

Ao final da década de 1930, a temática envolvendo os trabalhadores ainda era recorrente entre os tópicos a serem debatidos. A partir disso, essa condição foi representada de inúmeras maneiras e interpretações. No campo da arte, mais especificamente na pintura, Tarsila do Amaral, que junto com os demais artistas inseridos no movimento modernista, tinha a incumbência de elaborar um movimento artístico genuinamente brasileiro. Tar-

sila tem um maior contato com as ideologias socialistas, dos trabalhadores e principalmente dos movimentos grevistas, sendo evidente as inspirações da Tarsila do Amaral ao retratar os problemas e as mobilizações sociais em suas telas.

Perante o exposto, Amaral (1933) concebeu uma obra denominada como *Operários* de 1933 (Ilustração 2), que apresenta um amontoado de rostos praticamente colados uns aos outros, condensados na parte inferior direita da tela, com expressões apreensivas e seriedade, retratados de forma intensa, o que nos leva a comparar com a preocupação dos trabalhadores acerca do seu dia a dia, sendo que nenhuma das faces transmite alegria ou esperança a essas pessoas, como uma forma de acusação das condições desses trabalhadores no Brasil. A organização das faces é constituída de olhares fixos desassossegados ao observador, como uma maneira de transmitir a dureza diária pelas execuções das suas funções, diante da pirâmide ocupacional existente na sociedade, uma vez que as condições trabalhistas ainda não estavam consolidadas em 1933.

Ilustração 2 - *Operários*, Tarsila do Amaral, 1933.



Fonte: <https://tarsiladoamaral.com.br/portfolios/social-1933/>

É interessante observar que a pintura traz sujeitos de diversas etnias. Dentre elas, podemos constatar a presença de indivíduos negros, asiáticos, europeus, muçulmanos, árabes e assim por diante, dando uma visão de identidade única, o que nos leva ao contexto do final da escravidão, marcado também pela vinda dos europeus como uma forma de substituição da mão de obra escrava como estratégia de embranquecimento da raça. Em contrapartida, a obra nos faz pensar nessa universalização da condição subalterna de trabalhador, onde independente da sua descendência, todos fazem parte da mesma classe proletarizada.

Além dos deslocamentos dos trabalhadores nacionais, as massas imigrantes, como dito anteriormente, também fizeram parte do mercado de trabalho nacional. Na literatura brasileira, Mário de Andrade (2012) vai mencionar essa movimentação de sujeitos em sua produção fictícia, na obra denominada como *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, publicada no período da primeira geração do modernismo nacional, em 1928. Macunaíma, indígena, nascido no Amazonas, tido como um personagem preguiçoso para trabalhar e estudar, em uma das suas viagens pelo Brasil, tem como destino São Paulo, onde ele fica admirado com a modernização do mercado de trabalho e consequentemente com os trabalhadores daqueles empreendimentos. Para isso, ao reconhecer os grupos sociais das pessoas ali presentes, o personagem percebe que:

(...) nos bairros miseráveis, surge anualmente uma incontável multidão de rapazes e raparigas bulhentos, a que chamamos ‘italianinhos’; destinados a alimentarem as fábricas dos áureos potentados, e a servir, escravos, o descanso aromático dos Cresos (ANDRADE, 2012, p. 78).

Andrade se refere aos imigrantes como “italianinhos”. As aspas sugerem que não necessariamente esses indivíduos sejam somente italianos, mas que claramente ele está se referindo de forma irônica ao branco europeu, tendo São Paulo como o berço da imigração que vai se expandindo para outras localidades do Brasil. Macunaíma deixa sua terra natal em busca da sua pedra sagrada, supondo que estaria no estado de São Paulo. Essa conjuntura do deslocamento de um indivíduo que vai do interior para a cidade grande é retratada na obra de forma simbólica, evidenciando o enfrentamento e/ou esperança de uma vida próspera em território urbano.

Em verdade, esse sistema fez com que a capital paulistana se tornasse um espaço com uma maior pluralidade cultural, mas pode-se perceber que esse processo não foi efetivado de uma forma mais saudável. O estado recebia essas massas migratórias de toda e qualquer localidade, se tornando uma região composta por uma sociedade multicultural e multiétnica, mas que foi rebatida pela burguesia que somente se apresentava confortável quando esses trabalhadores assumissem uma posição inferior a ela no mercado de trabalho, ficando basicamente responsáveis pela mão de obra braçal.

Sendo assim, saindo da obra literária e voltando para uma perspectiva realista ainda na cidade

paulistana, várias ações foram promovidas para o desenvolvimento trabalhista e da mão de obra assalariada, proporcionando o embranquecimento dessas áreas a fim de justificar a falta de trabalhadores locais qualificados. Exclusivamente durante os anos de 1890 e 1914, por volta de 1,5 milhões de europeus deslocaram-se para o estado de São Paulo, dado que a maioria dessas pessoas chegaram ao Brasil custeadas pelo próprio governo do Estado, totalizando uma porcentagem de 63,6% das passagens pagas (ANDREWS, 1998, p. 98). Essa conduta idealizada pelos governantes fez com que conseguissem vários apoiadores e seguidores a fim de proporcionar uma troca de benefícios que lhes convinham, em sua maioria proprietários de terras, uma vez que eles almejavam a classe trabalhadora com a promessa de redução dos salários desses funcionários, sobretudo no que se refere a trabalhos tido como inferiores ou categorizados como não “nobres”.

Com esse aumento da população, é de se esperar que os imigrantes e moradores locais ficassem dependentes dos contratantes pela busca de um ofício, e não os proprietários dos trabalhadores. Esse sistema acaba desencadeando um processo de desvantagem para esses profissionais, em consequência do barateamento dos serviços prestados por eles, além de ficarem claras suas preferências étnico-raciais na hora da contratação, abrindo portas para europeus e negando para os negros libertos.

Tomando somente números, é expressivo o aumento da população brasileira composta por imigrantes, sobretudo italianos, especialmente entre os anos de 1887 e 1888 com uma média anual da entrada de 54.990 imigrantes no país, saltando para 131.268 respectivamente (SANTOS, 2017, p. 35), em outros termos, um acréscimo de 70% somente em um intervalo de um ano. Estes não são os dados mais significativos considerando quantitativamente a entrada dessas pessoas no país, mas é importante destacar o período vivenciado na época, às vésperas da libertação dos indivíduos sujeitos ao regime de escravidão.

Outras nacionalidades também se faziam presentes nesse processo de deslocamento, tal como portugueses, espanhóis, alemães, franceses, austríacos, contanto também com alguns ingleses, belgas e suecos. Observa-se, em sua maioria, europeus. Em datas mais pontuais, nota-se registros de uma crescente entrada em território paulistano vindos também de países vizinhos, a contar do dia “(...)

1º de Janeiro até 29 do corrente entraram 93.928 imigrantes. Hoje, são esjerados, pelo <<Baro>> 301; e no dia 5 de Dezembro próximo, pelo <<Argentina>>, 301. Total, 602” (DIÁRIO POPULAR, 30/11/1912, p. 1).

Não havia somente a questão da preferência étnica para a contratação de trabalhadores, mas também a divulgação de anúncios de pessoas à procura dessas vagas de trabalho transmitindo informações a respeito de cor e nacionalidade como sinônimos de qualidade, sendo amplamente divulgados em periódicos do início do século XX. No estado de São Paulo, é possível lançar mão da análise do periódico *Diário Popular* em que foi possível encontrar dados referentes a esses anúncios com carácter explícito do favoritismo de estrangeiros e brasileiros brancos, além de recusas para pessoas negras. Todos os exemplares do *Diário Popular* utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa entre os anos de 1912 e 1913 foram fornecidos pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, o qual detém todo o seu acervo.

Certamente, exemplos claros dessas manifestações podem ser observados em declarações abertamente divulgadas pelas ruas paulistanas, em que era informada a necessidade de trabalhadores em inúmeras áreas com exigências que vão da preferência por seis cozinheiras brancas com a promessa de bom salário (DIÁRIO POPULAR, 01/07/1912, p. 7); avisos que optam por “(...) uma creada branca, muito assejada, para todos os serviços; paga-se bem; para tratar á rua Conselheiro Chrispiniano 66, das 2 ás 6 horas da tarde” (DIÁRIO POPULAR, 12/08/1912, p. 4). Além da preferência por pessoas de peles claras, também é fácil se deparar com exigências relacionadas à nacionalidade do trabalhador a ser contratado, incluindo criadas, sendo elas portuguesas ou japonesas para a execução de todos os serviços domésticos, com exceção de lavar roupa e cozinhar (DIÁRIO POPULAR, 19/09/1912, p. 6). Esses esforços, basicamente, eram exercidos pelo proletariado em busca da sobrevivência.

Essa postura nos anúncios no *Diário Popular*, apresentando essas exigências de empregadores, faz com que se reflita nas seções que são destinadas às pessoas que buscam trabalho, destacando a sua cor de pele e nacionalidade como uma maneira de aproximar-se das exigências para exercer suas funções. Sem nenhum esforço se encontram publicações dessas pessoas em que se oferecem a trabalhar em casas de família como professores de

língua portuguesa e francesa recém chegados da Europa, para crianças além de outros serviços (DIÁRIO POPULAR, 26/10/1912, p. 6), bem como casais de portugueses recém chegados ao Brasil e sem filhos para todo e qualquer ocupação (DIÁRIO POPULAR, 30/11/1912, p. 6), amas de leite colocando sua nacionalidade como portuguesa em primeiro plano em sua publicação e logo após descrevendo as suas qualidades trabalhistas e suas condições de trabalho (DIÁRIO POPULAR, 30/11/1912, p. 4), ou brasileiros se colocando à disposição para trabalhar, mas com preferência de emprego em casas de família estrangeira, independente se for aos arredores da cidade de São Paulo ou se precisam se deslocar para uma localidade afastada, inclusive, trabalhadores da construção civil. (DIÁRIO POPULAR, 12/08/1912, p. 5). Por esse motivo, é possível distribuir uma divisão de trabalho mais específica de acordo com a sua nacionalidade, por hora, dividindo entre trabalhadores estrangeiros e “prestadores de serviços braçais nacionais” e entre outras subcategorias, sendo necessário ponderar que:

(...) a desvalorização de certas ocupações não ocorria apenas por causa do tipo de serviço considerado pesado, grosseiro, sujo e mal remunerado. possivelmente havia uma estreita relação entre as pessoas que costumeiramente os exerciam, geralmente apontadas como brutas, feias, preguiçosas, ignorantes, possuindo uma maneira de viver bárbara, expressa por suas vestimentas e comportamentos, assim como pela desqualificação dessas atividades. Em outras palavras, se as pessoas eram julgadas pelas ocupações que possuíam, o inverso também ocorria: as ocupações eram qualificadas pelas pessoas que as desempenhavam (SANTOS, 2017, p. 163).

Citando casos análogos, podemos mencionar a supervalorização de alguns trabalhadores em relação a outros. Em uma conjuntura que permeia o final do século XIX e o início do século XX, tem-se o homem branco dito pela sociedade como perfeito o condutor de uma carruagem, mas nunca como aquele que limpa os cascos de cavalos, assim como, a europeização de cargos como engenheiros e arquitetos, mas nunca como pedreiros, serventes e carpinteiros, uma vez que essas eram estratégias que faziam com que determinadas pessoas ocupassem espaços mais dinâmicos da economia nacional. A demanda por construtores para a integração de obras destinadas à elite e ao poder público ainda se mantinha em alta mesmo depois

da implantação da República Velha, estritamente no início dos anos 10 do século XX, e seria uma das poucas esferas trabalhistas em que não houve um afastamento claro das populações negras e indígenas, posto que a maioria do serviço realizado para construção de um edifício é executado de maneira braçeira. Apesar disso:

A construção civil seria um dos setores da economia mais dinâmica e moderna, no qual não teria existido uma expulsão explícita dos negros, como em outras cidades. Existiam, contudo, uma evidente disputa e a ocupação crescente de brancos nas profissões do setor. (...) Não foi encontrada em nenhum anúncio de procura de trabalhadores da área exigência de serem estrangeiros ou brancos. Todavia, diversos anúncios de profissionais oferecendo-se têm como uma das qualidades o fato de serem estrangeiros (JACINO, 2012, p. 147-148).

Essa exclusão de negros mascarada pelas necessidades dos contratantes em relação aos cargos que pressupõem tarefas mais dinâmicas não era relacionada à falta de capacitação dos primeiros em relação aos imigrantes. Não é difícil se deparar com fontes que evidenciam esses povos como qualificados para inúmeras ocupações além de serem munidos de um grande preparo técnico, assim como professores, médicos, lojistas e entre outras profissões destinadas as pessoas consideradas da alta sociedade.

A mão de obra braçal foi um componente essencial para o desenvolvimento econômico no Brasil, mas o preconceito com o trabalhador local no período em questão resultou no uso da imigração de europeus como forma de embranquecimento étnico-racial, com o objetivo “enobrecedor”, almejando os ideais da modernidade europeia, acreditando que dessa forma o “(...) trabalho adquire os qualificativos de construtor do progresso, logo da riqueza” (SALLES, 1986, p. 130), desprezando quase que totalmente os trabalhadores que já habitavam em território nacional em serviços tidos como mais nobres.

Um dos casos mais recentes de reconhecimento do trabalho de um construtor, até então anônimo, foi o do arquiteto Joaquim Pinto de Oliveira, mais conhecido como Tebas, um ex-escravo paulista autor de obras públicas importantes para o desenvolvimento da cidade paulistana, que viveu no período colonial e só obteve seu reconhecimento mais de 200 anos após a sua morte. É preciso

atentar-se para a importância desses profissionais na produção urbana e arquitetônica, em que muitos “Tebas” ainda permanecem invisibilizados perante a sociedade desde a escravidão. Embora muitos não participem ou não estejam enquadrados nas regras e normas determinadas pela profissão, esses “(...) pedreiros, serventes, encanadores, eletricitas (...) e muitos outros – (...) permanecem esquecidos tanto nos patrimônios arquitetônicos tombados como no debate da produção urbana” (CHIARETTI, 2018, p. 123), sendo desconsideradas as provas a que determinados construtores se submetem ou se submeteram para ter o seu devido reconhecimento em seu ofício junto aos seus parceiros de profissão.

A desumanização é uma estratégia para a dominação do outro, e, no caso do trabalhador construtor, esse processo perpassa a invisibilização das contribuições vindas de matrizes africanas e indígenas, utilizadas para o desenvolvimento urbano, arquitetônico e patrimonial. Consequentemente, o trabalhador negro foi se tornando um incômodo para a sociedade elitizada, onde essa conjuntura foi sendo maximizada no período da República Oligárquica, na qual:

A necessidade de disciplinar a cidade, conquistar a “ordem” que traria o “progresso”, pensamento que já seduzia parte da elite culta da cidade, contribuiu para que esta, através de suas representações políticas elaborasse leis e praticasse ações governamentais no sentido de excluir os não brancos do trabalho e de certos espaços da urbe (JACINO, 2018, p. 113).

O periódico citado anteriormente exibe de forma ostensiva como a situação das pessoas em condições de ex-escravizados era vista pela elite brasileira como um obstáculo para o desenvolvimento da modernidade. A grande questão da época era saber onde colocá-los e como sucedê-los em funções anteriormente executadas por eles, inclusive no campo da construção civil, abrangendo pedreiros, serventes de pedreiro, oleiros, marmoristas, vidraceiros, marceneiros, pintores, encanadores, descarregador de mercadorias e até mesmo cocheiros e carroceiros para transporte de materiais.

Com essa discussão, debate-se a respeito de onde esses construtores viriam para dar suporte às construções para o favorecimento da modernização no meio urbano paulistano no início do século XX, à vista disso, muitos trabalhadores “recentemente chegado do interior, dispostos de um corpo

composto de pedreiros, carpinteiros e pintores, oferece-se para qualquer trabalho relativo à limpeza ou reforma de prédios” (DIÁRIO POPULAR, 19/09/1912, p. 4), disponibilizando-se para tais ofícios ou ofertas de vagas para marceneiros e carpinteiros com boas referências com diárias de 10\$000 (DIÁRIO POPULAR, 24/09/1912, p. 3).

Além desses trabalhadores se oferecendo para uma vaga de trabalho, o próprio Diário Popular promove publicações de empregadores em busca de trabalhadores, desde a necessidade de um bom carroceiro para transportar materiais de construção da venda até as obras; carpinteiros que tragam suas próprias ferramentas; eletricitas que entendam bem do ofício e até uma quantidade de dez homens solteiros para poder exercer a função de oleiros em uma olaria específica de Ribeirão Pires com promessa de casa e um salário de 4\$ ao dia, podendo também serem aceitos em turmas (DIÁRIO POPULAR, 12/08/1912, p. 5).

O Diário Popular, mesmo sendo um periódico destinado ao público de classe média alta, ainda assim, divulga dados relativos a acidentes pontuais, onde as vítimas são geralmente trabalhadores da construção civil, mas não detalhando como se deu o acontecimento, trazendo apenas dados superficiais e com uma perspectiva sem muita relevância ao se tratar de um servente de pedreiro que caiu da escada informando o nome, a idade e o local, mas não informando o seu estado de saúde ou episódios que envolveram acidentes de trabalho:

Na Serraria Silva, da rua do Gazometro, hoje, pela manhã, deu-se um acidente, resultando ficar ferido o Operário Manoel Silva Junior, que apanhando serragem de baixo da serra, foi por esta ferido na cabeça. Silva Junior, depois de socorrido pela assistência foi internado no hospital da Santa Casa de Misericórdia, com guia da polícia (DIÁRIO POPULAR, 01/07/1912, p. 2).

Este não é um caso isolado, dado que à medida que é analisado a edição número 8879 do mesmo periódico datado de 1 de julho de 1912, pode-se perceber o relato de três casos de acidentes envolvendo esses trabalhadores apenas na segunda página, como é o caso do Antônio Pereira dos Santos, um pintor que, enquanto trabalhava em uma residência na rua José Monteiro, perdeu o equilíbrio da escada batendo com força a cabeça e tendo fortes convulsões. O pedreiro Joaquim Lescura, enquanto estava em uma obra de construção em um pré-

dio da Alameda Rio Branco, perdeu o equilíbrio e acabou caindo do andaime tendo graves ferimentos na cabeça e nas mãos. Vicente Ferrari, 54 anos, pedreiro, ao subir em um telhado em uma das casas da rua Florida, também perdeu o equilíbrio ao subir uma escada e acabou caindo e sofrendo sérios ferimentos no queixo e fortes convulsões no ventre. Devido ao seu crítico estado de saúde, o senhor Ferrari acabou ficando internado no hospital da Santa Casa (DIÁRIO POPULAR, 01/07/1912, p. 02).

O que se torna mais curioso nesses relatos são as localidades desses acontecimentos. As três ruas mencionadas anteriormente pertencem a regiões do estado paulista onde se encontravam na época moradias de alto padrão. A partir daí podemos estabelecer uma relação entre o empregador concernente à burguesia e essas vítimas ao proletariado. Não obstante, todas as vítimas encontradas nessas publicações tinham se acidentado nessas áreas de classe média alta. Após essas verificações, não foram encontrados, posteriormente, o real estado de saúde dessas pessoas entre as edições subsequentes, nem mesmo na seção intitulada como “Necrologia”, onde eram noticiados os falecimentos dos habitantes da região, em consequência de anunciarem apenas pessoas com determinada influência financeira.

Preservando algumas das heranças do período colonial e imperial, o Brasil ainda se sustenta na hierarquia social em diversos campos. No campo trabalhista existe uma grande valorização dos diplomados que exercem atividades não manuais e a situação do desprezo pelo trabalho/trabalhador braçal, como pode-se perceber pelo descaso com o salário mínimo e a criação da culpabilidade dos desempregados como forma de desclassificação de pessoas livres e desprovidos de uma melhor situação financeira (CHAUÍ, 2001, p. 57).

Considerações Finais

É perceptível que a segregação dos negros no período pós-abolição afetou diretamente o mercado de trabalho. Essa distinção não foi simplesmente o resultado de uma falta de capacitação dessas pessoas em se adequarem aos seus ofícios em um momento que o mercado de trabalho estava se reestruturando no pós-abolição. Essa marginalização é fruto de uma política eugenista fundamentada em uma teoria que tinha como base o embranquecimento da população brasileira, com o propósito de extinção de pretos no território

nacional. Todo esse processo racista foi supostamente superado nos anos de 1930, com um novo modelo que procurava simbolizar a nação como uma democracia racial.

Percebe-se também que nos diversos campos das artes, essa segregação foi representada, a contar com a pintura *Redenção de Cam de Brocos* (1895) que foi utilizada com cunho racista ao ilustrar o suposto embranquecimento da população brasileira. Em contrapartida, temos a obra *Operários* da artista Amaral (1933), representando a verdadeira identidade nacional a partir da pluralidade de corpos que ocupavam as indústrias brasileiras. No que se refere a literatura, temos o texto fictício de Andrade (2012), ao representar a diversidade de estrangeiros que trabalhavam em São Paulo.

Por fim, essas manobras racistas afetaram diretamente o mercado de trabalho, ao expor situações em periódicos paulistas com anúncios de candidatos a vagas de emprego, onde primeiramente se colocava a cor da pele ou a nacionalidade estrangeira em questão, e a partir de então era noticiado quais eram as suas habilidades como trabalhadores. É possível perceber também, que era comum pessoas procurarem prestadores de serviços preferenciando a cor de pele e a nacionalidade.

Referências

AFRICA, Por Dentro da. *As políticas de branqueamento (1888-1920): uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro*. Disponível em: <<https://www.pordentro-daafrica.com/educacao/as-politicas-de-branqueamento-1888-1920-uma-reflexao-sobre-o-racismo-estrutural-brasileiro>>. Acesso em: 28 de março de 2022.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

AMARAL, Tarsila do. *Operários*. 1933. 1 pintura, óleo sobre tela, 150x150cm.

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Edusc, 1998.

BÍBLIA, A. T. Gênesis. in BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Trad. Centro Bíblico Católico. 112. ed. São Paulo: AVE-MARIA Ltda, 1997. p. 56.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1989.

BROCOS, Modesto. *A Redenção de Cam*. 1895. 1 pintura, óleo sobre tela, 199x166cm.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHIARETTI, Maurílio Ribeiro. O Exemplo de Tebas e a Necessária Revisão da Profissão de Arquiteto e Urbanista. In: FERREIRA, Abilio (Org). *Tebas: Um Negro Arquiteto na São Paulo Escravocrata*. São Paulo: IDEA, 2018. p. 122-127.

JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-Abolição – 1912/1920*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP. São Paulo, 2012.

JACINO, Ramatis. Tebas e o Legado Africano na Produção da Riqueza e na Urbanização. In: FERREIRA, Abilio (Org). *Tebas: Um Negro Arquiteto na São Paulo Escravocrata*. São Paulo: IDEA, 2018. p. 95-121.

LACERDA, João Baptista de. *Sur le métis au Brésil*. In: *Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911*. Paris: Devouge. 1911.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza (1890-1915)*. 4ª edição. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Uso e Abuso da Mestiçagem da Raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. In: *Afro-Ásia*, 18, 1996. p. 77-101.

Fontes:

Diário da Popular, 1912, nº 8.879, p. 07.

Diário da Popular, 1912, nº 8.914, p. 04-05.

Diário da Popular, 1912, nº 9.847, p. 04 e 06.

Diário da Popular, 1912, nº 9.851, p. 03

Diário da Popular, 1912, nº 9.879, p. 06.

Diário da Popular, 1912, nº 9.908, p. 01, 04 e 06.

A MÁQUINA: a história da cidade de Riachuelo, através dos primeiros anos do Engenho Central.

Breno Assis Albuquerque Franco³⁷

Introdução

Riachuelo, cidade localizada na grande Aracaju, região entendida como Vale do Cotinguiba, a cerca de 40 km da antiga capital do estado, São Cristóvão, e a 28 km da atual capital do estado, Aracaju. A história da virada do século XIX para o XX desta cidade chama atenção ao apresentar narrativas que ajudam a entender a formação do território sergipano, assim como a construção cultural de seu povo. Desta forma este artigo faz uma passeio pela história do aglomerado humano que deu origem a esta cidade, acompanhando a instalação do Engenho Central.

O município de Riachuelo, tem seu núcleo instituído como cidade no ano de 1889, elevação essa motivada pela diversificação econômica impulsionado por um desenvolvimento agro-industrial, continuidade de um processamento de açúcar que se dá na região ainda no início do século XVII. Logo este texto toma como memórias: recortes de jornal e fotografias para ajudar a conectar as informações de uma fonte baseada na oralidade, aqui trabalhada pelo livro de Bezerra (2016) “Riachuelo: um passado de riquezas”. Como ponto de partida o texto se atém à instalação do Engenho Central em 1886, visto como peça importante na transição econômica rural para uma economia urbana.

A economia urbana aqui entendida como diversificação econômica e tecnológica, sendo esses mecanismos de transformação de um mero aglomerado humano em cidade. Essa diversificação está configurada na saída de uma exploração escravocrata, para uma exploração de uma sociedade de consumo. Desse modo, entende-se a necessidade da revisitação de narrativas e memórias que o estudo da cidade de Riachuelo pode oferecer um resgate histórico e identitário da cidade.

1 - Antecedente a máquina

As discussões para a instalação do engenho central são de mais de uma década antes da sua devida inauguração, umas das colocações para sua fixação é a de tornar o produto mais competitivo no exterior, visto que o açúcar aqui produzido era “mal fabricado”³⁸. Essa empreitada então previa a garantia de juros ao concessionário, na tentativa de viabilizar a criação e importação de maquinários que pudessem tornar a produção de açúcar em Sergipe competitiva como é possível ver na publicação abaixo:

“Engenhos centrais. - Por decretos de 11 do expirante, foi concedida a garantia de juros de 6%, às companhias que se organizarem para o estabelecimento de um engenho central para o fabrico de assucar de canna em cada um dos municipios de Maroim, Riachuelo e S. Christeovam (a margen do Vasa-barris,) n’esta provincia.

O capital garantido é de 300:000 para cada empresa.

São concessionarios da 1ª, o commendador Francisco de Panta Mayrink; da 2ª, o engenheiro Joaquim Machado Fagundes de Mello, e da 3ª, o engenheiro André Paturan e Joaquim Candido Guimarães Junior.

E uma noticia que não pode deixar de causar viva satisfação aos nossos comprovincianos, especialmente aos proprietarios d’aquelles municipios, pelos beneficios de que taes empresas poderão advir-lhes.”³⁹

A proposta dos engenhos centrais seguia uma lógica de dividir e otimizar a linha de produção do açúcar, na qual a companhia se responsabiliza pelo trabalho de processamento e vender o produto final, enquanto os engenhos se concentravam simplesmente em plantar e colher a cana-de-açúcar. Ou seja, um pensamento industrial, que encaminha os rumos dos núcleos citadinos, provocando uma economia de fluxo contínuo alinhado com um mercado externo mais exigente.

37 Aluno do curso de Mestrado em História, PROHIS/UFS.

38 Jornal do Aracaju (SE) - sábado, 27 de janeiro de 1877, edição 768. (Disponível na Biblioteca Nacional Digital)

39 Sergipe: jornal dedicado aos interesses da lavoura, commercio e melhoramentos geraes da provincia (SE) - Ano 1882\Edição 56, p. 02. (Disponível na Biblioteca Nacional Digital)

Paralela a essa realidade fabril, a ocupação urbana do Riachuelo, vai se dando em torno de outros empreendimentos econômicos, como a feira e a aglomerações de estruturas portuária de pequeno porte, que faziam a comunicação entre o escoamento de produtos agrícolas como é o caso do açúcar e algodão e de suprimentos para os empreendimentos ali instalados. Ou seja, a cidade surgiu a partir de postura comercial, não de uma vontade aristocrática, não de uma vontade de um clero, não de uma vontade da nobreza, mas sim de um empreendimento de comerciantes (Risério, 2013).

IMAGEM 01 - Feira ocorrendo na região central da freguesia, S/D.



Fonte: (BEZERRA, 2012, p. 28)

Na Imagem 01, capturada por volta do início do século XX, demonstra uma ocupação do espaço ainda tímida, o que se nota é uma massiva instalação de pontos comerciais, notada pela arquitetura de origem moura com várias aberturas, assim como a estrutura de mercado ao centro marcando a consolidação da feira como ponto nodal no desenho urbano. Pela quantidade de pessoas na feira que ocorre corriqueiramente nos dias de domingo, tinha um ar festivo, com presenças de homens bem-vestidos e até mesmo crianças.

Assim, a feira agregou para Riachuelo uma importância vital que foi além do seu papel unicamente comercial, para estabelecer, entre outras coisas, uma rede de trocas culturais e tecnológicas, desenvolvendo assim convergência de interesses e sociabilidades temporárias que ajudaram a criar uma microcultura única.

Antecedente a essa especialização ao comércio, o até então povoado de Nossa Senhora dos Pintos vai sendo desenhado dentro das terras compreendidas por Laranjeiras, primeiramente em torno da movimentação gerada pelas fazendas e engenhos de açúcar. Essas fazendas e engenhos eram em Riachuelo em números elevados, no século XIX, Subrinho (2000, pg. 58) indica a existência de 35 engenhos por volta de 1875, mas Bezerra (2012, p.50-51) defende que esse número é ainda maior ao

fazer um levantamento com cerca de 37 engenhos, cabe fazer uma ressalva sobre o tamanho desses estabelecimentos pois muitos não passavam de engenhocas, entretanto essas estruturas foram de suma importância, visto que são os primeiros instrumentos de ocupação das terras compreendidas por Riachuelo.

Quanto a política, nota-se através dos recortes de jornal que a população do então povoado já se organizava politicamente, em 1872 ainda povoado com feira estabelecida aos domingos, entra em questão a vontade da câmara municipal de Laranjeiras, a qual impunha mudança no dia da feira, do domingo para as segundas-feiras⁴⁰. Essa postura muito desagradada a população do povoado, estes recorrem para a permanência da feira aos domingos entrando com ação na justiça civil.

Essa organização política foi fundamental para a sua elevação como freguesia a partir do dia 06 de maio de 1872, o povoado de Nossa Senhora da Conceição dos Pintos tornou-se a freguesia de Nossa Senhora do Riachuelo. O Riachuelo surge aqui, segundo Bezerra (2012), como homenagem à batalha Naval de Riachuelo, ocorrida em 1865 na Bacia do Prata. Já no ano de 1874, a mesma freguesia é elevada a vila, percebe-se desta forma que o curto prazo apenas de dois anos o aglomerado citadino evolui de freguesia a vila, pois bem, no dia 31 de março de 1874 a Res. n. 964 eleva a freguesia à vila com a mesma denominação trazendo assim seus limites:

“Começarão na confluencia dos rios Jacarecica e Sergipe. pelo qual subirá até o riacho Camboatá, pelo qual seguirá até a estrada real que vae de Santa Rosa ao engenho Cannabrava; dahi á serra do Alecrim correndo pelo pino da serra em direcção á serra -Grande de Itabaiana, e desta a encontrar a estrada real que vem da mesma villa para Laranjeiras, estrada abaixo até a passagem do rio Cotinguiba, no engenho Brejo; por este ao engenho Cambão de Baixo incluindo-o. e deste ao sitio Campestre; dahi ao engenho Tanque do Moura: deste ao pasto do engenho Massapé, riacho abaixo ao rio Sergipe, e por este acima até o Jacarecica. Com Itabaiana e Divina Pastora limita-se começando a linha na foz do rio Jacarecica, e subindo pelo rio Sergipe até a passa-

40 *Jornal do Aracaju - Ano 1872* | Edição 00251, p.01. (Disponível na Biblioteca Nacional Digital)

gem do engenho Areia Branca, na estrada que leva o engenho Piedade Velha, o qual, com sua capella pertencerá a Divina Pastora: segue a estrada que conduz ao engenho Novo Oriente, a encontrar o mesmo rio Sergipe, donde continua até o marco que divide o engenho Meirelles com o Engenho Velho, e dahi leva rumo direito á foz do riacho Estiva no rio Danga: por este até sua nasçença na serra do Alecrim, donde seguirá pela serra do Capunga até a estrada da Borda da Matã, no riacho que conduz ao Janóca, e por este ao rio Sergipe.”

Nesse ínterim se constrói, um ambiente misto entre o rural e urbano, cuja escravidão é um tema recorrente nos jornais, principalmente a fuga de escravos. Esse cenário da “cidade sem lei”, é transmitido principalmente pelo jornal *A Reforma*, onde notícias sobre violência são recorrentes, Como redator, Gumersindo Bessa, e o jornal *A Reforma* denunciava que o governo provincial concedia liberdade a presos que tinham proximidade com pessoas ligadas ao governo. O clima no jornal chega a ser muito claro quanto ao posicionamento contrário ao governo do momento: “O que está immobilizando o braço da justiça do Riachuelo não já é uma disposição do direito, é uma sugestão do medo. O que val ao bacharel. Luiz Freire não é a sua prerrogativa de deputado, são os seus direitos de genro.”⁴¹

No Jornal *Gazeta de Sergipe*, sob a forma truculenta que um agente militar comete a um cidadão, no qual podemos ver o exercício de um poder arraigado de uma herança escravista no Brasil, onde um cidadão de traço “cabocolo” é posto em público a sofrer tortura. Essa notícia nos trás uma visão muito presente no Brasil ainda hoje, na qual um cidadão sofre com repressão ilegítima por carregar fenótipos de sua origem africana. Segue a transcrição da notícia:

Uma selvageria

Escreveram-nos do Riachuelo em data de 20 do corrente:

No dia 16 por uma simples queixa sem fundamento de uma das figuras de um reisado o 3º. suplente de delegado de polícia prendeu sem culpa formada ao cidadão

Felix, cabocolo do reisado, mandando arrochar-lhe a cabeça com uma corda com tanta brutalidade que quebrou-se a corda; depois mandou torcer as orelhas com alicates, em seguida crucificando-o em duas varas onde foram estiradas as mãos e os pés atados, sendo por último algemado e preso no tronco sem poder receber alimentos. O tal suplente respondia aos gritos da população indignada que pedia misericórdia, com refadas no infeliz Felix que padecia innocentemente.

Os soldados algumas vezes recusavam em cumprir estas ordens e aconselhavam ao delegado moderação, a exceção de um nome Etelvino que foi o carrasco.

No dia 18 o cidadão Meneses, fasendeiro do município, sendo sabedor do ocorrido requereu habeas-corpus, sendo posta em liberdade a victima.

Depois de executado o cidadão Felix, foi executado outro que soffreu os mesmos castigos a exceção do arrocho na cabeça; mas em compensação foi amarrado pelo pescoço seguindo assim para o quartel depois de passar pelas ruas da villa.

Eis uma autoridade amiga da ordem e que merece sem contestação o premio de uma demissão e mais alguma cousa que a faça lembrar pelos tempos adiante que os castigos corporeos estão abolidos até no exercito e armada.

O castigo, esperamos, não se fará demorar para este deshumano.

O trecho da carta que transcrevemos é de pessoa que nos merece certo credito.⁴²

O clima de violência caminhava junto com a eferescência da construção de uma economia de serviços, a exemplo do Dr. Theodoreto Archanjo do Nascimento, prometia que o vinho produzido pelo pharmaceutico Virgílio do Valle Vianna, curaria o enjoo de mulheres grávidas evitando assim, o vômito e “*dyspepsias*”⁴³. Outros serviços noticiados são relacionados a farmácia, na propaganda de remédios, a mudança de atendimento de sapateiro para

41 *A Reforma: Órgão do Partido Liberal (SE) - Ano 1888* [Edição 055, p.01. (Disponível na Biblioteca Nacional Digital)]

42 *Gazeta de Sergipe : Folha Diaria - Ano 1890* [Edição 18, p. 02. (Disponível na Biblioteca Nacional Digital)]

43 Dor ou desconforto na parte superior do abdômen. *A Reforma : Órgão do Partido Liberal (SE) - Ano 1889* [Edição 0118, p.04. (Disponível na Biblioteca Nacional Digital)]

a cidade, esses em pequenos anúncios. Os correios funcionam de forma improvisada, quem recebia os jornais e correspondência era o Sr. Manoel Antonio de Moraes⁴⁴ e esses seguiam para entrega daí, visto que não existia um prédio exclusivamente destinado aos correios na vila.

2. A era da máquina

Foi com o Decreto Estadual nº 1, de 25 de janeiro de 1890 que a vila de Nossa Senhora da Conceição do Riachuelo foi elevada a cidade do Riachuelo. (BEZERRA, 2012, p. 28). Antecedente a sua elevação como cidade, Riachuelo sofreu uma inegável influência de mecanismos econômicos, um dos mecanismos que ajudaram a alavancar sua promoção como cidade foi o Engenho Central implementado por volta de 1886, ofereceu uma perspectiva industrial na região, o que mudou completamente os rumos da sociedade que ali se aglomera.

O Engenho Central é então instalado na freguesia de Nossa Senhora do Riachuelo em 1886, numa região entre o Engenho Sant'Anna e o Engenho Penha, às margens do rio Sergipe, no entanto este só entrou em operação em 1888, sendo sua primeira safra entre 1889-1890. De propriedade da *Companhia Assucareira Parahyba-Sergipe*.⁴⁵ Seu diferencial fica por conta do seu maquinário de origem holandesa que se destacava dos maquinários de origem inglesa usados no resto do estado.

Em meio à ideia de modernização havia também descrenças por parte de grupos políticos, e da população quanto ao sucesso deste empreendimento de modernização agrícola, o tom de descrédito é sentido através do Conselheiro Dr. Jeronymo Sodrê Pereira, o qual pede a diminuição ainda maior de impostos para a manutenção deste no território, segue assim o seu texto:

“Muito de proposito não enumerei a concessão dos Engenhos Contraes, como medida auxiliar da lavoura do assucar, porque entre nós, em todo o imperio, funestos e contrarios têm sido os resultado. Em minha provincia lá estão abandonados, fallidos, estes collossos de fabricação de assucar, tendo dado, de mais, gravissimos prejuizos ac lavradores.

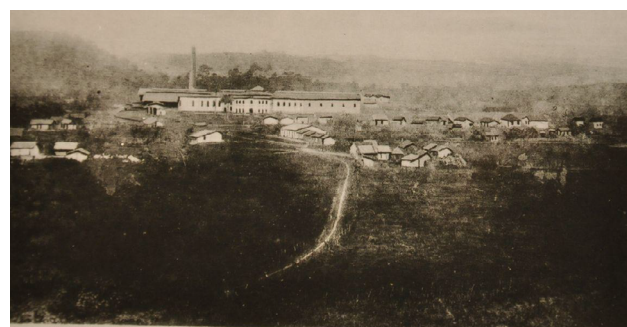
Creio que em outros lugares não mais felizes têm sido, mormente os que não são de iniciativa particular, e têm abusado, somente, da garantia de juros pelo Estado.

Faço, no entanto, sinceros votos para que melhores destinos tenha o Engenho Central de Riachuelo, já aqui inaugurado, e que longe, bem longe vão minhas sinistras previsões, filhas, aliás, da propria experiencia.

Se não soubesse das criticas e mesmo assustadoras circunstancias do erario provincial, eu vos lembraria a extincção do imposto de exportação sobre o assucar, mas na emergencia actual seria um crime: convem; porem, que permaneçam, e até com mais amplidão, as disposições orçamentarias que isentam as machinas de fabricação de assucar e instrumentos agricolas, e bem assim estendam-se taes medidas ás diferentes especies de gado, que venham para a provincia com o fim de melhorar as raças, já tão abastardadas aqui e em quasi todos os lugares.”⁴⁶

Nesse sentido o engenho Central, conseguiu centralizar a produção dos seguintes engenhos: Araçá, Mangueira, Escuta, Lyra, Vazaringui, Sapé, Cantadouro, Matta, Quintas, Jesus Maria José e outros - sendo o transporte dessa produção feita mais tarde por locomotivas, que transportavam tanto a cana de açúcar, quanto lenha e trabalhadores que moravam nas imediações desses engenhos, assim como na zona urbana, por onde também se passava uma das linhas das quatro linhas férreas.

FOTOGRAFIA 07 - Engenho Central



Fonte: Arquivo particular de Antonio Martins Bezerra

Como pode ser visto na imagem acima, o Engenho Central não se tratou apenas de uma simples fábrica, ele contava com igreja, escola, casa grande, galpão industrial e uma vila operária com

44 Echo Sergipano : Jornal Commercial, Noticioso, Agrícola e Recreativo (SE) - Ano 1884\Edição 04, p. 04. (Disponível na Biblioteca Nacional Digital)

45 Mensagens do Governador de Sergipe para a Assembléia (SE) - 1897, p. 28.(Disponível na Biblioteca Nacional Digital)

46 A Reforma : Orgão do Partido Liberal (SE) - Ano 1889\Edição 00159, p. 01. (Disponível na Biblioteca Nacional Digital)

algumas dezenas de residências, construídas esteticamente em art déco com linhas que tentam refletir a ideia industrial do início do século XIX, a partir de ornamentos que se assemelham a indústria aeronáutica, automobilística e naval. Essa “nova” estrutura, muito semelhante ao engenho nos moldes coloniais, trazia consigo uma reestruturação do poder, com modificação do trabalho, que agora era assalariado e racionalizado a partir de uma divisão de tarefas.

As casas eram concedidas aos trabalhadores do engenho, e, diferentes das senzalas tinham uma nova conotação, conforme o relato de Blay (1985), a Vila Operária, ou casa na vila operária, constitui o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o respectivo preço que deveria ser pago por esta força. Neste sentido, quando a casa era ofertada ao trabalhador ela passa a interferir nas relações de produção, uma vez que passa a oferecer uma relação de troca, onde a casa ganha tida como mercadoria.

A remuneração desses operários era equivalente à de um trabalhador do campo, segundo Dantas (1944), e pouco contribuíram na melhoria no “standard” da vida do trabalhador. Com base nisso, tem-se a constatação que a cidade se constrói de uma população que mal tinha remuneração para alimentação como pode ser visto nesse trecho extraído de Dantas (1944, p.51), o qual apresenta as despesas semanais do Sr. Cícero Libório:

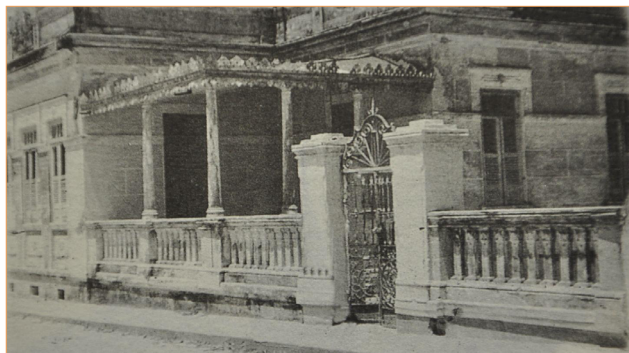
CÍCERO LIBÓRIO - trabalhador do campo ganhando \$28,00 por semana. Casado, com três filhos. A sua despesa semanal é a seguinte:

Cr. \$	
2 ½ quilos de carne fresca de boi	8,50
½ quilo de carne de porco	3,00
15 litros de farinha	9,00
1 quilo de açúcar	1,40
2 ½ litros de feijão	1,80
1 ½ quilos de fubá de milho	1,60
½ garrafa de querosene	0,60
½ quilo de sabão	1,20
pão	1,20
tempêro	0,60
fosfóro e fumo	0,50
No total	29,40

Percebe-se que a alimentação do trabalhador é básica, não há nessa lista qualquer outra despesa, como vestimentas, manutenção residencial, locomoção, e afins; o salário não cobria as despesas da alimentação. A diferença de quem vai ocupar a cidade é extremamente contratante, por um lado os trabalhadores do rural e os industriais, os comerciantes e os donos dos engenhos e fazendas.

Este último grupo citado esbanjava de casarões em estilo eclético, com fachadas cheias de detalhes contrastavam com casas de trabalhadores, comerciantes e prestadores de serviço. Ou seja, a segregação de espaço nessa cidade era a estamental, já que o campo como forma de manutenção de poder agora buscava controlar e ocupar os cargos políticos.

IMAGEM 03 e 04 - casarão do Sr. Julio Vieira, proprietário do Engenho Porto dos Barcos; casarão do Sr. Antonio Franco, proprietário da fazenda São José, Cantadouro, São Félix, Jesus Maria e José e Matta.



Fonte: Arquivo particular de Antonio Martins Bezerra

É o que demonstra Bomfim (2019), ao analisar a trajetória política do município e constatar que dois troncos de uma mesma família ocupa os cargos eletivos desde a instituição da república até a atualidade. Um desses casos caracterizado na história como coronelismo é o do Coronel Francisco Rabello Leite, proprietário do Engenho Tartaruga em Laranjeiras, se fixou em Riachuelo, mantendo uma postura política, sendo Delegado de Polícia e Intendente Municipal, mantinha uma postura populista como deixa a entender Bezerra (2012, p.92) “sua residência era ponto de encontro da sociedade local aos sábados e domingos, com cadeiras espalhadas pela calçada, por falta de espaço na sala de visita.”

Enquanto isso, a questão industrial foi se tornando um negócio de sucesso, atraindo ainda mais investimentos ao longo da primeira metade do século XX, como a instalação de locomotivas ligando as fazendas ao Engenho Central e do Engenho Central ao ramal do Contorno L’este. A diversificação de produtos como a fabricação de álcool e o processamento de algodão, que apesar de menor produção garantem menções em jornais e entravam na arrecadação de impostos levantados pelo governo.

Portanto é inegável desenvolvimento urbano está atrelado a uma economia agro-urbana proveniente primeiramente da ocupação por doação de ter-

ras, e na diversificação do trato deste, atrelado ao desenvolvimento do comércio do final do século XIX, onde Riachuelo ganha tanta notoriedade que por um breve momento centralizou um comércio maior que as cidades mais promissoras do estado no final do século XIX, Maruim e Laranjeiras.

Esse reconhecimento pode ser visto quando Riachuelo é a terceira cidade a ganhar luz elétrica no estado, estrutura urbanista elogiada pelo cuidado e assistência sanitária. Esse clima progressista na cidade é visto até o fechamento do Engenho Central em 1968, quando as atividades são transferidas para o Engenho São José dos Pinheiros, quando o Dr. Augusto Franco adquire o mesmo.

Referências

BEZERRA, Antonio Martins. *Riachuelo passado de riquezas*. Aracaju: Textopronto Editora e Gráfica, 2012.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

DANTAS, Orlando Vieira. *A Vida Patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2013 (2ª Edição).

SUBRINHO, Josué. M. P. *Reordenamento do Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe (1850 – 1930). Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PRÁTICA DO TARÔ NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: possibilidades de pesquisa

José Lucas Vilas-Boas Oliveira^{47*}

Introdução

A pandemia de COVID-19, declarada como tal pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, impactou em níveis inesperados a vivência em sociedade e representou novos desafios à ciência moderna. Esta, que desde meados do século anterior sobrepôs-se ao domínio do sagrado na gestão da vivência humana, demonstrou uma fortuita fragilidade a parcelas da população mundial que se viu subitamente ameaçada por uma enfermidade de alto grau de contágio e de elevado risco à integridade física e à vida dos infectados. Tendo em vista que, desde o início do século XXI, os episódios epidêmicos ocorridos até 2018 tiveram impactos humanos de proporção razoavelmente controlada, afetando algumas áreas mundiais específicas de forma mais preocupante, o surto de coronavírus surpreendeu por trazer o risco do colapso às redes de saúde de todo o globo – o que efetivamente foi observado durante esse período.

Devido à existência de uma crise sanitária global, que se somou a eventos políticos nacionais que acirravam o caráter potencialmente perigoso daquele contexto – como a ascensão da extrema direita a altos postos políticos no mundo todo –, indivíduos espiritualizados voltaram-se com mais afinco a suas crenças como forma de enfrentar o período de instabilidade. O contato com o sagrado, frente à ineficiência e ao descaso dos setores governamentais que deveriam garantir a segurança da população num momento crítico, despontava como um poder opositor às diversas ameaças sofridas durante a conjuntura abordada, algo bastante observado em território brasileiro.

Dado que as vivências sociais foram digitalizadas, migrando ao ciberespaço, as práticas religiosas ganharam espaço no mundo virtual, destacando-se o

crescimento da comunidade do tarô. Esse oráculo, que é o mais utilizado no Ocidente, não é relacionado a uma religião ou doutrina específica, de forma que seus usuários e praticantes formam um grupo misto, de múltiplas crenças e diferentes vieses de utilização do baralho. Da adivinhação do futuro à autocompreensão, o tarô desponta como um instrumento místico multifuncional que, durante a pandemia, marcou forte presença no universo digital. Perfis, canais e comunidades sobre o assunto cresceram e surgiram durante esse período, ressaltando-se a expansão da prática profissional do tarô realizada pela internet e bastante aderida pelos brasileiros.

Tal interesse na temática surgiu como um projeto de extensão do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Silva. Inicialmente denominado como “Tarô & ciência em tempos de pandemia”, o projeto, iniciado em outubro de 2020, visava a divulgação científica de estudos acadêmicos sobre tarô e misticismo via Instagram, uma das redes sociais mais populares no Brasil que conta com uma grande quantidade de perfis e usuários interessados no tarô. A partir dessa ideia, surgiu o perfil Projeto Misticiência, que, através de publicações na rede social, fazia a divulgação de pesquisas sobre o tarô e as práticas místicas respaldadas pelas diversas áreas do conhecimento, demonstrando que o baralho é também um relevante objeto de investigação científica.

Como uma extensão desse projeto, a prática do tarô no Brasil durante a pandemia de COVID-19 tornou-se objeto de investigação do autor desse artigo em seu mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. O contato com novas fontes e referências para desenvolvimento da tese apresentou uma série de possibilidades de abordagem do tema que podem ser consideradas possíveis linhas de pesquisa futuras sobre o estudo histórico do tarô em solo nacional. A seguir, alguns desses potenciais caminhos serão abordados.

1 Cibercultura como fonte histórica

Segundo Serge Noiret (2015), as evoluções tecnológicas ocorridas durante o século XXI modificaram o caráter epistemológico e metodológico da ciência histórica, visto que não só as fontes e a historiografia, mas também a memória do passado se tornou digital. Desse modo, surge a necessidade

47 Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (Bolsista CAPES).

de historiadores preparados para se relacionarem com essas novas humanidades digitais, essa “história (pública) digital” (NOIRET, 2015, p. 33).

Nesse sentido, é importante pontuar as recorrentes transformações que a web sofreu e sofre constantemente na forma de produção e compartilhamento de conteúdo. Se a primeira geração da rede interconectada de computadores, vigente durante a década de 1990, era passiva e *read only* (somente leitura), na qual a informação era transmitida e apenas consumida pelos usuários, a geração 2.0, iniciada em 2004, expandiu a participação dele com a inovação do *read and write* (ler e escrever), em que o público consumia e produzia conteúdo virtual. Para Aghaei, Nematbakhsh e Farsani (2012), foi a web da sabedoria, que se tornou referência na expansão da criação de conteúdo e popularização de blogs, armazenamento em nuvem, páginas *wikis* – que permitem a mudança de conteúdo por qualquer usuário e a anexação de *links*, imagens e textos, num formato semelhante ao praticado pelo Wikipedia – e e-mails.

Para Lucchesi e Carvalho (2016), a web 2.0 ocasionou uma revolução do trabalho historiográfico ao abrir caminho para o surgimento da História Pública Digital, possibilitando a interatividade entre usuários, a quebra de hierarquia de conhecimentos e as trocas de informação entre estudantes, acadêmicos e público. A partir disso, o ciberespaço – o todo das informações abrigados pela infraestrutura física de comunicação digital, utilizada e alimentada pelos usuários (LEVY, 1999) – pode ser entendido de forma mais efetiva como um espaço não-físico de convivência entre indivíduos, com uma cultura própria: a cibercultura. Esta consiste num “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LEVY, 1999, p. 17).

Essas trocas ciberculturais ganham novas forças com o surgimento da web 3.0, que se torna *mobile* (móvel) e portátil (MALLMAN; NOBRE, 2017). Além disso, é a web semântica, inteligente: a personalização e otimização de conteúdo e publicidade entregue a cada usuário é ampliado com o aumento da quantidade de dados que são integrados, vinculados e analisados artificialmente (AGHAEI; NEMATBAKHSH; FARSANI, 2012). Noiret (2015) discorre brevemente sobre a importância dessa fase da evolução virtual em relação a uma maior popularização dos dados, que não estão mais limitados aos

meios acadêmicos e tradicionais. A História Pública Digital, começada com a web 2.0, torna-se ainda mais interativa e difundida, visto que todos podem construir e praticar a História em parceria.

A web 3.0, que se expandiu durante a década de 2010, caracterizou-se também pelo surgimento e expansão das redes sociais, que tornaram mais fluida e dinâmica a interação constante entre usuários de uma mesma localidade ou de diversas partes do mundo. Comunidades virtuais voltadas a interesses e assuntos específicos tornaram-se comuns nas plataformas, superando as limitações de compartilhamento de experiências devido às barreiras geográficas. Desse modo, a cibercultura expande-se em diferentes setores sobre os mais variados assuntos, baseados em conhecimentos científicos e/ou empíricos, compartilhados por indivíduos numa relação não-hierárquica. Assim, a internet vira, para muitas pessoas, uma espécie de diário ou grupo de apoio, possibilitando que depoimentos particulares, muitas vezes relacionados a eventos e contextos históricos, fossem veiculados por meio do ciberespaço.

Com a expansão da cibercultura durante a pandemia de COVID-19 devido à necessidade de isolamento social e consequente migração das atividades sociais presenciais para o meio virtual, a vivência cotidiana desse período foi majoritariamente exposta por publicações realizadas pelos usuários do ciberespaço, de forma que muitas das informações sobre o impacto do contexto pandêmico na população pode ser conseguida no meio digital interconectado. A cibercultura, nesse sentido, apresenta-se não só como um rico ambiente que dispõe de possíveis fontes históricas sobre o período, a exemplo de depoimentos particulares e notícias divulgadas por portais virtuais de imprensa, mas também como um espaço de construção das memórias sobre o surto do coronavírus.

2 Memória pandêmica

É importante ressaltar que as constantes evoluções da web podem também representar riscos à integridade das informações presentes no ciberespaço, divergindo de uma ideia de imortalidade do conhecimento devido à sua localização em um meio não-físico. Apesar do armazenamento ser virtual, os servidores destinados a isso são estruturas físicas sujeitas a danos estruturais, pondo em risco a existência de dados existentes somente na internet. Ademais, a fase mais recente da web, a 4.0, estabele-

lecida por volta de 2020, volta-se a um uso massivo de dados por inteligência artificial, que manipula e interpreta essas informações automaticamente via algoritmos que perscrutam as atividades dos usuários para melhoria de estratégias publicitárias e lucro dos grandes conglomerados de tecnologia. Desse modo, a web 4.0 busca “atingir o extremo do caminho do “livre acesso/aberto” iniciado pela Web 3.0, mas, ao mesmo tempo, questiona a proteção da vida privada, o controle e segurança dos dados” (MALLMAN; NOBRE, 2017, p. 7).

Nesse sentido, a geração atual da web representa o ápice do presentismo (KOSELLECK, 2006), com informações de “vida” extremamente curta, pois os acontecimentos são rápida e repetidamente sobrepostos por outros, numa aceleração e desagregação intensa do tempo presente. Não só as notícias e os dados assumem um caráter passageiro, como os dados são manuseados por plataformas que, de espaços de vivência virtual, “redes sociais” – no sentido mais literal do termo –, tornam-se ferramentas guiadas pelo interesse capitalistas das empresas proprietárias. A ascensão de aplicativos e sites baseados no consumo de conteúdo, e não mais na criação de comunidades de usuários (como o formato do recente TikTok e do Instagram, principalmente após as atualizações mais recentes), categoriza a importância dos dados compartilhados baseados em alcance, curtidas, engajamento e tendências, o que é determinado por códigos virtuais que aumentam ou diminuem o nível de divulgação de conteúdos segundo suas diretrizes internas. Ainda que a informação não se perca, a estrutura das próprias plataformas dificulta o acesso a comunicações que podem ser mais úteis à pesquisa histórica.

Interessa pontuar tal contexto, pois, com a possibilidade iminente de atomização do indivíduo no meio virtual, diminui-se a constância do compartilhamento de experiências comunitárias, defasando pouco a pouco o formato da rede social como a conhecemos atualmente. Logo, o acesso a uma infinidade de memórias individuais e coletivas sobre eventos históricos podem ser dificultados por exclusões de plataformas defasadas ou como consequência das frequentes mudanças de algoritmos que limitam o tipo de conteúdo entregue ao usuário mesmo com a utilização cuidadosa dos mecanismos de busca de cada rede social. Ademais, em vista do contexto pandêmico, muitos relatos existem como postagens em redes sociais,

dadas as particularidades da conjuntura, e a efemeridade das tendências virtuais se sobrepõe a possíveis memórias relevantes ao entendimento de um período. Mais ainda, o historiador do tempo presente deve compreender de que forma tais transformações da web e dos algoritmos podem afetar seu contato com fontes exclusivamente digitais; afinal, faz parte de seu papel refletir sobre o ato de escrever História enquanto ação subjetiva, contextual e metodologicamente determinada (DOSSE, 2012). Logo, considerar os contextos técnicos e informáticos é fulcral para abordar espaços de memória virtuais.

A memória não só serve como meio de reconstrução do passado, como constitui identidades coletivas, movendo-se por um tempo-espaço definido, associada a situações de caráter afetivo e sensível (WEBER; PEREIRA, 2010; SEIXAS, 2011). No contexto de pandemia, por se tratar de um período marcado pelo medo da morte e da perda de entes próximos, o arcabouço emocional e psicológico da experiência caracteriza as memórias produzidas nessa conjuntura. Entretanto, os acontecimentos não se relacionam a um espaço físico em si, como eventos traumáticos históricos antecedentes, mas ao “não-lugar” do ciberespaço, que é o púlpito e o ponto de encontro aos que queriam compartilhar da vivência social sem colocar em risco sua integridade. Desse modo, o universo virtual torna-se um grande espaço de convivência de memórias de um momento em que a sociedade se ausenta do “mundo real” para se defender das ameaças sanitárias, transferindo seus hábitos para o “mundo digital”.

3 Relações de poder

A espiritualidade, entendida como uma relação religiosa vivenciada pelo indivíduo, que produz interpretações simbólicas da realidade por meio do contato com o sagrado (DROOGERS, 1983, p. 128), traduz-se como um campo de poder simbólico que interage com e subordina-se a outras formas de poder (BOURDIEU, 1998). Com relações de poder hierárquicas marcadas pelo controle exercido pelas autoridades religiosas, a espiritualidade institucionalizada, na forma de religiões de raiz judaico-cristã, colaborou e ainda colabora com a manutenção do status quo. No contexto atual, com a coexistência dessas religiões com doutrinas surgidas e no contexto da Nova Era, a espiritualidade não dogmática figura como uma possível estratégia de resistência a ameaças exercidas pelo sistema político vigente.

Nesse sentido, as relações de poder ocorrem de forma móvel e desigual (FOUCAULT, 1995), não se restringindo somente às instituições, mas sendo multidirecional, operando num espaço de disputas entre classes dominantes e subalternas. Ressalta-se que a religião surge como uma espécie de centralizadora do poder institucionalizado na figura dos sacerdotes-reis e dos imperadores divinizados, consolidando a prática religiosa como um ato político e social (CLAVAL, 2011). O crescimento de credos após a Reforma Protestante e consequentes conflitos relativos à legitimidade do poder político, por crentes ou não da fé institucional, levaram à laicização estatal. Apesar de não ser mais objeto central do sistema político, as religiões permanecem como forma de legitimação de regimes políticos, assumindo um papel fiduciário e fortalecedor a partidos e representantes políticos que se aliem a elas. Isto foi observado na movimentação de Jair Bolsonaro ao se aliar aos neopentecostais e neoevangélicos para validação de seus discursos conservadores e autoritários (ALMEIDA, 2019; REIS, 2020).

Um ponto em comum entre o governo bolsonarista e as religiões evangélicas durante a pandemia foi o posicionamento negacionista em relação à doença, o que culminou numa ação política negligente e contrária a medidas protetivas por parte do Estado, que era alicerçada pelos discursos religiosos da base apoiadora. Para indivíduos espiritualizados alheios a essas visões de mundo, a crise sanitária foi agravada pelo posicionamento de governo, de forma que a prática religiosa se tornou uma forma de orientação intrapessoal em meio ao contexto. Desse modo, a espiritualidade, sem substituir o discurso científico, serviu como um meio de fortalecimento de grupos e indivíduos contra os riscos constantes ampliados pelo negacionismo bolsonarista. Torna-se possível entender a prática do tarô durante a pandemia enquanto uma estratégia de resistência, baseada numa tentativa de reequilíbrio das relações de poder.

4 História do tarô no Brasil

Para compreender o que mudou na prática do tarô no Brasil após a eclosão da pandemia de COVID-19, faz-se essencial entender historicamente a presença do oráculo e seu uso em terras brasileiras. Porém, o campo da historiografia voltado à prática nacional do tarô não é algo oficialmente instituído, com informações presentes em alguns artigos sobre o oráculo e livros de tarologia. Apesar da pre-

sença do tarô na sociedade brasileira nas mídias, na internet e nos estudos acadêmicos, poucas são as informações históricas sobre o tarô no país.

Pode-se recorrer à prática da cartomancia, que remonta a contos machadianos da segunda metade do século XIX, à presença de anúncios nos classificados dos jornais da época e na comercialização de livros sobre leituras de cartas no mesmo período (ASSIS, 1884; MAIA, 2020; DEL PRIORE, 2014). Porém, os termos “cartomante” e “cartomancia” não se relacionam somente ao tarô e seus profissionais, mas a outros sistemas oraculares de cartas, como o baralho cigano, o baralho Lenormand e o próprio baralho comum de cartas de jogar, que também é utilizado para leituras divinatórias.

Sobre a chegada do tarô no Brasil, foram encontradas informações distintas: para uma autora, o oráculo chegou no país por volta da década de 1920 (SOUZA, 2016, p. 4); já para um renomado tarólogo (NAIFF, 2002, p. 322), o aparecimento ocorreu em 1949, quando a Editora Pensamento publicou o livro “Tarô Adivinhatório”, que vinha com um conjunto de cartas do tarô de Papus. Se tais discordâncias carecem de uma investigação mais atenta, os dois autores corroboram o fato de que o interesse pelo tarô foi despertado pela publicação da Revista Planeta durante a década de 1970, pela Editora Três, do Rio de Janeiro, periódico que abordava temas esotéricos.

Entretanto, apesar da Revista Planeta figurar como importante fonte histórica sobre o tema tratado, o acesso às primeiras edições da publicação é logisticamente dificultado, dado que o arquivo particular da editora responsável não pode ser acessado pelo público externo e a revista não figura em hemerotecas digitais. Desse modo, faz-se necessária uma investigação em hemerotecas físicas da região da publicação ou a compra das edições disponíveis em sebos, o que demanda maiores investimentos financeiros.

Sobre o tarô a partir da década de 1980, é possível encontrar informações sobre sua prática no Rio de Janeiro do período (TAVARES, 1999). Apesar do menor interesse durante a década de 1990, o oráculo continuou sendo a principal referência do esoterismo nacional e voltou a ser difundido nos anos 2000, tornando-se tema de eventos, estudos acadêmicos, cursos e encontros (CAVALCANTI, 2022, p. 124). Em meados da década de 2010, o tarô passou a se popularizar na web, com profissionais

atendendo virtualmente e realizando publicações sobre o assunto. Com a pandemia de COVID-19, devido à digitalização das relações sociais, esse processo foi acelerado, aumentando a presença da comunidade praticante do tarô no ciberespaço.

Considerações finais

Buscou-se nas páginas anteriores elencar algumas possibilidades de abordagem da prática do tarô no Brasil durante a pandemia de COVID-19. Ao passo que as investigações dos pontos citados não são excludentes entre si, suas delimitações abrem espaço para análises mais detidas das peculiaridades de cada subtemática, auxiliando no enriquecimento do campo da história voltado a essa prática esotérica no contexto pandêmico.

Visto que a investigação do tema é um trabalho em andamento, novas abordagens podem ser descobertas com o avanço da pesquisa. Apesar do campo da História contemplar pouco no Brasil a prática do tarô, outras áreas do conhecimento, como a Psicologia, as Artes Visuais, a Comunicação Social, a Literatura e as Ciências de Religião, entre outros, contam com valiosos estudos sobre o oráculo, oferecendo, junto com livros de tarologia escritos por profissionais brasileiros, uma gama inicial de possíveis fontes históricas e referências que permitam construir uma história do tarô no Brasil.

Ademais, as mudanças constantes em algoritmos e plataformas da web podem afetar as pesquisas, visto que muitas das fontes aqui referidas são exclusivamente virtuais. Modificações no acesso a informações ou na recepção de conteúdo, além do funcionamento dos mecanismos de busca nativos de cada plataforma pesquisada, devem ser levadas em consideração na realização das observações das redes sociais. Afinal, toda pesquisa histórica conta com suas limitações devido à natureza da fonte, e isso não seria distinto com fontes digitais.

Por fim, espera-se que as breves discussões aqui levantadas sirvam como um panorama geral do andamento da análise do objeto abordado, assim como valham enquanto uma contribuição para a expansão dos estudos voltados ao tarô, à pandemia de COVID-19 e aos novos impactos da cibercultura no contexto das humanidades digitais.

Referências

- AGHAEI, Sareh; NEMATBAKHS, Mohammad Ali; FAR-SANI, Hadi Khosravi. Evolution of the World Wide Web: from Web 1.0 to Web 4.0. *International Journal of Web & Semantic Technology*, [S.l.], v. 3, n. 1, jan. 2012. Disponível em: <http://airccse.org/journal/ijwest/papers/3112ijwest01.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Deus acima de todos. In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 35-51.
- ASSIS, Machado de. A Cartomante. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano X, n. 333, 28 nov. 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1884_00333.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- CAVALCANTI, Fernanda Pinheiro. *O Tarô como prática integrativa e a extrassensorialidade no jogo: Analisando discursos de tarólogos e consulentes*. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022, 183 p.
- CLAVAL, Paul. Política, espaço e cultura: as ligações entre poder e religião. *Confins*, [S.l.], n. 12, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7115>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- DEL PRIORE, Mary. *Do outro lado: A história do sobrenatural e do espiritismo*. São Paulo: Planeta, 2014.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-graduação em História*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2703>. Acesso em: 27 maio 2022.
- DROOGERS, André. Espiritualidade: o problema da definição. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 23, n. 2, p. 111-128, 1983. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1292. Acesso em: 10 dez. 2022.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault – Uma Trajetória Filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo. Editora 34, 1999. (Coleção TRANS)

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: Reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 149-163.

MAIA, Kathleen de Oliveira. Mercadoras do sobrenatural: um estudo sobre mulheres cartomantes no Rio de Janeiro Imperial (1860-1869). *Revista de História da UEG, Morrinhos*, v. 9, n. 3, p. e922027, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/10765/7991>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MALLMANN, Elena Maria; NOBRE, Ana. Mídias Digitais, Fluência Tecnológico-Pedagógica e Cultura Participatória: a caminho da web-educação 4.0? In: ALVES, Thelma Panerai; CARVALHO, Ana Beatriz. (Orgs.). *Mídias Digitais e Mediações Interculturais*. Recife: Amazon, 2017. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6894/1/Mi%CC%81dias%20%20Digitais,%20Flue%CC%82ncia%20Tecnolo%CC%81gico-Pedago%CC%81gica%20e%20Cultura%20Participato%CC%81ria-%20a%20caminho%20da%20%20web-educac%CC%A7a%CC%83o%204.0_.pdf. Acesso em: 4 jun. 2022.

NAIFF, Nei. *Tarô, Ocultismo e Modernidade: uma visão para o século XXI*. 3. ed. São Paulo: Elevação, 2002.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634/3098>. Acesso em: 27 maio 2022.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewArticle/36709>. Acesso em: 9 jun. 2022.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de histórias: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SOUZA, Kelma Amabile Mazziero de. Do Tarô Europeu Medieval ao Tarô no Brasil Contemporâneo: Simbologia e Espiritualidade Através da Evolução Imagética. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ECLESIAL, 11., 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, Centro Universitário Adventista de São Paulo, 2016, p. 1-14. Disponível em: <https://portal.metodista.br/eclesiocom/edicoesanteriores/2016/arquivos/do-taro-europeu-medieval-ao-taro-no-brasil-contemporaneosimbologia-e-espiritualidade-atraves-da-evolucao-imagetica>. Acesso em: 08 set. 2022.

TAVARES, Fatima Regina de. Tornando-se Tarólogo: Percepção “Racional” versus Percepção “Intuitiva” entre os Iniciantes no Tarot no Rio de Janeiro. *Numen, Juiz de Fora*, v. 3, n. 1, p. 97-123, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21752>. Acesso em: 20 out. 2022.

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halbwachs e a memória: contribuições à História Cultural. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 3, n. 1, p. 104-126, jan. jun./2010. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/57/56>. Acesso em: 28 maio 2022.

Entre memória, esquecimento e História Oral: as práticas dos rezadores de Poço Verde/SE

José Orlando Dos Santos Filho ⁴⁸

Introdução

Na primeira parte deste artigo busco investigar, identificar e conhecer a memória, esquecimento, História Oral e as práticas dos rezadores de Poço Verde/SE, com os conceitos sobre memória e esquecimento à luz de Sales, dos dicionários: Rezende, Houaiss, Bueno e Sacconi; com as contribuições dos historiadores Carlo Ginzburg; Eric Hobsbawm; Jacques Le Goff; Pierre Nora, e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010.

Na segunda parte, intitulada História Oral, trago os aportes das historiadoras brasileiras Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Ferreira Amado. E na última parte, desse estudo, na seção as práticas dos rezadores de Poço Verde /SE, discorro com apoio do historiador Sá; de Walter Benjamin, filósofo e sociólogo; de Paul Thompson, sociólogo; de Maurice Halbwachs, sociólogo, e, informações coletadas via oral dos entrevistados: Ivoneide Maria de Souza, Marina Valeriana Dos Santos, Leda Cristina De Jesus, Josefa Dias Da Soledade, Antônia da Conceição Estrela, e o rezador José Rodrigues Filho (Zé Bernardo), colaboradores da pesquisa em andamento.

Conforme o historiador Carlos Ginzburg (apud TEDESCO, 2004, p.40), a memória permite “pesquisar o tempo e a história a partir das coisas mínimas”. Desta afirmação o interesse que desperta a questão da memória, esquecimento e práticas dos rezadores, é primeiramente pelas memórias afetivas.

1. Memória

Desde a Antiguidade clássica, a *Mnemosine* (memória) era cultuada pelos gregos como a deusa da memória, e como uma importante divindade, sendo a segunda deusa a se unir a Zeus e gerar as nove musas, sobre *Mnemosine*, observemos:

Irmã de Cronos, que personifica a memória, a proteção contra o esquecimento. *Mnemosine* é uma das deusas mais poderosas para os gregos, pois a memória é o catalisador da razão e é esta razão que diferencia os Seres Humanos dos outros animais. Desta forma, a memória está intimamente ligada ao poder da razão, o que fez com que fosse considerada por muitos como a primeira filósofa. Uma de suas atribuições como deusa foi de nomear todos os objetos existentes. Por essa responsabilidade deu aos Seres Humanos o poder de memorizar, isto é, de reter conhecimento e de transmiti-lo oralmente. mãe de Cronos, que personifica a memória, a proteção contra o esquecimento (SALES, 2015, p. 157).

A divindade citada, para os helênicos, tinha papel relevante, pelo fato que a memória é o catalisador da razão na qual aprendemos a distinguir Seres Humanos dos outros animais. É a memória que proporciona aos seres humanos a faculdade de arquivar informações, transmitir e esquecer.

Busco em quatro dicionários definições para memória: no primeiro dicionário do Latim Essencial “memória, lembrança, recordação. Tempo passado, tradição. Época, tempo. Anais, relato histórico. Narração. Relato escrito” (REZENDE, 2005, p. 220). No segundo de Antônio Houaiss da Língua Portuguesa memória “faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passadas e tudo quanto se ache associado aos mesmos” (HOUAISS, 2009, p.171).

No terceiro dicionário, de Francisco da Silveira Bueno, “faculdade de reter as ideias adquiridas anteriormente, lembrança, reminiscências; monumento comemorativo; vestígio; aquilo que serve de lembrança” (BUENO, 2000, p. 603). Finalizo com o dicionário Essencial da Língua Portuguesa, “faculdade de adquirir, reter e experimentar de novo estados de consciência passados. Aptidão para se lembrar: Ter boa memória” (SACCONI, 2001, p.602). Nos verbetes citados são visíveis à menção ao passado e ao exercício de procurar as lembranças, ademais Hobsbawm determina que passado “é uma dimensão permanente da consciência humana” (2001, p.22).

Para Le Goff “a memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, o que representa como passadas” (2006, p. 419). Recordo que ainda criança era levado por minha mãe à casa dos rezadores quando estava

48 [■] Mestrando do Programa PRO-HIS de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe/UFS

sofrendo de males físicos (disenteria, inflamações musculares, dores de cabeça/dente) ou “espirituais” (mau-olhado e outros), e quando ia em visita à casa dos meus avós maternos, na zona rural, no povoado Aldeia do município de Fátima-BA, e acompanhava o trabalho de minha avó como rezadeira da comunidade.

Convém ainda observar Pierre Nora em sua obra entre memória e história - a problemática dos lugares – em que dá a seguinte definição para memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984, p.9).

O grupo vivo pesquisado é dos rezadores do município de Poço Verde/SE. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do censo demográfico de 2010 e suas avaliações para 2020, o município tem os seguintes dados: área territorial 441,326 km², população estimada de 23.867 pessoas, densidade demográfica de 49,95 hab/km², escolarização de 6 a 14 anos é de 98,8%, por fim, o índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM é de 0,561.

Figura 01



Fonte: IBGE (2022). Mapa do Estado do Sergipe e a localização do Município Poço Verde/SE

Usamos como método a história oral (entrevista), para coletar os dados da tradição oral, a atual pes-

quisa é composta de seis pessoas: Ivoneide Maria de Souza, Marina Valeriana Dos Santos, Leda Cristina De Jesus, Josefa Dias Da Soledade, Antônia da Conceição Estrela, e o rezador José Rodrigues Filho (Zé Bernardo), tendo em vista mais outras já convidadas. Podemos observar diante de suas declarações no campo do gênero identitário, cinco dos seis declaram do sexo feminino e um do sexo masculino.

Um fato interessante é que a maioria das entrevistadas têm em comum a idade muito próxima, que é de 50 a 74 anos, aqui analisamos que houve uma continuidade na transmissão das práticas, via oralidade, entre o grupo estudado, mas indagando aos entrevistados sobre a transmissão na atualidade relatam encontram-se com certa dificuldade em passar para os jovens hoje em dia.

Recomendamos que o cuidado e respeito de guardar os costumes da oralidade vêm desde os gregos quando criou um guardião – mnemon, responsável pela mudança da memória oral para a escrita, no período Arcaico, “Mnemon, uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de Justiça” (LE GOFF, 2006, p. 433). Parafraçando, na era da contemporaneidade esse guardião são os egressos em cursos de graduações e pós-graduações, nas academias brasileiras ou internacionais.

2. Esquecimento

Na Figura 2 abaixo, segundo Sales, Cronos “é representado por Goya não apenas por devorar seus filhos, mas por devorar o próprio passado, agindo como o esquecimento, como o passado que deixou de ser, sendo engolido pelo abismo do tempo” (2015, p. 154).

Figura 2



Museu do Prado,
Madrid. Saturno
devorando um filho,
1819-1823. Francisco
de Goya (1746-1828)

A insuficiência de lembranças, o esquecimento pode dar de forma involuntária, livre da nossa vontade. As práticas dos benzimentos na municipalidade em questão podem passar por essa insuficiência pelos motivos: a questão do esquecimento desses benzimentos por parte dos rezadores em estudo e a não transmissão desse saber e, ademais o fator morte estes como seres humanos podem deixar esse plano a qualquer momento sem transmiti-los.

Foi possível observar inicialmente, no grupo estudado, que a transmissão desses conhecimentos se fizeram por via oral sem registro escrito de suas práticas. Foi feita essa difusão na forma da oralidade pelo fato que os atuais rezadores (estudados), foram iniciados pelos seus antepassados com o método mencionado e não deixaram escritos, em razão de serem analfabetos e que atualmente os rezadores estudados têm dificuldades com a escrita, mas estes são alfabetizados, por mais que seus níveis de instrução foram interrompidos, geralmente no segundo ciclo do ensino fundamental.

Diversos estudos, demonstram que a memória passa por deslize: a amnésia com a perda total ou parcial, sem contar com a afasia (perda da memória pela linguagem ou escrita). Jacques Le Goff define que a amnésia “é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda voluntária ou involuntária” (2006, p.421). Há estudos que demonstram que a memória é parte viva da cultura de uma nação ou povo. Então, mesmo passando por perdas, ela é reconstruída de acordo com os interesses dos membros da nação ou do povo. Sempre na perspectiva plural das disputas sociais sobre essa mesma memória.

3. História Oral

Não podemos percorrer a respeito de História Oral sem citar a contribuição do historiador grego de Halicarnasso (Bodrum - Turquia), nato do século V a. c., considerado o pai da História. Em sua obra intitulada História, na qual apresenta a invasão da Grécia pelos Persas, ademais faz uso de testemunhas para sua narração, uma das metodologias usadas atualmente na História oral, uso o método testemunhas em minha pesquisa, busco através de entrevistas gravadas além do uso de imagens orientar minha pesquisa na coleta de dados relevantes.

É louvável trazer para a discussão um resumo da trajetória da História Oral no Brasil, com base no li-

vro usos & abusos da história oral sob a organização de Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, no espaço destinado a apresentação da obra, na seção a “história oral no Brasil”. Hoje se fala que sua datação é dos anos 70, mas é nos anos 90 que tem uma expansão, essa expansão é fruto dos programas de pós-graduações em História com linha de pesquisa voltadas para História Oral.

Há outros acontecimentos que contribuíram para o alargamento do campo como a criação da Associação de História Oral, em 1994; a criação de eventos voltados para a temática história oral no qual o Encontro Nacional de História Oral aconteceu no Rio de Janeiro, em 1994; reuniões de pesquisadores desta temática; trabalhos e livro. Não podemos deixar de citar a questão do preconceito, por parte de alguns intelectuais sobre os métodos e suas reivindicações em relação a um arquivo de som e imagem para a consulta das fontes Oraís (testemunha ou entrevistado).

4. As práticas dos rezadores de Poço Verde /SE

Segundo Sá, em seu estudo *Mnemotropismo em el “sertão” del Consejero*, traz um conceito para memória oral “é fluida, falível e transmitida entre gerações” (2006 p.6-7). Esse conceito é o pano de fundo para identificar se a transmissão dos rezadores pesquisados tem como fundamento a memória oral familiar, como vetor de transferência. Walter Benjamin, em um dos seus estudos, percebeu que a transmissão de representações coletivas entre indivíduos, ao longo do tempo e do espaço tornar-se-ia cada vez mais esparsa e descontínua (Benjamin, 1968), é o caso de observar se esse fenômeno equivale ao caso da comunidade estudada.

Ao resgatar a “voz do passado” (Thompson, 1992), com estas vozes obtidas é possível que os Rezadores do município de Poço Verde/SE, encontrem-se falencendo e não conseguindo transmitir os saberes para seus descendentes ou terceiros. Para Maurice Halbwachs “determinadas lembranças são reiteradas no seio de famílias”.

No qual nasce mais outro questionamento diante desse fato, essa prática vai atravessar o esquecimento? Se a comunidade local tem feito algo para evitar o esquecimento?

Em nossas entrevistas, ao interrogá-los sobre quando apreenderam os conhecimentos da arte de benzer, nota-se que nesse momento há um exercício que é de recuada ao passado em busca das suas lembranças, momento de pausa para os

entrevistados quando os olhos brilham, um misto de sentimentos surgem e fazem os relatos com as lembranças da sua fase de adolescente ou juventude. Embora também o exercício fez lembrarem-se de seus entes e amigos *in memoriam*. Verificamos que aprenderam e começaram a realizar essas práticas (benzimentos), na faixa etária dos quinze (15) aos dezoito (18) anos de idade, mas, tendo dois entrevistados, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, tardio na faixa etária dos 40 anos. Percebe-se um orgulho ao discorrer os ensinamentos aprendidos seja pela mãe, pela avó ou vizinha. Nenhum entrevistado faz referência a que aprendeu de uma figura masculina. Surgiram questionamentos diante da constatação. Por que o gênero feminino nesta pesquisa é o responsável em transmitir seus saberes? Por que os escolhidos são em sua maioria do gênero feminino?

Atualmente, não encontrei os contragolpes para o primeiro componente e em parte temos um achado para o segundo componente, mas que não é suficiente este contragolpe é uma seta que foi o encontro de um rezador do gênero masculino como ele se declarou, mas que aprendeu de uma mulher, o entrevistado J.R. F, ademais a figura da mulher é de suma importância nesta prática cultural e de religiosidade popular, percebe-se que a mulher é a chave desse processo, mas por quê?

É hereditário o ensinamento do saber entre os cinco (5) entrevistados, somente um (1) que aprendeu com uma vizinha a Senhora (Sra.) Maria Altamira do Rosário (Dona Mira). Outro aspecto curioso de uma das entrevistadas – Marina Valeriana dos Santos, que citou que aprendeu com a avó a Sra Graciliana Maria de Jesus, a qual foi “pegada a dente de cachorro”, com essa lembrança afetiva ela se considera, e como sua família indígena, buscando mais detalhes, ela cita que tal acontecimento ocorreu na comunidade Pastinho, município Simão Dias/SE, divisa com o município de Poço Verde/SE.

A investigação proporcionou a obtenção e o registro de alguns benzimentos, os quais qual transcrevi e exponho nesse texto um exemplo do relato da entrevistada Leda Cristina de Jesus (50 anos), que transmitiu e relatou sua fórmula para o benzimento contra o mau-olhado, discorre:

“Com dois te botaram, com três eu te tiro com os poderes de Deus e da virgem Maria; saí mau-olhado do corpo que seja homem ou mulher que se foi no comer no beber se foi no deitar se foi no levantar,

que saía do todo olhado, todo mau que se estiver no corpo dessa pessoa das tripas, da carne, dos ossos, do sangue, dos nervos, da cabeça, com os poderes de Deus e da virgem Maria, Amém!”

A liturgia do benzimento do mau-olhado far-se-á com o uso de ramos verdes (três galhos), tirados do quintal de sua residência, em seguida a rezadeira inquire o nome do indivíduo (busca o benzimento), com a resposta, a rezadeira dá início como passar do ramo no indivíduo (sem tocá-los no mesmo), desenhando uma cruz, no qual faz sua jaculatória e a mesma repete por três vezes, e perguntando o porquê do número, a rezadeira argumentou que o número “três faz menção a santíssima trindade (o Deus Pai, o Deus Filho e o Deus Espírito Santo)”. A rezadeira finaliza com orações católicas (Pai-nosso, e três ave-marias), mais uma prece a um santo de sua devoção para interceder pela a sua saúde do indivíduo. E por fim convoca o indivíduo a voltar mais duas vezes para completar os três dias. Vale ressaltar que essa prática é gratuita.

Considerações finais

Em presença do exposto, as contribuições bibliográficas usadas neste texto a conversar a respeito da memória, do esquecimento, da história oral e a liturgia das práticas dos rezadores, que vem auxiliando na contextualização com a memória e quiçá o esquecimento desse grupo em processo de análise, e sem falar no método da história oral, importantíssimo nesta pesquisa.

Diante da pesquisa em curso, passa a existir um fator que é o temor da perda dessas memórias, até então guardadas com esses rezadores, mas podem perdê-las a qualquer momento, pela amnésia, causas naturais ou incidentes fatais. É inexistente um registro formal, o registro está no suporte memória dessas pessoas, desta feita pode sim desaparecer.

A comunidade poço-verdense, pelo que podemos analisar, somente tem a perder com o esquecimento dessa tradição de cunho cultural e de religiosidade popular, as lembranças e o exercício das mesmas também sofrem com as transformações culturais da modernidade. Essa rica tradição oral percebida a partir dos relatos dos entrevistados aponta que tal prática na cidade de Poço Verde/SE, passa por um processo de transmissão de seus saberes na atualidade entre seus familiares ou terceiros cada vez mais reduzido.

Um dos fatores pode ser o fato de que a “juventude” presentemente em meio às modernidades e tecnologias, cada vez mais se distancia desta cultura, e não busca preservar essa prática de cunho espiritual. Os rezadores, depois de questionados sobre quem poderia ter acesso a esses saberes e serem os guardiães, a resposta é possuir responsabilidade, exige fé e dedicação exclusiva.

Foi plausível o registro do saber em religiosidade por meio da oralidade e estão sendo documentadas as orações de tal maneira servirão para contribuições no presente e no futuro da historiografia do município de Poço Verde/SE. Fica demarcada também a característica predominante do gênero feminino, entre os seis entrevistados, até o momento, constando somente um do gênero masculino.

Em fim, este estudo sobre a prática dos rezadores no presente e projeções para o futuro, significou muito, por mais que tenha se realizado em meio à pandemia do coronavírus¹⁹. E discorrendo sobre o futuro, os entrevistados foram positivos, assegurando que teremos essa prática de rezadores auxiliando tantos cidadãos poço-verdenses.

Referências

- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BENJAMIN, Walter (1968). “thesis on the philosophy of History”. In: Hannah Arendt (org.), *Illuminations*. New York: Harcourt Brace & World, 253 -264.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Mini dicionário Língua Portuguesa*. São Paulo: FDT, 2000.
- De Sales, E. (2016). Cronos, Mnemosine, Clío e a defesa do patrimônio. *Historiæ*, 6(2), 153–166. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5589>
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HERÓDOTO. *História: estudo crítico* por Vitor de Azevedo. 2. Ed. São Paulo: Ediouro, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- HOUAISS, ANTÔNIO; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- IBGE, Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/poco-verde.htm>>. Acessado em: 06 de maio de 2022.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 5. Ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- REZENDE, Antonio Martinez de; BIANCHET, Sandra M. G. Braga. *Dicionário do Latim Essencial*. Belo Horizonte: Crisálida/Tessitura, 2005.
- SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Mnemotropismo em el “sertão” del Consejero. *Memoria & sociedade* – vol. 10 no. 20. Enero – Junio de 2006.
- SACCONI, José Antonio. *Dicionário Essencial da Língua Portuguesa*. São Paulo: Atual, 2001.
- TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; C. do Sul: EDUSCS, 2004.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Fontes Orais

- Rezadeira 1 - Ivoneide Maria de Souza, 55 – Entrevista concedida em 4 fevereiro 2021 na cidade de Poço Verde/SE.
- Rezadeira 2 - Marina Valeriana Dos Santos, 55 - Entrevista concedida em 5 fev. 2021 na cidade de Poço Verde/SE.
- Rezadeira 3 - Leda Cristina De Jesus, 50 - Entrevista concedida em 11 fev. 2021 na cidade de Poço Verde/SE.
- Rezadeira 4 - Josefa Dias Da Soledade, 74 - Entrevista concedida em 16 fev. 2021 na cidade de Poço Verde/SE.
- Rezadeira 5 - Antônia da conceição Estrela, 57 - Entrevista concedida em 3 março 2021 na cidade de Poço Verde/SE.
- Rezador 6 - José Rodrigues Filho, 65 - Entrevista concedida em 5 mar 2021 na cidade de Poço Verde/SE.

AS FACHADAS AZULEJARES SERGIPANAS: simbologia, memória e história

Karoline Padilha de Paulo⁴⁹

Introdução

Existem diferentes formas com a qual uma comunidade preserva testemunhos de sua história, podendo esses serem, tanto objetos, quanto práticas, arte ou arquitetura, e onde nesse último, se encontram os monumentos históricos (CHOAY, 1999, p.10-11). Esses bens, como uma herança coletiva, permitem a manutenção, no decorrer do tempo, de tais relações com o passado, e, em certa medida, garantem o sentido de unidade e coesão identitária de um território ou sociedade.

Sergipe, território herdeiro de uma rica diversidade patrimonial, apresenta em seu acervo desde práticas imateriais (como sua culinária, festas folclóricas, e religiosas); a objetos materiais (com suas paisagens notáveis e monumentos históricos). E, é a partir desse último grupo, mas especificamente, entre suas manifestações arquitetônicas e artísticas, que esse estudo se insere.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo compreender a azulejaria de fachada como herança cultural e manifestação simbólica das passadas dinâmicas sociais de Sergipe, delimitando como recorte de estudo, seu território no final do século XIX, para o início do XX, intervalo no qual essa prática ocorreu na região. Logo, são objeto central de estudo, as quinze manifestações atualmente presentes dessa arte em solo sergipano, e que, de forma quantitativa, se dividem em: oito exemplares Estância; um em Maruim; um em Laranjeiras; três em Simão Dias; e dois em Lagarto.

Com esse objetivo, e recorte de estudo proposto, o trabalho se desenvolveu em três momentos principais: o estudo do contexto histórico, onde se buscou entrelaçar as questões nacionais com as regionais que condicionaram a manifestação

dessa arte em Sergipe; o registro, e expansão, do conhecimento pertinente ao acervo azulejar presente em território sergipano; e por fim, a reflexão acerca da esfera social-simbólica ao qual permeou a azulejaria de fachada na segunda metade do século XIX, e que, frente a complexidade de abordagem, se centrou na espacialidade da cidade de Estância, município com maior expressividade dessa arte em Sergipe.

Com esse propósito, foram trabalhadas metodologias de coleta, documentação e análise de dados. Para o estudo teórico-histórico, explorou-se produções textuais diversas, leis, decretos, periódicos do século XIX, e fotografias antigas. Fontes que permearam todas as etapas do trabalho, mas que especial papel tiveram na reconstrução do panorama histórico oitocentista nacional e sergipano, assim como na compreensão dos simbolismos inerentes da azulejaria de fachada na época.

E, para o registro da azulejaria de fachada presente em Sergipe, foram conciliadas metodologias desenvolvidas no âmbito da disciplina de restauro e conservação patrimonial, frente a natureza do objeto de pesquisa, com procedimentos histórico-investigativos. Compreendendo, assim, o método de documentação conhecido como Fichas de Identificação (FIDs), desenvolvida por Tinoco (2009), no Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI); e uma lógica indiciária (GINZBURG, 1989), centrada na análise comparativa visual da azulejaria sergipana, com a de outras regiões.

Como resultado, esse trabalho buscou: registrar o estado material presente desse patrimônio, e, consequentemente, preservar parte da memória sergipana; abordar as questões nacionais, e regionais, que permitiram que essa reconhecida arte se manifestasse em Sergipe; e por fim, compreender como a azulejaria de fachada implica em um universo mais amplo de sua existência, que essencialmente remete as dinâmicas socioespaciais desenvolvidas em território nacional na segunda metade do século XIX, conectando sociedade, arte, arquitetura e cidade.

1. As atividades mercantis-marítimas de uma Sergipe oitocentista

Azulejo, arte cerâmica de origem árabe, reconhecida por seu tratamento esmaltado-vitrificado. Com um rico repertório cromático e ornamental, constituiu-se, fisicamente, em uma peça de barro quadrangular, onde uma de suas superfícies recebe o aca-

49 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS/UFS). Bolsista CAPES. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFS. E-mail: karolinedepaulo@gmail.com

bamento decorativo esmaltado, e o outro, frisos para seu assentamento. Se expandindo por toda a Europa a partir do século XVI, a azulejaria se insere em território brasileiro apenas no século seguinte, a partir das produções portuguesas dessa arte.

Entretanto, é apenas na segunda década do século XVIII, que a azulejaria se populariza no gosto brasileiro, por meio dos painéis murais historiados em azul sobre fundo branco (SIMÕES, 1959, p.31), localizados em templos na região nordestina açucareira. Contudo, mesmo com o rico repertório dessa arte na arquitetura religiosa, é a produção azulejar oitocentista, que se destaca por uma série de transformações, que enquadraram a sua técnica, seus ornamentos, e seu uso.

Inserindo pela primeira vez procedimentos mecanizados no seu processo de fabricação, se caracterizando, assim, em uma produção semi-industrial, a arte azulejar, abandona os motivos representativos historiados, e passa a apresentar decorações policromas diversas (BARATA, 1995, p.39). Essa produção, conhecida como estampilhada, consistia no uso de um molde (estampilha), para a aplicação do esmalte colorido no formato do ornamento, onde necessariamente, a cada cor, se fazia necessário o emprego de uma estampilha diferente (AMORIM, 1996, p.60-66).

Produzidos em série, os painéis decorados com azulejos do século XIX, se diversificavam em cromatismos, podendo fazer o uso de verdes, amarelos, azuis, castanhos e magentas. E que em estilismos, apresentavam motivos florais, vegetais, fitomórficos, e geométricos a serem dispostos em conjuntos, no conhecido arranjo de 2x2/1, ou seja, duas colunas, duas fileiras, um padrão (KNOFF, 1986, p.LII); ou de forma independente na superfície do azulejo (Figura 01).

Figura 01 - Composição de azulejo de padrão em arranjo 2x2/1 e de azulejo de figura avulsa.



Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, além de suas questões técnicas e decorativas, a azulejaria oitocentista, se destaca em seu terceiro condicionante: uma nova condição socioespacial de sua manifestação. Essa arte, que historicamente manteve conexões estáveis com grupos de poder, como Igrejas e famílias nobres, se populariza entre os comerciantes emergentes presentes em território nacional na segunda metade do século XIX, por meio da decoração de fachadas arquitetônicas.

Agora se inserindo no espaço da cidade, essa mudança de tradição, necessariamente remeteu a todas as questões de ordem política, econômica e social, que permitiram a prosperidade desse novo grupo, que ao se estabelecer nos centros urbanos, não apenas fez amplo uso dessa arte no Brasil, mas influenciou todo o panorama citadino oitocentista. E onde a região sergipana, não se fez diferente.

Estabelecida no final do século XVI, Sergipe, assim como outros territórios nordestinos, se expandiu por meio das atividades da terra, com a cultura açucareira e a criação de gado, mas, igualmente, pelo algodão, fumo, cereais, entre outros gêneros de subsistência. Tendo seu primeiro arraial a Cidade de S. Cristóvão, as margens do rio Cotinguiba, a região sergipana se proliferou pelos cursos de seus rios (FREIRE, 1995, p.24-26), progressivamente prosperando a caminho de sua independência.

Sendo declarado em julho de 1820, por Decreto Imperial, o fim da sujeição da Capitania de Sergipe a Bahia, foi apenas em 3 de março de 1823, em que o território sergipano finalmente conquistou sua total liberdade política, iniciando um novo capítulo de sua história (SILVA, 2019, p.46-56). Progredindo para um renovado panorama provincial, Sergipe estabelece em 1855 sua nova capital, Aracaju, que localizada em região costeira, viu florescer uma nova dinâmica socioeconômica pela ação de seus homens de negócio (NASCIMENTO, 1981, p.86).

Expandindo sua influência em nível nacional, essas personalidades ligadas aos mais diversos ofícios de comércio, passam a prosperar frente as oportunidades provenientes da abertura dos portos ainda no início do século, em 1808. Onde foi declarado, por Carata Régia, que seriam aceitas, nas alfândegas brasileiras, todos os gêneros e mercadorias transportadas por navios das nações amigas de Portugal, permitindo um novo desenvolvimento econômico nacional (BRASIL, 1808).

Quadro que foi ainda mais importante alguns anos mais tarde, quando em 1822 a Coroa Portuguesa é transferida para território brasileiro, declarando sua independência. Em um recém estabelecido Império, e que até a pouco, ainda pautava considerável parte de sua economia no comércio de exportação, era clara a carência tanto de uma arrecadação interna, essencial a sua manutenção, como a disponibilidade de serviços e bens de consumo a população local.

Nesse sentido, foi justamente por meio desses homens de negócio, que movimentavam as atividades de importação e reexportação por todo o território nacional, e, conseqüentemente, geraram expressiva arrecadação fiscal nas alfândegas, que os cofres imperiais passaram a gerar acúmulo monetário (RAMOS, 2019, p.575). Logo, não é estranho observar a prosperidade econômica dessa classe, que por de suas crescentes atividades, influenciaram a estrutura de seus centros urbanos de inserção.

Além das alfândegas, outras infraestruturas precisaram ser aprimoradas para essa nova demanda comercial, se proliferando, em harmonia com seus portos, novos trapiches, armazéns e casas comerciais. Que complementados pelos prédios políticos-administrativos, palacetes e sobrados, permitiram o desenvolvimento de um renovado panorama da paisagem urbana oitocentista para a capital, vilas e cidades sergipanas.

Contudo, no que diz respeito as atividades desses homens de comércio dentro de Sergipe, era claro um forte agravante: a dependência portuária da província, as praças baiana e pernambucana. Ainda em meados do século XIX, os comerciantes e senhores de engenho sergipanos careciam de meios próprios de transporte de suas mercadorias, sendo necessário, na época, realizar seu escoamento primeiramente a Bahia ou Pernambuco (SAMPAIO, 2006, p.94-95).

Situação que foi parcialmente solucionada a partir de 1852, quando pelo Decreto n.1038, os portos de Aracaju, São Cristóvão e Estância, passam a receber viagens fixas de embarcações da Companhia de Vapores soteropolitana, que recebeu inicial direito exclusivo de navegação dos portos sergipanos (BRASIL, 1852). Igual privilégio que foi posteriormente estendido a Companhia de Vapores pernambucana, quando em setembro de 1862, no Decreto n.2.977, essa recebe autorização de ex-

pandir sua rota sentido sul, estabelecendo atividades em Sergipe (BRASIL, 1852).

Condição mantida pelo restante do século XIX, permitiu que, por um custo anual dos cofres provinciais de doze contos de réis (12:000\$000) a companhia soteropolitana, e de seis contos de réis (6:000\$000) a pernambucana, Sergipe estabelecesse um sistema de abastecimento e escoamento de mercadorias. Contudo, mesmo com essa limitada atuação de seus portos, os periódicos circulados na província comprovam que essas barreiras não impediram a população local de receber rico sortimento de bens de consumo importados do além-mar.

Entre os anúncios de estabelecimentos comerciais, era possível encontrar desde artefatos necessários a vida doméstica-familiar, como roupas, móveis e alimentos; a um considerável sortimento de materiais construtivos, como pedras, madeiras e telhas. Entretanto, entre as publicações de bens destinados à construção, não foi possível encontrar qualquer menção em Sergipe de casas comerciais que vendessem azulejos, ou de importação acerca dos quinze exemplares estudados.

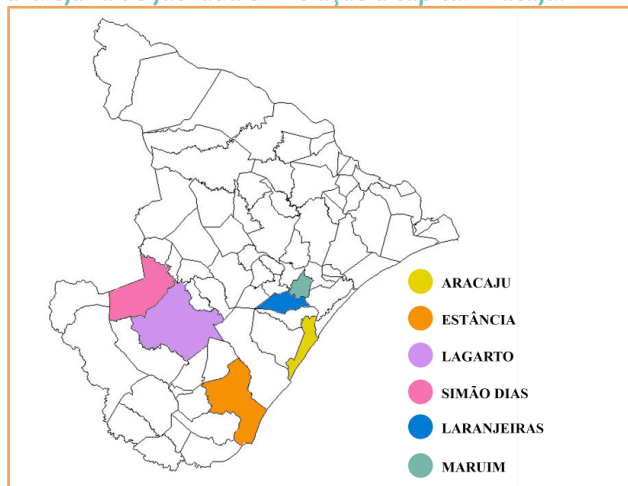
Considerando que era normativo o manifesto nas alfândegas de todos os produtos circulados em território nacional, seja de direta importação, pelo Decreto de n.25 (BRASIL, 1829), ou de reexportação, pelo Decreto de n.183 (BRASIL, 1849); assim como sua comum posterior anunciação nas seções comerciais-marítimas dos periódicos nacionais, é estranho a total ausência de registros referentes a compra dos azulejos em Sergipe. Nesse caso, duas situações podem ser consideradas.

Primeiramente, é admissível considerar a existência rotas, ou procedimentos de documentação alternativos para a circulação desses bens que não foi identificado. E, em outra perspectiva, frente ao fato de que igualmente não foi encontrada documentações pertinentes as mercadorias transportadas pelas duas Companhias de Vapores responsáveis pelo abastecimento dos portos sergipanos, é possível justificar, de certa forma, essa ausência de registros.

Assim, as manifestações da arte azulejar em Sergipe, não apresentam menções anteriores a sua aplicação nas fachadas arquitetônicas, e que, de forma curiosa, não se encontraram na cidade de São Cristóvão, antiga capital sergipana, ou na recém estabelecida, Aracaju. Efetivamente, essa arte se

inseriu em outros territórios sergipanos que tiveram uma certa estabilidade, e prosperidade, nesse período, sendo eles: Estância, Maruim, Laranjeiras, Lagarto e Simão Dias (Figura 02).

Figura 02 - Localização dos municípios sergipanos com azulejaria de fachada em relação a capital Aracaju.



Fonte: Elaborado pela autora.

Uma possível justificativa para a ausência dessa arte na nova capital, Aracaju, pode provir do seu recente processo de desenvolvimento. Com a necessidade de estabelecer sua infraestrutura urbana (ruas, portos, pontes), edificações político-administrativas, e mesmo religiosas e residenciais, é provável que a atenção orçamentária de sua população não pode ter sido delegada ao emprego da azulejaria de fachada.

Ao mesmo tempo que, no caso de São Cristóvão, mesmo com a sua prosperidade açucareira, já em 1868 era apontado no relatório do presidente da província da Bahia, um certo desinteresse dos senhores de engenho na manutenção do porto local, que passaram a escoar suas mercadorias para Aracaju (BAHIA, 1868). Não sendo estranho, dessa forma, a ausência da arte de azulejar fachadas na região, que era transportada e difundida pelos portos nacionais.

Por fim, com a impossibilidade de traçar o passado das rotas e transações comerciais dessa arte em Sergipe, buscou-se compreender sua manifestação por meio do estudo dos territórios contemplados pela azulejaria de fachada oitocentista, analisando, primeiramente, suas especificidades técnico-artísticas.

2. Azulejaria de fachada em Sergipe: registros e um método indiciário

Explorando, agora, exclusivamente a esfera material da azulejaria de fachada, foi desenvolvido um extenso estudo acerca das particularidades presentes no acervo sergipano, considerando não apenas suas características artísticas, mas igualmente técnicas, e compositivas. Para o efetivo registro dessa arte, esse trabalho procurou conciliar metodologias tanto empregues em ações de conservação e restauro arquitetônico patrimonial, como procedimentos históricos-investigativos.

Dessa forma, foi escolhido uma metodologia guia de documentação, sendo essa, as Fichas de Identificação (FIDs), desenvolvidas no Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI), por Tinoco (2009). Sendo uma metodologia baseada na coleta múltipla de informações acerca do objeto de estudo; as FIDs permitem ao pesquisador explorar desde uma abordagem investigativa indireta, ou seja, desenvolvida exclusivamente através de fontes escritas, orais e elementos gráficos-fotográficos de análise; as diretas, que fazem uso da coleta de amostras e ensaios laboratoriais (TINOCO, 2009, p.5-6); e que, no presente trabalho, foi delegada a primeira.

O motivo da escolha parte de duas questões principais: 1. a falta de acesso a ferramentas e equipe especializada para o desenvolvimento seguro de ações de direta interferência a materialidade do objeto; 2. o grande risco de danos permanentes as peças de azulejaria, acarretando perda patrimonial. Dessa forma, o estudo se baseou em três etapas principais: o levantamento gráfico-fotográfico dos exemplares sergipanos; a pesquisa teórica-histórica; e a organização documental final das informações coletadas no corpo das FIDs.

Se configurando no primeiro contato direto com o objeto de estudo, o levantamento fotográfico se encarregou de registrar o estado atual da materialidade dessa arte. Posteriormente, foram feitas correções das fachadas por meio de tecnologia assistiva de imagem, com o auxílio do software Adobe Photoshop; em seguida, foi desenvolvido o material gráfico de apoio; que considerou tanto a superfície arquitetônica como um todo, quanto seus elementos de azulejaria independente.

Em sequência, se desenvolveu o estudo de natureza teórica-histórica, que a partir de uma lógica indiciária (GINZBURG, 1989), explorou os

pormenores da azulejaria oitocentista por meio da análise visual comparativa entre o acervo sergipano, com o de outros territórios. Para o desenvolvimento dessa análise, foram empregues produções técnicas diversas desenvolvidas tanto nacionalmente, quanto em território português.

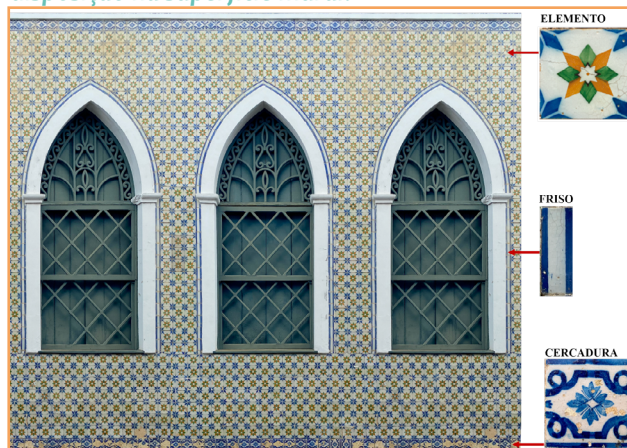
Especificamente, os textos usados nessa etapa foram: o livro *Azulejos da Bahia* (KNOFF, 1986); o *Inventário do Conhecimento do Acervo Azulejar* (2008), desenvolvido pelo IPHAN-PE; o *Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão*, desenvolvido por Lima (2012); a produção *Azulejaria em Belém do Pará – Inventário – Arquitetura civil e religiosa – Século XVIII ao XX*, por Alcântara (2012); e por fim, o livro *Azulejaria de fachada na Póvoa de Varzim (1850-1950)*, de Amorim (1996).

A escolha documental se centrou, em um primeiro momento, nas regiões de maior influência comercial em território sergipano, como Bahia e Pernambuco. Entretanto, frente a insuficiência de informação desenvolvidas nesses territórios, a pesquisa passou a incluir produções técnicas do Maranhão e Belém, que apresentam expressiva quantidade de exemplares e produções técnicas; posteriormente se fez necessário incluir produções lusitanas, devido a presença de elementos de azulejaria sergipana não encontrados nas fontes anteriores.

Dessa forma, o levantamento teórico realizado compreendeu a totalidade pertinente à arte azulejar do século XIX, abordando desde as particularidades regionais de sua produção, as questões que definem a prática conhecida como “azulejaria de fachada”. Isso, pois, essa manifestação específica desenvolvida nas fachadas arquitetônicas urbanas, é arte resultante da combinação de diferentes elementos compositivos, estando esses classificados frente a suas características físicas de dimensão, e disposição na superfície mural.

Assim, é possível identificar três peças principais de azulejaria, sendo essas: 1. o próprio azulejo, que como peça isolada se nomeia elemento; 2. os frisos, peças normalmente com metade da medida do azulejo; 3. as cercaduras, que com mesma medida do azulejo, se diferenciam pela sua aplicação na superfície mural (KNOFF, 1986, p.XXIX). Enquanto o azulejo se encarrega de cobrir a maior extensão da fachada; os frisos se dedicam a delinear portas, janelas e outros elementos arquitetônicos; e as cercaduras, de delimitar o perímetro da área decorada (Figura 03).

Figura 03 – Elementos de azulejaria de fachada e sua disposição na superfície mural.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para as particularidades regionais, foram considerados: 1. os elementos ornamentais secundários (Figura 04), como as figuras de canto normalmente presentes nas peças holandesas (flor de lis, cabeça de boi e aranhão); e nas portuguesas, com o motivo de flor ou estrela (SIMÕES, 1979, p.71); 2. os pigmentos e seu acabamento esmaltado (cores vivas; retoques; esfumados e deformidades da superfície); 3. dimensões da peça, considerando o padrão das produções portuguesas, e holandesas, entre 13,0 cm e 14,0cm (AMORIM, 1996, P.94), e francesas entre 9,5cm e 10,0cm (COSTA JÚNIOR, 2008, p.89).

Figura 04 – Motivos de canto da azulejaria oitocentista.



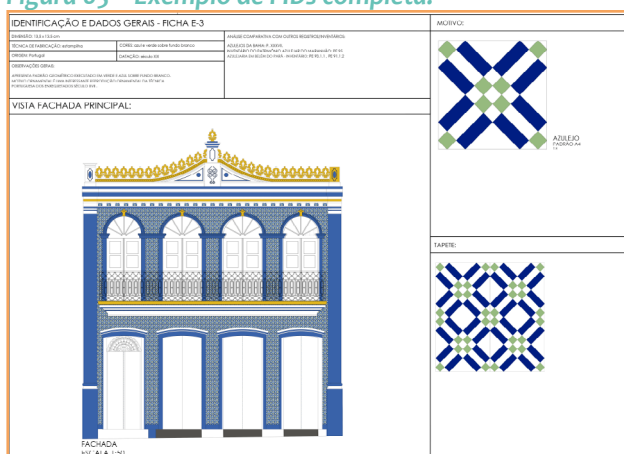
Fonte: Adaptado de Simões (1979, p.71).

Para o processo de documentação do acervo sergipano, os exemplares foram caracterizados de acordo com suas características compositivas, onde: A, remete a azulejo; F a friso; e C a cercadura. Seguindo a sequência de análise iniciada na região de maior para menor acervo, as peças foram nomeadas em ordem crescente de identificação, onde o primeiro exemplar de cada peça necessariamente recebeu a nomenclatura de A1, F1 e C1. Para o caso de azulejos com o mesmo padrão, mas com algumas variações no ornamento, foi incluído um segundo dígito, ficando com a nomenclatura A1.1, por exemplo.

É interessante explicitar que, foi escolhida uma nomenclatura diferente ao padrão já existente entre os documentos estudados, de forma a facilitar o

entendimento de quando um exemplar sergipano, ou de outra região, é mencionado. Por fim, toda a informação gráfica e teórica foi organizada no corpo das FIDs, que sintetizaram as seguintes informações: características físicas do exemplar analisado (dimensão, cores e técnica de fabricação); origem; datação; informações de exemplares iguais, ou similares, em outras regiões; elevação da superfície decorada na escala 1:50; desenho dos elementos de forma individual na escala 1:4; e composição do tapete em escala 1:8 (Figura 05).

Figura 05 – Exemplo de FIDs completa.



Fonte: Elaborado pela autora.

Como resultado, foi possível identificar o total de quinze azulejos de padrão; seis frisos e duas cercaduras (Figura 06). E que, apesar de conciso, rico se mostrou o acervo sergipano de azulejaria de fachada, apresentando iconografia que varia desde motivos florais-vegetativos, a fitomórficos e geométricos; solucionada tanto em grupos, como em uma única peça. Executados, ainda, desde uma bela policromia, ou de mais sóbria composição de azul sobre fundo branco.

Figura 06 – Exemplos de azulejaria oitocentista sergipana identificados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os azulejos de padrão, mesmo que com uma maior expressividade de exemplares lusitanos (11 peças); foi possível identificar aqueles de origem francesa (02 peças), e holandesa (01 peça). Interessante, ainda, é o fato de que alguns exemplares presentes em Sergipe, não coincidiram em exatidão com nenhuma outra região estudada, apresentando diferenças cromáticas, de dimensão de peça ou ornamentais. Sendo esses: três azulejos, duas cercaduras, e um friso.

Demonstrando que, mesmo com certas limitações das suas atividades comerciais portuárias, Sergipe se fez única em suas manifestações arquitetônicas e artísticas. Particularidades que, necessariamente, permeiam um universo mais amplo do emprego dessa arte.

3. Arte e Sociedade

Observando os diferentes municípios sergipanos contemplados pela azulejaria de fachada, é identificável uma intrínseca relação entre arte, arquitetura e cidade, que por meio de um novo quadro social estabelecido, delineou uma renovada paisagem citadina. Em uma escala regional de análise, é possível classificar dois grupos em função da localização dessas edificações na infraestrutura urbana.

O primeiro grupo, se refere aos municípios que apresentaram as fachadas em azulejo inseridos nos espaços sociais citadinos, como Igrejas e praças, como é o caso de Lagarto e Simão Dias. De grande importância urbana, essas estruturas, foram importante locais ao desenvolvimento da vida pública social da população local. Principalmente no caso dos templos, que como elementos constantes nas diferentes passagens da vida humana, como batizados, casamentos e enterros, sempre foram epicentros urbanos de ocupação populacional.

Complementando esse cenário citadino oitocentista, o segundo grupo abarca os centros urbanos em que as fachadas em azulejo são encontradas em regiões comerciais, como na proximidade de portos ou ruas de comércio, caso de Estância, Laranjeiras e Maruim. Concentrando o contingente dos mais prósperos homens de comércio, essas infraestruturas estabeleceram um novo foco ocupacional durante o século XIX, apresentando o armazenamento, comercialização, e moradia dessa nova elite nacional. E contexto no qual, a cidade de Estância, se faz interessante espaço de análise.

Como importante centro produtor e comercial, Estância apresentava, desde o início do século XIX, considerável influência econômica na região centro-sul de Sergipe, expandindo suas atividades aos municípios próximos por meio de rotas marítimas e terrestres (SANTOS, 2022, p.23-24). Sendo um dos portos contemplados por viagens fixas da companhia baiana de navegação desde 1852, e em harmonia com suas já reconhecidas atividades da terra (como criação de gado e a produção açucareira), o território estanciano viu florescer sua praça de comércio por meio dos seus homens de negócio, desenhando, na segunda metade do século XIX, uma nova paisagem de seu centro.

Nesse novo panorama urbano estabelecido, interessante relação pode ser observada a partir das edificações com fachadas revestidas em azulejo, e seu território. Sete, dos oito exemplares estancianos, se distribuem na Rua Capitão Salomão, com o último exemplar, na Rua Divaldo Carvalho Costa. Essa região de próxima inserção, necessariamente demonstra tanto conexão com as infraestruturas urbanas comerciais (ruas de comércio, e via de acesso ao porto); quanto sociais, ao se inserir entre os dois principais polos religiosos da cidade, a Igreja Matriz e a do Rosário, consequentemente, apresentando destacada vida socioeconômica na época (Figura 07).

Figura 07 - Diagrama de estudo do espaço urbano da cidade de Estância na segunda metade do século XIX.



Fonte: Elaborado pela autora

Analisando a disposição dessas edificações e infraestrutura urbana, é claro o papel que esses polos religiosos tiveram em atrair esses estabelecimentos de comércio. Considerando a natureza das atividades desenvolvidas, uma inserção mais próxima ao porto apresentaria melhor desempenho logístico, entretanto, não era incomum que prósperos atacadistas e negociantes estabelecessem, além de sua morada principal na Rua Capitão Salomão, trapiches na região portuária (SILVA, 2005, p.137).

Logo, é no perfil populacional desse importante espaço socioeconômico estanciano, que uma nova perspectiva pode ser formada entre arquitetura e sociedade. Como um reconhecido eixo de ocupação urbana, a Rua Capitão Salomão foi, na segunda metade do século, morada e espaço de trabalho, de sua elite comercial, que com uma considerável afluência, edificaram imponentes sobrados como forma material de manifestação de seu poder (SILVA, 2005, p.139). Esses sobrados, que intrinsecamente se relacionam com as necessidades desses homens, são a tipologia predominante das edificações com fachadas em azulejo, com cinco exemplares.

Buscando conciliar suas atividades de comércio com a moradia, os sobrados eram estratificados em níveis, com suas portas no térreo abertas de forma a aproveitar o movimento da rua, e os níveis superiores, com a vida familiar privada. Entretanto, não apenas eles, duas outras edificações com fachada em azulejo, presentes em território estanciano, se destacam pela sua tipologia arquitetônica. Com a presença de bandeiras fixas vazadas de ferro, essas construções eram popularmente destinadas a armazéns, devido a possibilidade de melhor arejamento dos produtos (REIS FILHO, 2000, p.126), se assemelhando, assim, a natureza comercial dos sobrados (Figura 08).

Figura 08 – Sobrado e edificação tipo armazém localizados em Estância/SE com fachadas revestidas em azulejo.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Dessa forma, sendo essas edificações de uso misto, ou especificamente destinadas ao trabalho, dos oito exemplares de azulejaria de fachada presentes em Estância, sete apresentam claras conexões com seus homens de negócio. Demonstrando, assim, um perfil desses proprietários que, ligados ao comércio estanciano, delimitaram um espaço inserção, e partir de suas imponentes arquiteturas, estabeleceram campos próprios de influência e poder.

Isso, pois, em nível material, seja pela própria configuração urbana, arquitetura, estilismos ou materiais empregues, os centros urbanos podem ser

espaços reproduzidos sob parâmetros de classe e poder (BAKZKO, 1985, p.313). Pedra e cal, madeiras de leis e grades de ferro; todos esses elementos construtivos, ou de complementação arquitetônica; eram reconhecidos meios de identificar a afluência de seus proprietários (FREYRE, 2003, p.36). Nesse sentido, é possível reconhecer a azulejaria oitocentista, por meio de duas importantes esferas de sua manifestação: o poder econômico e prestígio social.

No ano de 1873, nas páginas do Diário do Rio de Janeiro, é veiculada a seguinte notícia: “Progresso: - É incontestável que a cidade da Victoria vae em progresso rápido. De 1868 até hoje tem-se edificado e reedificado nesta cidade 34 casas! E todas estas casas de valor [...]. Azulejos nesta cidade só havia em uma casa, hoje há 14 enfeitadas com eles” (Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 56, n.283, p.1, 15 de outubro de 1873). Nesse trecho, é possível identificar essa direta relação da azulejaria de fachada com a ideia de prosperidade econômica de uma região. E que, consequentemente, implica em seus ricos moradores.

Factualmente, a azulejaria, como arte de trajetória secular, sempre esteve conectada a grupos sociais de poder, e que, em terreno europeu, já havia sido consagrada, desde século XV, com mesmo estimado valor que a ourivesaria e joalheria (RILEY, 2004, p.47). Não sendo estranho, assim, seu emprego por esses emergentes comerciantes como extensão de seus mecanismos de exteriorização de poder. Essencialmente materialmente exercido, mas implicando em um universo simbólico de sua compreensão, influenciou a realidade, comunicando uma informação estratégica no capô das ações sociais (BOURDIEU, 2001, p.10-11). E que, no caso da azulejaria de fachada, era o prestígio.

Condição que pode ser observada em uma outra publicação de um periódico na cidade de Recife, onde é anunciado, a pedido do Dr. Joaquim A. C. de Cunha, a denúncia de um homem, que sem direito, tentou se passar como o dono de suas terras. E que, para o Dr. Joaquim, essa enganosa postura, não era diferente daquele que “[...] emplastra com soberba uma porção de azulejo em casa velha e mal acabada, para parecer bonita e de muita fama para seu dono.” (Diário de Pernambuco. Recife, ano 48, n.184, p.3, 13 de agosto de 1872).

Nesse caso, em formato de denúncia, é explicitado uma curiosa postura: buscar, por meio do

azulejo, atribuir valor a uma mais simplória residência como forma de reconhecimento social. O que, por sua vez, confirma o prestígio atribuído a essa arte na época. Condição similar ao que pode ter acontecido em Estância, na última edificação restante dos exemplares de azulejaria de fachada na região (Figura 09).

Figura 09 – Edificação térrea com fachada em azulejo atualmente localizada em Estância/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Apesar de uma atual configuração que remete o uso residencial, com apenas duas portas e três janelas, e, consequentemente, a fazendo destoar do perfil socioeconômico até o momento encontrado em território estanciano, a análise de uma fotografia antiga pode indicar o contrário (Figura 10). Pela registro do século XX, é possível observar que antigamente essa edificação já apresentou seis portas abertas para o fluxo da rua, e, se for possível aplicar a mesma lógica dos sobrados, muito provavelmente se dedicou as atividades de comércio.

Figura 10 – A mesma edificação da figura anterior no século XX.



Fonte: IPHAN-SE, e disponibilizada pela página Memórias de Estância.

Suposição, essa, que em muito pode ser apoiada pelos inventários post-mortem do século XIX de Estância, onde, não de forma incomum, são mencionadas edificações térreas descritas em “taipa e telha” apresentando “armação de loja”. Como no

caso de Maria Antônia de Magalhães ribeiros, que entre seus bens inventariados, quatro dos quinze bens-de-raiz, seguiam essa descrição.

Edificação menos imponente, mas que, levando em consideração a variedade de ofícios ligados ao comércio em território estanciano no século XIX, poderia ter como proprietário algum comerciante de menor porte. Como, a exemplo, um boticário, alfaiate, sapateiro ou barbeiro (SILVA, 2005, p.49). Esses que, na prosperidade e possibilidade de algum acúmulo monetário, fizeram uso dessa arte amplamente empregue pelos negociantes mais influentes da região, provavelmente como forma de se inserir na parcela desse prestígio proporcionado por essa arte.

Considerações Finais

Dessa forma, ao final desse trabalho, é possível observar como Sergipe se dinamizou nos oitocentos, que repercutindo as movimentações desenvolvidas em nível nacional, viu o florescer de uma nova paisagem provincial urbana. Complementando suas atividades da terra, essa emergente elite pautada nas atividades comerciais, influenciou a produção do espaço citadino, e em sua prosperidade, ergueu imponentes edificações pela província. Essas, que em algumas primorosas situações, contemplaram as suas ruas oitocentistas com o lustroso brilho de suas fachadas azulejas.

Arte essa que, mesmo em um momento regional de consideráveis limitações comerciais-marítimas, conseguiu se fazer extremamente rica em território sergipano, se diversificando em cores e ornamentos. Mas não apenas isso, analisando o seu emprego em Estância, foi possível comprovar como a azulejaria de fachada pode ser vista em campos mais amplos de seu uso, e que, na segunda metade do século XIX, implicou nas esferas sociais de prestígio e poder.

Por fim, esse estudo espera ter demonstrado, mesmo de forma consideravelmente breve, frente a complexidade e abrangência do tema, a importância desse patrimônio artístico e arquitetônico sergipano. E, ao expandir o conhecimento acerca dessa arte, seja em suas características técnico-artísticas, ou suas implicações mais amplas de sua manifestação, rememorar, e preservar, parte da história de Sergipe.

Fontes

AGJES – Inventário n.º 02 Caixa 70 Cartório do 2º Ofício de Estância 1871.

BRASIL. Decreto n.1038, de 30 de agosto de 1852. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1852, Vol. 1, pt. II, p. 363.

BRASIL. Decreto n. 183 de 16 de julho de 1849. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1849, Vol. 1, pt.I, p. 262.

BRASIL. Decreto n. 25 de 31 de janeiro de 1829. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1829, Vol. 1, pt.III, p. 19.

BRASIL. Decreto n. 2.977 de 25 de setembro de 1862. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1862, Vol. 1, pt. II, p. 319.

BRASIL. Carta Régia, de 28 de janeiro de 1808. Coleção das Leis do Brasil. Brasil – 1891. Vol. 1, pt. II, p. 1.

Diário de Pernambuco. Recife, ano 48, n.184, p.3, 13 de agosto de 1872. Publicações a Pedido: Questão das terras devolutas. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=6153 >. Acesso em: 28 de nov. 2022.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 56, n.283, p.1, 15 de outubro de 1873. Diário do Rio. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=30794 >. Acesso em: 28 de nov. 2022.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província da Bahia José Bonifácio Nascentes de Azambuja n'Abertura da Assembléa Legislativa. Bahia, 1868.

Referências

ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva de. *Azulejaria em Belém do Pará: inventário – arquitetura civil e religiosa – século XVIII ao XX*. Brasília, DF: Iphan, 2016.

AMORIM, Sandra Araújo. *Azulejaria de fachada na Póvoa de Varzim (1850-1950)*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal de Póvoa de Varzim, 1996.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi. 5: Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BARATA, Mario. *Azulejos no Brasil - Séculos XVII, XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 1999.

COSTA JÚNIOR. Notas sobre motivos ornamentais e azulejos no Recife. *Revista do Arquivo Público*, Recife, v.33-34, n.55-36, p.86-93, 1979-1980.

FREIRE, Felisbello. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe. Secretaria do Estado da Cultura – FUNDEPAH, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2003.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo, 1989.

Inventário de Conhecimento do Acervo Azulejar. IPHAN-PE, Recife, 2008.

KNOFF, Udo. *Azulejos da Bahia*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

LIMA, Zelinda Machado de Castro e. *Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão*. São Luís, 2012.

NASCIMENTO, José Anderson. *Sergipe e seus Monumentos*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1981.

RAMOS, Eduardo Silva. *Organização alfandegária e espaços fiscais no Império brasileiro (1808-1836)*. Almanack, n21, p.565-608, 2019.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. Tese de Doutorado. Departamento de História. São Paulo, 2006

SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. “Poderosos capitalistas”: práticas creditícias, dinâmicas internas e relações sociais no sul sergipano (1800-1849). Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe São Cristóvão, 2022.

SILVA, Clodomir de Souza e. *Álbum de Sergipe 1820-1920*. Aracaju,: Gráfica e Editora e Infographics, 2019.

SILVA, Sheyla Farias. *Nas teras da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. Dissertação de mestrado. Departamento de História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SIMÕES, J. M. dos S. *Azulejaria portuguesa no Brasil: (1500-1822)*. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian, 1965.

SIMÕES, J. M. dos S. *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian, 1979.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. *Mapa de danos- Recomendações básicas*. Olinda: Editora Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2009.

RILEY, Noel. *A arte do Azulejo – A história, as técnicas, os artistas*. Lisboa: Editora Estampa, 2004.

O ZONEAMENTO DA BOEMIA ARACAJUANA NAS DÉCADAS DE 1930 A 1950 COMO CONSEQUÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO E COSMOPOLIZAÇÃO DO CENTRO DE ARACAJU

Maísa Bispo Nunes^{50*}

Reconhecer um boêmio nas ruas de Aracaju nas décadas de 1930 a 1950 não era uma tarefa que se limitava a uma observação apenas visual; porém se a tarefa constituía-se em buscar uma descrição supérflua desses indivíduos, baseando-se nas descrições de Murilo Melins (2016), esses seriam homens que se apresentavam com cabelos lustrosos a base de brilhantina, portando ternos muito elegantes com bons cortes (geralmente na cor branca) e em seus pés sapatos de bico fino de duas cores; porém a sua marca principal seria o olhar sonhador em direção ao luar. Em relação ao seu habitat vespertino, cafés e estabelecimentos elegantes como “O Ponto Chic” e o “Café Ponto Central” serviam como ponto de encontro. Murillo Melins em seu livro “Aracaju romântica que vi e vivi” afirma que “O Ponto Chic era o ponto preferencial da elite de Aracaju e onde também se reuniam os políticos, intelectuais, músicos, artistas, boêmios, tipos sóbrios, maliciosos e alguns ordinários” (MELINS, 2007, p.231-232). Entretanto após certa hora no período noturno, com o fechamento do estabelecimento, parte de seus frequentadores se deslocava para outros peculiares estabelecimentos da área central aracajuana. Ainda segundo Melins (2007, p.233) “Diariamente, o Ponto Chic fechava suas portas com a saída dos últimos boêmios que iam presos de uma gostosa expectativa e excitação em procura do Cassino 5 de Julho ou do Brahma.”

A Boemia se fez presente em diversas partes do mundo, sendo reconhecida geralmente em estabelecimentos como botecos, bares, pensões,

50 Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: arquit.maisanunes@hotmail.com

cabarés, cassinos, prostíbulos e cafeterias. No cotidiano atual, a palavra “boemia” se encontra um tanto quanto defasada, remetendo-se mais especificamente a hábitos e a um estilo de vida presentes em décadas do passado, em ambientes onde havia o consumo de bebida, música, diversão, dança, declamação de poesias, socialização, exageros e prostituição. Eram redutos da liberdade masculina numa sociedade normativa (FURQUIM, 2017).

É importante perceber dentro do evento urbano e cultural da boemia aracajuana a existência de diferenciações e zoneamentos relacionados a uma boemia considerada tolerável e justificável, enquanto existia outra considerada abominável. Essa separação estendia-se aos seus frequentadores e a um contexto socioespacial. Dessa forma é necessário perceber de que modo essas separações se constituíam, como se desenvolviam e de que forma se mantinham.

Trazida pelo conceito de modernização que chegava às cidades brasileiras (assim como também chegara a diversas outras partes do mundo), a boemia e seus territórios ficaram marcados na história, na memória e na urbanidade. A região central de Aracaju definia-se como a área mais nobre da pequena capital, onde a população de melhores condições econômica e de mais prestígio residia. As mais conhecidas casas de entretenimento noturno eram localizadas dentro desse plano urbano, principalmente a partir da década de 1930 com a intensificação da industrialização da cidade até a década de 1950, quando se verifica um processo de esvaziamento da região central (FRANÇA; FALCÓN, 2005); (DINIZ, 2009).

Para compreender como a boemia implantou-se até a sua chegada ao cenário aracajuano é essencial o entendimento dos processos de modernização e europeização que aconteceram no território nacional:

A entrada do Brasil no processo de modernização se deu com o advento da Proclamação da República, quando houve a abertura da economia para o mercado internacional. O novo cenário veio acompanhado de mudanças demográficas e urbanas, onde a nova elite vigente tinha como plano promover uma forte industrialização no país, além de civilizar suas cidades e sociedade. A partir do final do século XIX até a primeira metade do século XX, constitui-se um período revolucionário tanto nos meios sociais quando na forma de se usar e perce-

ber o meio urbano. Essa foi uma época de aceleração tecnológica e modificação dos costumes, cuja influência espalhou-se por grande parte do planeta divulgando novas tendências e o surgimento de uma nova ordem social (SEVCENKO, 1998).

Esse período compreendido dentro da modernidade onde inovações, avanço científico-tecnológico e revolução cultural se complementavam foi conhecido com *Belle Époque*. Tal período iniciou-se na França, mais especificamente no ano 1871, encerrando-se em 1914 com o início da primeira Guerra mundial. Esse foi um tempo onde cidades e sociedades recebiam as novidades trazidas pela modernidade, sendo influenciadas por um conjunto de ideias e comportamentos importados do continente Europeu. Essas transformações promoveram um intenso sentimento de “progresso da humanidade” pelo mundo; porém é necessário destacar que nem todos (referindo-se a população mais pobre) seriam inclusos nessa ideia positivista de modernidade na prática (CRUZ, 2016).

Para a realização da análise do fenômeno da Boemia no ambiente da cidade moderna são apropriadas algumas das ideias de Michel de Certeau (1998) em relação ao cotidiano urbano. O autor saliente o quão raso as minúcias relativas à cidade são percebidas, necessitando consequentemente de um olhar crítico e cético sobre suas práticas e o modo que ela é apresentada na sua forma ordinária:

Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Neste conjunto, eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (CERTEAU, 1998, p.172).

Ainda de acordo com o autor, a cidade planejada tem como uma de suas consequências a separação de seus espaços urbanos, criando áreas privilegiadas e áreas concebidas como resíduos:

(...) a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico

dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir (CERTEAU, 1998, p.174).

De acordo com Paulo Cesar Marins (2006), a nova hierarquia que surgia no Brasil, criada a partir do regime republicano, desejava uma intensa transformação com o objetivo de criar um ambiente cosmopolita e progressista que fosse correspondente aos desejos da alta sociedade. Para essa tarefa foi-se instaurado um repúdio a tudo que retomasse aos valores do tempo colonial brasileiro ou até às características que ligassem o país ao seu período imperial. Essas características que no passado eram tão celebradas pela aristocracia brasileira e portuguesas foram então responsabilizadas pelo atraso que se instaurava no país, seja pela desorganização da estrutura urbana das cidades, pela falta de refinamento da população, pelas epidemias que se espalhavam pelas cidades ou pela superlotação do centro das maiores cidades brasileiras pela população pobre.

Foi através dessa importação de valores e comportamentos que a ideia de boemia foi trazida da França ao Brasil, porém aqui se desenvolveu com peculiaridades locais. A boemia surge como um estilo de vida envolto a arte e a rebeldia, porém sua definição concreta é um tanto quanto vaga. De acordo com Jerrold Seigel (1992), a ideia de boemia e a figura do indivíduo boêmio foram formadas após a Revolução francesa e o desenvolvimento da indústria moderna, quando explode uma leva de mudanças sociais e culturais, assim como a emergência da burguesia como classe dominante no país.

É evidente a diferenciação da boemia e de seus sujeitos na versão original francesa e na sua versão abrazeirada. Em relação ao sujeito boêmio, o escritor e dramaturgo Felix Pyat, famoso na Paris do século XIX, faz uma crítica aos que ele chamara de “pretendentes a artistas”, referindo-se aos boêmios parisienses. De acordo com ele, eram homens que não compreendiam o seu próprio tempo, isolados e estranhos na sociedade, considerando-os pessoas de comportamento bizarro. Pyat acredi-

tava que os boêmios possuíam uma doença que ele chamou de “artistimo”, o que os impediam de manter uma vida saudável, formar família ou ter uma vida próspera e feliz (SEIGEL, 1992, p.26). Paris constituía-se como cenário ideal para o desenvolvimento desse cenário peculiar:

Eles tinham escolhido viver em Paris, cidade fraterna, generosa, que soube oferecer a liberdade a esse povo vindo de outros lugares. Hoje, Picasso, Apollinaire, Modigliani, Cendrars e Soutine não viveriam mais lá. Teriam sido repelidos para longe do Sena. O espanhol por uso de drogas, o ítalo-polonês por receptação, o italiano por escândalo na via pública, o suíço por furto, o russo por miséria crônica e mendicância mal disfarçada. Poderíamos citar tantas outras razões. Todas demonstrariam que os artistas, hoje como ontem, andam quase sempre pelas beiras e não pelo centro dos caminhos (FRANCK, 2017, p.12).

Observa-se que o boêmio francês do século XIX era um indivíduo artístico, rebelde e opositor a sociedade normativa; muitas vezes autodestrutivo:

Sempre com um copo na mão e uma canção nos lábios, em suas faces pálidas eles, no entanto, apresentam um pesar por suas ilusões. Aqueles que continuam, finalmente caem em um fosso – de enfermidade, loucura ou suicídio; aqueles que mudam de direção encontram o caminho para a salvação (SEIGEL, 1992, p.237).

Já sua versão brasileira, recebe a influência de preceitos modernizadores intensamente civilizatórios e moralistas, sendo relacionado a uma figura muito mais elitista. Além desses fatores, no Brasil as pretensões burguesas recebiam ainda uma forte influência de valores patriarcais, cristãos e escravocratas, que se expressavam em relação a conceitos relacionados ao erotismo, moralidade e produção literária. A elite aristocrática brasileira possuía uma intensa admiração e ímpeto em copiar o estilo de vida europeu, principalmente o francês, porém apresentava um sistema muito menos progressista na sua realidade (MORAES, 2015).

Em seu trabalho sobre a boemia, Silva (2014) também expõe o distanciamento de valores da boemia francesa em relação boemia ao estilo brasileiro. De acordo com o autor, no Brasil a boemia é percebida como uma expressão de uma sociedade elitista, supostamente envolta em sofisticação, aventuras e bons hábitos. Nos discursos desses boêmios era exposta a ideia de uma boemia sa-

dia, ligada a poesia, a música, ao companheirismo e socialização. As menções em relação a presença de prostituição e de excessos que aconteciam nesses meios geralmente eram mencionadas de forma recatada e justificada.

A boemia nacional era com frequência relacionada a imagem do homem socialmente estabelecido, que possui sua unidade familiar e respeito social, tendo na boemia apenas um refúgio das preocupações do dia a dia, como um escape de seus deveres; ou então a figura do homem jovem que está aproveitando a sua melhor época antes de assumir sua verdadeira vocação como cidadão de bem e chefe de família. A boemia era definida como uma atividade recreativa, onde era possível encontrar um ambiente para o desenvolvimento de pensamentos criativos, debates políticos e lazer. Porém em seu meio eram exigidos certos códigos comportamentais; seus participantes deveriam possuir certo nível de educação, elegância e saber portar-se nos ambientes. Aos indivíduos que não se encaixavam no padrão era negado o rótulo de boêmio, sendo então chamado de “malandro”, que se destinava na verdade a indivíduos que não faziam parte da elite (SILVA, 2014).

É percebido nesse cotidiano da boemia brasileira a separação entre indivíduos, havendo um distanciamento entre a figura do boêmio e de outro frequentador a ser rotulado de forma negativa. O dicionário Oxford Language apresenta duas principais definições para o termo “malandro” como sendo “que ou aquele que não trabalha, que lança mão de recursos engenhosos, frequentemente condenáveis, para viver; vadio” e “que ou aquele que leva a vida na malandragem, em diversões, prazeres” (MALANDRO, 2022). Já a definição do termo “boêmio” no mesmo dicionário define-se como “que ou quem leva uma vida hedonista, alegre e livre.” ou “que ou quem leva uma vida errada e incerta, fora de padrões” (BOÊMIO, 2022). Nota-se na definição dos dois termos a ligação em comum com indivíduos que procuram diversão, porém no caso do “malandro” destaca-se que essa figura não possui um meio de sustento de orgulho perante a sociedade. Já o termo “boêmio” é relacionado somente a uma figura livre e alegre.

Essas duas figuras separavam-se essencialmente por delimitação que foram criadas por relações de poder, onde o grupo que possuía um status social mais elevado, sendo assim o detentor do poder, forjava uma separação entre outros homens que

não usufruíam de seus mesmos privilégios. Essa perspectiva das relações sociais dominadas por relações de poder foi levantada por Roger Chartier (2002). O autor afirma que essas relações de poder são compartilhadas em grupo, porém buscando universalidade e reconhecimento através de argumentos supostamente baseados na razão.

A separação por diferenciação social e econômica foi um traço comum no projeto de regeneração das cidades modernas. Sevcenko (1998) declara que uma das metas do projeto de regeneração brasileiro foi a realização de intervenções higienistas para barrar os altos índices de epidemias que assolavam as cidades brasileiras, além de frear hábitos promíscuos de sua que não se limitavam a conviver em seus espaços íntimos, exercendo um modo de vida que misturava e interligava espaços públicos e privados de forma caótica. O projeto de homogeneização de áreas da cidade tinha como objetivo resguardar as elites urbanas do convívio com pessoas de classes inferiores, criando vizinhanças com mesmo padrão, o que permitia a separação da cidade de acordo com seus indivíduos. O autor explica que na modernidade foram criados dispositivos para supervisionar a população pobre, a parte excluída; e em contrapartida também áreas privilegiadas onde os investimentos seriam concentrados e a população de classes sociais mais elevadas poderia desfrutar da infraestrutura.

Na cidade de Aracaju essa divisão social e urbana foi implementada, porém seu projeto modernizador concretiza-se apenas em um segundo momento. De acordo Diniz (2009), no ano de 1855 a capital da então província de Sergipe Del Rey foi transferida da cidade de São Cristóvão para Aracaju. O motivo para a mudança foi o melhor acesso a cidade por meios fluviais devido ao seu margeamento ao rio Sergipe, o que facilitaria as atividades comerciais no estado. O projeto urbanístico da nova capital configurou-se como um plano formado por linhas retas em formato de tabuleiro de xadrez, formado por 32 quadras.

É importante destacar que somente após a implementação do projeto regenerador da cidade do Rio de Janeiro, iniciado no ano de 1903, que a cidade de Aracaju influenciada por este inicia tardiamente na década de 1920 a sua Belle Époque e a aceleração do processo de urbanização da cidade, edificando prédios públicos, praças e calçamento das vias. Antes dessa data o projeto de construção de Aracaju como cidade moderna encontrava-se

pouco desenvolvido (CRUZ, 2016). Foi então que a elite sergipana deslocou-se para a área central de Aracaju com a intenção de residir na parte mais sofisticada da cidade, iniciando uma série de reformas e construção para compatibilizar suas moradias ao estilo utilizado nas cidades mais modernas do país (CHOU, 2003).

Com o projeto modernizador de Aracaju veio uma série de exigências e diretrizes construtivas como precedentes para a construção de novas edificações na área. Devido a todas essas exigências e normas, a construção e o ato de morar na área planejada de Aracaju tornaram-se muito custosos, dificultando a instalação de famílias pobres na área do plano de Pirro, sendo ocupada em sua maioria por residentes abastados que exerciam cargos públicos ou por empresários do comércio (DINIZ, 2009).

A modernização aracajuana não se limitou ao embelezamento de suas ruas, criação de praças ou a organização dos espaços; a industrialização da cidade foi firmada a partir da porção norte ao plano central onde se instalaram indústrias, tendo como destaque as fábricas têxteis. As novas indústrias atraíram para a cidade uma população que vinha como mão de obra, instalando residência principalmente na porção próxima as indústrias, no hoje conhecido como Bairro Industrial, destacando ainda mais esse zoneamento onde a elite habitava a zona central organizada e a força trabalhadora ocupava a área periférica (DINIZ, 2009).

Como parte da tendência em que estava envolta a modernidade e a cosmopolização, portar-se e vestir-se de forma elegantemente seria um dos traços essenciais para os frequentadores dos círculos boêmios aracajuanos, destacando dessa forma seu status social. Os boêmios mais elegantes eram os que frequentavam os clubes “granfinos” e privados onde era necessária uma filiação ao estabelecimento para poder frequentá-los. Os cassinos e cafés elegantes também recebiam uma boemia elitizada que possuía poder econômico suficiente para consumir os atrativos do local (BARRETO, 2005). Nesses locais ocupados por indivíduos envoltos a boemia de alto padrão existia um discurso onde acontecia o que era chamado de “boemia saudável”, onde seus frequentadores negavam a presença de atividades envoltas a “comportamentos nocivos”. Porém nota-se que tal afirmação não refletia a realidade desses espaços, havendo a presença e oferta de serviços de prostituição e a comportamentos envoltos a exageros; porém tudo

realizado com descrição, onde esses estabelecimentos serviam como zona livre para a população masculina de alto poder aquisitivo (RIBEIRO, 1942).

Na edição nº 419 do jornal Correio de Aracaju do ano de 1935 é possível ler um artigo que narra o cotidiano de um dos cassinos da capital sergipana da época. Na coluna os cassinos são apontados como os estabelecimentos mais elegantes da noite da cidade, onde funcionários públicos federais frequentavam. Lá se oferecia tratamento especial e refinado, além da oferta de serviço de meretrizes relacionadas aos estabelecimentos (CORREIO DE ARACAJU, nº419, 1935, p.1).

Já os cabarés existiam para diversos públicos da cidade; desde os mais caros aos populares, sendo frequentados por uma diversidade de público. Eram nesses locais onde havia uma maior flexibilidade e permeabilidade de públicos, havendo certa coabitação entre indivíduos de diferentes classes sociais (BARRETO, 2005). Freire Ribeiro (1942) afirma que nos locais boêmios que se localizavam próximos ao porto era onde mais se notava essa mistura de públicos. Eram cabarés, bares e estabelecimentos que se encontravam no “Vaticano” e no “Beco dos Cocos” que se caracterizavam como conjuntos de edificações e sobrados que ofereciam entretenimento para o público masculino no período noturno. Como os estabelecimentos eram diversos e possuíam qualidades diversificadas era possível encontrar todo tipo de clientes na mesma zona, onde frequentemente a socialização acontecia também nas vias públicas.

O escrito baiano Jorge Amado (2008), em sua obra “Tereza Batista cansada de Guerra” recria o cenário da zona boêmia que existia nas proximidades do porto, onde como anteriormente citado apresentava uma grande variedade de frequentadores. De acordo com a obra, entre o público da boemia local compareciam “empregados no comércio e nos escritórios, estudantes, funcionários públicos, caixeiros-viajantes, o poeta José Saraiva, o jovem pintor Jenner Augusto, uns quantos formados, outros tantos vagabundos e múltiplos profissionais de ofício e idade variável” (AMADO, 2008, p.17). Também se destaca nesse contexto a variedade de atividades que aconteciam na referida zona boêmia; alguns frequentadores se reuniam nas pontes em frente ao rio para fumar maconha e devagar, outros procuravam a companhia de mulheres ou diversão em jogos de aposta, alguns outros tinham inclinação à declamação de poesia, música ou uma

boa conversa com os conhecidos; sendo essas atividades muitas vezes realizadas numa mesma noite (RIBEIRO, 1942).

Apesar de toda essa agitação e variedade de estabelecimentos da boemia, existia certo repúdio por parte da sociedade normativa em relação a presença desses lugares, principalmente sob a influência do regime do Estado Novo que se iniciava no ano de 1937 e só encerrava-se em 1945.⁵¹ No ano de 1939 é publicado em um jornal da cidade de Aracaju um texto de repúdio ao comportamento dos frequentadores da noite, sendo esses chamados de desocupados. No texto há a queixa aos indivíduos que saem às ruas no período noturno, frequentando cafés e esquinas, fazendo algazarra e atrapalhando o sono da população trabalhadora (CORREIO DE ARACAJU, nº 1353, 1939, p.3).

Por ciência da prerrogativa territorial, a maioria dos estabelecimentos boêmios evitava uma maior proximidade com a região onde se instalavam as residências das famílias. A principal zona boemia da cidade, por exemplo, localizava-se numa porção mais ao norte no plano de Pirro; porém ainda existiam estabelecimentos que fugiam desse preceito e instalavam-se em áreas mais frequentadas pelo público familiar. Como exemplo deste caso temos a presença do estabelecimento conhecido como “Brahma” localizado na Rua João Pessoa na área central. Tal rua era considerada uma das mais elegantes e bem frequentadas da cidade, onde se encontravam as lojas de vitrines e onde a população realizava seus passeios vespertinos. Por desrespeito ao decoro e a moral o cabaré Brahma fechou suas portas após reclamações e reivindicações da população (O NORDESTE nº1, 1938, p.4); (RIBEIRO, 1942).

Maynard (2009) afirma que antes das zonas boemias criadas com modernização da cidade de Aracaju, já existiam estabelecimentos de natureza semelhante que se localizavam nas periferias do plano central, fora da área onde se concentrou a infraestrutura da cidade; eram bares e prostíbulos localizados numa área que compreendia parte do Morro do Bomfim. Segundo Mario Cabral (1948),

a zona localizada no Morro do Bomfim era delimitada dentro da Rua de Siriri, sendo essa a área determinada pela polícia para esse tipo de estabelecimento nas primeiras décadas da cidade. Essa era uma área ocupada por uma população mais humilde, que não possuía condições financeiras para habitar a parte nobre e estruturada do centro aracajuano. Somente após certo período é que outros estabelecimentos de mesma natureza se espalharam no plano urbano.

A zona boemia criada na porção próxima ao porto e posteriormente os cassinos foram criados para um público de médio e alto poder econômico que agora chegava a capital modernizada e demandava uma boemia de melhor qualidade. A zona localizada na periferia da área urbanizada era motivo de repúdio e escárnio para essa nova população, deixando-a para a freguesia de baixo poder financeiro (MAYNARD, 2009).

Apesar da zona do Morro do Bomfim ter sido a pioneira, com a criação de novas delimitações na cidade e a fixação de conceitos relacionados às hierarquias de suas áreas, esses estabelecimentos começaram a ser tratados como um câncer a ser combatido dentro da cidade; enquanto isso os novos espaços frequentados pela boemia elitizada recebiam a benevolência policial. Nos periódicos locais eram frequentes matérias descrevendo a ação policial violenta nesses recintos localizados na área do Bomfim (O NORDESTE nº196, 1939, p.1).

É notável uma forte diferenciação do que era descrito sobre a zona boemia que existia nas proximidades do porto e dentro da cidade planejada e da outra localizada na periferia dela, na porção não urbanizada, representando respectivamente a figura da “Boemia saudável” e a “Boemia suja”. Essa mesma diferenciação é notada quando é realizada a diferenciação de figuras como o “malandro” e o “boêmio”, onde o primeiro é um indivíduo sem consideráveis recursos econômicos ou conexões sociais; e o segundo era relacionado a uma prática de laser romantizada, geralmente sendo um conceito ligado a indivíduos de médio a alto poder aquisitivo e social.

Sobre a decadência da boemia na cidade de Aracaju, no final da década de 1940, Mario Cabral (1948) recordava com saudade dos anos dourados da boemia na cidade, destacando o declínio desses estabelecimentos. As matérias e anúncios nos periódicos acerca dos estabelecimentos boêmios foram

51 Cf. WESTIN, Ricardo. Por “moral e bons costumes”, há 70 anos Dutra decretava fim dos cassinos no Brasil. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/12/por-201cmoral-e-bons-costumes201d-ha-70-anos-du-tra-decretava-fim-dos-cassinos-no-brasil> > Acesso em 27 de março de 2022.

encontrados apenas até a década de 1950, evidenciando ainda mais o declínio da boemia nessa década. No artigo da Revista Cumbuca, ao encerrar o texto foi dito que os boêmios “desapareceram do cenário noturno. A boemia, no bom sentido, acabou...” (MELINS, 2016, p.5).

Esse material é uma prévia de um trabalho de dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe como requisito referente à obtenção de título de Mestre em História. A presente pesquisa encontra-se em fase de elaboração e desenvolvimento.

Referências

- AMADO, Jorge. *Tereza Batista cansada de Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- BARRETO, Luiz Antônio. O cotidiano do lazer nos bares, cinemas e cabarés. Disponível em: <<http://clientes.info-net.com.br/serigysite/ler.asp?id=7&titulo=Aracaju150a-nos>> Acesso em: 01/03/2022
- BOEMIO. In: Oxford Languages. Oxford. Oxford Universit Press. 2022. Disponível em: < <https://www.google.com/search?q=boemio&oq=boemio&aqs=chrome.o.69i59joi512j46i512joi512l3j46i512j69i65.1533joi9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em 08/12/2022.
- CABRAL, Mario. *Roteiro de Aracaju: Guia Sentimental da cidade*. Aracaju: Sem editora, 1948.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Algés: DIFEL Difusão Editorial, 2002.
- CHOU, José Walter. *O espaço da cidade: Uma análise crítica e interpretativa estudo de caso no centro de Aracaju*. Monografia de graduação (Programa de Arquitetura e Urbanismo). Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Tiradentes (UNIT). Aracaju, 2002. 149 p.
- Correio de Aracaju, Aracaju, 09 set. 1935, nº419
- Correio de Aracaju, Aracaju, 15 jul. 1939, nº 1353.
- CRUZ, Jeferson. *Uma mão de Verniz sobre o tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)*. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2016. 192p.
- DINIZ, Dora. *Aracaju: a construção da imagem da cidade*. Dissertação de Mestrado. (Programa de História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo). Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. 270p.
- FRANÇA, Vera Lúcia; FALCÓN, Maria Lúcia (orgs.). *Aracaju: 150 anos de vida urbana*. Aracaju: Secretaria Municipal de planejamento, 2005.
- FRANCK, Dan. *Paris boêmia: Os aventureiros da arte moderna (1900-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- FURQUIM, Késsio. *A construção de lugares na Boemia*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura). Departamento de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. 157p.
- MALANDRO. In: Oxford Languages. Oxford. Oxford Universit Press. 2022. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=malandro&oq=malandro&aqs=chrome.o.35i39j46i13i1433i512j69i59j46i433i512joi-512j46i512joi512l4.5388j19&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em 08/12/2022.
- MARINS, Paulo. *Habitações e Vizinhança: Limites da Privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (Org.). *Historia da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.131-214.
- MAYNARD, Andreza; MAYNARD, Dilton. *Dias de luta: traços do cotidiano em Aracaju (1939-1943)*. OPSIS. Goiânia, v.9, nº 12, p.138-154, 2009.
- MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi*. Aracaju: editora UNIT, 2007.
- MELINS, Murillo. Os cabarés da Antiga Aracaju. Revista Cumbuca. Aracaju. nº 12, EDISE, p. 04-13, Dezembro 2016.
- MORAES, Eliane Robert. Francesas nos trópicos: a prostituta como tópica literária. *Teresa revista de Literatura Brasileira*. São Paulo, nº 15, p.165-178, 2015.
- NASCIMENTO, Uelba. *Boemia, aqui me tens de regresso: mundo boêmio e sensibilidades na MPB (1940-1950)*. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em história). Centro de filosofia e ciências sociais. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014. 209p.
- O Nordeste, Aracaju, 02 ago. 1939, nº340.
- O Nordeste, Aracaju, 13 mar. 1938, nº1.
- O Nordeste, Aracaju, 25 ago. 1939, nº196.
- RIBEIRO, João Freire. Curral. 1942. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/curral/61379>>. Acesso em: 05/03/2022
- SEIGEL, Jerrold. *Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa 1830- 1930*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso. NOVAIS,

Fernando; SEVCENKO, Nicolau (Org.). *Historia da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p.7-48.

SILVA, Alessa. *O imaginário da Lapa: Apogeu, decadência e reconstrução*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade). Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. 123p.

SUJEITOS E BASTIDORES DO INSUCESSO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE ARAPIRACA, ALAGOAS (2003): uma das versões.

Marcos Ponciano da Silva⁵²

Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa⁵³

O presente texto é um dos capítulos da dissertação que está em fase de conclusão e que será submetida para avaliação da banca. Por esse motivo, o leitor deve entender que o final do texto não corresponde a conclusão do trabalho, mas que o mesmo será concluído com a leitura dos capítulos posteriores.

1. “Precisa silenciar logo”

Após o almoço, por volta das 13h51, um e-mail é endereçado ao padre da paróquia de São José, na cidade de Arapiraca, no estado de Alagoas. Era o dia dois do mês de maio do ano de 2003, uma sexta-feira. A mensagem foi enviada pelo bispo da diocese. Esse eclesiástico ficou sabendo que a notícia da criação de uma nova diocese já estava aos quatro cantos do país.

...

O título e a narrativa acima foram construídos a partir das fontes obtidas no processo de elaboração desta pesquisa, tal narrativa empurra para várias indagações. Uma delas diz respeito à identificação das personagens. A informação que logo aprendemos é que o primeiro é um bispo - que enviou o e-mail - e, o segundo, um padre - o remetente. Mas quem são eles? As fontes consultadas nos ajudam a compreender cada um dos sujeitos? Outras indagações nos aproximam dos questionamentos quanto às atitudes desses dois personagens, principalmente do primeiro. O que podemos apresentar sobre a ação do bispo ao enviar esse e-mail? Por que essa mensagem foi enviada? Mais perguntas nos levam à direção das apreensões das percepções do reme-

52 [▮] Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe.

53 [▮] Orientador e professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe.

tente. A narrativa acima refere-se ao que o bispo ficou sabendo sobre a divulgação da notícia da criação da diocese que chegou aos ouvidos de muitos. Mas por que essa apreensão? Não poderia essa notícia ser divulgada? A narrativa é reticente sobre essa apreensão. Também nada sabemos sobre a reação do padre. As reticências, ou melhor, os não ditos, possivelmente nos puxam para o terreno das relações de poder.

O título nos oferece uma sutil pista para pensarmos isso. O que quer dizer com **“Precisa silenciar logo?”** No dicionário Michaelis o termo “silenciar” refere-se a impor silêncio, a calar. Essa explicação possivelmente fica mais completa quando nos aproximamos do vocábulo “logo”, presente na mesma frase. O termo “logo” nos oferece mais conexões. Parece que o primeiro personagem desejava impor silêncio imediatamente. E se isso se confirmar, devemos compreender mais ainda que esse *e-mail* pode ser uma peça importante que joga luz na análise de um possível conflito e/ou confronto com o padre. Iremos melhor precisar essas duas ferramentas conceituais mais adiante, quando discutiremos a temática “memória, esquecimento e história”.

Essas indagações e essas primeiras pistas nos conduzem, nessa primeira parte do nosso trabalho, a pensarmos sobre o personagem bispo. Poderíamos começar com o sujeito padre, apontando sua reação e, sobretudo, desvendando o que estava em jogo nesse silêncio cobrado pelo eclesiástico. Esse caminho é abreviado e é muito simplório. O enredo que escolhemos inicialmente opta pela identificação de quem mandou o *e-mail*. E antes mesmo de trilharmos possíveis respostas sobre a primeira personagem, decidimos discutir um pouco questões relacionadas à correspondência na História. Iremos abordar como se dava a comunicação entre as pessoas antes da descoberta da imprensa e até a era da tecnologia, já no século XX.

A discussão do que seja a categoria “acontecimento”, ou seja, fato histórico, é outro passo que tomamos na construção deste nosso enredo. Desejamos falar sobre o termo “acontecimento”, tornando o recebimento do email como instantes importantes para esta nossa pesquisa. Isso nos instiga a problematizarmos o que é ele – o acontecimento – e, sobretudo, a ideia de que ele é uma fabricação, alguém deu sentido a esse tempo. Por essa via de raciocínio, na referida parte deste nosso trabalho, iremos discutir a relação

“memória, silêncio e história”. Gostaríamos de provocar o debate sobre as “causas perdidas da história”, como se refere Walter Benjamin e Carlos Ginzburg. Após esse debate, assumiremos que o registro do ato da chegada do *citado e-mail* é um fato intencionalmente selecionado neste nosso trabalho de forma consciente e proposital. Em seguida, optamos em construir alguns sentidos aos pequenos fiapos dessa memória fragmentada, inicialmente presente nesse *e-mail* e espalhada nas diversas entrevistas de história oral que fizemos.

Iremos expor a primeira versão sobre esse fato. Essa primeira versão será a do bispo. Tentar apresentá-la requer adentrarmos na compreensão desse eclesiástico como um tipo ideal de eclesiástico. O leitor entenderá esse termo mais adiante.

2. Ato de correspondência

Segundo o dicionário Michaelis “correspondência” significa “troca de cartas, mensagens, telegramas etc. entre pessoas”, ou seja, precisa haver remetente e destinatário. Para que haja uma comunicação segura e verdadeira, tem que ter essas duas personagens para que de fato o ato de trocas de ideias aconteça. Na história da correspondência, existiram vários meios de troca de mensagens.

Escrever é um ato de deixar registrado, fazer-se ver e ser conhecido por quem lê o que se escreveu, porém fica mais evidente quem redigiu a troca espontânea entre o remetente e o receptor. É uma exposição de si

[...] é algo mais do que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro: ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros. A carta faz o escritor “presente” aquele a quem dirige. (FOUCAULT, 2002, p. 149).

A carta é um testamento de si, porque as linhas são carregadas de personalidade. A leitura do que foi escrito é uma exibição de quem é o escritor, para quem é destinado, pois nelas -essas correspondências- são transferidas informações cada vez mais pessoais e íntimas, num dar-se á ver como nos sugere Michel Foucault. (SOUZA, 2008).

A missiva foi um dos recursos mais utilizados para que o ser humano pudesse fazer contato com quem estivesse longe. Ela foi o grande recurso utilizado durante anos para promover contato entre pessoas distantes em várias partes do mundo.

A carta, instrumento de informação, por séculos, tornou-se, um elo entre as pessoas. Minimizou saudades de parentes, sendo uma simples carta afetuosa entre amantes. Pensemos no quanto algumas linhas vinham repletas de sentimentos. Uma mãe escreve para seu filho, e vice e versa, por exemplo. O sentimento atravessa toda essa correspondência. As relações de poder, raiva e ódio, também são possíveis. As cartas eram usadas como documentos oficiais para as cortes e ou como mensagem de ameaças políticas. Ou seja, um recurso que perpassou anos, fronteiras, povos e culturas e que não geraram somente sociabilidades. As correspondências se direcionaram para o campo dos conflitos e confrontos. Artifício carregado de poder perante o destinatário. O emissor deseja que as ordens sejam cumpridas. Em linhas escritas a punho destinos são traçados. O remetente não fica à margem do poder (GOMES, 2004).

Corresponder-se exigia paciência, pois levava-se tempo para que o seu objetivo fosse concluído. Afinal, o envio de uma simples carta levava horas, dias, meses para que fosse lida e respondida. Afinal, a mensagem, que poderia ser um bilhete, passava-se pelo pombo-correio que percorria aproximadamente 160 km, uma rapidez que poderia levar comunicação de uma cidade a outra e que conseguia entregar ao destinatário e retornar ao remetente (GOMES, 2004).

O navio também se tornou um veículo para facilitar a comunicação. Pensemos no período das grandes navegações século XV e XVI, onde o transporte via novos continentes eram as navegações. Em muitos navios existiram os registros dos descobrimentos, o controle de mercadorias, de recolhimento de especiarias para chegarem até as cortes, etc. A carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, dom Manuel, é um bom exemplo (BURKE, 2002).

Já no século XVIII começam a surgir as primeiras empresas de comunicação específica como marinhas, teleféricos que possibilitam a transmissão de mensagens entre as pessoas. Porém, há uma transformação nessa maneira de comunicação devido ao surgimento da máquina impressora por Gutemberg, ainda no século XVI. Tudo isso provocou uma revolução na maneira do ser humano inter-relacionar como o mundo. A era da impressora, como vai dizer Peter Burke, foi um processo de inovação e “[...] sempre tem um aspecto positivo e um aspecto negativo [...] denomina “denovação” em oposi-

ção a inovação”.⁵⁴ Essa modificação interferiu no modo como as pessoas passaram a se comunicar, o que foi perceptível com essas empresas específicas fazendo uso não mais da tinta e papel, mas da mensagem datilografada e enviada pelos telégrafos (BURKE, 2002).

O surgimento da impressora ocasionou uma nova era, mesmo trazendo diversos problemas, mas abriu as portas para um novo mundo das comunicações. Do surgimento de empresas desse setor como foi o caso dos Correios, a maior empresa de envio de correspondências, agregando a carta escrita, a datilografada e até a entrega de objetos postados. Já no século XX, uma revolução veio modificar mais ainda o mundo na forma de se comunicar, como nos relacionamos com os outros, transformou de fato a vida dos seres humanos, do levantar-se ao dormir.

2.1 A era do e-mail

A era da informação em alta velocidade tem sua eclosão durante a Guerra Fria, final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta. A internet surgiu para atender a interesses militares estadunidenses, pois era de interesse norte americano interligar as informações, de modo rápido, das pesquisas que estavam sendo realizadas nos centros de altos estudos avançados. Havia o interesse de conter os avanços tecnológicos da ex-União Soviética, pois tinha acabado de lançar seu satélite Sputnik. Claro que na época a codificação era complicada e não era um produto de alcance de todos e nem se pensava na propagação e proporção que hoje se tem (OLIVEIRA, 2007).

A ferramenta que possibilita a concretização de uma comunicação rápida e segura entre os centros de pesquisas e o Pentágono será o *e-mail* (*eletronic mail*), por volta da década de setenta. Mas a propagação e comercialização desse instrumento só vai acontecer nos anos 80 e concretizará sua presença já no século XXI (OLIVEIRA, 2007).

Essa rede global de comunicação, conhecida como internet, criou um universo dentro dessa esfera global; conseguiu impor uma nova realidade, interligando o intangível ao tocável, mas não será por muito tempo, pois a internet fará que o intangível se torne factual. A vida passou a ser o aqui e agora,

54 <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9854/11426>. p. 173-174

não mais a espera para se concretizar. A espera deixou de ser saudável para ser inimiga do desenvolvimento intelectual e econômico. Essa expectativa não faz bem para muitos, pois provoca crises por esperar, assim como diz Burke sobre os problemas criados pela inovação (BURKE, 2002).

Essas metamorfoses que a vida teve provocaram alterações nas relações, deixando-as mais voláteis. O filósofo moderno Zygmunt Bauman conceitua como relações líquidas esses vínculos sociais que provoca a não espera pelo que pode acontecer ao seu tempo natural, mas no tempo instável que quer no aqui e no agora.

A humanidade começa e termina seus projetos em instantes. Desacostumou ao duradouro, o que pode levar dias para se concretizar. A emoção tem que ser instantânea e deixar de ser também. Superar, substituir, deletar e camuflar são ações que surpreendem mais se acontecer, até porque a rede de conexão ela não para de surgir e de deixar existir também (BAUMAN, 1999).

Todavia, no meio disso tudo é necessário enaltecer esse novo modo de ser e estar. A velocidade com que se pode resolver as coisas tem ajudado a melhorar aspectos da vida. Conseguir comunicar-se com quem está distante tornou-se realidade. O quanto se pode resolver situações através de um clique em uma tela 6.1. Fazer reuniões de casa sem precisar enfrentar congestionamentos e outros riscos, sem falar o quanto a tecnologia ajudou nessa pandemia da COVID-19 nos anos 2020-2022.

Uma conversa instantânea tornou-se a possibilidade de não mais depender de um pombo-correio, sem que sua correspondência atrase ou não chegue ao destinatário; sem ter de esperar horas e horas, tempestades ou qualquer tormenta que possa acontecer nas navegações; sem precisar esperar que alguém bata à sua porta para lhe entregar uma carta. Tudo isso foi substituído por um *e-mail*, só basta você estar conectado à internet, através de um dispositivo que pode ser o computador ou celular. O que levava horas, pode ser comunicável em segundos.

No entanto, podemos perceber que o *e-mail* acabou desenvolvendo dupla função: aproximação e distanciamento ao mesmo tempo. O deixar as coisas mais rápidas, soluções imediatas provocou um distanciamento das emoções, por mais que ele seja pessoal, mas não descritivo de ações afetuosas, não gera a emoção que uma carta transmitia,

até porque há uma padronização na escrita: fonte padrão, corretor, não é papel e, mesmo que seja impresso ainda faltará afeto.

Contudo, esse recurso foi conquistando vários adeptos, até porque a tecnologia tomou conta de muitos espaços e mostrou possibilidades que antes não era possível. A rapidez fez o mundo andar mais veloz, a vida tornou-se mais rápida. A introdução desse artifício nos ambientes de trabalho foi sendo concretizado e de maneira abrupta. E não foi diferente no ambiente eclesástico, a adesão da informatização também se fez presente nas repartições administrativas das igrejas.

3. A Igreja católica e a imprensa

Ao longo do tempo, os clérigos têm modificado sua maneira de enxergar e agir no mundo. Surgiram novas interpretações das relações dos comportamentos humanos. Essa nova mudança tem ligação com a adesão de novos recursos de comunicação, mas não foi de imediato.

Ainda no século XVI, a Igreja Católica não queria perder o controle sobre seus fiéis. Ela perseguiu, censurou e puniu todos que tivessem acesso às leituras de textos que considerava proibidos. Havia uma necessidade de controlar a sociedade, ditar as regras de sociabilidade e comunicação. (BURKE, 2002).

Com a invenção de Gutemberg, os eclesiásticos não enxergaram vantagens para si. Esta daria autonomia para os seguidores lerem por conta própria a bíblia e fazerem suas interpretações e não mais precisarem deles e de suas autoridades para bem compreender e viver o ensinamento bíblico. Pouco tempo depois, no decorrer dos séculos, essa percepção começaria a mudar, ao perceber a utilidade da impressão. Uma delas foi a circulação da bíblia, como estava sendo feito pela vertente cristã protestante. A propagação da fé cristã ganhou logo novos rumos. (SILVA, 2009).

A Igreja católica foi dando abertura às mudanças da época, porém esse descerramento foi sendo caracterizada por uma aceitação desconfiada. Isso se dá após o Concílio Vaticano II - o maior evento de ruptura de estrutura e comportamento da Igreja católica que ocorreu em 1962-1965 -. Surgiu uma nova mentalidade perante a modernização no mundo. Alegando que era necessário usar esses dispositivos (a comunicação), a Igreja deveria ao mesmo tempo usar ao seu favor e, também, combatê-la. Ela abria a temporada do que considerava o “bom

combate”. Ocupou espaço da imprensa leiga, elaborando textos críticos ao anticlericalismo, usou da tribuna da liturgia das missas para combater o que considerava o mau jornalismo e fundou aquilo que seria os bons jornais, dirigidos por padres ou leigos católicos, a serviço dela. (SILVA, 2009. PUNTEL, 2011).

4. As correspondências entre os clérigos

Nesse advento da modernização da comunicação durante séculos, faz-se necessário pensar sobre como se davam as comunicações entre os representantes dessa instituição chamada Igreja católica? Como eles conseguiam se manter unidos em suas mensagens e objetivos temporários mesmo em territórios distantes?

As cartas somaram-se aos jornais nesta engrenagem de comunicação da Igreja. As missivas, como nos referimos acima, foi um dos recursos que a humanidade utilizou para expressar suas ideias, sentimentos e comunicar-se. Isso não foi diferente para a Igreja Católica. Comunicar por meio de carta era algo constante entre todos os seguimentos da hierarquia dessa Igreja. Padres, bispos, cardeais e papas trocaram uma infinidade de correspondências (COELHO, 2016).

A carta fez parte do fazer social da Igreja Católica no Brasil. Os bispos se comunicavam com o Vaticano, com o corpo sacerdotal e os fiéis. Carta era um grande instrumento de comunicação entre os clérigos, desde as que eram enviadas com orientações comportamentais, as ditas cartas pastorais, secretas, internas. Muitos padres trocavam correspondências entre si. Revelavam seus pensamentos, intenções, atitudes, ódios etc.

Podemos perceber que a cultura moderna também se alastrou na vida religiosa. A tecnologia se fez presente na comunicação entre clérigos, principalmente no século XXI, onde cada vez mais os padres e religiosos estão invadindo o mundo virtual para sua posição evangélica e por interesses próprios. A orientação de formar para bem utilizar esse espaço pouco a pouco passou a se normalizar. A citação abaixo nos dá um pouco de entendimento dessa intenção:

[...] deveriam oferecer cursos para os vários grupos –seminaristas, sacerdotes, religiosos, religiosas ou animadores leigos [...], professores, pais e estudantes, assim como uma formação mais avançada em tecnologia das comunicações, adminis-

tração, ética e questões políticas” destinadas sobretudo a quem se prepara para o trabalho profissional no campo dos meios de comunicação social ou para cargos decisórios, ou pessoas que, pela Igreja, desempenham várias funções nas comunicações sociais (PUNTEL, 2011. p. 236).

Há um incentivo e percepção da Igreja Católica em inserir seus religiosos no círculo da comunicação atual. Ela passou a ter percepção de que não se pode mais negar a dimensão que os meios de comunicação atuais trouxeram à vida das pessoas.

Esse cenário tecnológico e revolucionário que essa instituição cristã assinalou querer fazer parte, nos ajuda a fazer um gancho com a narrativa acima. Os bispos passaram a se comunicar com os padres usando as novas ferramentas de comunicação. A tecnologia passou a adentrar o interior das comunicações eclesásticas. O *e-mail* passou a ser um aliado. Muitas dioceses usaram, com mais intensidade, a internet a partir do início dos anos 2000.

Retornemos com mais acuidade a nossa narrativa que dá início a este nosso trabalho. O bispo expressou sua insatisfação no relato do *e-mail* pela propagação de uma notícia que deveria ser mantida em sigilo. A propagação é sinônimo de rapidez, o que é característico do mundo tecnológico, da internet. A possibilidade de se conectar em segundos com quem se mantém a quilômetros de distância.

A atitude de escrever para alguém traz um simbolismo muito grande, pois nas linhas você acaba demonstrando ou transparecendo quem você é, como nos referimos anteriormente neste nosso texto. Retornemos mais uma vez a essa reflexão. Como diz Michel Foucault (2002, p. 149) “[...] dar-se a ver” quando se escreve, pois você envia sabendo para quem, sabe com quem, compartilha informações, “[...] mostra-se ao destinatário”. Ou seja, a troca de *e-mail* entre o bispo e monsenhor era uma atitude de um conhecer o outro.

A escrita é uma entrega de si para o outro. Seja a escrita de uma carta, mensagem, *e-mail*, acaba sendo um registro de um indivíduo, uma produção da memória de si mesmo (GOMES, 2004).

5. O acontecimento

A história para ser considerada conhecimento exige critérios para validá-la. Não podemos abdicar das referências e da metodologia. As fontes são imprescindíveis. Elas nos permitem chegar próximo ao que ocorreu. Possibilitam entender aspectos

do que se passou. Mas nunca vivenciarmos o que aconteceu, como os sujeitos vivenciaram no seu tempo. Os registros ajudam a deixar pistas para as interpretações, para a construção dos fatos. Mas não a experiência de quem passou e sentiu os instantes de tudo que ocorreu. O acontecimento é perceptível aos envolvidos, naquilo que foi gerado, nas evidências, no começo, meio e fim. Ele está de fato presente na memória dos indivíduos que o vivenciaram. Mas o pesquisador, não, precisa dos vestígios para construir o acontecimento. Ele seleciona o que contar. É impossível relatarmos o acontecimento tal qual, porque o historiador não vive a experiência acontecimental, mas ele rememora o acontecimento enquanto fato, ou seja, as lembranças de alguém, a vivência, as ramificações, as heranças desse evento, mas nunca o acontecimento em si (DOSSE, 2013, p. 98).

Como podemos chegar mais próximo ao acontecido entre o bispo e o padre? Como entender esse *e-mail*?

A chave inicial seria a construção do fato. E isto fizemos. O recebimento do *e-mail* é um fato de pequena monta e ele foi inserido numa narrativa como algo importante e que pode nos dizer algo significativo. O conteúdo do email, mesmo com poucas informações, contém indícios que nos sugere um caminho a ser tomado, uma construção de uma narrativa em determinada direção.

Num simples *e-mail* há indícios. Essa expressão parece bastante tola. Os indícios são sempre desprezados e podem, a qualquer momento, conforme as perguntas, tomarem outro rumo. Muitos *e-mails* podem ser breves, contendo poucas linhas. Nas comunicações atuais, nas mensagens de redes sociais, existem muitas informações breves. Muito que se diz breve, contém reticências, não ditos, silêncios.

Essa tarefa não é fácil. A tarefa de pesquisar a partir de indícios, como diz GINZBURG (1989, p. 145), “[...] é comparável ao detetive que descobre o autor do crime [...] baseado em indícios imperceptíveis para a maioria”. Esse enxergar nas entrelinhas pode ser irrelevante para alguns, mas é uma evidência de que nada pode passar despercebido, por mais insignificante que pareça, pois pode trazer luz, iluminar aspectos que são particulares do objeto estudado.

Dar voz ao que muitas vezes é marginalizado, deixar de excluir o que todos desvalorizam e aceitar

que nenhum elemento é desnecessário para a história é papel do historiador da história cultural, pois o seu fazer histórico é baseado nessas definições. Seu método de trabalho é “[...] interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, “baixos”, forneciam a chave” (GINZBURG, 1989, p. 149).

Os indícios nos ligam a um passado vivido por outros sujeitos. Essa ligação se faz no nosso tempo. O papel do historiador possibilita percorrer as variações temporais no mesmo instante. Consegue ir ao passado, mas com os pés no presente. Como diz Koselleck, o passado é um prolongamento do presente, ou seja, o que é o passado, na verdade, era o presente do sujeito naquele tempo; e isso só é possível graças à memória, pois ela pode ser evidenciada pelos traços, indícios e testemunhas.

Essa conceituação nos leva a analisar o recurso que o historiador utiliza para fazer o seu trabalho e gerar conhecimento para a sociedade. O uso do conteúdo do *e-mail* necessita do diálogo com outras fontes. Uma delas é a entrevista de história oral. A entrevista é um recurso valioso no sentido de estarmos conversando com os sujeitos considerados testemunhas oculares do que ocorreu. Frases aparentemente sem sentido em um *e-mail* ganham novos rumos, novos sentidos.

A testemunha ao falar sobre o que viveu, poderá transmitir sua experiência do passado, a sua versão sobre o ocorrido. Essa testemunha quando fala do passado, através de sua memória, nos possibilita ficar mais próximos da experiência que ela teve. Segundo D’ Assunção:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (D’ ASSUNÇÃO, 2016. p. 47).

E são essas experiências, memória do passado, que os entrevistados relatam e são levadas em consideração na busca pelo esclarecimento do passado e

do presente. Esta construção se dá na importância que se tem a narrativa que parte da análise pessoal sobre o fato e a realidade, e a memória que permite a atualização e não o congelamento da história.

Importante voltar a frisar que a construção de um fato se dá pelo olhar detalhado do historiador. É o profissional da história que dá importância a esse passado e o traz para a sua narrativa. A história vivida torna-se história conhecimento. Quem consegue dar voz, ou melhor, fazer algo se tornar um fato, até porque os eventos não estão perceptíveis a todos, eles só passam a existir quando são considerados, “[...] nada mais [...] que o resultado de um raciocínio a partir de vestígios” (PROST, 2008. p. 67).

6. Memória

As entrevistas orais tornaram-se bases de nossa pesquisa. Entrevistamos personagens do evento *Pró-diocese de Arapiraca*. Movimento que teve uma ação significativa nos anos de 2003 e 2004. Essas entrevistas são essenciais para nossa aproximação de interpretação do evento que criamos – damos importância - na narrativa que se inicia este texto. As falas dos integrantes são fontes para nosso processo de exegese histórica.

Durante o século XX foi levada a discussão se poderia ser considerada a entrevista de história oral como fonte histórica. Os historiadores a incorporaram a partir de uma série de mudanças do que seja “prova histórica”, iniciada pela Escola dos Annales. A história oral ganhou fôlego a partir dos anos de 1970. Ela passou a ser entendida como uma das fontes que mais ajudam o historiador a entender a situação, o tempo vivido por homens e mulheres de carne e osso. Essa definição contribui para assegurar que a oralidade é uma memória, uma recordação, lembrança de fatos coletivos ou até mesmo particular. Le Goff a esse respeito aponta o seguinte:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória (LE GOFF, 1990. p. 425).

A fonte oral não está isenta do processo de selecionar o que quer ser dito e não dito, inclusive no processo memorável existe presente o esquecimento consciente. A memória é seletiva do que ela quer registrar, por isso que o esquecimento se faz presente nessa rememoração do passado.

O passado não pode ser vivenciado como foi executado, mais visitado e isto traz suas fragmentações “[...] A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLACK, 1992. p. 4). Podemos perceber que o passado é sempre revisitado dentro do presente. Um entrevistado vai fazer seleções que lhe convêm falar, comentar e expor.

Isso nos leva a compreender que também os entrevistados, ao se disporem a comentar sobre o corrido, desejam que suas lembranças, seus atos não sejam esquecidos no tempo, mas que outras pessoas possam fazer parte. Que essas suas recordações sejam eternizadas por outros, que repassem, que falem entre si. Halbwachs nos sugere pensar a memória coletiva:

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparece porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 201. p. 36).

É próprio de quem transmite suas ideias, que deseja que elas sejam conhecidas e lembradas por todos, inclusive com essas linhas que escrevemos; que quem vier a fazer leitura, seja perpetuação dessas memórias. Que seja uma recordação de uma realidade que por muitos é desconhecida, visto que foi vivida por seres que não registraram em mecanismos de propagação, mas nas suas emoções e lembranças particulares. Esses acontecimentos são fragmentos de uma história, como dito, e é impossível representar ou vivenciar o acontecido tal qual foi executado, visto que ele é marcado por fatores diversos: tempo, pessoas, emoções, perspectivas e interpretações diferentes, “[...] Os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993. p. 12).

A memória é fruto de uma interpretação da realidade, através das emoções, sentimentos ou compreensão e aqui percebe-se que esta foi de-

envolvida por estas definições. As aspirações do movimento se dão por decodificar o real como uma maneira necessária, por interesses indefinidos e não tão claros, porém, chama atenção como aspecto como cada uma cria visão de mundo do mesmo aspecto.

Para criar memória é necessário haver proximidade, gerar afeto. Que o indivíduo sinta que faz parte, que ele carrega características de seu grupo. Pertencimento tem poder sobre o indivíduo, pois desenvolve nele identificação, saber que ele carrega consigo semelhanças e traços de quem o antecedeu ou que lhe permitiu sentir-se integrante de um grupo. Para que ela seja efetiva deve ser desenvolvida pelo integrante. Ela precisa ser contínua no presente, mesmo que a temporalidade se torne um problema para as lembranças (FÉLIX, 2004).

Como dito, a memória gera pertencimento e ela é constituída pelas lembranças, pelos sentimentos mais individuais possíveis, mesmo que seja estimulada por ações coletivas, mas a geração de significação acaba sendo algo muito particular. Dessa forma, também pode ser compreendido como os seguidores se recordam de seus líderes. Apontamos porque queremos nas próximas linhas nos dedicar a falar de uma das personagens centrais dessa nossa primeira parte do texto: o bispo, chefe da Igreja da diocese em Penedo, o emissor do e-mail.

7. O tipo-ideal de padre

Ao estudar a trajetória do catolicismo, percebe-se o quanto esse credo religioso tem se adaptado ao tempo e lugar. Mesmo que compreendamos que a sede esteja em Roma, tendo a direção de um administrador, o papa, e que as liturgias sejam padronizadas, é impossível falar de uma Igreja una em toda a parte do mundo. Como vimos anteriormente, ela se adaptou às transformações ocasionadas pelo surgimento da imprensa. Essa capacidade de mudança só ocorre porque ela vive em determinados tempos uma autocompreensão. Para cada tempo ela refaz sua ação evangelizadora e apresenta uma nova linha de atuação. Ela retoma os seus embates entre o bem e o mal, combate aos credos diferentes, as subordinações internas e pauta sua nova ação numa sociedade que ela sempre identifica como desviada dos caminhos de Deus. Existe uma Igreja para cada época. (SOUZA, 2008).

O conceito que consideramos mais apropriado para explicar o que é Igreja se encontra na definição do termo “autocompreensão”, apresentado por Au-

gustin Wernet. Este autor diz que autocompreensão: “são “tipos ideais”, ou seja, “construções mentais” ou “imagens mentais cuja elaboração se faz necessária, exagerando elementos específicos da realidade, selecionando características dela mesma, ligando-as entre si num quadro mental relativamente homogêneo” (WERNET, 1987).

A Igreja cria para si definições próprias, como se olhasse no espelho e auto admirasse de sua beleza e, em seguida, define os planos a seguir, o formato das ações, a forma como encara o mundo, incluindo ela mesma como instituição pertencente a esse mundo. A Igreja católica desenvolve perfis ideais de Igreja, fiéis, religiosos e prioriza o modelo ideal dos seus colaboradores, um modelo mental do que seja um padre. Esse tipo ideal de Igreja é manifestado pelas práticas e comportamentos na formação inicial do padre. É incorporado ao jovem que pleiteia o sacerdócio, a incorporação por parte dele de um modelo de ser padre. Uma vez ordenado religioso, espera-se que se comporte em conformidade com esse modelo na sua paróquia.

O modelo ideal é possível por causa da internalização de regras e normas por quem é formado para ser assim, ser exemplo da Igreja para seus seguidores. Podemos conceituar essa canalização a partir da cultura prática, da racionalização instrumental da vida. A racionalização acaba se tornando uma atividade internalizada como parte do cotidiano do sujeito envolvido. Aquilo que não faz parte desse fazer ideal é um “desvio”, irracionalidades. Quem nos ajuda a pensar dessa forma é Max Weber. Segundo este autor:

Para o estudo científico que constrói os tipos, a maneira mais pertinente de analisar e expor todas as conexões significativas irracionais e afetivamente condicionadas do comportamento que exercem uma influência sobre o agir consiste em considerá-los como “desvios” de um desenvolvimento deste agir, construindo sobre a base da pura racionalidade com relação a fins (...) É assim unicamente que é possível imputar, em seguida casualmente os desvios aos elementos irracionais que os condicionam (WEBER, 1991).

É compreensível a apropriação de uma idealização de vida ou identidade para si. O sujeito imerso na instituição, ele vive no seu cotidiano a “experimentação” de um tipo ideal. Tudo que foge a esse modelo deve ser eliminado. O sujeito que estamos nos referindo é um padre e ele poderá chegar a ser

bispo, subir degraus na sua carreira e, sobretudo, se aperfeiçoar no modelo do tipo ideal que a Igreja definiu no seu tempo. O bispo veste o estilo de vida clerical adotado pela instituição católica.

O bispo torna-se esse porta-voz mais interligado à Santa Sé, visto que tem um poder além do padre, pensado na esfera administrativa da Igreja. Ele é designado para cuidar de como preparar os futuros clérigos, de orientar e conduzir os padres e direcionar os fiéis, nesse caso, os diocesanos, que são integrantes da sua Igreja “particular”. Ou seja, uma diocese tem muito como o modelo de Igreja Ideal e incorpora particularidades de seu bispo. Este também imprime o que deve ser seguido, as adaptações.

A escolha de um padre para ser bispo está intimamente ligada a essa interpretação que a Igreja faz de quem poderia melhor falar por ela naqueles lugares mais distantes da sede romana e da nunciatura. Sendo este escolhido, ele passa a ser o modelo para os demais que foram a ele designados. Deve ter um perfil canalizado pelas orientações recebidas e fazer daquela Igreja particular, executora das deliberações feitas por Roma.

7.1 O modelo imaginário

Todavia, é comum, dentro do âmbito religioso católico, os integrantes procurarem por modelos de pessoas que vivem melhor as normas e a doutrina. Procurar por elementos de identificação e vivência. Até porque, o processo de pertencimento, desenvolve no indivíduo ou no grupo ações de procura por referenciais que venham tornar mais evidente o sentir-se parte; assim como, figuras que possam ser pontos de identidade e que contribuam para essa manifestação efetiva: padres, bispos, leigos etc.

Nessa concepção podemos perceber que há um processo de criação mental por parte de indivíduos, ou seja, um desenvolver no indivíduo a representação que muitas vezes não é perceptível para ele enquanto ser que está sendo modelado. Os fiéis trazem para si atitudes que são inspiradas pelos clérigos. São atitudes e comportamentos que eles consideram essenciais ou importantes para atingir seus objetivos, ou seja, o tipo ideal de cristão, de fiel, de padre e de leigo que deveria ser todo aquele que tem vivência nas atividades da comunidade eclesial.

Esse conceito de imaginário pode ser entendido

como representação. “[...] O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagem e discursos que pretendem dar uma definição da realidade” (PESAVENTO, 1995. p.15). Essa interpretação do real se dá de diversas maneiras: linguagem, imagem, emoções, sentimentos etc. “[...] o imaginário é uma resposta que a coletividade fornece aos seus conflitos. [...] um meio de expressar seus desejos, suas aspirações e valores mais caros” (ROCHA, 2016. p. 173).

Definir assim, leva-nos a analisar outro ponto: pensamos ou imaginamos porque o pensado exerce influência sobre nós. É o que Bourdieu vai chamar de poder simbólico “[...] é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem [...] sentido imediato do mundo” (BOURDIEU, 1989. p. 9). Pensar em poder só é possível quando o imagina e acredita em sua existência. Precisa dar crédito ao que determina no coletivo, ele só terá validade se os que pensaram lhes der voz e lhes admitir.

Podemos assim assimilar com o que Antonio Sousa interpretou sobre racionalização em Weber

Assim sendo, a “racionalização”, de acordo com Weber, não seria outra coisa senão o movimento pelo qual o Espírito passa do simples “ser-em-si” à certeza do “sendo-para-si”. Nesse sentido, a razão desempenha um papel decisivo na determinação do agir humano. No estado de passagem do simples “ser-em-si” para o “sendo-para-si” ocorre uma transparência da consciência reflexiva do mundo (SOUZA, 2008, p. 109).

Por isso, o indivíduo se reconhece como integrante que pode se aproximar de viver a mesma experiência, pois identifica características que os assemelham. A razão permite entender que há possibilidades de alcançar o mesmo objetivo. A racionalidade permite que se possa mensurar que o caminho trilhado pelo que é dado como exemplo é compreensível e aceitável como concreto de realização.

7.2 É modelo póstumo: o bispo

Não é novidade que a Igreja apresente para seus adeptos personalidades que possam orientar na conduta e vivência de sua doutrina mesmo que essas já tenham falecido, na verdade, é o que ela mais considera melhor fazer, tornar modelo após a morte, pois há sempre um interesse de demonstrar que é possível alcançar a santidade seguindo seus ensinamentos. Quem garante ser alcançado

por essa conquista? Ela mesma, a Igreja. A partir de seus requisitos.

No entanto, é sempre propício perceber que algo só se torna modelo porque tem quem o considere. Há sempre quem o assuma para si, pelo quesito de identificação. Indo por um viés da História Cultural e Poder, podemos fazer apreciação de dois conceitos que anteriormente já foram comentados, do real e do imaginário. E, junto com eles, o de tipo-ideal.

Voltemos à discussão do tipo-ideal apresentado pela interpretação de Augustin Wernet sobre a conceituação de Max Weber, porém, no campo do pós-morte, especificamente do bispo que estamos apreciando. Para começo de observação, ele está sendo retratado aqui nesse trabalho porque em vida teve atos que chamaram atenção e que precisam ser analisados, isso na perspectiva da ciência histórica. Do ponto de vista dos fiéis católicos, de seus diocesanos, ele é referencial principalmente após sua partida; ou seja, é modelo, interpretando o conceito apresentado nas linhas anteriores deste parágrafo.

Nesse processo, como interligar o real ao imaginário? Através do símbolo. Pois o símbolo “[...]” é o elemento de mediação entre o real e o imaginário, o racional e o sentimental. Símbolos são veículos de significados e, como tal, carregam ideias, valores, emoções” (ROCHA, 2016. p. 172). Por isso, que nossas relações e interpretações são marcadas por significados, pois utilizamos de símbolos como representatividade. E isso é perceptível em nosso objeto de pesquisa desta primeira parte: o bispo. Ele se torna esse símbolo para os seus, como já dissemos, esse modelo, seja como ser humano, seja como cristão ou até mesmo como sacerdote.

Importante informar que o bispo da narrativa não está mais vivo. Ele faleceu em 2020, 17 anos depois que mandou o email. Nos próximos parágrafos, iremos conhecer e falar mais sobre sua morte. Vejamos um pequeno texto publicado na rede social, após a morte do bispo, um dos sujeitos centrais da narrativa que deu início a este nosso trabalho. Esse texto é de autoria do padre Antônio. Numa rede social ele escreveu o seguinte sobre esse bispo:

[...] em sua generosidade e solicitude de pastor enxergou em mim o que eu mesmo nunca tinha visto e me deu a única coisa que não pode ser roubada de um homem: o conhecimento. [...] Prometo que vou me esforçar para levar adiante tudo o que o

senhor, como um bom pai, me ensinou (FONSECA, 2020).

Os adjetivos utilizados por padre Antônio em sua rede social para falar do bispo foram de caráter honrosos: generoso, solícito, bom pai... Esses adjetivos demonstram o que ele pensa da personalidade do bispo, como o transforma como modelo importante a ser seguido e pessoa de relevância para a sociedade.

Outro depoimento, também nas redes sociais, fez a seguinte ressalva:

Sua voz parecia uma trombeta, que soava por toda a parte, e que fazia tremer as estruturas da alma, homem forte, de sorriso fácil, de coração puro, amante da virgem do Rosário, pai, sacerdote, profeta e amigo. Gratidão por sua passagem aqui, [...] por ser um pastor que cheirava a ovelhas, por sempre estar com elas (CAMPOS, 2020).

Pelo que foi exposto, temos registros que demonstram como essas características institucionais do ser padre, bispo “tipo ideal”, estão nessas mensagens. Atribuem a ele “um coração puro”, “homem de oração”, “profeta”, “pai”, “tem uma voz que estremece a alma e pastor”. Aparecem as qualidades humanas como: “homem forte e amigo”. Há uma idealização que vai além do real, que pode ser que não tenha existido, mas para que o particular - os que escreveram nas redes sociais - ou de uma coletividade tenha essa compreensão.

Nesse contexto, podemos citar como se deram os ritos que foram realizados em seu funeral. Foi numa carreta percorrendo a cidade de São Miguel dos Campos-AL até a cidade de Arapiraca-AL, uma quilometragem de 71,9 km. Na cidade de Arapiraca o percurso continuou pelas principais ruas e paróquias, sendo seu corpo carregado no carro de bombeiros da cidade. O cortejo continuou de Arapiraca até a cidade de Penedo, sede do bispado, mais 71,9 km. Na chegada à cidade, o caixão foi transportado pelo corpo de bombeiros da cidade penedense. Passando pelas vias mais movimentadas até a catedral diocesana, onde houve sua missa de corpo presente e sepultamento.

7.3 Há fé, há poder

Quando se reflete sobre esse conceito de tipo-ideal, o mais comum é compreendê-lo como uma submissão, alguém que tem o controle sobre outro. Isto nos remete a discussão de poder. É o que nos sugere Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico.

lico “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989. p. 7). Essa definição corrobora ao que foi dito anteriormente, de que o poder, até mesmo quando não queremos pensar, exercer ou não enxergar sua manifestação, ele existe e revela-se independentemente. Está presente de maneira e modos diversos, mas nunca está isento de uma realidade. Pensando assim, podemos perceber que pensar, vivenciar e falar sobre fé nunca está dissociado de poder. Este está presente; pois “[...] é necessário descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido” (BOURDIEU, 1989. p. 7). E na fé existe essa certeza do poder presente: seus símbolos, ritos, regras de condutas, pensar que Deus existe e que tudo e todos devem ser obedientes e viver segundo a vontade dEle.

Contudo, existe uma outra manifestação do poder dentro do campo da crença: a representação da divindade na humanidade, em outras palavras, o sacerdote; o intermediário entre o mundo e Deus, segundo definições da religião. Pensar nesse indivíduo se faz necessário, visto que ele pensa sobre a condição de poder, como o exerce sobre os fiéis. Mas o poder exercido por este ser que nos interessa é aquele de representatividade social, modelo de vida para alguns.

O ser humano também pode ser representante de poder, como é o caso dos padres, que representam a instituição Igreja Católica, assim exercem e manifestam em nome de outrem. No entanto, também podem fazer isso usando o nome da instituição com intenções particulares. Usando o cargo que se tem para alcançar projetos seus.

7.4 O bispo

Nascido aos 24 de janeiro de 1945, em San Fior di Sotto, na Itália. Ingressou na Congregação Salesiana, onde fez seu noviciado em Verona, aos 17 anos fez promessas dos primeiros votos de pobreza, castidade e obediência. No seu período formativo concluiu o bacharelado em Filosofia no Liceu Clássico em Pordenone. Foi professor de Letras Clássicas e Literatura italiana, em Este, Pádua.

No processo de formação sacerdotal, fez seus estudos teológicos na Pontifícia Universidade Salesiana em Roma. Terminada essa etapa, foi ordenado presbítero em 1973 na sua cidade natal. Tendo depois retornando para a cidade de Pádua para

lecionar as disciplinas de letras, literatura e cultura religiosa. Desempenhou na Universidade de Pádua o cargo de assistente religioso na faculdade de Letras. A vida de ensinar está registrada em sua trajetória. Ele era voltado para o mundo acadêmico. E como disse pe. Antônio Fonseca em postagem no feed do seu instagram, um dia após a morte do bispo “[...] e me deu a única coisa que não pode ser roubada de um homem: o conhecimento” (FONSECA, 2020). Essa importância ao estudo, à formação como um todo, era algo que ele considerava importante. Suas homilias eram sempre voltadas para uma linguagem culta e de definições de conceitos, sejam eles de aspectos filosóficos aos teológicos.

Um salesiano de dom Bosco, como é conhecida a congregação na qual fez parte, tem característica de ter atividades voltadas para a juventude, em sua promoção humana e evangelização. Com esse perfil, lhe foi confiado um centro juvenil na paróquia salesiana em Pádua. No ano de 1983 foi transferido para o Brasil, residindo no litoral norte do Estado de Alagoas, na cidade de Matriz de Camaragibe, onde morou por 10 anos. Nessa década desempenhou trabalho missionário de catequizar e procurar atender as necessidades da evangelização naquela região.

Em 1993 foi escolhido para ser inspetor na Inspetoria São Luiz Gonzaga no Nordeste do Brasil, residindo na cidade de Recife, Pernambuco. Nesse mesmo período, tornou-se sócio da Sociedade Brasileira de Canonista, sendo um especialista no Código de Direito Canônico, as leis eclesiais que governam a Igreja Católica. Sua eleição ao cargo de inspetor seria para o período de 06 anos, porém precisou ser interrompido, pois foi convocado ao episcopado no ano de 1997 pelo então papa, João Paulo II, para governar a Igreja diocesana de Penedo, no baixo São Francisco, região conhecida assim por ser banhada pelo rio São Francisco, no Estado de Alagoas.

Sua nomeação pelo Papa João Paulo II foi em 30 de julho de 1997, já para a diocese de Penedo. A ordenação episcopal foi no dia 19 de outubro daquele ano, no Recife. [...] escolheu como lema “Caritas Christi Urget” (O amor de Cristo pede).⁵⁵

Seu episcopado foi marcado por grandes ações e mudanças. Herdou uma diocese que tinha uma

55 Disponível em <<https://cnbbne2.org.br/morre-dom-valerio-breda-bispo-da-diocese-de-penedo-em-alagoas/>>. Acessado em 29 abril. 2022.

marca de trabalho voltado para atender as necessidades sociais de seu povo, de uma Igreja local com um olhar voltado pelas preferências sociais e um clero marcado por uma formação teológica pastoral. Reordenar o seu clero para que pudessem atender ao modelo de padre que a Igreja exigia à época. Organizar a formação dos novos sacerdotes que pudessem ser fiéis colaboradores de seu episcopado.

Ao longo de sua permanência na diocese, foi estreitando os laços com setor político dos municípios e do governo estadual, sendo por muito tempo convidado para cerimônias de homenagens, por exemplo, uma em comemoração aos seus 10 anos de episcopado, promovido pelo deputado federal Rogério Teófilo em discurso no Congresso Nacional, na Câmara de deputados, onde cita seu papel além do religioso

Há alguns anos, [...] engajou-se também num trabalho social, no sentido na melhora das condições humanas, e entrou na luta pela sobrevivência do Rio São Francisco e do povo ribeirinho, defendendo um projeto de revitalização que venha contemplar realmente a população mais necessitada, que já reside praticamente às margens do rio e sofrem com a falta de água para o plantio e até para beber.⁵⁶

Mesmo que tivesse a preocupação de ter padres cada vez mais dedicados aos compromissos religiosos, aos comportamentos clericais legais, procurava ensinar-lhes a ser sóbrios e darem testemunho de uma vida de pobreza, ajudar aos que mais necessitavam e promover campanhas de assistência social.

Tinha uma preocupação muito grande pela juventude. Procurava motivar os jovens diocesanos na busca da vivência dos ensinamentos religiosos e permitir em sua diocese eventos que pudessem prepará-los e ensiná-los. Trouxe muitos grupos que despertaram a juventude para pôr em prática o que a Igreja orientava, como modelo de vida para os jovens católicos.

Como o ensinar estava na sua experiência de vida e sacerdote, foi responsável por diversos anos como presidente da Comissão Regional Pastoral Bíblico-

-Catequética do Regional Nordeste 2 da CNBB, era responsável pela formação dos leigos, chamados catequistas, que formam as crianças, jovens e adultos para receberem os sacramentos dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divide por regiões o Brasil para poder organizar suas ações e cargos dos administradores.

Sua vida era muito ativa quando não estava na cúria, estava fazendo visitas pastorais ou em congressos, visto que era um bispo fluente em diversos assuntos relacionados à Igreja e aos órgãos públicos.

Tinha um quadro de saúde tranquilo. Mesmo sofrendo com problemas de pressão arterial, não deixava de ser e ter uma vida dinâmica, atendendo seus compromissos e participando das discussões pertinentes à evangelização. No entanto, no dia 15 de abril de 2020, foi internado no hospital Arthur Ramos, em Maceió-AL, vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). “[...] De acordo com o vigário geral da diocese, padre Daniel do Nascimento, funcionários que trabalham na residência episcopal encontraram dom Valério já desacordado em seu quarto, por volta das 11h” (G1, 2020).

A vida do bispo italiano estava se dividindo entre melhoras e pioras no seu quadro clínico, realização de exames e observação médica. O AVC provocou hemorragia e comprometeu o hemisfério direito de seu cérebro. O processo foi acompanhar as medidas médicas em contornar a hemorragia, ser retirado da Unidade de terapia Intensiva (UTI) e conter a pressão arterial.

Na manhã do dia 16 de julho de 2020, às 6h chega a notícia para a diocese de seu falecimento. Sendo sepultado na catedral por volta das 23h. Vitimado de um AVC que o levou aos cuidados hospitalares durante 60 dias.

Hoje perdemos não só um bispo diocesano, perdemos um grande parceiro e amigo, que tanto nos ajudou na construção e fortalecimento das políticas de prevenção à violência em Alagoas, sobretudo nos cuidados com o dependente químico. Dom Valerio Breda, sua missão aqui foi cumprida, a saudade será grande, mas sabemos que de onde estiver continuará olhando por quem mais precisa. Vai em paz! (SEPREV ALAGOAS, 2020)

Diversas foram as homenagens prestadas ao bispo. Seu cortejo fúnebre durou mais de 14h. Saindo da

56 Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCDo7DEZ2006.pdf>>. Acessado em 04 jun. 2022).

capital alagoana, o cortejo percorreu as principais cidades que integravam sua diocese. Seu corpo foi carregado em carro do Corpo de Bombeiros nas cidades de Arapiraca e Penedo. Suas exéquias contaram com a maior parte do clero diocesano, bispos de Sergipe e Pernambuco. Os ritos foram presididos por dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa, bispo de Garanhuns-PE e presidente do Regional Nordeste 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Devido ao período pandêmico da COVID-19, não foi permitida a participação dos fiéis. O funeral foi transmitido tanto pelas redes sociais institucionais da diocese, quanto por contas privadas e de jornais locais.

A escolha em falar desse episcopo não é considerada aleatória. No início de nosso trabalho começamos apresentando uma narrativa que nos aponta uma trama entre o bispo e o padre. Um e-mail registra um possível desentendimento. O bispo que o escreveu é esse que acabamos de descrever, dom Valério Breda. Agora temos a possibilidade de apresentar e definir quem é o remetente e procurar entender seu envio e os motivos para se direcionar dessa maneira a esse padre.

No próximo capítulo teremos uma compreensão melhor dessa possível trama, pois será mais bem trabalhada. No entanto, podemos perceber que o bispo estava furioso porque ele considerou que informações foram vazadas e essas informações deveriam ser sigilosas. Ele estava furioso com o padre. Como bispo, ele encarnou seu compromisso de agente “tipo ideal” a serviço da Igreja, usou de novas ferramentas para cumprir uma tradição da instituição, impor um modelo de igreja, manter segredo e chamar atenção do padre.

Essa atitude do bispo é uma repetência do modelo tradicional da Igreja em calar determinados assuntos e, principalmente aqueles que lhes afetam diretamente, que interferem em sua estrutura. Esse comportamento do bispo é dado como bom, silenciar antes de qualquer situação pior e ele fez isso através do e-mail. Precisava silenciar essa informação dada como sigilosa, não deixando vazar um assunto delicado, que é a possibilidade da criação de uma diocese.

Essa repreensão ela se deu porque o padre tinha quebrado a regra de manter em segredo a informação, os trabalhos, os trâmites da viabilidade do estado de Alagoas ter mais uma nova cátedra. O pedido de silenciamento do bispo envolve muitas

outras questões, inclusive, um indicativo de distanciamento de feição entre o padre e o bispo que nos próximos capítulos teremos a oportunidade de aprofundar melhor.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Disponível em <https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Modernidade_liquida.pdf> Acessado em 14 jun. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2º ed., Rio de Janeiro: Berúand Brasil, 1998, p. 7-16.
- BURKE, Peter. *Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna*. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9854/11426>> Acessado em 30 mar. 2022.
- COELHO, Tatiana Costa. *Discursos ultramontanos no Brasil no século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9755/6685>> Acessado em 15 jun. 2022.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 4 ed. Trad. Antonio Fernando Caçais e Eduardo Cordeiro, Lisboa: Veja/Passagens, 2002.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Trad. de Constancia Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. Ed. São Paulo: Ed. Centauro. 2013.
- NORA, Pierre. *Entre memória e a história: a problemática dos lugares*. Proj. História, São Paulo: (10). Dez, 1993.
- OLIVEIRA, Maria Engel de. *ORKUT: o impacto da realidade da infidelidade virtual*. Disponível em <http://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/1969-12-31/2007_21ee3176f-f8b4bbfba32f685cb2b0196.pdf> Acessado em 25 mar. 2022.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história – imaginando o imaginário*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, nº 29, 1995, p. 9-27.
- PIERRE, Hector. *Max Weber. Entre a Paixão e a Razão*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991, p. 71.
- PADREFONSECA. *Morte de dom Valério*. Arapiraca-AL. 17 jun. 2020. Instagram: @padrefonseca. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CBj18foADoT/>> Acessado em 25 mar. 2022.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTAL G1 AL. Dom Valério Breda é internado em hospital de Maceió. Disponível em <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/04/15/bispo-dom-valerio-breda-e-internado-em-hospital-de-maceio.shtml>> Acessado em 26 mar. 22.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: autêntica, 2008.

PUNTEL, Joana T. *A Igreja a caminho na comunicação*. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9755/6685>> Acessado em 15 jun. 2022.

ROBSONCAMPOS. Dom Valério Breda. Olho D'água das Flores-AL. 16 jun. 2020. Instagram: @robsoncampos_15. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CBg9lelU42/>> Acessado em 26 mar. 2022.

ROCHA, Gilmar. *A imaginação e a cultura*. Revista Teoria e Cultura. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. UFJF, v. 11, n. 2, Jul./Dez., 2016, p.p. 167-187. Disponível em <:user/windows%2010/Downloads/12277-texto%20do%artigo-52711-1-10-20170223.pdf>. Acesso em 02 mar. de 2021.

SEPREVALAGOAS. Dom Valério Breda. Maceió-AL. 16 jun. 2020. Instagram: @seprev.alagoas. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CBgD2A7pamX/>> Acessado em 25 mar. 2022.

SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da. *Os meios de comunicação na Igreja Católica: novos rumos e uma Canção Nova*. Disponível em <https://www.academia.edu/10946413/Os_meios_de_comunica%C3%A7%C3%A3o_na_Igreja_Cat%C3%B3lica_Novos_rumos_e_uma_Can%C3%A7%C3%A3o_Nova> Acessado em 21 maio 2022.

SOUSA, Antonio L. *O Eclipse de um Farol. Contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)*. São Cristóvão: Editora da UFS, Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

UM pouco sobre a História da Carta. Disponível em <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/BtQWJnVT4e-gjPdG5SDrMRZutZM9XUW6k3RCQ7SXgEfPhXHpRXCVS-tXYQCfM5/atividade-para-impressao-historia-da-carta-lpo-4-01sqa01.pdf>>. Acessado em: 31 mar. 2022.

WEBER, Max. *Método da Ciência Social*. In: *Ensaio de Sociologia*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, editora S.A, 1982, 5. ed p.7.

WEBER, Max. *Sociologia*. Org. Gabriel Cohn. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.

WEBER, Max. Apud. COLLIOT-THELENE, Catherine. 1995. op. cit. p. 109-110. NT-

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX. A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: África, 1987.

UM “FESTIVAL MULTI-ARTE” EM TEMPOS DE DITADURA

Mislene Vieira dos Santos⁵⁷

Introdução

Neste artigo é apresentada parte de uma investigação realizada sobre o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) durante a década de 1970. Por meio dele, objetivou-se analisar as relações entre os governos militares e as universidades na implantação de sua política cultural, e, paralelamente a isso, a atuação de um aparato de vigilância e censura às atividades culturais que não estivessem alinhadas aos interesses do Estado.

O Festival foi a primeira atividade de extensão cultural da Universidade Federal de Sergipe, e celebrou, no ano de 2022, cinquenta anos de sua criação. Dois principais motivos nortearam a produção do FASC: a exigência do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para que todas as universidades preparassem uma programação artística com o intuito de celebrar - em grande tom cívico - o sesqui-centenário da independência do Brasil no mês de setembro de 1972, e o desejo da recém-criada Universidade Federal de Sergipe de se aproximar mais da comunidade local, realizando uma atividade de extensão para esse fim.

Optou-se por realizar um festival de artes, inspirado nos Festivais de Ouro Preto (MG) e Marechal Deodoro (AL). O local escolhido para sediar o evento foi São Cristóvão, uma cidade com algumas características provincianas, primeira capital de Sergipe, fundada em 1590 pelo português Cristóvão de Barros, que guarda até hoje construções de repartições públicas e Igrejas dos séculos XVII e XVIII. Considerada cidade histórica por decreto estadual desde 1938 e patrimônio histórico-cultural tombada pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir de 1967, ela também possui o título de quarta cidade mais antiga do Brasil. As igrejas, as ruas, os sobrados, a arquitetura barroca, a Praça São Francisco, o Palácio do Governo, dentre outros prédios, tornaram-se espaços de memória, apreciação e reduto da história colonial, em particular daquela narrada pelo viés oficial. Por essa razão, a

57 [■] Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe.

Comissão encarregada pela organização e execução do FASC decidiu utilizar a cidade como cenário dos diversos espetáculos artísticos que compuseram a programação do evento.

O estilo de festival escolhido trazia uma proposta fundamentalmente pedagógica: *educar através da arte*. A escolha de São Cristóvão como sede também fora motivada pelo intuito de se comemorar a independência do Brasil em um espaço que fomentava a construção da imagem de um passado glorioso, dialogando bem com as interesses federais em rememorar a independência do Brasil num viés de exaltação da pátria e seus símbolos nacionais. Apresentaram-se diversos grupos de folclore, música (privilegiando o estilo erudito, com diversos concertos de orquestras sinfônicas e corais nas antigas igrejas), teatro, exposições de artes plásticas e cinema, cursos de curta duração e seminários.

A ideia parece ter agradado ao MEC, que na segunda edição do evento, em 1973, investiu recursos financeiros através do Conselho Federal de Cultura (CFC) a fim de incentivar sua promoção. Esta prática se estendeu pelos próximos anos, sendo o ministro da Educação e Cultura apresentado como patrono do Festival, e estando presente, por vezes, na cerimônia de abertura, na qual proferia discursos que em geral traziam as palavras de ordem, como “cultura”, “universidade moderna” e “nação”.

1. Incentivos financeiros à cultura: MEC E UFS

A articulação entre as universidades e o Ministério da Educação e Cultura na promoção de programas culturais é um elemento fundamental no entendimento das contradições da política cultural do Estado pós-1964. Considerando-se as universidades, instituições que agregam uma parcela significativa de grupos intelectuais com forte potencial de crítica, parece ter se tornado fundamental a aplicação de estratégias de controle e adequação do perfil das atividades acadêmicas aos interesses do Estado.

Ao mesmo tempo em que ocorriam intervenções nas universidades brasileiras, esgotando a capacidade de atuação dos diretórios e dificultando a existência de grupos de estudos voltados para o debate crítico; a presença do Estado se fazia notável através do MEC, um dos braços de seu domínio. Em 27 de julho de 1970, houve a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), como parte das medidas tomadas pelo Decreto 66.967/70, responsável por reformular a estrutura administrativa

do MEC. O DAC foi enquadrado no conjunto das instituições centrais de direção superior, no qual já constavam departamentos como os de ensino fundamental, médio e universitário, sendo incumbido da responsabilidade de executar programas culturais. Com as modificações trazidas nesse Decreto, o Conselho Federal de Cultura, que integrava o corpo de órgãos normativos do Ministério juntamente com o de educação e o nacional de moral e civismo, desempenhou mais sua função normativa e consultiva, enquanto a parte executiva ficou a encargo do Departamento. (CALABRE, 2009).

Esta reorganização da composição do MEC foi motivada principalmente pela necessidade de fortalecimento da área da cultura dentro do Ministério, que até então não possuía nem mesmo uma secretaria de cultura. A preocupação com esse campo vinha sendo cada vez mais recorrente. Isso pode ser exemplificado na palestra que o ministro Tarso Dutra proferiu na Escola Superior de Guerra (ESG) alertando que o plano da reforma educacional não estaria completo sem a cobertura da linha da cultura. (CALEBRE, 2009).

Na UFS, logo se percebeu os efeitos dessa reforma. Apesar de o I FASC ter disposto de recursos financeiros modestos – em torno de 47.000,00 Cruzeiros, não constando na documentação a existência de convênios com o MEC⁵⁸, a segunda edição contou com o investimento de Cr\$ 22.350,00⁵⁹ por parte do Conselho Federal de Cultura (CFC). Nesse mesmo ano de 1973, o DAC lançou o Programa de Ação Cultural (PAC), durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), cuja finalidade residia na execução de um calendário de atividades culturais, com caráter dinâmico, envolvendo os campos da música, teatro, cinema, circo e folclore, abrangendo ainda o setor patrimonial e de capacitação de pessoal. Os recursos financeiros para tal advinham do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa nova ação do Estado foi propagandeada pela imprensa na época de forma positiva, apresentando o PAC como financiador de eventos culturais.

58 Arquivo Central da UFS. Fundo FASC I. Assunto Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano 1972.

59 Arquivo Central da UFS. Fundo FASC II/Secretaria. Assunto Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano 1973.

Como se pode perceber, a consonância da UFS com as diretrizes traçadas por esse Plano se realizava no FASC, que cuidava em ter uma programação abrangente, contendo diversas manifestações artísticas norteadas pela proposta pedagógica de tornar o povo mais “culto” e “civilizado”, através da arte, conforme se divulgava nos cartazes do evento. Nos anos seguintes, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), a FUNARTE (a partir de 1976) e o DAC, órgãos integrados ao MEC, tiveram papel fundamental no financiamento do FASC. Todas as edições de 1974 a 1979 tiveram o ministro da Educação e Cultura como patrono do evento, e este, ou um representante, pronunciava o discurso de abertura do Festival⁶⁰. Além de ter uma grande repercussão local, esse momento também implicava em legitimação da política cultural do Estado e da própria existência deste, pois mesmo sendo uma Ditadura, se travestia de Democracia, usando como um dos instrumentos para tal a própria promoção da cultura, tendo esta um caráter acrítico, folclórico, inclinada a homogeneizações, romanizações de uma pseudocultura popular, que seria autêntica, tradicional e nacional.

O ministro da Educação e Cultura, Ney Braga abriu a terceira edição do FASC, em 1974, recebendo o título de “Cidadão honorário de São Cristóvão”. Em seu pronunciamento, declarou ser uma tendência nacional as universidades promoverem a extensão “para promoção da cultura, do civismo e da identidade, melhorando os padrões sócio-econômicos do povo brasileiro”, e finaliza: “Assim quer o Brasil as suas Universidades.”⁶¹, numa demonstração do discurso que alinha modernização e conservadorismo de forma autoritária, elegendo o Estado e sua atuação como fundamentais para o desenvolvimento e proteção da nação.

O que se observou na análise desses discursos é a elaboração de uma representação do país que evidentemente diz respeito apenas aos interesses da liderança política e de seus apoiadores, mas que é difundida como tendência generalizante, aspirando à universalização de suas pretensões. Ao

declarar ainda que “as iniciativas do Festival de Arte estão integradas aos objetivos do Ministério da Educação e Cultura”⁶², Ney Braga expõe a articulação do evento com o MEC, servindo, por um lado, como espaço para desenvolvimento do trabalho de profissionais envolvidos com a cultura, sobretudo os coordenadores das comissões e os grupos artísticos, e por outro, como instrumento de manipulação da cultura pelo Estado. Ou seja, não se pode pensar apenas a relação entre cultura/artistas e Ditadura como polos necessariamente antagônicos, pois através do exemplo do FASC, observou-se também a existência de espaços de consensos, acordos e negociações, embora não se possa desconsiderar as condições autoritárias em que se teciam tais relações. Não se quer aqui, portanto, apontar uma colaboração direta e explicitamente intencional, mas notar a capacidade dos sujeitos envolvidos na organização do FASC de se moverem em uma teia frágil onde se manobravam, em desequilíbrio dadas as relações de força, os interesses locais com as imposições federais.

Em 14 de junho de 1974 foi selado, na cidade do Rio de Janeiro, um Convênio entre o MEC, através do Conselho Federal de Cultura liderado por Raymundo Moniz de Aragão, e a UFS, representada pelo reitor Luiz Bispo, para concessão de recursos destinados a assistência de entidades culturais e a criação de casas de cultura, incluindo verbas para o Festival⁶³. Com validade de um ano, o Convênio assegurou a entrega de 35 mil cruzeiros à Universidade, que se obrigava a cumprir o Plano de Aplicação apresentado pelo Conselho e apresentar relatório completo do emprego deste Plano, além de prestar contas dos recursos financeiros recebidos⁶⁴. Em agosto do mesmo ano, outro Convênio foi fechado entre o MEC e a UFS, desta vez por meio do DAC, sendo destinados oitenta mil cruzeiros a serem aplicados no III FASC, de acordo com o plano estabelecido por esse PAC⁶⁵. A importância dada pelo Governo em tornar pública sua participação em

62 Idem.

63 Arquivo Central de Aracaju. Fundo: Cultart. Caixa: 01. Assunto: Correspondência. Direção: Documentos Administrativos. Ano: 1974.

64 Cláusula Quinta. Item 3 e 4 respectivamente. Idem.

65 Ofício Circular nº 16, de 10 de dezembro de 1974. Arquivo Central da UFS. Fundo: Cultart Direção. Caixa: 01. Assunto: Correspondências/ Relatórios. Documento das Comissões. Ano: 1974.

60 Foram ministros da Educação e Cultural nesse período: Ney Braga (1974-1978), Euro Brandão (1978-1979) e Eduardo Mattos Portella (1979-1980). Este último não compareceu ao FASC de 1979.

61 Discurso de Ney Braga. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC III. Caixa: 02. Assunto: Documento da Coordenação Central. Ano: 1974.

ações como estas, bem como sua preocupação em fazer disto um instrumento de propaganda, ficam claras na segunda cláusula do convênio: “Obriga-se o (a) CONVENIENTE [UFS] a dar ampla divulgação do Programa de Ação Cultural através dos meios de comunicação nos Estados onde for programado e no Estado da Guanabara”.

Em dezembro desse mesmo ano, o Diretor Geral do DAC, Manuel Diégues Júnior, encaminhou ao reitor o Plano Geral para o ano seguinte, o qual se apoiava nas seguintes áreas: “I- Capacitação de Recursos Humanos. II- Preservação e defesa de bens culturais. III- Incentivo à criação e difusão no âmbito cultural”⁶⁶. O documento ainda ressaltava a importância da colaboração das universidades para execução de uma programação norteada por esse tripé. Essa articulação entre as instituições permitia o intercâmbio de alunos e professores, numa dinâmica de participação nas produções artístico-culturais. O DAC emitia ofícios circulares para as universidades solicitando a cooperação destas na execução de seus Planos Gerais. Isso se dava da seguinte forma: a estas instituições caberia criar uma programação em conformidade com as diretrizes traçadas por aquele Departamento, fomentando assim um “sistema de colaboração”. Feita essa etapa, ele avaliava as possibilidades de financiamento de cada proposta. Eis os pontos preliminarmente estabelecidos pelo Plano Geral para as atividades de 1975:

- 1) Criação de um programa cultural diversificado, do qual poderia constar concursos para seleção de obras nos seguintes campos: a) composições musicais; b) peças teatrais; c) artes plásticas [...]; d) literatura [...]
- 2) Criação de cursos de especialização e aperfeiçoamento, de curta duração, na área cultural [...]
- 3) Realização de eventos artístico-culturais, como concertos, recitais, exposições, etc., para o que devem ser aproveitados elementos da própria Universidade ou de sua região, que seriam assim promovidos ou estimulados.⁶⁷

66 Ofício Circular nº 16, de 10 de dezembro de 1974. Arquivo Central da UFS. Fundo: Cultart Direção. Caixa: 01. Assunto: Correspondências/ Relatórios. Documento das Comissões. Ano: 1974.

67 Ofício Circular nº 16, de 10 de dezembro de 1974 destinado ao Reitor Luiz Bispo. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Caixa: 01. Assunto: Correspondências/ Relatórios. Documento das Comissões. Caixa 01. Ano: 1974.

Os grifos foram feitos pelo autor do documento, Manuel Diégues Júnior, e ressaltam os elementos-chaves que deveriam fazer parte dos diferentes projetos: concursos, minicursos de especialização e aperfeiçoamento na área cultural e eventos artístico-culturais diversificados. Este Plano defendia ainda uma programação apoiada no tripé básico em que se estrutura a universidade: ensino, pesquisa e extensão, além de trazer orientações em prol da atuação participativa e conjunta entre as universidades:

Nesta programação as Universidades figuram em posição de especial relevo pela colaboração que podem proporcionar ao bom êxito de sua execução.

De fato, esse planejamento não pode dissociar-se dessas instituições, cujas funções vão muito além do ensino e das pesquisas [...]

Eis a razão por que o Senhor Ministro recomendou maior entrosamento das atividades culturais com as Universidades.

É, pois, nesse sentido que temos a honra de solicitar a Vossa Magnificência sua valiosa cooperação nas iniciativas desse Departamento⁶⁸.

Como condição prévia para a efetivação do sistema de parceria, Manuel Diégues solicitou ao reitor o cumprimento de alguns “pontos fundamentais”, a saber:

- 1) Criação de um programa cultural diversificado do qual poderiam constar concursos para seleção de obras inéditas nos seguintes campos:
 - a) composições musicais
 - b) peças teatrais
 - c) artes plásticas (pintura, escultura, etc.)
 - d) literatura (romance, conto, poesia, ensaio, etc.).
- 2) Criação de cursos de especialização e aperfeiçoamento, de curta duração [...]
- 3) Realização de eventos artístico-culturais [...]⁶⁹

Após receber esse Plano, o reitor tinha a incumbência de responder dentro de um prazo previamente

68 Idem.

69 Idem. Os grifos foram feitos pelo autor do documento, Manuel Diégues Júnior.

determinado pelo DAC, informando sobre iniciativas já existentes na área cultural que pudessem ser submetidas a exame. Em resposta dada pela UFS, umas dessas iniciativas apresentadas, mais uma vez, foi o Festival de Arte. O projeto da quarta edição recebeu a quantia de Cr\$ 35.000,00 do CFC e Cr\$ 150.000,00 do DAC, quase o dobro da aplicação do ano anterior⁷⁰.

O V FASC, em 1976, foi o primeiro a receber auxílio da FUNARTE. Através do Convênio firmado no Rio de Janeiro, em 20 de junho daquele ano, foi entregue à UFS a quantia 215.000,00 cruzeiros. Além disso, o DAE também contribuiu com 45.000,00 cruzeiros⁷¹. Como se pode perceber, a aplicação de recursos no FASC crescia a cada ano. Com isso, as propostas de elaboração tornavam-se paulatinamente mais complexas e elaboradas. Em 1977, por exemplo, apesar do DAE já ter estabelecido a entrega de 100.000,00 cruzeiros, mais que o dobro da verba entregue no ano anterior, Albertina Brasil, Coordenadora geral, enviou Ofício a Raimundo José Miranda Souza⁷² solicitando um aumento no valor para Cr\$ 140.000,00. O pedido foi negado e o DAE manteve a proposta inicial. Não era incomum esse tipo de solicitação por parte da Coordenação Geral. Isso em grande medida se devia à pretensão de tornar o Festival um evento de proporções cada vez maiores, reconhecido nacionalmente.

Assim, muitos ofícios foram enviados a várias entidades governamentais e privadas, demandando ajuda financeira, embora nem todos fossem atendidos. Ressalta-se também que a própria UFS entrava com recursos, juntamente com o Governo de Sergipe e algumas entidades locais, como a Empresa Sergipana de Turismo (EMSERTUR). Todavia entre 1973 e 1978, a principal fonte de renda partia

dos vários órgãos ligados ao MEC, conforme apontam os dados orçamentários de cada ano.

Em 1978, paralelamente à comemoração dos 10 anos da UFS, ocorreu o VII FASC. Nele a contribuição novamente superou a do ano anterior, muito embora haja na documentação uma discrepância de valores entre o “Relatório de Despesas e Saldos por Fonte” e o “Relatório Final”⁷³. No primeiro, registrou-se as quantias de Cr\$ 510.000,00 pela UFS e Cr\$ 404.950,00 pela FUNARTE. Já no segundo, a soma passou a ser de Cr\$ 300.000,00 pela UFS e Cr\$ 462.760,00 pela FUNARTE. Não há, porém, divergência quanto ao financiamento do Governo de Sergipe, de Cr\$ 30.000,00 e EMSETUR, de 100.000,00 cruzeiros. Em todo o caso, o quadro de despesas efetuadas somou Cr\$ 962.971,12, criando um *superávit* em relação a expectativas de gastos, que era de 983.599,10 cruzeiros⁷⁴.

Por fim, o ano de 1979 figurou o auge de investimentos federais no Festival. Deve-se deixar claro, todavia, que as edições deste ano e do anterior tiveram oito dias, diferentemente das outras em que a programação era realizada em apenas três, além disso, neste ano, a inflação era ainda maior que nos anteriores. Os reflexos da conjuntura econômica pela qual o país passava desde 1974, com a crise internacional do petróleo e do crescimento interno que deram fim à falácia do “milagre econômico”, parecem ter alcançado o FASC de 1979, que ainda assim optou por manter uma programação estendida por uma semana, gerando críticas:

do último FASC para cá o custo de vida subiu quase cem por cento. A gasolina, não bastasse o preço - pela hora da morte... anda racionada e até o final de outubro deverá sofrer um novo aumento, e desta feita com LETRA MAIÚSCULA – o aumento... – Insensíveis a tudo isso a comissão insiste no festival de oito dias.

Se fosse feito uma enquete entre os participantes do último FASC, o resultado seria desanimador. É que no ano passado, em 8

70 Relatório do IV FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC IV. Assunto Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano 1975.

71 Convênio firmado entre a FUNARTE E A UFS. Tabela de Planos Orçamentários. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTARTT/Secretaria. Assunto Correspondência/ Controle de Material/ Pessoal/ Documentação Administrativa/ Direção/ Divulgação. Caixa 01. Ano 1976.

72 Ofício nº 47/77/CULTART. Aracaju, 09 de fevereiro de 1977. Encaminhado ao Dr. Raimundo José Miranda Souza. Diretor do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE). Brasília – DF. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC VI. Assunto CULTART/correspondência. Caixa 01. Ano 1977.

73 Relatório de Despesas e Saldos por Fonte. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC VII. Assunto Documentação da Comissão Central. Caixa 02. Ano 1978. Relatório Final. Fundo: CULTART/Direção. Assunto Divulgação/ Documentação das Comissões. Caixa 04. Ano 1978.

74 Relatório Final. Fundo: CULTART/Direção. Assunto Divulgação/ Documentação das Comissões. Caixa 04. Ano 1978.

dias, São Cristóvão foi menos visitada do que no ano anterior em 3.⁷⁵

Os efeitos da crise no orçamento do evento foram sentidos eminentemente em 1979. Todavia, ainda assim a arrecadação foi superior ao ano anterior, mantendo o padrão de progressivo aumento anual. Se comparado com o quadro orçamentário do I FASC, em 1972, constata-se que, mesmo em meio à crise, o montante destinado pelo MEC nos últimos anos dessa década foi alto. Os problemas na execução do Festival e, por conseguinte, o sucessivo aumento das críticas na imprensa à Comissão Organizadora parece dever-se muito mais à dificuldade dos organizadores em administrar os recursos financeiros, bem como de se adaptarem aos novos tempos. O período de crise econômica caminhou paralelo aos esforços de desenvolvimento do FASC, com a Comissão tentando a todo custo ostentá-lo como um dos principais festivais do Nordeste.

2. Um Festival em tempos de censura

Concomitante a todo apoio financeiro do Governo Federal, através do CFC e do MEC, havia o ocultamento de diversas expressões artístico-culturais no FASC através de órgãos de vigilância e censura, como a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) e o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP)⁷⁶, do Departamento de Polícia Federal.

A AESI funcionava dentro da Universidade Federal de Sergipe desde 1971⁷⁷, com o propósito de aumentar o controle e vigilância, combatendo qualquer tipo de atividade de crítica e oposição à Ditadura. Todas as atividades proposta para o FASC, sobretudo aquelas advindas da comissão artística, passavam pelo crivo da AESI, que tinha por Assessor, nesse período, Hélio de Souza Leão (1972-1976).

O material referente ao FASC de 1972 não aponta para a presença de ofícios expedidos e recebidos

para a AESI. Isso talvez se deva, como explica José Vieira da Cruz (2012), ao fato de as atividades desse órgão ainda estarem se iniciando nesse ano. Diferentemente desse quadro inicial, já em 1973 há uma quantidade significativa de material, a maioria ofícios, enviados ao Assessor pela Coordenadora Geral, Albertina Brasil. Descobriu-se, ainda, a existência de uma teia de relações envolvendo a AESI e o Chefe de Censura, do Departamento de Polícia Federal de Sergipe. Exemplo disso, é o Ofício nº AESI/UFS/231/73, em 15 de agosto de 1973⁷⁸, enviado ao Diretor do Departamento de Polícia Federal, que diz:

De acordo com o entendimento havido entre o Chefe da Censura e a nossa Assessoria, iremos enviando paulatinamente os “Scripts” dos Espetáculos e Concertos do II Festival de São Cristóvão a realizar-se no período de 31 de agosto a 02 de setembro do corrente ano, promovido pela Universidade Federal de Sergipe.

Conforme Programa, encaminhamos para o devido estudo, as seguintes apresentações:

Domingo, 2 de setembro – 17 horas – Local Centro Recreativo Juvenil – Apresentador – Grupo Teatral Aliança Francesa (Doc.1 – certificado nº4.407/71, do DPF/Brasília) – Local – Igreja do Rosário – Apresentador – Grupo do Conservatório Lavignac – São Paulo (Doc. nº2) – Script do Concerto ... “cantando espalharei por toda parte”.

Toda a programação artística era submetida ao crivo dos censores. O cuidado na sua elaboração parece ter sido um dos pontos de maior tensão por parte dos organizadores do Festival. Desse modo, considera na análise a existência da autocensura por parte os membros das comissões. Estando, pois, debaixo de dupla vigilância, é provável que houvesse a preocupação em não convidar artistas que trouxessem uma proposta de apresentação ou mesmo que tivesse sua própria imagem já associada a manifestações de crítica, protestos, a uma arte militante.

Marcos Napolitano mostra que os artistas foram um polo significativo de oposição à Ditadura civil-

75 *Jornal da Cidade*. Aracaju. 29 de agosto de 1979. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Secretaria. Assunto Correspondências/ Controle de Material e Serviços/ Divulgação. Caixa 01. Ano 1979.

76 O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) funciona dentro do Departamento de Polícia Federal, situado em Aracaju, na Rua Campos, número 496.

77 A AESI foi fundada em 6 de agosto de 1971, por meio da Resolução do CONSU nº16/1971, assinada pelo então Vice reitor Luiz Bispo. Ela funcionada no prédio da Reitoria, localizada na época em Aracaju, na Rua Lagarto, número 952.

78 Ofício nº AESI/UFS/231/73, em 15 de agosto de 1973. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC II. Assunto Correspondência Expedida e Recebida. Caixa 01. Ano 1973.

-militar no país, de modo que uma parte da sociedade encontrou em alguns deles uma forma de se expressar. Teatro, cinema, jornal, música atraíam o público insatisfeito com os militares e “serviram como porta-voz de grande parcela da sociedade” (NAPOLITANO, 1998, p. 26). Provavelmente, as comissões, principalmente aquela encarregada pela parte artística, agiam com cautela a fim de evitar que o FASC, por ser um evento promovido e financiado por instâncias federais, não se tornasse espaço de efervescência política contra o Governo.

O jornalista Amaral Cavalcante e a professora Terezinha Oliva aturam nas comissões do FASC e admitiram a presença da autocensura, quando perguntados sobre a interferência da censura em seus trabalhos. Conforme Cavalcante:

Como em Sergipe a censura não era tão desgraçada como em outros locais havia uma certa facilidade; mas não houve concessão. Agora, naturalmente, a comissão que resolvia que grupos trazer. Por si só, já se autocensurava. Assim, já trazia grupos que não fossem causar grandes problemas com a censura, com o Governo Federal, sendo a Universidade da estrutura desse Governo. Agora posso lhe assegurar que vinham grupos muitos bons, politicamente colocados, mas não chegavam grupos de resistência política.⁷⁹

Em suas declarações, Terezinha Oliva considerou que houve pouca censura no Festival:

Havia um censor dentro da Universidade, e a censura realmente era uma realidade. Agora eu não sei dizer explicitamente se alguma coisa no FASC que foi censurada. Acho que o nível de censura foi baixo porque as pessoas já tinham cuidado e só mandavam aquilo que achavam que iria passar. É preciso avaliar que as pessoas viviam sob o signo do medo. Então havia também uma autocensura quando elas percebiam que alguma coisa podia ser censurada e isso ia prejudicar toda a sua atuação.⁸⁰

Com base na documentação encontrada no Arquivo Central da UFS, não se pode dizer que o nível de censura era baixo. Tudo era encaminhado para o SCDP e para a AESI. Além disso, quem iria se apresentar tinham que antes enviar à comissão um currículo contendo o certificado de liberação emitido

pela Divisão de Censura de Diversões Públicas de Brasília (DCDP). O que parece ter ocorrido foi um baixo nível, de modo geral, de trabalhos totalmente censurados. O que nos levar novamente a crer que a comissão colaborava para isso, evitando enviar propostas artísticas consideradas polêmicas.

A professora Aglaé Fontes esteve à frente dos trabalhos com a comissão artística durante muitos anos. Além disso, por ser teatróloga, também se apresentou no FASC com o Grupo Expressionista de Teatro da UFS, sob sua liderança. Ela nega a colaboração dos organizadores do Festival com a censura, embora reconheça que devido às circunstâncias chegava a recomendar aos artistas que não enviassem determinadas propostas de apresentação:

Ninguém era a favor da censura. Censura era uma agressão a nós, culturalmente; então, ninguém aceitava. A gente obedecia. Os grupos que tinham uma crítica social, política mais aberta, explícita, a gente dizia assim: “Repare bem, eu lhe aconselho a não mandar porque pelo o que eu estou vendo e pela experiência de outras, vai ser censurado. Mas mande porque pode ser que você tenha a sorte de pegar um censor mais liberal”.⁸¹

Um ponto curioso é que o Assessor da AESI, Hélio de Souza Leão, também participava das Comissões. Em 1975, ele foi coordenador da Comissão de Apoio Financeiro⁸²; já em 1976 integrou a Comissão Central⁸³ e em 1977 fez parte a Comissão de Transporte⁸⁴. Esse fato apoia a perspectiva de análise que considera a existência da autocensura como também a de que o Festival, assim como a própria

81 Aglaé D’Ávila Fontes de Alencar participou de várias edições do Festival, desde o seu surgimento, sempre atuando na área artística ao lado de seu marido Clodoaldo de Alencar Filho. Posteriormente, ela assumiu a Secretaria de Educação e Cultura e atualmente é vice-presidente da Fundação Cultural Cidade de Aracaju (FUNCAJU). Em 2013, ela concedeu entrevista à autora, falando de suas experiências no FASC.

82 Trabalhos da Comissão. Lista. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC IV. Assunto Correspondências. Caixa 01. Ano 1975.

83 Comissão Central do V FASC. Lista. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC V. Assunto Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano 1976.

84 Comissão Central do VI FASC. Lista. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC VI. Assunto Documentos das Comissões. Caixa 02. Ano 1977.

79 Entrevista concedida à autora em 2013.

80 Idem.

Universidade, estava em um contexto de vigilância constante, tendo-se assim, que problematizar os limites de colaboração e apoio entre os membros da comissão e os representantes da censura.

Dentre as peças teatrais de autoria de Aglaé Fontes, apresentou-se durante o III FASC, em 1974, o espetáculo “O Ensaio Geral”, enviado antecipadamente à censura⁸⁵. Isso indica não haver concessão para os membros da comissão que quisessem se apresentar, tendo eles também, nesse caso, que submeterem seus trabalhos à análise censória. Nesse ano foram registradas ainda as maiores ocorrências de ofícios expedidos pela Coordenação do evento à AESI. Peças de teatro, letras de músicas, poesias, roteiro de apresentações, dentre outros esclarecimentos. Além do mais, também eram emitidos ofícios para artistas que participariam do evento, solicitando que estes encaminhassem a Hélio Leão o conteúdo de suas apresentações, como foi o caso, por exemplo, de Roberto Melo, cuja participação no Festival seria com música, no último dia, 22 de setembro:

Vimos solicitar a V.S. o obséquio de enviar à Assessoria Especial de Informação, na Reitoria, na pessoa do Sr. Hélio Leão, com a máxima brevidade, as letras das músicas a serem executadas no show de música

popular no III Festival de Arte de São Cristóvão, em 3 vias.⁸⁶

Verificou-se com base na consulta à programação oficial que este show de música popular foi dividido em duas apresentações, realizadas por artistas sergipanos. A primeira foi do Grupo musical Zenóbio Alfano, no dia 20 de setembro, e a segunda, do Grupo musical Roberto Melo, que foi transferida para o dia 21, juntamente com o I Encontro Universitário da Canção. Das quinze músicas selecionadas para o

Encontro, três foram censuradas pelo SCDP⁸⁷.

Músicas Aprovadas	Músicas censuradas
01. Aréola do Tempo	01. A prova do doce que te quero
02. Tempo de Alegria	02. Pacote baleado
03. Enigma	03. Tudo que eu não pude ser
04. Sarava	
05. Sou mais você violão	
06. Paz e violão	
07. Quadro	
08. Dia Branco	
09. De Reboque	
10. Pausa	
11. Sertão danado	
12. Traços mágicos	

Já as canções de Roberto Melo, *Achei de manhã*, *Meu sertão*, *Tempo de Arribar*, *Desgarro*, *Senhora da Penha*, *Suíte sertaneja* e *Toada da Solidão*, que falavam basicamente sobre o sertão compreendendo temas como seca, saudade, identidade do sertanejo, religiosidade, êxodo e amor à região, foram todas aprovadas⁸⁸.

No material que o SCDP mandou para a AESI com o resultado do exame censório, não havia o detalhamento dos motivos pelos quais as três músicas acima mencionadas foram censuradas. Havia apenas a lista com os títulos e letras aprovadas e reprovadas⁸⁹. A análise dos conteúdos dessas canções revelou, no entanto, alguns indícios das razões para o veto. A letra de *A prova do doce que te quero* é composta por vários recursos de linguagem, principalmente metáforas. Um de seus versos diz: “Chipanzés de brasília/ querem acabar com os cajús.” Não se sabe a que o autor fazia menção, porém a forma como se referiu à Brasília e muito provavelmente às autoridades que lá

85 Peça “O Ensaio Geral”. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC CULTART/Direção. Assunto Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano 1974.

86 Ofício nº174/74/III FASC, de 20 de agosto de 1974. Emitido por Albertina Brasil, Coordenadora do III FASC, ao professor Roberto Melo. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC CULTART/Direção. Assunto Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano 1974.

87 Documento da AESI: “Relação de Letras Aprovadas pela Censura da DPF/SE” e “Relação das Letras não aprovadas pela censura da DPF/SE”, em 17 de setembro de 1974. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC CULTART/Direção. Assunto Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano 1974.

88 Departamento de Polícia Federal. Seção de Censura de Diversões Públicas. Resposta ao Ofício nº113/74/AESI/UFSE, de 30 de agosto de 1974. Arquivo Central da UFS. FASC CULTART/Direção. Assunto Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano 1974.

89 Idem.

trabalham, pode ter feito com que a música fosse impedida de ser apresentada.

Nas letras de *Pacote Baleado* e *Tudo que não se pode fazer* há referências, cada uma a seu modo, à liberdade. A primeira canção faz uma associação entre a liberdade e a cor vermelha, o que no contexto dos anos 1970 sugeria uma espécie de apoio ou simpatia ao comunismo. A segunda, por sua vez, traz a seguinte mensagem central: “Daqui pra frente vou ser tudo que não se pode ser”, repetida ao longo dos versos. Um provável indicativo, pois, de crítica à repressão que a Ditadura impôs sobre a sociedade.

Na DCDP e nos SCDPs uma das principais preocupações residia no cuidado em vigiar de perto a produção cultural para não deixar passar “mensagens subversivas”. Um documento confidencial⁹⁰, de circulação interna na DCDP, escrito em 1973, tinha no campo Assunto: “A canção de Protesto – Instrumento Subversivo”. Esta Comunicação Interna tratava de um alerta para os censores sobre esse tipo de música, e tinha como referência um noticiário contido na publicação *Esquiu*, nº 548, de Buenos Aires. Essa matéria divulgou a notícia da existência de “uma organização [com sede em Havana, Cuba] cuidadosamente montada para desenvolver, em cada país, a promoção da canção de protesto”. O documento ainda deu dicas para os censores identificarem canções com esse perfil: “palavras como sangue, luta, flor, pão, guerra, perseguição, negro, Vietnam, etc., são as preferidas para esse tipo de canção e o conteúdo é fundamental”. Percebe-se que o foco estava em combater a circulação das ideias concebidas como “subversivas”, de “protesto” - com os termos ganhando significados cada vez mais abrangentes.

No período de 1975 a 1976, quando ocorreram o IV e V FASC respectivamente, não foram encontrados documentos trocados entre a AESI e os membros das comissões que remetessem aos interesses de controle e vigilância do órgão. Existiam apenas pedidos de autorização para liberação de materiais:

É provável que isso deva-se ao fato de o assessor, Hélio de Souza Leão, como foi dito anteriormente, ter sido coordenador da Comissão de Apoio

Financeiro em 1975, e ano seguinte ter atuado como um dos membros da Comissão Central, o que não deixa de explicitar os interesses de controle das atividades culturais, por diferentes modos de coerção. Já em 1977, o responsável pela AESI passou a ser o Coronel José Brito da Silveira, sendo encontrados a partir daí documentos emitidos por Albertina Brasil com prestação de informações sobre a elaboração do evento, artistas e professores convidados, dentre outros esclarecimentos⁹¹. Por fim, no que tange aos diálogos entre a Comissão e o SCDP nos anos de 1977 a 1979, o material encontrado é composto basicamente por ofícios visando marcar a data para a realização dos ensaios da censura, também conhecidos como famigerados “ensaios gerais”.

Apesar de serem atribuídos muitas vezes apenas ao período da Ditadura de 1964, os ensaios da censura já estavam prescritos no Decreto 20.493, de 24 de janeiro de 1946, responsável por regulamentar o SCDP, durante o Governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Eles precisariam ser realizados nem que fosse meia hora antes das apresentações. Na ocasião, os censores indicavam o que poderia ou não permanecer, bem como orientavam como deveria se dar a performance dos artistas, conforme consta nos Artigo 49 e 50 do Decreto:

Art. 49. Autorizada a representação ou execução, o censor determinará dia e hora para o ensaio geral da peça ou números de variedades.

Parágrafo único. - O ensaio geral será realizado, pelo menos na véspera do espetáculo inicial da função.

Art. 50. Durante os ensaios gerais os artistas são obrigados a cumprir rigorosamente as determinações do censor e do Chefe do S. C. D. P., tanto em relação ao texto da peça ou número em ensaio, como em relação à indumentária, aos gestos, marcações, atitudes e procedimento no palco.⁹²

O Decreto previa, ainda, penalidades por meio de multas quando houvesse o descumprimento destas determinações ou houvesse a execução de

90 Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Caráter Confidencial. Informe nº1, 27 de abril de 1973. Fonte: Arquivo Nacional.

91 Ofício 234/77. Aracaju, 05 de agosto de 1977. De Albertina Brasil, Coordenadora do IV FASC, para o Coronel José Brito da Silveira. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC VI. Assunto CULTART/Correspondências. Caixa 01. Ano 1977.

92 Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

obras não autorizadas⁹³. A aplicação dessas medidas no FASC pode ser exemplificada por meio do depoimento de Aglaé Fontes ao falar de sua experiência como diretora de teatro:

Todas as minhas peças que se apresentaram no FASC tiveram que antes, muito antes, serem mandadas para Brasília. Depois disso, faziam aqui o ensaio com os censores daqui, que seguiam as ordens de Brasília. Com a peça nas mãos eles viam se a gente estava cumprindo os cortes, porque, as vezes, a peça inteira não era cortada, mas vinha um carimbinho em alguns trechos dizendo assim: “censurado”, e no documento dizia: “na página tal e tal tem cortes”, pra que quando fosse ter o ensaio censório, o responsável lá soubesse que trecho foi censurado. E você tinha que cumprir. Os grupos que se inscreviam para se apresentar já vinham com a censura de lá [Brasília] e apesar disso estava sujeito ao ensaio censório. A gente tinha que marcar o ensaio com a Polícia Federal. Era caso de Polícia! A cultura era vista como uma coisa que podia ser um atentado à Polícia.⁹⁴

Quando os conteúdos das apresentações não tinham passado por Brasília, o material era enviado à SCDP local e nos ensaios os censores também verificavam o cumprimento das deliberações desse órgão. Exemplo disso é a comunicação inscrita pela própria Aglaé Fontes, em 11 de setembro de 1978:

AGLAÉ D'ÁVILA FONTES DE ALENCAR, brasileira, casada, professora da Universidade Federal de Sergipe, responsável pela programação Artística do Festival de Arte de São Cristóvão [...] vem mui respeitosa-mente requerer a Vossa Senhoria que se digne proceder a censura da programação do Festival para que o mesmo possa ser realizado, juntando para tal a documentação necessária.⁹⁵

Havia uma grande preocupação em controlar a produção cultural, não só no FASC. Antes, o que acontecia nele era apenas uma faceta da política de repressão e censura às artes aplicada a todo o país pelos governos militares; isso porque os confrontos advindos por representações culturais destoantes têm tanta importância quanto as lutas de perfil emi-

nentemente político. Até porque uma não está des-sociada da outra. Um dos temores dos militares à frente da direção política do país era justamente que produções culturais, sejam elas através do cinema, teatro, música ou qualquer outro meio de comunicação com o povo, incitassem práticas ditas por eles como “subversivas”, ou seja, difundissem uma representação da realidade diferente daquela que eles almejavam passar, inspirada, em particular, nos princípios falaciosos da Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido, o problema principal, a princípio, não era exatamente a produção cultural em si, mas seu contato com a sociedade, em seu sentido mais amplo. O perigo estava no potencial que estas produções culturais tinham de serem canais de comunicação, mudar valores e comportamentos; e, nesse sentido, a censura assumia papel fundamental ao interromper tal diálogo.

Considerações finais

O intuito da investigação, explanada aqui parcialmente, foi averiguar as relações entre a Universidade e o MEC, através do FASC, por toda a complexidade que este Festival implica. A partir dele é possível analisar não apenas as relações entre a UFS e o MEC, mas entre este e as demais universidades a partir da implantação de uma política cultural específica para estas instituições, além de atentar para os diferentes usos que se fez do discurso propagandístico de modernização da educação e cultura por parte dos representantes do Estado. Por outro lado, o estudo do FASC também permite observar a atuação repressiva da Ditadura, e o modo como, paradoxalmente, a cultura, ou seja, toda aquela produção artística contrária aos interesses do Estado e da teia conservadora em que se situavam seus apoiadores, era combatida. A violência dentro das universidades se deu de diversas formas, seja por meio de invasões, espionagem, exoneração de professores, expulsão de alunos e, como visto acima, controle sobre as atividades de extensão universitária.

Para além de todos esses moldes impostos pelas diretrizes do MEC, pelo Serviço de Censura e pela Assessoria Especial de Segurança e Informação, o FASC em sua execução saiu de um Projeto restrito a uma espacialidade e programação pré-definidas e se tornou um Festival de múltiplas faces e múltiplos espaços, de encontros, trocas culturais, vivências políticas, manifestações artísticas que rompiam com as amarras preestabelecidas e ecoavam como uma voz de resistência. Na contramão dos usos oficiais do Festival pelo Governo Federal,

93 Artigo 50, Inciso 2º.

94 Entrevista concedida à autora. Aracaju. 2013.

95 Comunicação à Chefe de Censura do Serviço de Censura de Diversões Públicas, do DPF. Em 11 de setembro de 1978.

o que se notou é que a memória sobre ele foi construída muita mais nas variadas vivências que ele proporcionou, enquanto meio de expressão e produção de diferentes artes, representações e apropriações culturais. O intuito inicial de celebrar de modo cívico e acrítico a independência do Brasil, servindo aos interesses políticos da própria época, deu espaço aos poucos, ainda que a contragosto, à celebração de independências várias, por partes daqueles diversos autores que caminharam direta ou indiretamente nas teias frágeis em que se entrecruzavam controle e possibilidade de agência.

Referências

- ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. O I FASC e a Política Cultural do Estado autoritário. In: *Cadernos UFS-História*. Departamento de História; Programa de Documentação e Pesquisa Histórica. São Cristóvão: EDUFS, 1995.
- AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. *Regime militar e Festival de Arte de São Cristóvão (1972-1985): muito além dos palcos e holofotes*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CARDOSO, Lucileide. Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Berrtrand Brasil, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Encontro com a Civilização Brasileira, 1979.
- CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em História). PPGH, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. 527p.
- DANTAS, Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1884: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MELLO, Zuza Homem de. *A era dos festivais: uma parábola*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 3. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*. 4 ed. São Paulo: Atual, 1998.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- UMA HISTÓRIA em cartaz: *FASC: Festival de Arte de São Cristóvão*. São Cristóvão: Ed. UFS, 2008.

The background of the entire page is a repeating pattern of orange hourglasses. Each hourglass is a simple line drawing with a wider base and a narrower middle section, all rendered in a uniform orange color.

RELATO DE EGRESSOS **DOPROHIS**

CORAÇÃO DE ESTUDANTE: memórias de uma trajetória

Mislene Vieira dos Santos⁹⁶

“Quero falar de uma coisa.
Adivinha onde ela anda?
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar”.⁹⁷

Ingressei no curso de História da Universidade Federal de Sergipe em abril de 2008. Lembro dos meus primeiros pensamentos quando cheguei ao campus, aos 17 anos de idade: “Eu vou dar o meu melhor, vou fazer o Mestrado e logo em seguida o Doutorado”. Em 2008, ainda não havia a possibilidade de um mestrado em História. No entanto, algumas propostas já tinham sido esboçadas para este fim, como bem lembrou o Prof. Fernando Sá em sua fala neste V Seminário de Pesquisa, ao recordar o interesse e os esforços do Prof. José Silvério Leite Fonte (*in memoriam*) para trazer o Mestrado. Esforços estes que foram assumidos e perpetuados por outros professores do Departamento de História ao longo das últimas décadas.

Finalmente, em 2011, ano em que conclui as matérias do Curso, o Mestrado foi aprovado e o seu primeiro edital foi publicado em 2012. Foi como um sonho, e eu fazia parte dele. Parecia que tudo estava mesmo seguindo seu “curso linear e progressivo” na linha do tempo que supostamente dava sentido à minha história. Ingressei na primeira turma do mestrado. Tivemos a aula inaugural com a presença do Prof. José D’Assunção Barros. A partir daí, com as matérias e as orientações de pesquisa que se seguiram, fomos expostos a um outro patamar de experiências acadêmicas, com um intenso incentivo em prol do amadurecimento no campo teórico e metodológico da História. Lembro-me do orgulho que tinha, e que continuo a tê-lo, em falar que fazia parte do Programa de Pós-Graduação em História da UFS nos eventos que participei fora do estado.

Durante este período, de 2012 a 2014, desenvolvi uma pesquisa, sob orientação da Prof.^a Célia Cardoso, a respeito do Festival de Arte de São Cristóvão, que em 2022 comemorou exatos cinquenta anos de criação, sendo ele a primeira atividade de extensão desta Universidade. Por meio da Portaria nº 79 de abril de 1972, o então reitor João Cardoso do Nascimento Júnior criou a Comissão Central de Organização e Execução com a finalidade de idealizar uma atividade artístico-cultural para inserir, de acordo com as orientações do MEC, a Universidade no conjunto de comemorações do 7 de setembro daquele ano. A elaboração do projeto do FASC foi fruto de um trabalho conjunto e multidisciplinar que envolveu professores como Albertina Brasil, Maria Thetis Nunes, Clodoaldo Alencar Filho, Aglaé D’Ávila, João Oliva, Clea Brandão e o maestro Antônio Carlos Presh.

Tratei, portanto, de investigar, por meio do estudo do FASC, os usos que os governos militares fizeram das universidades como espaço de legitimação, utilizando-se do discurso de promovedores da modernização da educação e da cultura no país, através da atuação no MEC e de seu Departamento de Assuntos Culturais, o DAC, criado durante os governos militares, assim como a FUNARTE. Evidentemente, paralelo a tais incentivos à Programas e propostas de atividades educacionais e culturais que se alinhassem aos interesses político-ideológicos do governo, havia o braço de repressão sobre as universidades, os estudantes e os artistas, através de órgãos de vigilância e de informação como as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), instaladas nos campus universitários, a Divisão de Censura às Diversões Públicas (DCDP) e todo um aparato de controle montado pelo Serviço Nacional de Informação. Como me disse Aglaé D’Ávila, “cultura era caso de polícia”, mas, acrescento, era também instrumento de propaganda política.

Manipular as massas, partindo da suposta defesa da nação contra um pseudo inimigo comum, usando propagandas de defesa de um tipo de educação e cultura é uma velha tática política com efeitos desastrosos, que todos nós bem conhecemos. O FASC, porém, mesmo sofrendo tantos moldes das diretrizes do MEC ganhou vida, ganhou uma forma própria em sua execução, sendo um espaço rico, plural, diversificado de manifestações de artes, de encontros sociais, de debates políticos e de resistência. As diversas experiências que o FASC promovia no decorrer dos três ou cinco dias de sua realização superavam aqueles usos feitos pelos

96 [¶]Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe.

97 *Coração de estudante* (1999). Composição de Milton Silva Campos do Nascimento e Wagner Tiso Veiga.

em Itabaiana, passei a dar aulas em Malhador e em Nossa Senhora da Glória. Todavia, embora olhasse pelo para-brisa a estrada que tinha à minha frente em todas aquelas viagens, com a volta do ensino presencial, não deixava de, vez por outra, me perder no retrovisor, mergulhada em memórias sobre a UFS e o Departamento de História.

Gosto de uma passagem na Bíblia que diz “Não desprezem os pequenos começos”⁹⁹ e era isso que precisava ser feito, porque aquele garotos e garotas das escolas em que trabalhei me ensinaram sobre o quanto precisamos de um ensino mais próximo, mais orgânico, que dialogue melhor com estes sujeitos em formação, para que mais a frente, daqui a alguns anos, não precisemos dizer como argumento final de uma discussão: “Vá estudar história!”, porque com tantos canais propagadores de revisionismo histórico, sim, de alguma maneira eles estão estudando. Então, que seja por nós, professores de história, por nossa atuação, por nossa intervenção... Afinal, se for para ter algum tipo de intervenção, que seja educacional.

Por fim, uma nova porta se abriu para mim neste ano de 2022, de modo inesperado, e eu pude retornar ao Departamento de História como Professora Substituta. É bom está de volta! Não considero mais, no entanto, ter alcançado, com isso, um estágio superior naquela antiga linha do tempo que traçara para dar sentido à minha história. Ele sequer existe mais. Prefiro pensar, agora, em processos que se movem dialeticamente, que se desfazem e refazem, sem que haja, no entanto, um télos preestabelecido e indubitável. Continuo sonhando com o Doutorado, talvez agora ainda mais, mas sem negar ou tentar apagar, apelando para os conflitos da memória, as dinâmicas da minha própria existência.

O que este relato tem a ver com este evento? Tudo. Estamos nestes últimos três dias comemorando os 10 anos de existência do PROHIS, e este relato parcial, permeado por filtros de memória - muitos deles intencionais - é apenas uma experiência dentre várias outras, entrecruzadas direta ou indiretamente pela atuação deste Programa, que tanto tem contribuído na escrita de novas páginas da produção da nossa historiografia. Que reflitamos, e aqui encerro minha fala - com uma provocação para a continuação do debate, sobre a produção destes últimos dez anos, avaliando a contribuição do PROHIS para o ensino e a fomentação da pesquisa ao passo em que possamos vislumbrar também os caminhos que nos direcionem a novos horizontes.

NOTAS SOBRE O MESTRADO EM HISTÓRIA DA UFS PELAS MEMÓRIAS DE JOSEVÂNIA FONSECA, EGRESSA DA PRIMEIRA TURMA DO PROHIS (2012 -2014)

Josevânia Souza de Jesus Fonseca ¹⁰⁰

Este texto foi produzido a partir de convite do Programa de Pós-Graduação em História/PROHIS, do Departamento de História/DHI/UFS, para participação em Mesa Redonda formada por egressos no Seminário de Pesquisa intitulado: “PROHIS: 10 anos fazendo História”, realizado em novembro de 2022. Na oportunidade, foram reunidos seis egressos de diferentes turmas a fim de que relatassem suas experiências com o Mestrado e a importância desse curso em suas vidas.

O que a princípio seria um momento de relato informal de experiências tornou-se para mim um significativo momento de recordação e ressignificação de memórias a partir do contexto atual, bem como do entrecruzamento dessas memórias às memórias dos demais egressos reunidos no evento.

Traduzir essa experiência em palavras será, sem dúvidas, um grande desafio, pois acredito que “as experiências que temos sobre as coisas misturam-se com imagens, ligam-se por inúmeros fios ao inescapável emaranhado de vivências...” (LÉVY, 1996, apud. PLACCO, V; SOUZA, V.). Ainda assim, espero que ao terminar de ler este relato o leitor consiga de alguma forma imaginar, ou recordar, a partir de outro ponto de vista, o impacto que o curso de Mestrado pode provocar na vida humana.

Costuma-se incluir nos primeiros momentos de eventos e até mesmo em trabalhos de conclusão de curso um espaço para agradecimentos. Opto aqui por seguir o padrão registrando minha gratidão por cada oportunidade que a Universidade Federal de Sergipe, por meio do Departamento de

¹⁰⁰ Josevânia Souza de Jesus Fonseca é egressa da primeira turma do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe e Professora de Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Sergipe/SEDUC-SE.

História e, neste momento específico, do PROHIS tem me proporcionado. A começar pela oportunidade de retornar à “casa”, de reencontrar professores e colegas de curso e, de certa forma, representar outros egressos ao relatar um pouco da minha experiência com o mestrado, bem como a importância do curso em minha vida.

Como integrante da primeira turma do Programa, senti-me honrada em poder participar deste momento de celebração, que para nós historiadores, não deixa de ser um momento de olhar para o passado, observar os acontecimentos de forma crítica, ressignificar experiências e ressignificar ou reprogramar rotas frente aos desafios que cada contexto nos impõe.

Foi uma imensa alegria ter meu nome indicado e validado para participar dessa mesa de egressos ao lado dos colegas de turma Profa. Me. Mislene Vieira e Prof. Me. Wanderlei Menezes, do Prof. Dr. Rafael Prata, da Profa. Me. Cândida Oliveira e da Profa. Me. Bárbara Barbosa. Importante também registrar a presença do Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro, querido professor da graduação em História fazendo a coordenação do trabalho, assim como a presença do Prof. Dr. Augusto da Silva, coordenador do PROHIS, do Prof. Dr. Marcos Silva, meu estimado orientador, e do Prof. Dr. Fábio Maza, primeiro coordenador do Programa, assistindo as apresentações. Muito obrigada!

1. Notas sobre a importância do mestrado em História e o impacto do curso em minha trajetória pessoal e profissional

Ao receber o convite para participar da celebração de dez anos do Programa de Mestrado em História iniciei um processo de reflexão a fim de organizar algumas palavras que acredito estarem carregadas de sentido a respeito da minha experiência, mas ao mesmo tempo que fizessem sentido para os ouvintes.

Sim, mesmo sendo uma proposta informal eu precisei parar para pensar e escolher palavras para expressar no presente o que ficou depois da reflexão sobre o que me aconteceu durante e após o curso de Mestrado, pois “eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco” (BONDÍA, 2002, p.21). Essas palavras do Prof. Dr. Jorge Larrosa Bondía foram extraídas do texto “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”, publicado na Revista Brasileira de História em 2002, um dos referenciais con-

sultados e utilizados para ajudar a tecer as linhas que seguem.

Outro trecho que destaco do texto de Bondía é a ideia de experiência como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Nos dois anos de curso de mestrado muitas coisas aconteceram, mas nem tudo aconteceu da mesma forma para todos, porque a experiência é individual, única e intransferível e “o saber da experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana [...] uma espécie de mediação entre ambos.” (BONDÍA, 2002, p.21).

A partir dessas ideias escrevi as linhas seguintes com um relato singular, lembrando coisas que aconteceram, mas acima de tudo tentando expressar como essas coisas me afetaram pessoal e profissionalmente. Tentei responder à questão: O que me tocou, me formou e me transformou no curso de mestrado que faz sentido compartilhar neste momento de celebração? Destaco aqui três fatores para conduzir a uma possível resposta: transformação, autoridade e reconhecimento.

2. Transformação

Independentemente de ser professor ou estudante, quem esteve aberto durante o curso e se colocou como um sujeito da experiência, como um território onde as coisas acontecem, com certeza saiu transformado. Essa transformação acontece na dimensão pessoal a partir da interação com colegas, professores, com o universo da pesquisa, a partir das trocas de conhecimento e das muitas vivências oportunizadas e incentivadas pelo Programa. A transformação também passa pela justificativa da pesquisa e pela contribuição que ela pode trazer para a sociedade, pelas mudanças de perspectivas que o conhecimento produzido pode provocar.

Meu processo de formação e transformação na profissional da educação que sou hoje iniciou bem antes do mestrado, quando ingressei no curso de História da Universidade Federal de Sergipe, em 2002. Tudo parecia extraordinário e encantador, afinal era uma das escolhas mais importantes da minha vida e uma das mais desafiadoras. Naquele ano estava deixando o lar em São Miguel do Aleixo e o aconchego do meu bisavô e da minha tia-avó, meus pais do coração, assim como da família e amigos para morar na capital do Estado, trabalhar e estudar na Universidade que sempre sonhei. Saber o resultado do vestibular por meus amigos e

familiares foi a maior emoção da minha vida, sem sombra de dúvidas.

Sou muito grata pela possibilidade de ter essa instituição como minha única escola de formação superior e pela honra de ter sido acolhida e abraçada por professores que são referências para mim. Cada um a seu modo me tocou e me inspirou a continuar a caminhada mesmo diante dos desafios que foram aparecendo.

Aproveito a oportunidade para citar meus orientadores e trabalhos principais ao longo desse processo de Graduação e Especialização: Prof. Dr. Francisco José Alves que me acolheu em seu projeto de edição de fontes para a História de Sergipe, o que resultou na monografia *“Fontes para a História das obras públicas em Sergipe (1835-1850)”*, entregue em 2006 para conclusão da Graduação. O Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Souza, a quem tenho grande admiração por toda atenção dedicada para que entregássemos o trabalho de conclusão da Especialização em História Cultural, em 2009, abordando aspectos da história e cultura de São Miguel do Aleixo, sob o título: *“Máscaras entre a ordem e a transgressão...: aspectos da formação de São Miguel do Aleixo (1964-1984)”*. Em nome deles faço minha homenagem a todos os outros que contribuíram com minha formação, não citarei os nomes, mas registro o lugar especial que têm em minha vida.

No intervalo de 2009 a 2012 iniciei minha trajetória como professora de educação básica da Rede Estadual de Ensino, atuando no Colégio Estadual Miguel das Graças, em São Miguel do Aleixo. Nessa escola estudei o Ensino Fundamental e tive uma das mais ricas experiências profissionais da minha vida, começando pela conformação inicial da identidade docente ante a complexidade do exercício profissional. No Miguel das Graças dei meus primeiros passos, vivenciei o choque entre o que aprendemos na formação inicial, as ideias que construí sobre a profissão e a realidade cotidiana de sala de aula.

Lá experimentei as primeiras frustrações e o desânimo com a docência, mas também descobri a beleza e o potencial transformador de cada desafio. Compreendi a necessidade contínua de reflexão e mudança que a experimentação nos proporciona. Na educação básica tenho aprendido o quanto o contato com jovens nos desafia a crescer e nos mantém vivos no tempo presente, mas essa era uma experiência de trabalho temporária o que me fez buscar outras possibilidades.

Em 2011, resolvi me candidatar a uma vaga do processo seletivo para tutor do Universidade Aberta do Brasil/CESAD/UFS. Eu aguardava o horário para entrega da documentação da inscrição, no corredor do Departamento de História, quando encontrei um dos professores da Especialização, o Prof. Marcos Silva. Entre os documentos que eu segurava constava uma revista de História cuja capa destacava a temática do Judaísmo, ainda nem tinha feito a leitura, pois tinha acabado de receber da coordenadora da escola em que atuava, mas essa revista acabou chamando a atenção do professor e provocando uma boa conversa.

Quando vi já estava aguardando na sala do professor e conhecendo os projetos e pesquisas realizadas pelos membros do Grupo de Estudos sobre o Marranismo/GEM. Naquele contexto, o mestrado não passava de um sonho distante, mas após o encontro; a realização de algumas leituras sobre o tema e a notícia da aprovação do programa de mestrado esse sonho foi se tornando uma possibilidade cada vez mais real.

Há essa altura já existia uma vontade crescente e uma expectativa de dar continuidade a carreira acadêmica. A preparação para alcançar esse objetivo começou antes mesmo da publicação do edital: fui apresentada aos textos de referência sobre a temática; às linhas de pesquisa e às fontes estudadas pelo grupo; fiz algumas revisões nos textos de teoria da história, historiografia e história cultural em uma tentativa de antecipar estudos que poderiam contribuir para o processo seletivo.

A corrida também foi para conhecer minimamente a temática e as fontes às quais estava me propondo a pesquisar e elaborar o projeto de pesquisa. Esse foi melhorado, após publicação do edital, e apresentado na seleção com o título *“Aspectos cabalísticos na obra de Antônio José da Silva, o Judeu”*.

A publicação do certame intensificou ainda mais os estudos e a vontade de conquistar uma vaga no curso. Cada etapa superada era uma celebração, um passo para o novo ciclo que estava sendo construído em minha história. O resultado foi surpreendente, eu tinha conseguido uma vaga no Programa e ainda a oportunidade de estudar com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPEs, pois fui aprovada na primeira colocação da primeira turma do Mestrado, algo inimaginável, mas providencial e merecido, sob o meu ponto de vista. A bolsa de estudos

proporcionou a tranquilidade para focar nos estudos e experimentar pela primeira vez a vida de uma “estudante profissional”, como chamávamos.

A nova oportunidade de estudar e reencontrar os professores da UFS, a interação com os novos colegas de curso e o próprio ineditismo do tema de pesquisa significava muito para mim... Lembro com o coração cheio de alegria a felicidade do primeiro encontro que aconteceu durante a Aula Inaugural, realizada no mês de setembro de 2012. No evento estavam presentes oito dos aprovados para o curso e foram todos abraçados pelo coordenador do Programa, prof. Dr. Fábio Maza, e pelo convidado para proferir a palestra, o Prof. Dr. José D’Assunção Barros.

Mas, como nem só de encantamento vive um estudante de mestrado, logo começaram as aulas e a contagem regressiva para o cumprimento da agenda do curso. Tínhamos grandes desafios pela frente e sabíamos das responsabilidades de ser a primeira turma em um mestrado recém aprovado.

Dois anos, até parece muito tempo quando olhamos de fora, mas na prática é tudo muito rápido: na agenda constava compromissos como participar ativamente das disciplinas e passar, preferencialmente, com 100% de frequência e conceito/ nota “A”; participar de eventos, publicar trabalhos, escrever a dissertação, qualificar, defender... o caminho foi bastante sofrido até a conferência do título de Mestre, mas, com sorte e muito apoio de pessoas mais experientes foi possível aproveitar o processo.

Tivemos a oportunidade de participar da organização de eventos, de apresentar e publicar, de viajar juntos para eventos nacionais, de ouvir críticas e sugestões para melhorar nossos trabalhos, de conhecer pessoas, nos conhecer melhor, de estabelecer vínculos de amizade, de rir muito nos momentos de pausa. Essa vida que acontecia em paralelo foi fundamental para nos manter oxigenados e com foco na pesquisa. Para uma menina que pouco saía do seu município, essas experiências representaram a abertura para um novo mundo, um mundo de possibilidades.

Para além das oportunidades práticas de formação e transformação, destaco aqui pontos que me tocaram profundamente, a começar pela orientação do Prof. Dr. Marcos Silva. Sua generosidade, paciência, serenidade na condução do trabalho, a sensibilidade para compreender as necessidades e indicar desde

correções até um “tenha fé, mulher, você está preparada para defender o seu trabalho!” Essa parceria fez toda diferença na caminhada.

Entre um “percebeu a ideia” e “muitas gargalhadas” fui tomando a dimensão do desafio que tinha abraçado, encarando a análise de quatro óperas de Antônio José da Silva, “O Judeu”, a saber: “*Vida de D. Quixote de La Mancha*”, “*Esopaida, ou Vida de Esopo*”, “*Os Encantos de Medéia*” e “*Anfitrião, ou Júpiter, e Alcmena*” apresentadas entre os anos de 1733 e 1736 no Teatro Público do Bairro Alto em Lisboa.

As óperas são comédias musicadas que trazem, nas entrelinhas, as marcas do tempo em que Antônio José da Silva viveu, bem como as permanências de temporalidades anteriores, misturadas aos modelos já consagrados da literatura e da mitologia. Através delas o autor deixou transparecer sua insatisfação com a sociedade em que estava inserido por meio de críticas à inquisição, à justiça, aos costumes, e especialmente, à religião oficial do Estado português.

O objetivo da dissertação apresentada foi analisar indícios da religiosidade praticada em segredo pelos judeus cabalistas presentes nas obras. Não foram poucas as noites de insônia ou de pesadelos em que me encontrava presenciando o auto de fé de Antônio José da Silva, participando da plateia do Teatro do Bairro Alto em Lisboa, não conseguindo concluir a dissertação...

O objeto de pesquisa passou a fazer parte das rodas de conversa com amigos, dos almoços em família. E sim, precisávamos ter o cuidado para não nos envolver, ou nos apaixonar pelo objeto, as aulas de Teoria e Metodologia da História foram fundamentais para a construção desse distanciamento. Foi necessário muito esforço para conformar o objeto, esmiunçar o contexto, selecionar as fontes, aplicar os métodos e produzir uma narrativa em tão pouco tempo, considerando a complexidade da proposta e as limitações da pesquisadora, pois se tratava de um tema pouco trabalhado pela historiografia nacional.

É difícil ignorar os aprendizados com a pesquisa e a contribuição acadêmica que ela deixou. Não dá para estudar ou ensinar história sem questionar os silêncios em relação aos cristãos-novos judaizantes, os criptojudeus, a contribuição desses assim como de outros grupos marginalizados e excluídos, nos manuais didáticos, por exemplo.

Relembro aqui as palavras do parecer sobre a avaliação geral do trabalho que consta na Ata de Defesa de mestrado: “A banca elogia a escolha do tema e seu ineditismo bem como a qualidade da escrita e bibliografia utilizada. Além disto a banca recomenda a publicação em livro do trabalho”. Esse pode ser um texto de costume, mas fez bastante sentido tendo em vista o percurso trilhado até o momento da defesa.

Seguindo com as aulas de Teoria e Metodologia da História, como não lembrar das calorosas discussões, abstrações e da presença e gentileza do professor Dr. Augusto da Silva sempre a nos lembrar que “Teoria a gente aplica”, sempre nos proporcionando olhar para nossos projetos de forma crítica e construtiva. Ainda hoje tenho dificuldade para aceitar discursos desconectados da prática. Acredito ser esse mais um grande aprendizado!

O mestrado me proporcionou acessar informações, ampliar o conhecimento, opinar e criticar de forma respeitosa, realizar viagens de estudo, conhecer algumas referências, construir vínculos, experimentar conflitos, lutar pelo que acredito. Experimentamos acontecimentos que nem sempre conseguimos refletir durante o curso devido ao tempo e às dinâmicas do processo, mas voltando a Jorge Larrosa Bondía, aprendemos que a construção da experiência continua mesmo depois que as coisas acontecem.

Apesar dos desafios enfrentados no processo, entendo que deixei a minha contribuição entregando ao PROHIS, à comunidade acadêmica e demais interessados a dissertação que trouxe o título: “*Antônio José da Silva e os labirintos da mística judaica: religiosidade e resistência na literatura cristã-nova do início do século XVIII*”. Espero que outros estudantes possam dar continuidade aos estudos sobre o tema e que tenhamos cada vez mais acesso a informações sobre o legado sefardita em nossa cultura.

Outro ponto que destaco sobre a transformação que me aconteceu após vivência do mestrado diz respeito à forma como enxergo o mundo. Pesquisar sobre a temática me fez atentar para as práticas de intolerância, exclusão, perseguições e discriminação que permanecem enraizadas em nosso tempo. Aprendi a ver o mundo de maneira diferente após o mestrado, a suspender o julgamento, observar e analisar pelo menos mais de uma versão de tudo que nos acontece. Nesse sentido, acredito

que o mestrado contribuiu para consolidar minha experiência como pesquisadora, por isso acredito ter sido a mais significativa experiência de pesquisa que realizei até o momento.

3. Autoridade e Reconhecimento pessoal e social

Antes de falar sobre autoridade e reconhecimento, proponho aqui uma reflexão: O que significa ser Mestre em História? E ainda quais são os direitos e prerrogativas legais que o título conferido nos permite gozar? citando o texto do próprio diploma.

A formação e transformação que nos acontece mediante alegrias, mas também muitas renúncias, sofrimento e dor, sentimentos comuns entre os estudantes durante o curso; todo rigor do processo seletivo; o rigor metodológico ao qual somos submetidos nas aulas e nos momentos de qualificação e defesa do trabalho, hoje imagino que se deve ao significado que o título carrega, que em meu ponto de vista, está longe de ser mais um “papel de gaveta”.

As mudanças na forma como passei a ser vista na comunidade acadêmica foram sentidas de imediato, lembro-me dos colegas do grupo de pesquisa Diáspora Atlântica dos Serfarditas/GPDAS me cumprimentando pelo título: “Bom dia Mestra! Como estás, Mestra?” algo muito estranho de ser ouvido, mas ao mesmo tempo trazia uma sensação de reconhecimento social por um ciclo concluído. Logo comecei a observar a mudança de colocação nos processos seletivos que participava e a distinção que o pertencimento a um então seletivo grupo de mestres em História pela UFS podia proporcionar.

Destaco aqui a minha trajetória como Tutora da Universidade Aberta do Brasil - UAB/CESAD/UFS, de 2011 a 2018, quando tive a oportunidade de contribuir com a formação de estudantes do curso de História na modalidade EAD, apoiando nos componentes curriculares: Tema de História de Sergipe I, Historiografia Brasileira, Didática e Metodologia do Ensino de História, Metodologia da Pesquisa Histórica e Prática de Pesquisa Histórica, o que para mim foi uma experiência de muito aprendizado.

No vínculo de trabalho que tenho com a Secretaria de Estado da Educação, desde 2013, não foi diferente. Embora não tenha sentido a valorização na carreira com a progressão por titularidade, a autoridade de mestre me proporcionou ocupar espaços de liderança dentro da rede de ensino, a

exemplo da coordenação de núcleos, de grupos de estudos e pesquisas, da participação em análises e colaboração técnica em documentos e decisões importantes da Rede. Além disso pude contribuir com as discussões para implantação do Currículo de referência para território de Sergipe na etapa Ensino Fundamental, atuando como redatora do componente História e formadora pelo Programa de Apoio à Implementação da BNCC.

O título, de fato, nos coloca à frente em algumas situações práticas do mundo em que vivemos, bem como nos permite experimentar a docência no Ensino Superior. Para além desse reconhecimento formal, a realização do mestrado proporcionou-me inspirar integrantes da família, bem como alunos da educação básica a “superar a mestre”. É lindo ver familiares e ex-alunos de uma comunidade que até pouco tempo enxergava a Universidade Pública como um sonho distante com Doutorado.

Na perspectiva apresentada acima, transformação, autoridade e reconhecimento pessoal e social, são alguns dos resultados que podem ser esperados de um curso de mestrado. Esses parecem ser movimentos comuns a todos que concluem o curso, no entanto o que distingue a experiência de cada um é o significado atribuído às coisas vividas para que estas sejam incorporadas na caminhada, pois só fica o que significa.

Volto ao prof. Jorge L. Bondía para encaminhar o encerramento refletindo sobre o processo de maturação da experiência,

(...) a experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24).

Considerações finais

Neste movimento de pensar sobre a importância do mestrado em minha vida, cheguei a algumas considerações para o momento, quais sejam:

1. A impossibilidade de imaginar como seria Josevâ-

nia sem ter sido atravessada pela experiência profunda do mestrado;

2. As diferentes vivências, o conhecimento adquirido e o título de mestre proporcionaram uma ampliação do olhar como ser humano, além das possibilidades no campo profissional;

3. A certeza do lugar de privilégio que pude experimentar, naquele momento, por contar com apoio financeiro para os estudos e uma orientação presente em todos os momentos, especialmente nos momentos de desânimo e insegurança que acredito ser um sentimento comum entre os mestrandos;

4. A eterna gratidão a todos que fizeram parte da minha vida nos dois anos de curso. Sem o apoio de familiares, amigos, professores e todos os profissionais envolvidos no processo a trajetória ficaria ainda mais difícil de ser consolidada.

Espero que esse texto tenha conseguido expressar um pouco da vivência e do aprendizado que adquiri com o mestrado. Mais uma vez agradeço ao Programa por todo investimento e pela oportunidade de participar deste momento de celebração da primeira década, aproveitando também para desejar vida longa ao PROHIS e manifestar a esperança de termos em breve a notícia de um curso de Doutorado em História na UFS!

Referências

- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de História*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística. n.19. p. 20-28, 2002.
- FONSECA, Josevânia S. de J. “Antônio José da Silva e os labirintos da mística judaica: religiosidade e resistência na literatura cristã-nova do início do século XVIII”. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014. 117p
- _____. “Fontes para a História das obras públicas em Sergipe (1835-1850)”. Monografia de Graduação. Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2006. 163p
- _____. “Máscaras entre a ordem e a transgressão...: aspectos da formação de São Miguel do Aleixo (1964-1984)”. Monografia de Especialização. Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2009. 76p
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- PLACCO, V; SOUZA, V. *Aprendizagem do Adulto Professor*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PROHIS/UFS (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/UFS): meu “lugar social” de “operação historiográfica”

Rafael Costa Prata¹⁰¹

Em sua mais aclamada reflexão historiográfica, denominada *A Escrita da História* (1975), o historiador francês Michel de Certeau (1925-1986) efetua uma gama de problematizações acerca dos procedimentos teóricos e técnicos que visceralmente engendram o metiê historiográfico, desde o “lugar social”, em suma, a esfera institucional, até propriamente a chamada “operação historiográfica”.

Nesse sentido, Certeau encaminha os historiadores a efetuarem uma necessária reflexão ao lhes endereçar uma gama de complexas indagações sobre a natureza existencial de seus ofícios historiográficos:

O que *fabrica* o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão? (CERTEAU, 2002, p.65).

Prosseguindo em sua argumentação, e, como uma espécie de “resposta” as suas próprias perguntas, Certeau ratifica que deveríamos contemplar o campo historiográfico enquanto o corolário de uma relação intrinsecamente existente:

Entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura) (...) a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. (CERTEAU, 2002, p.66).

Portanto, para Certeau, a chamada “operação historiográfica” comportaria a interdependência entre três estágios definidos: o “lugar social”, em suma, os diversificados ambientes institucionais nos quais se encontram inseridos os historiadores; os procedimentos teóricos, técnicos e científicos que engendram os ofícios dos historiadores; e, por fim, os discursos construídos pelos historiadores no caminhar de suas trajetórias historiográficas.

Frente ao que queremos destacar em nossa sintética abordagem acerca do PROHIS (*Programa de Pós-Graduação em História/UFS*), nos cabe refletir, um pouco mais, acerca do que Certeau denominara enquanto o “lugar social” da operação historiográfica. Segundo este:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que é circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. É em função deste que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e questões que lhe serão propostas se organizam (CERTEAU, 2002, p.66).

Este “posto de observação ou de ensino” ou “categoria de letrados” a que se refere precisamente Certeau encontra seguramente a sua mais notável personificação institucional nos Programas de Graduação e de Pós-Graduação em História das Universidades, haja vista que estes programas se apresentam como “locais sociais” onde são produzidos reiteradamente discursos historiográficos acerca das mais diversificadas temáticas, conforme as singularidades dispostas por cada um destes programas institucionais, em suma, as suas grades curriculares, os quadros teóricos-metodológicos, as linhas temáticas de pesquisa, etc.

Por conseguinte, por mais “clichê” que possa se apresentar, reforço que, indubitavelmente, se trata de uma das mais difíceis tarefas literárias: descrever, com o mais alto grau de exatidão, e, igualmente de gratidão, a indescritível importância deste proeminente “local social” de fomentação e composição da operação historiográfica, em suma, o *Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS/UFS)* na minha trajetória historiográfica.

Mas, para isso, peço a vocês, queridos leitores, a permissão para efetuar uma rápida digressão em direção aos meus saudosos anos de *Licenciatura*

101 ¹⁰¹Mestre em História (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe - PROHIS-UFS, 2016), Doutor em História (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso - PPGHIS-UFMT, 2021). Vice-Coordenador do *Dominium – Estudos sobre Sociedades Senhoriais* e Membro Integrante do *Vivarium – Laboratório de Estudos sobre a Antiguidade e o Medievo*.

em *História* (2008-2013) no âmbito do Departamento de História (DHI) na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Após efetuar, no final do ano de 2007, o outrora Vestibular, acabei ingressando no curso de *Licenciatura em História Noturno* no segundo semestre do ano de 2008. Foram praticamente cinco anos de profundos aprendizados obtidos mediante as disciplinas cursadas, obrigatórias e optativas, as quais, me permitiram os diálogos diários, as trocas de conhecimentos, as leituras e análises de fontes e as problematizações das obras historiográficas com os docentes do Departamento de História.

Em meio as disciplinas cursadas, obrigatórias e optativas, no Departamento de História, procurei dar início a composição da minha *Monografia*, na disciplina *Prática de Pesquisa*, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro, que versaria sobre a problemática da Guerra na Idade Média.

Com a monografia, *A Guerra Medieval na Historiografia militar: das velhas concepções às novas abordagens*, desenvolvida nos últimos anos de graduação, procurei não somente aprofundar os meus estudos acerca da *Medievalística*, mas, sobretudo, analisar o modo como a *Historiografia Militar* do século XIX contemplava as guerras praticadas na Idade Média, para, em um segundo momento, demonstrar as verdadeiras naturezas das guerras no Medievo.

A composição desta *Monografia* seguramente me servira como o “sopro inicial” para que desenvolvesse uma indescritível paixão pela investigação historiográfica. Acostumei-me com a acurada leitura e interpretação das fontes históricas e o escrutínio dos debates historiográficos que sempre engendraram as veredas da ciência histórica.

Findada a *Licenciatura em História* no ano de 2013, deparei-me com o Edital para o Processo Seletivo de Ingresso no *Mestrado Acadêmico*. Assustei-me diante da possibilidade de participar de uma empreitada desta natureza, afinal, nunca havia participado de um processo seletivo acadêmico. Efetuei a inscrição. Agora, deparava-me com a necessidade de composição de um *Projeto de Pesquisa*, da leitura das reflexões historiográficas para a realização da *Prova Escrita*, além da temida *Entrevista*.

Os últimos meses de 2013 me reservaram, pois, uma das maiores alegrias da minha existência: o ingresso no *Mestrado Acadêmico* através do Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS/UFS), sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro,

com o enquadramento teórico-metodológico centrado na Área de Concentração: *Cultura e Sociedade* e na Linha de Pesquisa: *Relações Sociais e de Poder*.

Foram dois anos de profundos aprendizados, desde as disciplinas teóricas cursadas com os docentes até a gradual composição da sempre tão temida *Dissertação de Mestrado*. Com as disciplinas cursadas, aprofundi as minhas reflexões sobre as mais diversificadas correntes teóricas da historiografia, o que me permitira ampliar profundamente os meus conhecimentos teórico-metodológicos e historiográficos.

Durante os quatro semestres de Mestrado, efetuei quatro disciplinas fundamentais para o meu amadurecimento historiográfico: *Teoria e Metodologia da História*, *Tópicos Especiais em História e Poder*, *Historiografia Brasileira* e *Tópicos Especiais em História Social*.

Além das disciplinas cursadas e antes da *Defesa da Dissertação de Mestrado*, participei de dois momentos-chaves durante o Mestrado: a realização do chamado *Estágio Docência* na disciplina *História Medieval I*, ministrada pelo Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro, onde pude desenvolver ainda mais as minhas capacidades pedagógicas no cotidiano com os graduandos do Departamento de História; e o não menos importante *Exame de Qualificação*, momento crucial em que pude dialogar previamente com os membros da minha futura banca de *Defesa*, o Prof. Dr. Alfredo Julien (PROHIS/UFS) e o Prof. Dr. Leandro Duarte Rust (PPGHIS/UFMT), sobre os caminhos da investigação historiográfica em curso, atinando para os elogios e as críticas construtivas fornecidas em torno do que havia sido apresentado e, igualmente, do que poderia ser desenvolvido nos últimos meses de composição da *Dissertação de Mestrado*.

Por conseguinte, prontamente após a passagem dos dois anos de execução das disciplinas obrigatórias e das optativas da grade curricular do *Mestrado Acadêmico*, defendi perante os membros da banca, o Prof. Dr. Alfredo Julien (PROHIS/UFS) e o Prof. Dr. Leandro Duarte Rust (PPGHIS/UFMT), a consequente *Dissertação de Mestrado* denominada *In Armorum Artibus Spectabiles Satis Sunt: Relações Político-Militares e Poder Monárquico na Trajetória Visigoda durante a Antiguidade Tardia (332-711)*.

Convêm destacar seguramente a indescritível importância nutrida pela concessão da Bolsa de estudos concedida pela FAPITEC (*Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe*) durante o *Mestrado Acadêmico*. Com a sua aquisição, me foi permitida a dedicação plena a minha investigação histórica, durante os dois anos de pertencimento ao *Mestrado Acadêmico*, além da possibilidade de aquisição das obras que me auxiliariam na composição da dissertação e, por fim, a participação em congressos, seminários, em suma, toda gama de eventos realizados em outros estados do Brasil.

Referências

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

